



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE**  
**CENTRO DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTES – CECA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM**  
**EDUCAÇÃO - NÍVEL DE MESTRADO/PPGE**  
**ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: SOCIEDADE, ESTADO E EDUCAÇÃO**

**DARLON DEZAN**

**PROFESSORES EM LUTA: O SINDICALISMO DOCENTE SOB A ÓTICA DA**  
**IMPREENSA PARANAENSE (1947-1964)**

**CASCADEL**

**2020**

**DARLON DEZAN**

**PROFESSORES EM LUTA: O SINDICALISMO DOCENTE SOB A ÓTICA DA  
IMPrensa PARANAENSE (1947-1964)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE, área de concentração Sociedade, Estado e Educação, linha de pesquisa: História da Educação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná/UNIOESTE – Campus de Cascavel, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador:  
Prof. Dr. Alexandre Felipe Fiuza

CASCADEL - PR

2020

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Dezan, Darlon  
PROFESSORES EM LUTA : O SINDICALISMO DOCENTE SOB A ÓTICA DA IMPRENSA PARANAENSE (1947-1964) / Darlon Dezan; orientador(a), Alexandre Felipe Fiuza, 2020.  
183 f.

Dissertação (mestrado), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Cascavel, Centro de Educação, Comunicação e Artes, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2020.

1. História da Educação do Paraná. 2. Dialogia. 3. Imprensa. 4. História dos Professores. I. Felipe Fiuza, Alexandre. II. Título.



## DARLON DEZAN

Professores em luta: o sindicalismo docente sob a ótica da imprensa paranaense  
(1945-1964)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação em cumprimento parcial aos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação, área de concentração Sociedade, Estado e Educação, linha de pesquisa História da Educação, APROVADO(A) pela seguinte banca examinadora:

Orientador(a) - Alexandre Felipe Fiuza

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Cascavel (UNIOESTE)

Ana Karine Braggio

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Toledo (UNIOESTE)

Ernesto Lazaro Bohoslvsy

Universidade Nacional de General Sarmiento (UNGS)

Cascavel, 17 de agosto de 2020

## AGRADECIMENTOS

Foram pouco mais de dois anos nesse trajeto, vividos intensamente em todas as oportunidades que esse mestrado me proporcionou. Os agradecimentos são diversos e. E infinitos.

Em primeiro lugar, aos meus pais, Sergio Dezan e Ivone Falkowski Dezan, sem o amor, o zelo e o carinho, não teria chegado a esse ponto da minha vida. Meus agradecimentos nunca serão o suficiente pelo que fizeram por mim.

Ao meu irmão, Adriano Aparecido Dezan e minha irmã, Eliane Dezan (*in memoriam*), por terem me ajudado na construção de quem sou hoje. Também a Rosana Costa Dezan, Davi de Oliveira Dezan e Isabely Dezan, minha cunhada e meus sobrinhos, respectivamente, que me encham de amor e orgulho todos os dias.

Ao meu orientador, Dr. Alexandre Felipe Fiuza, que por maior que fossem as minhas inseguranças, pela grandeza que fosse minha teimosia, contribuiu imensamente para a construção deste trabalho e pelo ser humano que sou hoje.

Aos professores e as secretárias do colegiado de Pós-Graduação em Educação, pois sem o empenho de todos vocês, não existiria um Programa que tem tamanho renome e reconhecimento.

Aos meus colegas de mestrado, enfatizando aqui minhas colegas Luana Regina Borges, Gabriela Cristina Beltramin de Bona e Dyeniffer Parisoto. Essa trilha foi mais leve, divertida, prazerosa e feliz com vocês. Que os novos rumos que iremos tomar com o fim dessa etapa, permita que continuemos sempre a proporcionar, uns aos outros muitas as alegrias.

Gratidões a todos os meus colegas da graduação, por quais todas passei, pelos momentos prazerosos que me proporcionaram. Destacando aqui, a Bruna Gazzoni, que sempre confiou no meu potencial, desde os 17 anos. Também, a Tatiana Gabriela Casagrande, cujos prazeres que uma amizade proporciona dividimos juntos até hoje. À Bruna Bogoni, Guilherme Henrique, Kely Cristina Zancanelli e Raquel Lays Rubio, se eu me formei em história, vocês têm um grande peso nisso.

Agradeço com todo o meu coração as pessoas com quem tive a oportunidade de trabalhar e que me ensinaram muito sobre a escola e seu papel,

na Escola Municipal Carlos Gomes e, sobre a importância da educação na reabilitação da dependência química para adolescentes, na Ala de Desintoxicação do Hospital Universitário do Oeste do Paraná – HUOP. Assim sendo, agradeço a Jamile Maria Lopes, Marcus Vinicius Arceles, Rafael Gomes Dias, Taiane Dalazen, Rozangela Maria Casagrande, Tchierly de Oliveira, Angela Maria Junges, Edimeia Cristina Zanoni, Maria José (*in memoriam*), Juliana Prause, Fabiane Dias, Marcia Makyiama, entre outros.

A União da Juventude Socialista (UJS), ao Partido Comunista do Brasil (PC do B), a União Nacional dos Estudantes (UNE), a União Paranaense dos Estudantes (UPE), a União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES), a União Paranaense dos Estudantes Secundarista (UPES), a Associação Nacional de Pós Graduandos (ANPG), a União Nacional LGBTQIA+ (UNALGBT), ao Sindicato de Docentes da Uniãoeste (Adunioeste), ao Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos do Ensino Superior do Oeste do Paraná (SinteOeste), ao Sindicato dos Professores Municipais de Cascavel (SIPROVEL) e o Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná (APP-Sindicato), sem vocês, a luta pela educação com certeza seria menor. Obrigado por lutarem por uma educação pública, gratuita, laica e de qualidade.

As melhores pessoas que tive o prazer de conhecer e compartilhar os melhores momentos da vida, sou grato a você, Michelly Chiari Lupke, que em meus momentos mais difíceis, esteve lá, quando uma colega de trabalho veio falecer, saiu no meio da madrugada para me abraçar. À Mônica C. Stelmach, que no início do mestrado, me acolheu em sua casa e, dentre as pessoas que me acompanharam nesses dois anos, com certeza foi uma das maiores incentivadoras. A Beatriz Maculan, que me acolhe e me abraça, em todos os momentos de minha existência.

Continuo gratificando, aqui, minha amiga Jéssica Tozo, que na realidade é a minha melhor amiga e, com certeza, depois que nos conhecemos, me transformou em um ser humano melhor. À Débora V. M. Faria, a amiga que cresceu junto comigo, mesmo depois de grande, pois aprendemos juntos que crescer envolve trocas, muitas vezes, em nosso caso, de graduações. A Leidiciane Keller, não sei mais o que seria da minha vida se você não estivesse junto comigo.

Agradeço a CAPES e a Fundação Araucária, pela bolsa de incentivo dessa pesquisa.

Agradeço a Unioeste, por proporcionar uma educação científica, gratuita e de qualidade. Os parabéns que essa instituição merece são incontáveis.

Por último, mas não menos importante, agradeço imensamente a ciência. A ciência destrói os mitos.

Não tenha piedade dos mortos, Harry. Tenha piedade dos vivos e, acima de tudo, dos que vivem sem amor. (ROWLING, 2007, p. 561)

DEZAN, Darlon. **PROFESSORES EM LUTA: O SINDICALISMO DOCENTE SOB A ÓTICA DA IMPRENSA PARANAENSE (1947-1964)**. 2020. 183 f. Dissertação Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação. Área de concentração: Sociedade, Estado e Educação. Linha de Pesquisa: História da Educação. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Cascavel, 2020.

## RESUMO

A presente dissertação tem por finalidade básica analisar o modo como a imprensa paranaense, entre os anos de 1947 a 1964 divulgou as ações do professorado da rede pública e privada paranaense, enquanto organização da classe trabalhadora. Através do portal da Hemeroteca Digital, vinculado à Biblioteca Nacional, selecionou-se notícias de três jornais paranaenses: *O Dia*, *Correio do Paraná* e *Diário da Tarde*. Amparado pelas fontes periódicas e pela bibliografia levantada, as análises se pautaram na observação das relações de poder, tendo como marco teórico central o materialismo histórico e dialético, principalmente no exame das relações e embates inerentes ao Estado, à Economia e à Educação. Para o estudo das matérias veiculadas pelos periódicos pesquisados, valeu-se ainda dos conceitos expressados por Bakhtin e por seus intérpretes, como é o caso da dialogia, que auxiliam sobremaneira na compreensão das relações entre a linguagem e a sociedade. Por sua vez, o recorte espacial se pautou no caso do Paraná, tendo como marco temporal o período compreendido entre o final do Estado Novo e o pré-golpe civil-militar de 1964. Esta pesquisa acadêmica teve como foco precípua não unicamente a análise do discurso produzido sobre os professores em luta, mas também a proposição de uma narrativa desse período da história da educação do Paraná. Por conseguinte, almejou-se contribuir com este estudo para a reflexão sobre a construção de uma imagem do professor no imaginário social paranaense.

**Palavras-chave:** História da Educação do Paraná; Dialogia; Imprensa; História dos Professores.

DEZAN, Darlon. **FIGHTING TEACHERS: TEACHING TRADE UNION UNDER THE VIEW OF PARANAENSE PRESS (1947-1964)**. 2020. 183 f. Thesis (Master's degree. Graduate Program in Education. Concentration area: Society, State and Education. Research Line: History of Education. State University of Western Paraná. Rattlesnake, 2020.

### **ABSTRACT**

The main purpose of this dissertation is to analyze the way in which the Paraná press, between the years 1947 to 1964, publicized the actions of the teachers of the public and private network in Paraná, as an organization of the working class. Through the portal of the Hemeroteca Digital, linked to the National Library, news from three Paraná newspapers was selected: O Dia, Correio do Paraná and Diário da Tarde. Supported by the periodic sources and the bibliography, the analyzes were based on the observation of power relations, having as a central theoretical framework historical and dialectical materialism, mainly in the examination of the relations and conflicts inherent to the State, the Economy and Education. For the study of the materials conveyed by the researched periodicals, he also used the concepts expressed by Bakhtin and his interpreters, as is the case with dialogue, which greatly help in understanding the relationship between language and society. In turn, the spatial approach was based on the case of Paraná, with the period between the end of the Estado Novo and the civil-military pre-coup of 1964 as its time frame. This academic research had as its primary focus not only the analysis of the discourse produced about teachers in struggle, but also the proposition of a narrative from this period in the history of education in Paraná. Consequently, the aim was to contribute to this study to reflect on the construction of an image of the teacher in the social imaginary of Paraná.

**Keywords:** History of Education in Paraná; Dialogy; Press; History of Teachers.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ACP – Associação Comercial do Paraná  
ALEP – Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
APP – Associação dos Professores Paranaenses  
APOPA – Associação dos Professores do Oeste do Paraná  
BANESTADO – Banco do Estado do Paraná  
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
CGG – Comando Geral de Greve  
CGT – Comando Geral dos Trabalhadores  
CITLA – Clevelândia Industrial e Territorial Limitada  
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil  
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico  
CNTI – Confederação Nacional de Trabalhadores da Indústria  
CODEPAR – Companhia de Desenvolvimento do Paraná  
COPEL – Companhia Paranaense de Energia Elétrica  
CPC da UNE – Centro Popular de Cultura da União Nacional dos Estudantes  
CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito  
CREAI – Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil  
CRPP – Conselhos de Representantes de Professores do Paraná  
DER – Departamento de Estradas e Rodovias  
DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda  
DOPS/PR – Departamento de Ordem Política e Social do Paraná  
E.D. – Esquerda Democrática  
ESG – Escola Superior de Guerra  
FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo  
FMI – Fundo Monetário Internacional  
FUNDEPAR – Fundação Educacional do Paraná  
IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática  
IBC – Instituto Brasileiro de Café  
IGP-DI FGV – Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna da Fundação Getúlio Vargas  
ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros

LDB – Lei de Diretrizes e Bases para a Educação  
MEBs – Movimentos de Educação de Base  
O.T. – Operação Tartaruga  
OEA – Organização dos Estados Americanos  
ORIT – Organização Regional Interamericana de Trabalhadores  
PCB – Partido Comunista Brasileiro  
PDC – Partido Democrata Cristão  
PL – Partido Libertador  
PLAPLED – Plano de Desenvolvimento do Paraná  
PR – Partido Republicano  
PRT – Partido Rural Trabalhista  
PSB – Partido Socialista Brasileiro  
PSD – Partido Social Democrático  
PSP – Partido Social Progressista  
PST – Partido Social Trabalhista  
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro  
PTN – Partido Trabalhista Nacional  
PRP – Partido de Representação Popular  
PUA – Pacto de Unidade de Ação  
PUI – Pacto de Intersindical  
SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência  
SEC – Secretaria de Educação e Cultura  
SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste  
TST – Tribunal Superior do Trabalho  
UBES – União Brasileira de Estudantes Secundaristas  
UDN – União Democrática Nacional  
UEL – Universidade Estadual de Londrina  
UEM – Universidade Estadual de Maringá  
UEPG – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
UFPR – Universidade Federal do Paraná  
UNE – União Nacional dos Estudantes  
UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
UPE – União Paranaense dos Estudantes

UPES – União Paranaense dos Estudantes Secundaristas

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>14</b>
<b>1 O DISCURSO JORNALÍSTICO E A ORGANIZAÇÃO SINDICAL DOS PROFESSORES NO PARANÁ</b> .....	<b>23</b>
1.1 O jornal como fonte histórica e o jornalista enquanto narrador .....	25
1.2 Sindicalismo, Educação e Trabalhadores da Educação .....	42
<b>2 O PARANÁ NA ERA DO NACIONAL-DESENVOLVIMENTISMO: HISTORIOGRAFIA E EDUCAÇÃO</b> .....	<b>50</b>
2.1 Os governos paranaenses e as práticas econômicas no Estado (1947 – 1964) .....	63
2.2 Uma breve história da legislação educacional do Estado .....	87
<b>3 POR UMA ANÁLISE DAS FONTES: A LUTA DOS PROFESSORES NA IMPRENSA PARANAENSE</b> .....	<b>100</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>138</b>
<b>FONTES JORNALÍSTICAS</b> .....	<b>146</b>
<b>FONTES BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>150</b>
<b>SITES</b> .....	<b>151</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>152</b>
<b>ANEXO I – NOTÍCIAS</b> .....	<b>162</b>

## INTRODUÇÃO

*Cabe-nos a sensibilidade, a disposição e a disponibilidade para, comparando, analisando, interpretando, descobrir os quês e os porquês de outras épocas, de outros lugares, que, a um só tempo, parecem tão próximo e tão distantes daquilo com que lidamos a cada dia. (LOPES; GALVÃO, 2001, p. 15 apud IVASHITA, 2014, p. 69)*

O presente trabalho tem por finalidade analisar e destacar as relações de poder e linguagem presentes no modo como os professores foram noticiados nos jornais paranaenses. Buscou-se analisar desde a criação da APP-Sindicato, inicialmente denominada apenas de Associação dos Professores do Paraná – A.P.P., fundada no dia 26 de abril de 1947, até o golpe militar, em 31 de março de 1964, que resultaria nos 21 anos de ditadura civil-militar no Brasil. O foco se deteve nas matérias que abordaram a classe trabalhadora docente, tanto as que criticavam os professores, como aquelas em que as pessoas e as entidades os defendiam.

Vale ressaltar que antes da fundação da APP, outra organização já fazia parte do dia-a-dia do professorado paranaense, em especial, os da rede privada. Tal agremiação, denominada Sindicato dos Professores do Ensino Primário, Secundário e Comercial do Paraná, é tomada como o início do Sindicato dos Professores do Paraná – SINPROPAR. Para facilitar a leitura e compreensão do trabalho, seguem informações sobre tais sindicatos, por ordem de criação:

- a) *Sindicato dos Professores do Ensino Primário, Secundário e Comercial do Paraná*: datada de 19 de julho de 1943, ainda sob o regime do Estado Novo, tinha como finalidade a representação dos professores da rede privada de ensino do Estado. Durante a análise das reportagens, poderá ser reportada enquanto *Sindicato*<sup>1</sup>;
- b) *Associação dos Professores do Paraná*: como já mencionada, fundada em 26 de abril de 1947, nasceu como entidade classista dos professores da rede pública de ensino, a nível estadual.

---

<sup>1</sup> Informações obtidas na página virtual do sindicato, podendo ser acessada em: <<http://sinpropar.org.br/sobre-nos/>>. Acesso em 17 de julho de 2020.

Durante as análises das notícias, poderá ser referida enquanto *Associação*<sup>2</sup>;

- c) *Sindicato das Escolas Particulares de Curitiba – Paraná*: a princípio representando apenas as escolas particulares de Curitiba, foi instituída em 20 de abril de 1949 como órgão representante dos donos de estabelecimentos de ensino privado, no decorrer do texto poderá ser relatada enquanto *Sindicato Patronal*<sup>3</sup>;

Esse período, marcado pela efervescência democrática e pelo populismo, principalmente a partir da eleição direta de Vargas para a Presidência do Brasil, em 1950, contava com a participação política crescente das massas trabalhadoras, urbanas e rurais. Sendo assim, deu-se início a esta dissertação com a seguinte pergunta: como a Imprensa tratou a organização profissional dos trabalhadores, principalmente relacionados diretamente à área da educação, durante esse interregno democrático na história do país?

A luta dos professores e da defesa da educação necessita de atenção cada vez maior no meio acadêmico. Ressalta-se aqui sua importância, visto que todos os setores da sociedade e da academia, são campos do debate ideológico. Incluir as pesquisas científicas nestes debates é um meio para repensar uma nova forma de escola, de educação, de trabalho, de políticas para a educação e, também, de conceituar cientificamente as lutas que transformam uma sociedade, observando o que essas lutas reproduzem na história contemporânea.

Partindo de uma ideia do senso comum, de que “a educação transforma o mundo”, buscou-se compreender quais fatores são construtivos para esta educação que transforma o mundo e, partindo de uma perspectiva histórica, apoiou-se em estudos sobre a história da educação, a historiografia da educação e suas fontes (BRAGGIO e FIUZA, 2013; RAGAZZINI, 2001; VIEIRA, 2007, 2015). Nesse sentido, valeu-se de fontes históricas para contribuir para com este debate que se encontra no âmbito da história da educação<sup>4</sup>, ou seja, o emprego de fontes

---

<sup>2</sup> Informações presentes em ANJOS, Amancio Luiz Saldanha dos: *APP Sindicato 70 anos de luta: Histórias e Memórias*, 2017.

<sup>3</sup> Informações retiradas através do website do SINEPE/PR, podendo ser consultadas em: < [http://www.sinepepr.org.br/institucional/institucional\\_historia.html](http://www.sinepepr.org.br/institucional/institucional_historia.html)>. Acesso em 17 de jul. de 2020.

<sup>4</sup> Sobre trabalhos que reflitam sobre as fontes históricas e a memória no âmbito da história da educação, consultar ainda Braggio e Fiuza (2013) e Fiuza, Braggio e Schmitt (2019).

tradicionais e de outros registros históricos. Foi igualmente de fundamental importância a prospecção de fontes junto à Hemeroteca Digital<sup>5</sup>, que foi a base para a pesquisa dos jornais que trataram deste período histórico. Para fins de registro, as notícias estão transcritas em nossas páginas mas, em anexo, se encontram figuras das mesmas.

Além da necessária observação da história da educação, e como bem caracteriza Ragazzini<sup>6</sup> (2001), é imperativo atentar para outras áreas da história para explicar o fenômeno educativo, como a história da juventude, das mulheres, do totalitarismo, do trabalho e, mais propriamente nessa pesquisa, das classes profissionais vinculadas à educação. Por outro lado, o mesmo autor também aponta a história da educação como essencial para escrever a história de um país, de sua legislação, suas conquistas sociais, entre outros temas conexos.

Para tanto, durante o primeiro capítulo, se mostra essencial uma apresentação breve da teoria que ajudará a examinar essa luta. Nesse sentido, os conceitos básicos do materialismo histórico e dialético e da dialogia, sendo o primeiro cunhado por Marx e Engels e o segundo por Bakhtin e por membros do seu círculo, ajudam a compreender a história como algo que se modifica através das relações políticas e econômicas, e das relações com a linguagem e o discurso.

Entender a organização dos professores enquanto categoria vinculada a entidades associativas e sindicais na luta pela melhoria das condições de trabalho, do aumento salarial e da educação, é um dos pontos de partida para entender como essa classe profissional se formou, e como estabeleceu suas bases para produzir ações críticas e de luta, perante a sociedade paranaense do período.

Por sua vez, tal processo histórico deve ser analisado sob uma visão mais abrangente, inserindo-o nas problemáticas que envolvem os estudos mais globais. Para tanto, no segundo capítulo, efetuou-se uma construção narrativa sobre a história paranaense, mas levando-se em conta as influências mundiais e nacionais, durante o período estabelecido.

---

<sup>5</sup> A Hemeroteca Digital é um dispositivo online da Biblioteca Nacional Digital que disponibiliza periódicos do Brasil, e também do mundo, de diferentes períodos da história, para acesso e pesquisa. Você pode acessar a hemeroteca digital pelo link <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em 14 de fev. de 2020.

<sup>6</sup> Ragazzini é um autor italiano que trabalha a história da educação como fonte para o estudo das outras áreas da história, e, também, a relação entre as outras áreas da história como fontes para o estudo da história da educação.

Observou-se ainda os apontamentos de Luca (2011) para esta análise, pois, além de se produzir uma escrita sobre o tema da história da Imprensa, buscou-se neste trabalho a escrita de uma parte da história da educação paranaense através da Imprensa.

Arquivos da época, produzidos pelos governos estaduais, também auxiliaram principalmente para uma narrativa sobre a história da educação no Estado, a partir de documentação obtida no domínio do Arquivo Público do Paraná<sup>7</sup>, de forma online, que demonstram o poder de análise dessas fontes históricas para a construção da história do Estado e da educação paranaense<sup>8</sup>.

No tocante ao terceiro capítulo, a análise das fontes se concentrará nas publicações jornalísticas que remetem à luta dos trabalhadores e que tratam de temas da educação. Neste ponto, é importante ressaltar que os jornais utilizados para tal empreitada foram: *Correio do Paraná: Órgão do Partido Liberal Paranaense*, o *Diário da Tarde* e *O Dia*. Estes periódicos estavam em circulação pelo Paraná no recorte temporal desta dissertação, por isso a escolha. Também encontramos outros jornais que circularam no mesmo período, entretanto, não apresentavam a mesma regularidade em sua periodicidade, não sendo publicados em todos os anos do período aqui examinado. É importante ressaltar, também, que alguns destes jornais eram de circulação nacional.

De princípio, segue uma breve apresentação sobre os jornais selecionados, por ordem de criação:

- a) *Diário da Tarde*: fundado em 18 de março de 1899, teve como idealizador Estácio Correia<sup>9</sup>. Foi instituído como um jornal de

---

<sup>7</sup> O Arquivo Público do Paraná tem sua própria sede e também possui domínio na internet, conservando registros de documentos oficiais da história do Estado em arquivos físicos e também virtuais. Tais arquivos online podem ser pesquisados e delimitados também por período estudado, por tema, por governo ou Secretaria, entre outros. Para acessar o domínio online consulte: <<http://www.arquivopublico.pr.gov.br/>>. Acesso em 02 de mar. de 2020.

<sup>8</sup> No decorrer desta pesquisa observou-se a necessidade de estudos mais profundos para versar sobre a história da educação no Estado e, também, sobre a história do Paraná. Apesar de possuir uma bibliografia consistente e diversificada, apoiadas em pesquisas de relevância nas mais diversas áreas, a história do Paraná ainda possui muitas lacunas históricas que demonstram a necessidade de se explorar e registrar os fatos em nosso Estado, nos mais variados campos temáticos, teóricos e metodológicos.

<sup>9</sup> Estácio Correia (23/02/1868-23/03/1930) nasceu em Morretes – PR. Graduiu-se em direito pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco em 1891. Foi jornalista, político, poeta e jurista. Fundou o jornal *Diário da Tarde* e foi diretor do *A República*. Foi Secretário de Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública do Presidente nomeado da província do Paraná Santos Andrade até o fim do mandato. Em 1901 foi nomeado Procurador Geral da Justiça do Paraná, onde permaneceu até agosto de 1904. Após esse período, se mudou para Santos (SP), onde atuou como

publicações fantasiosas, afim de atrair a atenção, e posteriormente se tornou um periódico de oposição aos governos do Estado onde, segundo Gelbcke (2011, p. 12805), havia uma seção intitulada “Reclamações do Povo”. Pilotto (1976, p. 43) reafirma as características contestadoras do jornal, sendo que este era um dos poucos que debatia a questão da Guerra do Contestado<sup>10</sup>. O *Diário da Tarde* se identificaria, em seus editoriais, enquanto neutro, sendo apenas um meio de veicular informações, sem abdicar de seu direito de crítica e análise, que seriam de interesse público (DIÁRIO DA TARDE, 1910 apud GELBCKE, 2011, p. 12084). Raul Rodrigues Gomes<sup>11</sup> (apud PILOTTO, 1976, p.32), importante intelectual e colunista paranaense, que escrevera para o *Diário da Tarde*, assim se referia sobre o periódico: “Até ao aparecimento do ‘Diário da Tarde’, o Paraná desconheceu o gênero de jornal dedicado e absorvido inteiramente pela reportagem local, social, nacional e universal”<sup>12</sup>;

- b) O *Dia*: idealizado e fundado por Caio Gracho Machado de Lima<sup>13</sup> em 1923 que, ao se desentender com Manoel Ribas em 1942, teve seu jornal estatizado pelo interventor. Em 1946 Lupion arrebatou o jornal e o transforma no porta-voz do lupionismo, que teria circulação por todo o Estado reportando as benfeitorias do governador e acusações aos seus opositores, sendo dirigido por

---

Inspetor Municipal de Instrução e Juiz de Paz, Delegado da Polícia e também vereador (1905-1908). Mais informações podem ser obtidas no site do Ministério Público do Paraná, acessando: <<http://www.memorial.mppr.mp.br/pagina-92.html>>. Acesso em 15 de jul. de 2020.

<sup>10</sup> A Guerra do Contestado foi um conflito armado entre os anos de 1912-1916 entre os estados do Paraná e de Santa Catarina. O embate ocorria entre proprietários de terras e posseiros de ambos estados. Essa batalha redefiniu as fronteiras entre os Estados (WACHOWICZ, 2010).

<sup>11</sup> Nascido em Piraquara (hoje Curitiba), Raul Rodrigues Gomes (1889-1975) foi um intelectual, jornalista e professor paranaense. Em suas colunas, onde escreveu para a mais variada gama de jornais estaduais, dissertava sobre os problemas da educação brasileira e paranaense, sobre o analfabetismo e sobre as condições dos professores. Foi professor por quase quarenta anos (1907-1920; 1940-1959), dando aulas do ensino primário ao ensino superior (SOUZA; CAMPOS, 2013). Foi o único signatário de origem paranaense que assinou o *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* de 1932 (SOUZA, 2012).

<sup>12</sup> Será mantida a ortografia original dos documentos e da bibliografia utilizada durante as citações diretas.

<sup>13</sup> Caio Gracho Machado de Lima foi um político e empresário paranaense. Foi deputado constitucional em 1935 e Juiz do Tribunal de Contas do Estado em 1947 (GRANATO, 2019).

Raul Vaz até seu fechamento em julho de 1961 (BATISTELLA, 2018);

- c) *Correio do Paraná – Órgão do Partido Liberal Paranaense*<sup>14</sup>: criado em 9 de abril de 1931 por Djalma Lopes e Adherlbal Stresser<sup>15</sup>. O jornal possuiu duas sedes, uma em Londrina e outra em Curitiba. Fez oposição aos governos de Lupion e Braga. Os fundadores apoiaram as candidaturas de Bento Munhoz da Rocha Neto ao governo do Estado, em todas as ocasiões (PILOTTO, 1976, p.58; ANDREOLA, 2014);

Muitas palavras-chaves foram usadas com a finalidade de filtrar ainda mais as fontes durante a pesquisa, podendo destacar aqui os seguintes termos de busca: *professores, greve, sindicato dos professores, associação dos professores e Operação Tartaruga*. Para fins de introdução aos resultados obtidos por esta busca, seguem alguns dados:

- a) *Professores*: a Hemeroteca Digital apresenta muitas ocorrências quando utilizamos essa palavra-chave, porém, destaca-se que foram utilizadas nesta pesquisa apenas as notícias, reportagens, notas em colunas, entre outras seções do jornal, que tivessem relação com organizações classistas de professores, filtrando assim boa parte do material levantado;
- b) *Greve*: o período recortado para este estudo é marcado pelo nacional-desenvolvimentismo, pela organização de trabalhadores e pelas figuras populistas. A palavra greve é utilizada recorrentemente durante os anos delimitados e tais reportagens não ficam apenas centradas no Brasil, mas se remetem à ocorrências no mundo inteiro. Tal período abrange os primeiros anos da Guerra Fria, os

---

<sup>14</sup> O nome *Correio do Paraná* aparece, ao menos três vezes com três fundadores diferentes em *Cem anos de Imprensa no Paraná (1854-1964)* de Osvaldo Pilotto (1976), porém, no fim da página 58 ele relata a criação do jornal que trabalharia enquanto órgão promotor do Partido Liberal Paranaense.

<sup>15</sup> Adherlbal Stresser (1908-1973) foi um empresário e político paranaense, natural do Rio de Janeiro. Mudou-se para o Paraná em 1926 para trabalhar no *Diário da Tarde* e, posteriormente, fundou o *Correio do Paraná – Órgão do Partido Liberal Paranaense* (COSTA, 2011).

embates na América Latina entre esquerda e direita, a expansão da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), entre outros temas habituais. Portanto, salientamos que, durante a pesquisa, foram considerados os seguintes aspectos para a seleção dentro da palavra greve: relação direta com o sindicato dos professores, união e pactos entre sindicatos e associações para ações conjuntas e notas fielmente contrárias a tais movimentações;

- c) *Sindicato dos professores*: há nesse termo pesquisado um filtro maior que corresponde ao espaço estudado. A pesquisa se concentra no Paraná e à jornais como *O Dia* ou *Diário da Tarde*, que estão em circulação no Estado e possuem sedes aqui. Porém, em razão de sua abrangência nacional, noticiam muitas ocorrências sobre sindicatos de professores de outros estados do país. Como o foco é o Paraná, tais notícias não caberiam nesta análise;
- d) *Associação de professores*: realça-se dentro desta categoria de busca uma preferência por sua relação com outro termo, no caso, *do Paraná*, o que frequentemente se remetia às origens da APP-Sindicato. Havia muitas associações no Estado ligadas a professores religiosos, como a Associação de Professores Católicos ou, de determinadas disciplinas, como a Associação de Professores de Educação Física do Paraná. Tais associações não possuíam um caráter classista, logo, não foram objeto de análise desta dissertação;
- e) *Operação Tartaruga*: tal estratégia de luta não foi utilizada apenas por professores, mas pelos mais variados setores do serviço público, e que consistia nas paralisações parciais das atividades até a eclosão de uma greve, como forma da garantia e aquisição de direitos.

Cabe destacar as contribuições e reflexões de Vieira (2007, 2010, 2015)<sup>16</sup>, que trabalha o modo como a Imprensa ajuda a construir uma narrativa da história, além de suas contribuições para a construção da história da educação, através de manchetes sobre escolas, legislação educacional, orçamentos para a educação, e outros aspectos da vida e da comunidade escolar.

Dois conceitos muito utilizados durante essa pesquisa é o de enunciado e enunciação, ambos na perspectiva dialógica de Bakhtin e seu círculo. Como apontado por Brait e Melo (2018), o enunciado não se vincula apenas à gramática textual, ou ao estilo no qual o texto é escrito, mas também ao contexto sócio-histórico ao qual está inserido, estando diretamente ligado ao discurso verbal e à palavra, enquanto a enunciação, está ligada ao evento (BRAIT; MELO, 2018, p. 65). Ambos, são sociais e histórico-culturais, são os discursos propriamente ditos e o intervalo entre eles.

Nem só dos movimentos de rua vivia a classe trabalhadora ou os professores, mas também de debates acerca dos problemas, entre patrões e empregados. Nesse sentido, as estruturas dos enunciados aqui encontrados no discurso da Imprensa são as mais diversas. Vão de pequenas caixas com textos, até matérias que quase ocupam a página inteira. Pendem de discussões entre as entidades trabalhistas e empregadores, até as negativas de ambas as partes.

O enunciado, ainda mais quando trabalhado no jornal, não é único, mas sim resulta de uma relação entre o enunciado anterior até o atual, dando margem para o enunciado futuro. Há muitos movimentos que pela Imprensa não foram narrados, mas que aparecem na bibliografia consultada. Assim como, há movimentos que aparecem nos jornais, mas não estão contados na bibliografia estudada.

Portanto, o enunciado é tudo aquilo que o “eu” ou o “outro” fala. Ele aparece no decorrer de algumas obras com nomes diferentes destacou-se aqui que ele apareceu como discurso tanto em Bakhtin (2011, 2016 e 2017), como em Volóchinov (2018). Sobre o enunciado e o discurso, como aponta Grillo e Américo (2018) e Brait e Melo (2018), eles podem ocorrer de diversas maneiras, como, por

---

<sup>16</sup> Vieira possui vários trabalhos sobre história e historiografia da educação, além de trabalhos que tratam especificamente da imprensa enquanto fonte, destaca-se aqui trabalhos de 2007 e 2015 e um trabalho com coautoria de Taborda (2010).

exemplo, de maneira alheia, quando alguém se apropria do discurso de outrem para confirmar o seu discurso.

O enunciado é todo o discurso criado, ou seja, o enunciado é toda essa obra que lhes é apresentada, enquanto a enunciação, ou seja, o ato do enunciado, é diversificado e acontece da maneira dialógica. A enunciação alimenta o enunciado. Ela é o intervalo entre dois enunciados e pode ser tanto histórica, quanto social, política, etc. A enunciação é alimentada pelos atos que, como refere Sobral (2018a), dão construção aos mais variados modelos de discursos. Se pode construir um discurso através de três pontos de vista do ato: 1 – quem comete o ato; 2 – quem vivencia o ato; e 3 – quem observa e analisa o ato.

Nesse caso, este trabalho se encontra no terceiro ponto. Se observa e analisa os acontecimentos descritos nas páginas dos jornais para, assim, chegar a um entendimento dos fatos e, ao final, considerar como eles foram estruturais para a construção de uma história da educação do Paraná, tendo como foco a militância e a organização sindical dos professores.

## 1 O DISCURSO JORNALÍSTICO E A ORGANIZAÇÃO SINDICAL DOS PROFESSORES NO PARANÁ

*Na fronteira entre a vida e o aspecto verbal do enunciado; ela, por assim dizer, bombeia energia de uma situação da vida para o discurso verbal, ela dá a qualquer coisa linguisticamente estável o seu momento histórico vivo, o seu caráter único. (VOLÓCHINOV apud BRAIT e MELO, 2018, p. 67-68)*

Toda a criação discursiva, conforme indicado por Volóchinov (2018), possui um tema e um enunciado. A proposta deste trabalho é exatamente essa, a criação de um discurso científico, embasado na teoria, nos métodos e nas fontes, que nos permita uma perspectiva sobre a luta sindical docente e o papel do jornalismo e dos jornalistas na história da educação, dos educadores e, também, da luta de classes inerente a estes processos.

A teoria e a metodologia utilizada para a análise das fontes bebem das fontes do marxismo, através do materialismo histórico e dialético, além da base teórica que se sustenta nos pressupostos de Bakhtin e das discussões em torno de seu círculo de intérpretes, principalmente por meio da discussão sobre a dialogia, voltado à compreensão dos movimentos dialéticos e dialógicos difundidos pela Imprensa. Para tanto, acredita-se ser necessário explicar dois conceitos básicos das discussões bakhtinianas: o de autor e do enunciado/discurso.

O materialismo histórico é o corpo central do núcleo científico do marxismo, quando Marx propõe que todas as evoluções e revoluções da humanidade estão sustentadas pela forma social de produção, pelos trabalhadores e pelos meios de produção, ou seja, os modos de produção são alterados conforme a evolução da sociedade e quando atingem determinado grau de evolução é necessário que uma revolução aconteça. Tais transformações estão expressas na Revolução Francesa (1789 – 1799) e nas Revoluções Industriais (1780 – 1830, 1870 – 1920, 1950 – atualidade) onde os modos de produção e os governos se alteram de forma praticamente concomitante. Para o materialismo histórico, a infraestrutura (material) influencia diretamente na superestrutura, sendo essa última dependente de que os modos de produção estejam alinhados aos interesses da burguesia para assim manter todo o aparato político e judiciário necessário para a continuidade do sistema econômico-político vigente (BOTTOMORE, 2001, p. 259-263).

O materialismo dialético seria considerado a filosofia do marxismo, pois, como apontadas por Engels, são leis científicas gerais embasadas principalmente através de suas observações e estudos enquanto uma dialética igual à da natureza. Nesta formulação, ele explica que as mesmas leis dialéticas da natureza se impõem como as leis que na história governam os acontecimentos, sendo assim as leis fundamentais do materialismo dialético são: 1 – a lei da transformação da quantidade em qualidade; 2 – a lei da unidade dos contrários; e 3 – a lei da negação da negação. O materialismo dialético especifica que a matéria e a ideia são diferentes, porém, o segundo depende do primeiro, ou seja, para o materialismo dialético é necessário, como no caso que estamos analisando que são os jornais, que existam os periódicos e que existam pessoas que irão ler para que assim o ideal esteja nele presente e assim atinja os indivíduos que vivem na sociedade (BOTTOMORE, 2001, p. 258-259).

Em sua síntese mais geral, o materialismo histórico e dialético denota que através da história podemos observar as evoluções e revoluções do homem a partir do primeiro ato histórico, que segundo Marx e Engels (2007), seria a necessidade da produção de novos meios de sobrevivência.

Para eles, quando começamos a interferir no meio em que vivemos, na natureza, para se utilizar dela, para inventar ou construir novos meios de subsistência, é a partir deste ato que começamos a nos organizar enquanto grupos sociais, ou sociedades tribais. Esta última seria uma sociedade sem as características fundamentais que tipificam os modos de produção mais complexos, sem o aparato do Estado e seu aparato burocrático e jurídico necessário para a organização das classes. Sendo assim, pode se considerar uma sociedade tribal aquelas que ainda não entraram no modo de produção capitalista<sup>17</sup>, quando então se complexificam sobremaneira as estruturas sociais e emergem novos graus de utilização da ciência nestas sociedades.

Essas “sociedades mais cientificamente avançadas” seriam as civilizações com maior domínio sobre a natureza onde, segundo Engels (2018, p. 27) citando Morgan, explica que a superioridade e o domínio do homem sobre a natureza decorrem da sua habilidade de retirar dela tudo que precisa para viver. Esta

---

<sup>17</sup> Para conferir a definição completa de sociedade tribal ver, Idem, p. 358-359.

necessidade de manter o que produz dentro de seus próprios núcleos, dá origem a família e à propriedade privada, que são as bases para a criação de uma sociedade e de um Estado (ENGELS, 2018). Levando em conta estas considerações, o materialismo histórico e dialético, mediante a necessidade da história e de suas revoluções para o “avanço” dos meios de produção do homem, explica que tudo estará relacionado de uma forma dialética, onde um depende do outro para sua subsistência e para o seu desenvolvimento, tanto dentro dos meios de produção, quanto da ordem social.

Considerando a forma dialética de desenvolvimento da sociedade e dos meios de produção observa-se dentro dessa sucessão de transformações sociais o desenvolvimento da linguagem, de modo verbal ou não-verbal. Nesse contexto, Bakhtin assevera que a linguagem está carregada de significação, e essa significação é um posicionamento dialógico e dialético, que contribui para o avanço da sociedade (2017). Para Bakhtin, o diálogo por si é dialético:

No diálogo liberam-se as vozes (a parte das vozes), liberam-se as entonações (pessoais-emocionais), das palavras e réplicas vivas extirpam-se os conceitos e juízos abstratos, mete-se tudo em uma consciência abstrata – e assim se obtém a dialética. (2017, p. 44)

Para tanto, deve-se entender que dentro do diálogo existem questões importantes do pensamento bakhtiniano que devem ser consideradas, como a posição do autor e do enunciado.

### **1.1 O jornal como fonte histórica e o jornalista enquanto narrador**

Gramsci (apud LIGUORI; VOZA, 2017, p. 274) defende que o estudo das fontes históricas é necessário não apenas para a compreensão do objeto de estudo, mas igualmente para a compreensão de toda a filosofia ao qual este é inerente. Este processo de decodificação abrange do momento em que foi concebido até os outros momentos em que foi novamente visto, revisto, relido, reescrito, revisado, entre tantos outros adjetivos e sinônimos aplicáveis ao estudo das fontes. Esta relação Bakhtin conceitua como dialógica, expressando conversas entre um e outro para a compreensão, neste caso, de uma mesma fonte.

A fonte analisada, no caso, os jornais impressos e distribuídos durante o período citado e que se encontram disponíveis na Hemeroteca Digital, merece uma desmistificação, começando pela profissão dos que escreviam o jornal da época: os jornalistas. Gramsci (2001) aponta a profissão do jornalista como uma dupla função, a de militante e a de intelectual. O jornalista possui a função de transmitir notícias à população, para os leitores, ademais, a de ajudar na difusão do conhecimento para com a classe trabalhadora, ao menos na perspectiva desta.

O conceito de intelectuais no pensamento gramsciano problematiza qual seria a função dos intelectuais na sociedade. Nosella (2010) explica que, para Gramsci, os intelectuais são essenciais para a transformação da sociedade, da cultura e da escola, sendo justamente estes alguns dos setores responsáveis pela criação dos intelectuais orgânicos. Por sua vez, estes intelectuais estariam em disputa, podendo cumprir um papel na defesa dos interesses da classe trabalhadora, ou sucumbindo às demandas do capital. Liguori e Voza (2017) explicam que Gramsci cita que a estrutura capitalista há de formar, dentro da classe trabalhadora, intermediários, sendo que estes deixarão de defender os interesses dos trabalhadores e assim hão de defender a burguesia.

Como afirmado anteriormente que, em Gramsci (2001), há a identificação de uma dupla função da profissão do jornalista, enquanto intelectual e militante da causa/classe à qual escreve/defende, deve-se também considerar um apontamento de Darnton (1990) sobre o modo de produção de uma notícia: o jornalista deve, em sua mente, projetar o leitor. As palavras têm que ser de fácil entendimento, a chamada da notícia deve provocar a curiosidade e a estrutura textual necessita de uma visão de um “pré-leitor”. Isso será asseverado igualmente por Thompson (1995), que aponta a ideologia existente em cada reportagem, pois, ao redigir a notícia, o jornalista já tem que estar ideologicamente preparado para ser aceito pelo leitor e, isso, auxiliará na veiculação ideológica. Neste momento, a dialogia discutida por Bakhtin e integrantes de seu círculo, auxiliará no entendimento deste processo.

Marx (2007) denota que todo o indivíduo é um ser histórico, social, político e econômico e que cada ato também possui intenções atinentes a estas origens. É a partir destes conhecimentos pré-definidos por Marx que Bakhtin (2011, 2016, 2017) e Volóchinov (2018) especificam que todo ser é originado e composto dentro

das esferas sociais, já discutidas no marxismo. Para tanto, uma filosofia da linguagem baseada em conceitos marxistas apresenta que o autor e o leitor possuem suas ideologias pré-determinadas, originadas do meio em que foram criados.

Os integrantes do círculo de Bakhtin, incluso o próprio, observaram em seus escritos uma relação de mundo totalmente dialética ou dialógica. Essa relação dialógica é entendida, principalmente, nas estruturas do discurso e do enunciado, dado que todo o enunciado é uma construção de vários enunciados anteriores. Portanto, todo o discurso e enunciado são produtos do seu contexto histórico-social (TODOROV, 2011).

Estas concepções ideológicas são inerentes ao ser humano e ao se tratar dos meios de comunicação de massa, como o jornal, se faz necessário a utilização da linguagem, através das formas simbólicas, para a reprodução das crenças e valores socialmente compartilhados (THOMPSON, 1995).

Para compreender estas alterações das formas simbólicas, retoma-se o conceito de materialismo dialético que, segundo Bottomore (2001), considerado a filosofia do marxismo, apresentaria uma dependência necessária da ideia para com o material. Se se considerar que a reprodução das formas simbólicas são carregadas de ideologia, como afirmado por Miotello (2018), não existiria qualquer forma simbólica que não fosse carregada de aspectos ideológicos, como sucintamente explica Volóchinov (1998, p. 107 apud MIOTELLO, 2018, p. 169): “Por ideologia entendemos todo o conjunto dos reflexos e das interpretações da realidade social e material que tem lugar no cérebro do homem e se expressa por meio de palavras [...] ou outras formas sígnicas”

Esta definição não se diferencia muito do conceito marxista de ideologia expresso por Althusser que, como apontado por Bottomore (2001), assevera que sua função seria a de assegurar a coesão social e, para isso, maneja ideologias específicas para a dominação da sociedade, como na que é exercida pela burguesia sobre a classe trabalhadora. As formas simbólicas, que na filosofia bakhtiniana é denominada de signos, possuem uma significação, podem ser caracterizadas enquanto signo interior e exterior. No primeiro, o signo é individual, caracterizado pelas vivências do ser que expressa o discurso, variando ou sendo a junção de fatores biológicos, biográficos e psíquicos. Já o segundo, sua conotação

está em realidade ao sistema ideológico coletivo, que refrata a vivência em grupo na produção do discurso (GRILLO; AMÉRICO, 2018, p. 367-368). Todo o signo ideológico é transformado em um signo material, seja de forma verbalizada ou de outras naturezas da expressão. Nesse sentido,

O signo é um único objeto material, mas a significação não é um objeto e não pode ser isolada do signo, como se fosse uma realidade independente e existente fora dele. Portanto, se a vivência possui uma significação, se ela pode ser compreendida e interpretada, isso deve ser feito no material de um signo autêntico, real. (VOLÓCHINOV, 2018, p. 120)

Em síntese, o signo é também o palco da luta de classes, reprimido constantemente pela ideologia dominante (VOLÓCHINOV, 2018, p. 114).

Assim, entende-se o signo enquanto um componente ideológico para dar base à transmissão das ideias para posterior consecução de ações. Denota-se do mesmo modo o uso das formas simbólicas como instrumento de coalizão entre forças sociais e o Estado. Nesse sentido, Capelato (2009), descrevendo a relação dos signos, da ideologia e do uso destes pelas classes politicamente dominantes, se atentando principalmente aos períodos do Estado Novo no Brasil e do governo de Perón na Argentina, afirma que

O uso dos signos nesses regimes produziu um imaginário político em que se define, com igual força, os aliados e os inimigos. A chama de consciência e as veleidades de resistência se enfraquecem nesse universo em que todos os sentidos são agredidos permanentemente. O signo fascina os olhares, mobiliza as energias, compensa as frustrações e infla as vaidades. Por um jogo de identificações, ele encadeia a sorte dos amigos do líder e, ao mesmo tempo, catalisa a violência, permitindo descarregá-la sobre os inimigos, “bodes expiratórios” do momento. (2009, p. 56)

Os signos, enquanto instrumentos ideológicos, também carregam outros fatores quando analisados sob o viés marxista. Um destes fatores é o signo enquanto instrumento de alienação. Marx (apud BOTTOMORE, 2001, p. 5-8) salienta que a alienação é uma parte inerente ao ser humano enquanto defensor de suas ideias e, também, para a manutenção de sua posição social<sup>18</sup>.

---

<sup>18</sup> A alienação, para Marx, surge a partir das atitudes inerentes aos seres humanos, mas geralmente estão ligadas ao modo de produção capitalista. Exemplos de alienação: 1 – espiritual: filosofia, religião, moral; 2 – econômica: mercadoria, dinheiro, capital, propriedade privada; 3 – social: Estado, direito, instituições sociais. Para a definição completa de alienação ver o termo em Bottomore: *Dicionário do Pensamento Marxista*, 2001, p. 5-8.

Os signos são essenciais para o desenvolvimento da linguagem, sendo esta um dos mecanismos para o desenvolvimento cultural e, conseqüentemente, social da humanidade. Os signos renovam a ideologia do cotidiano, mas o cotidiano também renova a ideologia, como nos jornais, onde sua linguagem é adaptável conforme o público que a lê.

Tais premissas fazem parte da transformação e do desenvolvimento da Imprensa, tanto como fator de informação, quanto de alienação. Porém, ao coexistir dentro do sistema capitalista, esta se encontra dentro das influências do mercado financeiro, e, seguindo a lógica do capital, se tornará produto de consumo. Tal alegação, conhecendo as nuances do capitalismo e seu desenvolvimento, traz como conseqüências, o desenvolvimento dos produtos de consumo em uma cadeia de indústrias. A esse desenvolvimento e expansão, nomina-se Indústria Cultural, que seria um ramo da indústria, mas no campo da cultura e do entretenimento.

Diante dessas considerações, Fiuza (2002, p. 41), aludindo a Adorno, remete que a indústria cultural é o termo que alguns pensadores passam a utilizar em substituição ao termo “cultura de massas”, pois, tal conceito daria a falsa impressão de uma cultura de massas produzida pelas massas, o que não aconteceria dentro do sistema capitalista.

No capitalismo, além da óbvia exploração da mão-de-obra, a venda dos produtos é indispensável para a obtenção do lucro, sendo que para uma empresa e/ou indústria continuar em funcionamento e transferindo lucro ao seu proprietário, não é inequivocamente necessário que as massas decidam os produtos que consumirão, mas, sim, pessoas estrategicamente posicionadas para a divulgação e produção de tais produtos.

O desenvolvimento das indústrias culturais se relaciona também à fetichização da mercadoria expressa por Marx, processo que tende a aumentar o consumo de produtos, em suas mais variadas formas, para a obtenção do lucro perante a classe trabalhadora. No que concerne ao recorte espacial desta dissertação, Fiuza (2002, p.43) alega que a entrada do capital estrangeiro no Brasil durante o governo Dutra, iria conseqüentemente abrir as portas para o *american way of life* no país, quando a população, incentivada pelas quantidades maciças e constantes de propagandas, seria influenciada pelo pensamento consumista a partir dos EUA.

As propagandas estarão nos *outdoors*, nos panfletos, nos programas de televisão e também nos jornais, onde, de acordo com Sodré (1977), ocupariam quase 80% da composição do jornal no período aqui estudado. A propaganda é parte da indústria cultural brasileira, seja para a venda de filmes, músicas, revistas ou, para a propagação de ideias. A indústria cultural é a cultura, em todas as suas formas, produzida e vendida para “pacificar o desejo rebelde” da população (MARCUSE, 1968).

A indústria cultural é importante para o desenvolvimento da sociedade e do capitalismo. Deste campo, destacar-se-á a Imprensa que, para Gramsci (2001), é uma das principais formas de alienação da sociedade e da classe trabalhadora, principalmente por estar concentrada nas mãos das grandes elites financeiras, fazendo com que a divulgação das informações esteja atrelada aos interesses do capital.

De acordo com Thompson (1995), há uma necessidade de partilha dentro das relações sociais existentes e também uma procura de um modo para partilhá-las, neste caso, os meios de comunicação existentes, uma vez que é através das formas simbólicas e de suas reproduções que a sociedade econômica e o modo de consumo se renovam.

Para tal empreitada também é necessário que existam pessoas preparadas para dar continuidade nos modos e mecanismos de alienação da classe trabalhadora, pois a reprodução concreta das formas simbólicas é um alicerce para a manutenção deste sistema econômico (THOMPSON, 1995). Um dos mais profícuos meios para difundir tais características necessárias ao sistema capitalista, está justamente nos meios de informação. Nesse sentido, os jornais, pertencentes aos meios de comunicação de massa, têm um papel de destaque no modo como conhecemos e como reconhecemos as práticas sociais através das notícias, principalmente no século XIX e século XX, quando o impacto foi profundo para os padrões de interação característicos das sociedades modernas (THOMPSON, 1995, p. 285).

Apesar dos meios de comunicação de massa estarem sob o controle de grupos com interesses político-econômicos bem definidos, destaca-se a importância que os jornais operários, estudantis, políticos e sociais têm nas

relações cotidianas, produzindo um contradiscurso importante à esta grande Imprensa.

Pilotto (1976, p. 15-16) afirma que, no estado do Paraná, haviam periódicos que tratavam de temas sociais desde antes da Proclamação da República, como o *Echo Paranaense*, que era redigido em português e alemão e se declarava sem compromisso com os partidos políticos, discutia em suas páginas os problemas da imigração e da escravidão.

Em que pese a historiografia brasileira, Sodré (1977, p. 350-352) aponta que o início do século XX foi de importante movimentação operária e, para tanto, vários foram os tipos de Imprensa que divulgavam essas ideias, fossem jornais, revistas ou panfletos.

No que tange ao Paraná, no mesmo período, Pilotto (1976) afirma a diversidade de jornais operários, estudantis e como órgãos auxiliares de partidos políticos, mostrando uma diversidade jornalística no Estado que vai além dos jornais aqui citados, com uma multiplicidade de opiniões e expansão territorial. Tais características denotam que há uma imprensa de contestação além da grande imprensa ou dos grandes veículos de informação da época<sup>19</sup>.

Porém, cabe frisar, como outrora já citado por Gramsci, que antes de tudo o jornalismo é uma atividade de militância política, uma vez que o jornalista está escrevendo para um determinado grupo e com uma dada intenção, demonstrando um significativo poder que a mídia tem de manipulação, do momento em que ela é produzida, até quando chega nas mãos dos indivíduos.

O tipo de jornalismo considerado nestas notas é o que poderia ser chamado de “integral” (no sentido que, no curso das próprias notas, ficará cada vez mais claro), isto é, o jornalismo que não somente pretende satisfazer todas as necessidades (de uma certa categoria) de seu público, mas pretende também criar e desenvolver estas necessidades e, conseqüentemente, em certo sentido, gerar seu público e ampliar progressivamente sua área. (GRAMSCI, 2001, p. 197)

Gramsci explica que o sentido do jornalista, enquanto militante, é o de proporcionar fatos e ideias que auxiliem, com clareza, as mentes das classes subalternas, pois, o jornalismo é uma das atividades intelectuais mais importantes

---

<sup>19</sup> Posteriormente, essas relações de poder na Imprensa serão discutidas.

já que remetem “a um aparelho hegemônico, decisivo para a criação do senso comum” (LIGUORI e VOZA, 2017, p. 448). Cabe, pois, concluir, baseado nas ideias de Gramsci, que o jornalista é também a pessoa mais capacitada para estabelecer uma relação entre os ideais políticos e revolucionários de emancipação da classe trabalhadora, principalmente no período em que o autor italiano viveu.

A efervescência de jornais políticos e operários era expressiva durante o período estudado, principalmente por se tratar do pós-guerra e de momento de disputas expansionistas inerentes à Guerra Fria, como na corrida espacial e armamentista, que tinham o intuito de ampliar seu raio de controle no âmbito geopolítico, relacionado ao bloco econômico ao qual estavam inseridos estes países, o capitalista com os Estados Unidos da América, ou o comunista, com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Esses jornais eram distribuídos em portas de fábricas, em praças, em diretórios estudantis, entre outros locais que contribuíssem para a formação política das pessoas.

Essa efervescência política fez surgir panfletos operários e partidários em todo o país com a defesa de suas teses e ideais, além de noticiar os fatos de uma maneira diferente da Imprensa tradicional (VITORINO, 2000). Enquanto essa parte era controlada por operários, sindicatos e partidos, fazia propagandas ideológicas, a Imprensa tradicional era marcada para, além da propaganda ideológica, pela publicidade mercadológica<sup>20</sup>.

A teoria consensual da reprodução social é afirmada por Thompson (1995, p.117) na seguinte assertiva: “A reprodução das relações sociais não exige apenas a reprodução das condições materiais da vida social (alimentação, habitação, máquinas, etc.), mas também a reprodução dos valores e crenças socialmente partilhados”. Quer dizer, isto tem o significado de explicar que os valores e crenças encontram-se socialmente compartilhados, uma vez que existem como forma de garantir a reprodução das formas simbólicas, com o propósito de que sejam aceitas

---

<sup>20</sup> Como aponta Luhman (2005), é necessário compreender qual a diferença entre reportagem jornalística, entretenimento e publicidade, sendo que a primeira possuindo um caráter verídico com o dever de informar, o segundo com caráter de lazer e o terceiro como forma de venda e convencimento sobre ideologias e produtos. Todavia, como o mesmo aponta, essas relações se tornaram problemáticas a partir de um momento em que não há mais uma distinção essencial dentro dos jornais. Ele cita como exemplo que os jornais periódicos (p. 111-112) começam a dedicar páginas inteiras destinadas somente à propaganda. Contudo, esta propaganda começa a ter caráter também informativo em questões como a jardinagem ecológica, questões educacionais, entre outros, quebrando a diferença existente entre as partes.

pela população. Sobre as variações que podem ocorrer no âmago da teoria consensual da reprodução social, Thompson (1995, p. 119) explica que

Esta teoria admite muitas versões, mas podemos distinguir entre duas versões principais: a *teoria consensual central*, que defende que existem certos valores e crenças centrais (liberdade, democracia, igualdade de oportunidades, soberania do parlamento, etc.) que são amplamente partilhados e firmemente aceites; e a *teoria consensual diferenciada*, que coloca menos ênfase na existência de valores e crenças que são específicos aos papéis e posições dos indivíduos que estão localizados diferencialmente na divisão do trabalho.

Assim, pode-se considerar que a teoria consensual da reprodução social tenta especificar que várias interfaces devem ser realizadas para atingir os indivíduos, pois, apesar da individualidade inerente a cada um, ainda existem pautas centrais que os relacionam, pautas essas que podem modificar todo o modo de como as formas simbólicas são permanentemente reproduzidas dentro da sociedade.

Para Luhmann (2005), os meios de comunicação, como afirmado anteriormente, dentre eles a Imprensa periódica, atuam em três frentes principais: reportagens jornalísticas, entretenimento e publicidade<sup>21</sup>. Assim, qual realidade os meios de comunicação ajudam a construir, visto que eles são intrínsecos a estas três áreas e com interferência direta na vida dos indivíduos?

Como só se transmite o sentido do contexto das generalizações, que naturalmente podem variar do relativamente concreto ao relativamente geral, assim também a causalidade só é representável à medida que podem ser escolhidas as causas determinadas, isto é, os efeitos determinados (Luhmann, 2005, p. 130). Por conseguinte, as generalizações precisam ser amplas para que se obtenha os efeitos desejados para a construção de uma narrativa e de uma realidade factível perante a sociedade, possibilitando, nesse sentido, influenciá-la.

A focagem em relação ao que deve ser mais iluminado pode variar por causa de preconceitos ideológicos ou normativos, mas ela é inevitável mesmo diante dos conhecidos conflitos de valores. Conflitos de opinião decididos nos meios de comunicação operam, por isso, muitas vezes com distintas atribuições de causalidade e dão a si mesmos, por meio de expediente, a aparência de uma

---

<sup>21</sup> Para mais informações sobre notícias e reportagens, ver Luhmann (2005, p. 53-72); sobre publicidade, ver Luhmann (2005, p. 83-92); e sobre entretenimento, ver Luhmann (idem, p. 93-110).

referência compacta, e não mais desagregada dos fatos. As atribuições de causalidade reduzida produzem, da mesma maneira, mas de forma invertida (e talvez esse seja o caso mais comum), julgamentos, emoções, apelos, protestos. Ambos aplicam-se às notícias e às reportagens, mas, da mesma forma, à encenação de narrativas e a um tipo de publicidade que no âmbito causal (se é que esta é tematizada) só menciona aquilo que fala a seu favor. (LUHMANN, 2005, p.131)

Logo, sempre há de existir a ideologia no que é publicado, seja como forma de reportagem, entretenimento ou mesmo como forma de publicidade propriamente dita. A necessidade de se propagar ideais para a manutenção de um sistema vigente ou de propagar ideais que possam quebrar esse sistema é utilizada através das mais diversas táticas.

Toda leitura jornalística é uma forma pura de relação dialógica, pois, como versa Vossler (apud GRILLO, 2018, p. 66), não há dentro dessa esfera do gênero discursivo um sentido de monólogo, visto que toda a palavra escrita estará dialogando com o próximo, uma vez que o autor, o jornalista, não está preocupado com as suas palavras direcionadas a um único leitor, mas, sim, na possível receptividade de uma variada gama de leitores do jornal.

Com a acumulação capitalista, principalmente durante o século XIX, o desenvolvimento de técnicas para a produção da Imprensa e o crescimento significativo dos níveis de alfabetização, houve significativa expansão do modelo industrial de produção de livros e jornais, tendo os jornais a primazia desse crescimento (THOMPSON, 1995, p. 235). Desse modo, o desenvolvimento industrial permitiu a “produção, reprodução e circulação das formas simbólicas numa escala antes inimaginável” (Idem, p. 9).

Assim como as outras ciências, a história, e aqui em particular a história da educação, necessita amplamente do método científico como base para a compreensão do momento e do espaço histórico que se estuda, para assim poder compreender a construção histórica da sociedade, uma vez que, como atesta Gramsci (apud LIGUORI e VOZA, 2017, p. 117), as ciências naturais e humanas devem convergir no “modo de ser do novo intelectual”, que, como “persuasor permanente”, da “técnica-trabalho chega a técnica-ciência e à concepção

humanista histórica”<sup>22</sup>. Liguori e Voza (2017, p. 274) ressaltam que, em Gramsci, o estudo das fontes é necessário para a compreensão dos extratos filosóficos, e, neste caso, socioculturais de uma época para a explicação dos acontecimentos. Neste âmbito da construção científica da história, as fontes são as protagonistas para a compreensão dos momentos históricos vividos.

Como enfoca Ragazzini (2001, p. 16), os estudos das fontes para a construção de um conhecimento histórico-científico devem ser bem embasados teórica e metodologicamente, ressaltando a finalidade da construção de uma narrativa histórica da educação, e não uma narrativa filosófica. Para tal direcionamento, é mister a escolha do método de pesquisa pautado na ciência histórica, pois, como aponta Grespan (2011, p. 292), diferentemente do romance histórico, a história enquanto ciência se embasa em métodos e em todo o seu processo formal para se chegar o mais próximo possível do sentido concreto dos fatos.

Como afirmado anteriormente, a escolha do materialismo histórico e dialético, em que o primeiro está pautado como a ciência do marxismo e o segundo como a filosofia marxista, buscam a compreensão do momento histórico delimitado, contribuindo para a análise da superestrutura (ideologia) e da infraestrutura (sociedade), através da análise das notícias veiculadas em periódicos, sendo estes as fontes primárias para este estudo. Ressalta-se novamente que uma das vertentes para essa análise se ampara no dialogismo, com base em Bakhtin (2011, 2016, 2017) e Volóchinov (2018), onde a compreensão de dialogismo é intimamente ligada à compreensão marxista de dialética.

Para essas análises, a questão do tempo e espaço são fundamentais para um estudo que envolve a filosofia bakhtiniana. O tempo e o espaço, ou o cronotopo<sup>23</sup> para Bakhtin, como apontado por Sobral (2018b), são bases

---

<sup>22</sup> Para a definição completa do termo ciência ver Liguori e Voza: *Dicionário Gramsciano (1926-1937)*, 2017, p. 114 - 117.

<sup>23</sup> Não há uma definição que abarque toda a complexidade do conceito de cronotopo dentro do universo bakhtiniano. De um ponto de vista mais genérico, o conceito de cronotopo refere-se a uma visão a partir do espaço-tempo em que o autor se encontra. Amorim (2018) aponta que, o conceito de cronotopo está vinculado a realidade sócio-histórica de como eu vejo o mundo ou de como este me observa, a partir do individual para o coletivo ou vice e versa. Entretanto, Sobral (2018b) ressalta que os principais sentidos do cronotopo estão ligados à forma de entender o mundo a partir da experiência, da organização dos discursos e da arquitetura dos gêneros discursivos. Aqui, o conceito utilizado de cronotopo está embasado ao qual se refere Sobral. Entende-se que os principais pontos levantados por Amorim tendem a ideia de apenas um autor, onde reconhecer o

necessárias para o estudo da história da educação, inserindo métodos que possam abranger essas análises. Embora baseados no materialismo histórico e dialético, no contexto da Revolução Bolchevique e da expansão da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), uma diferença se apresenta entre as duas teorias: enquanto Marx e Engels estudam a partir de um conceito de classe, Bakhtin e seu círculo tendem a analisar a partir da singularidade do sujeito.

O pensamento bakhtiniano almeja uma compreensão filosófica que vai além do materialismo dialético e de sua conceituação enquanto filosofia marxista, valendo-se da reflexão de filósofos clássicos gregos e até dos estruturalistas, buscando conceituar o diálogo não como algo uno, mas múltiplo, de compreensões entre o eu e o outro e o modo como estes se relacionam com o mundo (SOBRAL, 2018b). Por conseguinte,

Trata-se da integração filosoficamente fundada entre consciência individual e relações sociais, entre percepção do mundo natural e construção do mundo social, integração na qual o eu depende das relações com os outros, mas não é entendido como paciente do agir dessas relações, mas como um agente que é por elas influenciado, mas também as altera, as ressignifica, dá-lhes feição. O sujeito é individual, mas não subjetivo, e o mundo é objetivo, mas sempre construído social e historicamente pelas ações da coletividade humana. O filósofo e a filosofia bakhtinianos estão “na cidade”, no centro dos acontecimentos, e seu imperativo é a responsabilidade, no plano concreto, a ética cotidiana, não proposições transcendentais e inacessíveis. (SOBRAL, 2018b, p. 148)

De acordo com Sobral, a necessidade da compreensão do espaço-tempo para entender o sujeito e, também, a sociedade, é fundamental para discussões acerca dos fatos e das fontes históricas. Os atos, conforme remonta Bakhtin (2011, p. 128), são conscientizáveis, carregados de uma perspectiva dialógica com os objetivos e sentidos práticos de sua execução e da existência do ser, incluídos aí seus valores políticos, sociais, cognitivos e morais. Esse desencadear de atos, partindo de uma pessoa ou de um grupo, são os desenvolvedores dos acontecimentos que se transformam nos fatos históricos. Os fatos, por sua vez, são narrados de diversas formas expressivas da linguagem, o que acarreta na

---

tempo-espaço ao qual ele está inserido irá dar compreensão a entender o modo como e sobre o que ele escreve, enquanto o de Sobral, partindo da organização dos discursos e das vivências dos mais variados autores, contribui mais ricamente para a análise do discurso jornalístico.

construção das fontes históricas, que remontam ao período e ao espaço em que aconteceram. De uma maneira mais precisa, define-se que as fontes históricas

São vestígios, testemunhos que respondem – como podem e por um número limitado de fatos – as perguntas que lhe são apresentadas. A fonte é uma *construção* do pesquisador, isto é, um reconhecimento que se constitui em uma denominação e em uma atribuição de sentido; é uma parte da operação historiográfica. Por outro lado, a fonte é o único contato possível com o passado que permite formas de verificação. Está inscrita em uma operação teórica produzida no presente, relacionada a projetos interpretativos que visam confirmar, contestar ou de aprofundar o conhecimento histórico acumulado. A fonte provém do passado, é o passado, mas não está mais no passado quando é interrogada. A fonte é uma ponte, um veículo, uma testemunha, um lugar de verificação, um elemento capaz de propiciar *conhecimentos acertados* sobre o passado. (RAGAZZINI, 2001, p. 14, grifos do autor)

Portanto, as fontes encontram inteligibilidade a partir das questões do presente e possibilitam alcançar a objetividade no estudo do passado. Emanadas de perguntas e escolhas do pesquisador, permitem um olhar diferenciado em relação ao modo como estas fontes foram utilizadas em outros períodos históricos. E também:

As fontes estão na origem, constituem o ponto de partida, a base, o ponto de apoio da construção historiográfica que é a reconstrução, no plano do conhecimento, do objeto histórico estudado. Assim, *as fontes históricas não são a fonte da história*, ou seja, não é delas que brota e flui a história. Elas, enquanto registros, enquanto testemunhos dos atos históricos, são a fonte do nosso conhecimento histórico, isto é, é delas que brota, é nelas que se apoia o conhecimento que produzimos a respeito da história. (SAVIANI, 2004, p. 5 apud IVASHITA, 2014, p. 70, grifo meu)

Nesse sentido, as fontes não falam por si mesmas, mas respondem às operações objetivas do pesquisador para a construção de uma inteligibilidade sobre o passado e sua escrita. Portanto, aqui no caso em apreço, a partir das fontes históricas poder-se-á dar início a uma escrita da história da educação, dado os testemunhos de um tempo e um espaço que elas carregam. A partir de suas análises, abrimos o contato com o passado para a compreensão do espaço e do período definido, podendo assim redigir uma história da educação.

Escrever a história enquanto operação científica deve ser uma ação diferenciada do romance histórico, ainda que este possa ser considerado uma fonte

para o estudo em história, mas não propriamente como a narrativa dos fatos, pois a escrita histórica deve estar sempre atenta ao método científico e ao embasamento teórico (GRESPLAN, 2011, p. 292). Portanto, pensando sobre a fonte periódica,

A imprensa permite uma ampla visada da experiência cidadina: dos personagens ilustres aos anônimos, do plano público ao privado, do político ao econômico, do cotidiano ao evento, da segurança pública às esferas cultural e educacional. Nela encontramos projetos políticos e visões de mundo e vislumbramos, em ampla medida, a complexidade dos conflitos e das experiências sociais. (VIEIRA, 2007, p. 13)

A Imprensa possui toda uma composição para servir como fonte para a pesquisa em história. Luca (2011) certifica que recorrer às práticas jornalísticas para a construção da escrita da história não era algo novo para os historiadores, pois os periódicos sempre foram úteis na busca de dados sobre determinado tempo e espaço, como o número de habitantes, a história do mercado financeiro, entre outros (p. 117), mas tratar todo o conteúdo como consubstanciado por uma ideologia, ainda é considerado algo novo para a historiografia.

Não se deve desconsiderar, durante a análise, o papel social da Imprensa, de fato, como já afirmado anteriormente por Gramsci (2001), pois esta é uma das formas de alienação da sociedade e da classe trabalhadora. Igualmente, ela não deve ser tratada apenas como veiculadora de informações, mas deve também ser considerada em seu papel primordial enquanto instrumento de alienação da sociedade, visto que a indústria cultural não é livre de ideologias e encontra-se inserida em um mercado, o mercado cultural, e isso determina uma necessidade de comercialização (CAPELATO e PRADO, 1974, apud LUCA, 2011, p. 118).

Faz-se importante ressaltar que em Machado (2018, p. 155) há menção a dois modelos de gêneros discursivos de Bakhtin, onde o primeiro é derivado da comunicação cotidiana, enquanto o segundo, é a comunicação produzida a partir dos códigos culturais elaborados historicamente, como é o caso da escrita, pois são formações complexas elaboradas pela comunicação cultural organizada. Essas suas esferas dos gêneros discursivos não são antagônicas, mas complementares. As conversas do cotidiano influenciam reportagens, leis, romances, entre outros, enquanto tais formulações da comunicação cultural influenciam nas conversas do cotidiano. Elas, portanto, também *pautam* o

cotidiano. Em resumo, o jornalismo é um gênero secundário, uma manifestação cultural com o intuito de levar informação à população, estabelecendo uma relação dialógica entre os fatos de ontem com o discurso de hoje.

Machado (2018, p.159), citando Bakhtin, avança que o gênero estará sempre orientado através da sua relação espaço-tempo, pois “o gênero vive do presente mas recorda o seu passado, o seu começo”. Toda a construção discursiva é a realidade social de seu tempo e, também, produto de sua história. As manifestações discursivas na Imprensa, objeto de análise dessa pesquisa, são produtos históricos para a compreensão de uma sociedade que também é a base para a sociedade atual.

Considerando tais ferramentas de propagação do discurso, como os jornais, e levando em conta a globalização e a expansão dos meios de comunicação de massa, podemos ver que Santos e Rodrigues (2017), baseados nas ideias de Coutinho, aludem

[...] que devido a globalização e, conseqüentemente, a necessidade, cada vez maior, de acesso a informações, as mídias têm grande importância na sociedade atual, chegando ao ponto de serem chamadas de quarto poder – que teriam a função de regular os outros três: o legislativo, o executivo e o judiciário. Esse *status* das mídias decorre da suposta condição de isenção, do fato de ocuparem o lugar privilegiado de democratização de informações e do fato de terem o poder de “conscientização” e “mobilização” da população em relação aos acontecimentos sócio-políticos de relevância da sociedade. (p. 526)

Sendo assim, pode se estabelecer a relação alienante da mídia com a sociedade e a sua influência nos meios políticos por ser uma ferramenta de grande auxílio para o embate e a disputa do discurso político em suas folhas.

A ideologia, representada através dos ou pelos signos, tem seu sentido físico-material, onde a materialidade do signo apresentado é importante para a compreensão ideológica. Miotello (2018, p. 170) irá asseverar que:

O conjunto de signos de um determinado grupo social forma o que Bakhtin chama de universo de signos. E todo signo, além dessa dupla materialidade, no sentido físico-material e no sentido sócio-histórico, ainda recebe um “ponto de vista”, pois representa a realidade a partir de um lugar valorativo, revelando-a como verdadeira ou falsa, boa ou má, positiva ou negativa, o que faz o signo coincidir com o domínio ideológico.

Portanto, a ideologia é parte estrutural da significação e, conseqüentemente, reflete no modo como os discursos são construídos. Os signos e suas significações são importantes para a compreensão do que informam os jornais e do contexto histórico e espacial, e no caso deste estudo, fundamentais para se chegar a uma conclusão sobre como a Imprensa se reportava sobre a classe profissional dos professores paranaenses entre os anos de 1945 e 1964. Nesse sentido, para Bakhtin, os gêneros do discurso são característicos de grupos que realizam práticas sócio-discursivas (SANTOS e RODRIGUES, 2017, p. 527).

Como aponta Souza, a notícia deve ser construída de forma estratégica e cortada por várias intersecções (apud SANTOS e RODRIGUES, 2017, p. 530), pois a notícia comporta informações com um sentido para o momento histórico em que é reportada, e para o espaço ao qual será difundida, sendo assim, importante para a compreensão dos momento socioculturais e históricos.

A notícia é o resultado da interação simultaneamente histórica e presente de forças de matriz pessoal, social (organizacional e extraorganizacional), ideológica, cultural, do meio físico e dos dispositivos tecnológicos, tendo efeitos cognitivos, afectivos e comportamentais sobre as pessoas, o que por sua vez produz efeitos de mudança ou permanência e de formação de referências sobre as sociedades, as culturas e as civilizações. (SOUZA, 2002, p. 9-10 apud SANTOS; RODRIGUES, 2017, p. 532)

A linguagem, a palavra e a ideologia estão ligadas de maneira ininterrupta, onde, tecendo ideias básicas do pensamento bakhtiniano, Yaguello (2006, p. 18) afirma que

[...] a palavra, veicula, de maneira privilegiada, a ideologia; a ideologia é uma superestrutura, as transformações sociais da base refletem-se na ideologia e, portanto, na língua que as veicula. A palavra serve como “indicador” das mudanças.

Ela demonstra que a ideologia é trazida à tona através da linguagem<sup>24</sup>. A ideologia se concentra na superestrutura, por isso, analisemos aqui uma das relações possíveis entre base e superestrutura. A base condiciona a superestrutura (o Estado, a política, a economia), pois a organização social, que nasce diretamente da produção e do comércio, constitui a base do Estado e a base das ideias na

---

<sup>24</sup> Inclui-se aqui as mais variadas formas de linguagem, verbais e não-verbais, como manifestações da superestrutura na base.

superestrutura, e esta, por sua vez, tem fundamentos nas relações de produções sociais<sup>25</sup>. As relações econômicas da base determinam o Estado, e a transformação dessa relação é a transformação da superestrutura. Logo, a ideologia é modificada através da base e por ela reutilizado, inclusive através de fenômenos como a linguagem, para produzir as expressões de poder.

Conforme já descrito aqui, sendo a linguagem como expressão de poder e a indústria cultural como uma das manifestações de poder econômico e político, o jornal, integrado ao gênero informativo, mostra sua influência política e econômica através de suas páginas e, também, de seus enunciados (BRAIT, 2018a). É válido ressaltar que a escrita é profissional, com origem no jornalista, e que essa escrita, interligada entre a base e os interesses da superestrutura, possui a finalidade de reportar informações e acontecimentos a população, sendo que essa escrita possui claramente um direcionamento ao leitor.

Esse destinatário pode ser um participante-interlocutor direto do diálogo do cotidiano, pode ser uma coletividade diferenciada de especialistas de algum campo especial da comunicação cultural, pode ser um público mais ou menos diferenciado, um povo, os contemporâneos, os correligionários, os adversários e inimigos, o subordinado, o chefe, um inferior, um superior, uma pessoa íntima, um estranho, etc.; ele também pode ser um outro totalmente indefinido, não concretizado (em toda sorte de enunciados monológicos de tipo emocional). Todas essas modalidades e concepções do destinatário são determinadas pelo campo da atividade humana e da vida a qual tal enunciado se refere. A quem se destina o enunciado, como o falante (ou o que escreve) percebe e representa para si os seus destinatários, qual é a força e a influência deles no enunciado – disto dependem tanto a composição quanto, particularmente, o estilo do enunciado. (BAKHTIN, 2016, p. 62-63)

O papel do enunciado é claro na organização da mídia para a manifestação da superestrutura, dentro disto observa-se também que a utilização do enunciado/discurso alheio se mostra necessária para a confirmação do que é relatado por estes jornais, e no caso aqui em apreço, para a construção de uma narrativa histórica da educação, baseada nos fatos descritos dentro das folhas dos jornais.

---

<sup>25</sup> Para a definição completa de base e superestrutura ver Bottomore: *Dicionário do Pensamento Marxista*, 2001, p. 27-29.

## 1.2 Sindicalismo, Educação e Trabalhadores da Educação

De acordo com Bottomore (2001), Marx salienta que a diferença entre as classes sociais é essencial para se entender o sistema capitalista, pois assim observa-se o “motor da história”, que seria a luta de classes. Porém, dadas as novas estruturas sociais que afligem o mundo após seus escritos, o conceito de classes deve ser discutido, visto que Marx e Engels chegaram às conclusões com a análise da situação da classe operária através de seu próprio meio social, que se diferenciou no decorrer da história, visto o aumento das máquinas automatizadas que substituem os trabalhadores em empresas, entre outras mudanças.

Posto isto, entende-se que surgem novas estruturas pela luta da emancipação da classe trabalhadora, como lutas nacionalistas, lutas pelos direitos das mulheres, pelos direitos dos movimentos étnicos, da luta pela sexualidade livre, entre outros. Isto separou em alguns aspectos a classe trabalhadora, como é o caso do Brasil no Estado Novo, onde os sindicatos foram estatizados e separados por profissão e por região. Durante o breve período democrático brasileiro (1945-1964) em que se circunscreve esta pesquisa, houve uma tendência de criar unidades e centrais sindicais, com finalidade de unir as demandas da classe trabalhadora.

As centrais sindicais, embora importantes para a luta dos trabalhadores, pois visam a unificação de todas as categorias em uma única para, assim, conseguir vencer problemas dos trabalhadores dos mais variados níveis, foram proibidas no país até a eleição direta de Getúlio Vargas em 1950, quando esse, na busca pela unificação em todos os campos políticos, apoiou a construção de tais centrais (KONDER, 2003).

Enquanto as centrais sindicais não eram fundadas, isso não impedia que sindicatos se aglutinassem na construção e participação em congressos intersindicais no país. O congresso de mulheres operárias da ORIT de 25 de janeiro de 1964 apresenta, ainda, toda a visão machista presente tanto na Imprensa, quanto no meio operário. A notícia reporta que:

A ORIT tem seus escritórios centrais na cidade do México e selecionou Curitiba para essa inédita promoção em virtude da fama que goza nossa cidade como capital universitária do País devendo

a seguir realizar seminários idênticos nas demais Capitais brasileiras. A iniciativa prende-se ao fato do alto grau de politização que alcançou no momento o trabalhador brasileiro e a participação ativa do *sexo frágil* junto aos movimentos reivindicatórios já levados a efeito como também pela necessidade da mulher se integrar mais intensamente na vida sindical das entidades que representam suas atividades profissionais. Outro objetivo será a discussão das melhorias das condições de trabalho e outros problemas que no momento estão afetos a participação mais ativa da mulher no cenário sindical brasileiro. (ORIT... 1964, Correio do Paraná, p. 4, grifo nosso)

O termo *sexo frágil* exhibe todo o pensamento patriarcal que rondava pelas notícias que circulavam no país. Apesar disso, a participação das mulheres para ocupar espaços que até antes eram negadas a elas eram de extrema relevância, e, mesmo elas sendo discriminadas em ambientes de trabalho e também nas organizações trabalhistas, a participação das mesmas nos congressos eram essenciais para dar força e organicidade aos sindicatos e, assim, auxiliarem em sua estruturação.

Há um hiato na história da atuação sindical das mulheres no Brasil, que vêm sendo sanado por algumas pesquisas recentes. Afinal, são as dinâmicas próprias da contemporaneidade que produziram uma nova onda feminista, que vem lançando bases para um questionamento e uma atuação a partir da visão de gênero nos mais diversos contextos. Em relação à produção historiográfica, a Nova História tem um papel relevante ao situar a categoria de gênero nas temáticas e preocupações no campo das ciências sociais e humanas (REINA, 2014).

A presença das mulheres nos mais variados campos de atuação e, por conseguinte, em seus sindicatos tem início logo nos primeiros anos da República (REINA, 2014). No que diz respeito à profissão docente, Vianna aponta que as mulheres começaram a ocupar as cadeiras de professoras em um processo que fazia parte da construção dos estereótipos da classe, como o dos cuidados e a preocupação com o próximo (2001 apud RUCINSKI, 2017, p. 116-117).

A estrutura sindical, importante instrumento para a batalha entre força de trabalho e mercado, visa garantir a realização das condições operárias. Alves, apoiado nas teorias de Marx sobre os sindicatos, assevera que:

Marx pôs como referência ontológica do próprio modo de ser do operário, a luta de classes. A própria concepção de sindicatos e sindicalismo, enquanto organização operária, vinculava-se à

perspectivada greve contra o capitalista, personificação do capital, do estranhamento próprio da condição operária. A greve, a insatisfação e a rebeldia eram, para Marx, inseparáveis do modo de ser do proletariado, classe cujo movimento tendia a abolir o sistema capitalista. (2007, p. 249)

E revela ainda que

[...] se Marx destacou o valor das lutas sindicais, seus aspectos políticos e a sua importância moral para a classe trabalhadora, ele manteve sempre uma posição de crítica do sindicalismo e de seus limites. É preciso salientar que Marx não demonstrou os limites de um *tipo particular de sindicalismo* o sindicalismo de ofício, por exemplo. Ele denunciou os limites do sindicalismo *tout court*. Mesmo o sindicalismo da indústria, um sindicalismo de massa que veio a prevalecer durante o século XX, possuía também como característica principal a luta meramente defensiva contra os abusos capitalistas. Enfim, a crítica de Marx é a crítica da *forma-sindicato*, que tende a manter-se, por sua própria natureza, no interior do círculo de domínio do capital. (ALVES, 2007, p. 249)

Isto é, para além do sindicato como representante da classe trabalhadora, é de extrema importância que ele se situe enquanto espaço combativo contra a estrutura de classes no sistema capitalista. Caso isso não ocorra, como apontado por Gramsci (1988 apud ALVES, 2007, p. 250-251), o sindicato passa a ser mais um integrante da sociedade e do modelo capitalista, regido pelo regime da propriedade privada e agindo conforme as leis do mercado. Por conseguinte,

Pelo fato de o mundo capitalista e neoliberal estar preocupado com o lucro, com a acumulação e com a hegemonia da elite capitalista sobre a classe trabalhadora, não lhe resta espaço de tempo para cultivar a vida do ser humano, ou seja, os hegemônicos não se mostram preocupados com a vida no planeta e muito menos com a qualidade de vida da grande massa de seres humanos trabalhadores. Quanto à vida do planeta, essa elite só passará a se preocupar com os seres vivos, se o que os ameaça, também ameaçar seus próximos. Um grupo hegemônico que pense e aja dessa forma não irá se preocupar com a escola pública, muito menos se ela está proporcionando o acesso e permanência de alunos e, muito menos, ainda, se é de qualidade. Só irá se preocupar com a qualidade da escola se esta for a escola de seus filhos. (ANJOS, 2017, p. 189)

A partir desta afirmação, entende-se que a escola pública é fruto da luta dos trabalhadores, urbanos e rurais, operários e servidores públicos, professores e alunos. Alunos estes que se transformarão na classe trabalhadora de amanhã. Logo, a máxima de Marx e Gramsci sobre a importância da luta ampliada das

organizações sindicais e dos trabalhadores, devem encontrar ressonância também nas bandeiras políticas dos diferentes grupos sociais e de sua luta a favor da escola pública.

Este trabalho tem como foco a organização dos professores a partir da fundação da Associação dos Professores do Paraná – A.P.P. até a formação da APP-Sindicato, cujo lema atual é “Em defesa da escola pública, gratuita, democrática, laica, de qualidade e de resistência!”<sup>26</sup>, palavras estas que, como apontadas por Tragtenberg (2004), não são de interesse das elites econômicas, que influenciam diretamente no Estado e em suas políticas. Estas, influenciadas principalmente pelo mercado financeiro norte-americano, que, com a Guerra Fria a todo o vapor e pela vitória de Fidel Castro e da Revolução Cubana, aumentavam o temor ao redor de uma “ameaça comunista”.

O Brasil e o Paraná mostravam uma efervescência de políticas de industrialização, urbanismo, cultura e educação. No Estado do Paraná, principalmente na capital, Curitiba, a categoria dos professores deve ser analisada e compreendida enquanto organização de trabalhadores, mesmo antes do título de sindicato que a organização recebeu, pois estes são os que atuam diretamente na educação de crianças e adolescentes, os responsáveis “pelo futuro da nação.

A função da escola no sistema capitalista, para Tragtenberg (2004, p. 46), não é a de transformação social ou cultural, como versa Nosella (2010) baseado em Gramsci, mas sim o de manter a classe operária sob o domínio da elite capitalista. Ora, não interessa ao sistema capitalista um operário embrutecido, ao contrário, necessita de um operário consciente, dentro dos moldes do sistema, como um ser com responsabilidades dentro da empresa e da indústria. Sob a ordem de se sentir pertencente e participativo, como um beneficiado pelo crescimento da empresa.

Cabe ressaltar que Tragtenberg (2004, p. 47) aponta que os profissionais da área da educação estão, assim como o operário, separados dos meios administrativos e gerenciais de seus locais de trabalho, característica que difere o trabalhador dos donos dos meios de produção.

---

<sup>26</sup> Este lema aparece no rodapé de todas as páginas do livro APP-Sindicato 70 anos de história e memória, de Amancio Luiz Saldanha dos Anjos, de 2017, publicado pela própria APP.

Os professores não participam diretamente das decisões para os trabalhadores da educação e alunos, afinal, eles não decidem as políticas públicas para a educação, as verbas para a educação, sua remuneração, a organização escolar, entre outros. Aos professores, e aos outros trabalhadores da educação e aos estudantes, cabe a luta pela educação, pelas condições de trabalho e de estudo. Neste ponto, Tragtenberg (2004, p. 49) afirma que a luta de classes é visível.

O mesmo autor aponta que “Há uma ambivalência em relação à figura do professor: de um lado, é desprezado como ‘servidor da comunidade’; de outro, encarado como portador do saber absoluto, é criticado por não fazer sentir todo o peso de sua autoridade sobre o aluno” (TRAGTENBERG, 2004, p. 48-49). Logo, o professor tem sua imagem desvalorizada, sofre pressões por parte do governo e também da sociedade e, ao encontro de qual poder estiver a Imprensa, são constantes os ataques às suas atividades.

Para tanto, um questionamento: qual o papel do professor dentro da sociedade? Ora, partindo da pedagogia histórico-crítica, entende-se que a educação é um fenômeno inerente ao ser humano, ou seja, “a compreensão da educação passa pela compreensão da natureza humana”, logo, a educação é a acumulação dos saberes historicamente produzidos pelo homem e, o professor, é o transmissor desse conhecimento (SAVIANI, 2008, p. 11).

Porém, a cronologia versa que o ofício do professor nem sempre esteve ligado aos conhecimentos científicos, que são os conhecimentos que permeia a escola atualmente. Inicialmente, a função da educação estava ligada ao sacerdócio. Os ensinamentos eram catequéticos, baseados na religião predominante em cada região e, em suma, preparavam novos jovens para o sacerdócio ou a educação de jovens nobres (NOBRE e LEITE, 2011). É a partir da primeira Revolução Industrial (1780-1830) e com a divisão social do trabalho, que separou o trabalho manual do trabalho intelectual, onde se observa que

ler e escrever passaram a ser habilidades sociais necessárias e culturalmente importantes e, como aborda Bussmann e Abbud (2002), com o desenvolvimento das sociedades foi se tornando parte do ideário social a necessidade de escolarização das pessoas, tanto para atender necessidades do mundo do trabalho quanto para uma formação humana mais ampla e abrangente, proporcionada pelo contato com os conhecimentos formalmente

organizados, delegando aos professores, tanto contratados pela igreja quanto pelo estado ou pela iniciativa privada, a responsabilidade pela tarefa de ensinar. (NOBRE; LEITE, 2011, p. 2)

Observa-se que, mesmo após a revolução industrial e a clara visão da necessidade da escolarização para além das classes nobres, sendo necessário educar os filhos dos trabalhadores, a profissão não se encontrou desligada ao sacerdócio.

No decorrer da história, o ofício do professor foi se alterando conforme eram postas as situações da sociedade capitalista. O ato de educar, de ensinar, ganha espaço e mostra uma necessidade da sociedade capitalista de uma classe trabalhadora que entenda, pelo menos, os conceitos básicos que permeia o cotidiano que passa a ser permeado pela tecnologia, principalmente a partir da segunda metade do século XX.

Tal premissa pode ser observado já na declaração universal dos direitos humanos, onde, no artigo 26, remete que “todo o ser humano tem direito a instrução” (1948).

Posto isso, a atribuição do professor dentro da sociedade capitalista é o de formar jovens<sup>27</sup> que estejam preparados para os problemas que a sociedade lhe traz. O ato de educar, como alude Saviani, referenciando Guiomar, é deixado de lado dentro do sistema e a escola é vista apenas como formadora de mão-de-obra e, o professor, apenas como alguém dotado de uma técnica metodológica para a transmissão dos saberes.

As transformações que ocorrem na sociedade refletem na educação e na escola e, conseqüentemente, na prática profissional do docente. Silva (2009) diz que com o passar dos anos, muitas das atividades ao qual o professor era ligado, como um profissional intelectual, vão se perdendo com o passar do tempo na percepção da sociedade.

Essas transformações que, em certo ponto, desligam a histórica imagem que o educador possuía no início da natureza das suas atribuições, afetam o modo como a escola se relaciona com a sociedade. Silva (2009) atenta que, se historicamente a escola era vista como o local aonde ocorria a transmissão dos

---

<sup>27</sup> Se deu preferência ao termo jovens visto as especificidades que ocorre na Educação de Jovens e Adultos, no caso dos primeiros, que ocorre fora da idade correta da escolarização

conhecimentos científicos, suas transformações, turbinadas pela desigualdade social no país, a transformaram, também, em pontos de assistencialismo aonde o serviço social do Estado não chega. Logo, o professor que antes estava preocupado com a transmissão dos conceitos histórico-científicos, se encontra também no papel assistencial.

Com essas transformações que ocorreram no decorrer da história sobre o papel da escola, Liguori e Voza (2017, p. 247) aludem que, para Gramsci, esta não deve ser vista como algo isolado, como um espaço único para a formação das pessoas, mas sim como um instrumento de politização e educação para a classe trabalhadora e para o povo, com a finalidade de modificar as estruturas sociais capitalistas.

Para tanto, a transformação da escola e da educação adviria das mudanças em toda a sociedade, não sendo apenas papel dos professores a modificação da escola e do modo de ensinar os alunos, visto que existem inúmeros fatores que conectam a escola aos outros setores da sociedade. Marx salienta que a modificação das relações sociais será a base para as transformações das estruturas sociais (apud ORSO, 2008, p. 55-56). Apesar disto, Bottomore (2001, p. 122) referencia que, em alguns pensadores marxistas, como Althusser, a escola, enquanto direcionada pelo Estado, apenas reproduz a ideologia da classe dominante, perante as pessoas que a frequentam.

Sobre a relação dos profissionais da educação e dos professores com os movimentos sociais, relacionados ao período pré-ditadura militar, vale ressaltar ao que remete Paiva:

Nossos profissionais da educação que até então, reunidos nos congressos e universidades, discutiam a erradicação do analfabetismo a partir dos métodos educativos e concepções psicológicas e pedagógicas, deparavam-se agora com novos temas, de abordagem política, sociológica e cultural. Dessa forma, seriam justamente os intelectuais interessados nessas abordagens que se lançariam com maior interesse ao campo da educação popular – vindos da filosofia, economia, da sociologia e das artes e, dando início a novas formas de pensar e fazer educação popular. (1985, p. 214, apud CALDAS, 2007, p. 152-153)

A compreensão de que a educação muda a vida das pessoas é importante, principalmente no processo de conhecimento das questões políticas a qual estavam envolvidas em torno da escola, sobre quais os problemas sociais que

merecem atenção, principalmente relacionados à classe trabalhadora, pois, esta fica a margem do sistema capitalista. A transformação das relações de trabalho, do modo de produzir a vida, alteram a sociedade e conseqüentemente, a economia, a política, a educação e a escola.

O sistema educativo está sujeito aos mesmos condicionantes das demais instâncias sociais, portanto apresenta as mesmas fragilidades e debilidades das demais práticas, que só serão superadas na medida em que fizerem parte de um conjunto articulado de transformações. (HIDALGO, 2008, p. 128)

Por conseqüência, entende-se que a sociedade no sistema capitalista tem no Estado o responsável pelas situações escolares e das classes profissionais da educação. Entender a classe trabalhadora dos profissionais em educação, é necessária para entender o processo histórico da educação, incluindo fatores que transformaram os profissionais e a escola nos moldes como a conhecemos hoje.

## 2 O PARANÁ NA ERA DO NACIONAL-DESENVOLVIMENTISMO: HISTORIOGRAFIA E EDUCAÇÃO

*É o tempo que os homens procuram compreender e calcular por meio dos mais diferentes instrumentos. Ele está presente no nosso dia-a-dia e ao longo de toda a nossa existência. Podemos notá-lo no nosso pensamento e no nosso vocabulário, assim como a maneira que empregamos para interpretar os acontecimentos da nossa própria vida e da história das sociedades. (TURAZZI; GABRIEL, 2000, p.4-5)*

Na segunda metade do século XX, após o término da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e com o advento da Guerra Fria, crises econômicas e políticas se difundiram pelo mundo inteiro, fosse no sistema neoliberal, tendo como principal espelho os Estados Unidos da América, ou no sistema socialista, que se espelhava na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). A Europa passava por um processo de reconstrução pós-guerra, enquanto o Brasil se encontrava no mais alto grau de industrialização da história do país, se expandindo aos mais variados espaços geográficos do país e instaurando um capitalismo de Estado, onde o mercado dependia das ações do Estado para se fortificar.

Seguindo o raciocínio do movimento internacional, em Bohoslavsky e Caramés (2015), compreende-se algumas das influências estrangeiras no continente latino-americano, principalmente relacionados ao Cone Sul. Durante a Guerra Fria, foram grandes as influências dos dois blocos econômicos, em busca de uma expansão dos modelos econômicos-políticos. No Brasil, durante o período do nacional-desenvolvimentismo, as influências do bloco comunista, representado pela URSS, concebiam a sua influência através dos sindicatos, ocupados em significativa parte dos postos de diretoria por membros do Partido Comunista, enquanto as influências do bloco capitalista aconteciam através de políticas acordadas pelo governo federal e pelos bancos de desenvolvimento internacional, como o FMI.

O processo de redemocratização do país, com uma nova Constituição que seria definida por uma assembleia constituinte, era repercutida positivamente pela Imprensa. Entretanto, a Constituição de 1946, pressionada pelo imperialismo norte-americano em sua guerra contra o comunismo, ainda possuía aspectos conservadores que provinham do Estado Novo.

Ao passo que a política se alterava com o fim do Estado Novo, a Imprensa, que durante esse período sofreu uma grande política de censura, como ressalta Capelato (2009), era exigido que todas as publicações passassem pelo crivo do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), devendo estar atreladas aos interesses nacionais e do governo (p. 86). Durante esse período, ela se industrializou e ganhou espaço. Para compreender sua construção pós-Estado Novo, vê se que

Se, com o após-guerra, profundas alterações se denunciam na vida brasileira, tais alterações, para a imprensa, acentuam rapidamente o acabamento da sua fase industrial, relegando ao esquecimento a fase artesanal: um periódico será, daí por diante, empresa nitidamente estruturada em moldes capitalistas. Continuam a aparecer revistas de vida efêmera, literárias ou humorísticas, e jornais de circunstância, particularmente para atender injunções originadas da luta política, cada vez mais acirrada, mas são fatos pouco numerosos e acidentais. (SODRÉ, 1977, 409)

Visto isso, denota-se que a Imprensa, que era vinculada ao Estado no período de Vargas, se estruturou industrialmente e se capitalizou, e entrou na batalha para a disputa da opinião pública sobre o governo e as políticas públicas. Tendo “restaurado” a sua liberdade, os jornais passam a integrar a luta política.

A Constituição de 1946 trazia mudanças em relação ao que havia se passado com o Estado Novo e o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), todavia, ainda podia se perceber a censura.

O artigo 160 era claro, nesse sentido: “É vedada a propriedade de empresas jornalísticas, sejam políticas ou simplesmente noticiosas, assim como a de rádio-difusão, às sociedades anônimas ao portador ou a estrangeiros. Nem esses, nem pessoas jurídicas, excetuados os partidos políticos nacionais, poderão ser acionistas de sociedades anônimas proprietárias dessas empresas. A brasileiros (art. 129, números I e II) caberá, exclusivamente, a responsabilidade principal delas e a sua orientação intelectual e administrativa. (SODRÉ, 1977, p. 455)

Isto é, caracterizava-se a Imprensa como empresa nacional, não podendo ser subsidiada por estrangeiros, sendo sediadas no país, porém “As administrações dos jornais estão entregues a brasileiros natos, mas esses não poderiam sobreviver sem as substanciais contribuições proporcionadas pela propaganda comercial favorecida pelas grandes empresas estrangeiras” (PEREIRA, 1954, p. 9 apud SODRÉ, 1977, p.455). Assim, esta continuaria dependente dos investimentos do

capital exterior, ou elas fechariam, e desta vez não pela censura, como ocorrera no Estado Novo, mas sim, por causa do capitalismo que, em nível nacional, não conseguia encontrar formas de mantê-la.

Para compreender melhor como se dará o jogo político durante os anos 1945 a 1964, vamos partir do pensamento de Fleischer (1981 apud CONCEIÇÃO, 2000), que divide a composição político-partidária em 3 blocos:

- a) o Bloco dos Progressistas, partidos preocupados com o desenvolvimento nacional dentro do sistema capitalista, sendo estes: o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que será conhecido como o partido das massas dos trabalhadores; o Partido Social Progressista (PSP), antiga corrente da União Democrática Nacional (UDN), onde se prestigiava mais o liberalismo econômico, aos moldes internacionais, diferente dos setores liberais-nacionalistas da UDN; o Partido Social Trabalhista (PST), originalmente denominado Partido Proletário do Brasil, tinha orientações progressistas vinculadas ao trabalhismo e ao populismo; o Partido Trabalhista Nacional (PTN), com orientações parecidas às do PTB, mas em menor escala espacial; e o Partido Rural Trabalhista (PRT), que possuía as mesmas orientações que o PST, mas estava mais voltado ao meio rural de organização;
- b) o Bloco dos Ideológicos, partidos que possuíam uma ideologia e centralização forte, sendo estes: o Partido Comunista do Brasil (PCB), com ideologia comunista, buscava nos operários e nos sindicatos sua base de apoio, na maior parte da história do Brasil o PCB se encontrou na ilegalidade<sup>28</sup>; o Partido Socialista Brasileiro (PSB), com ideologia socialista e fortemente ligado com setores da burguesia nacional; o Partido Democrata Cristão (PDC), que nunca unificou completamente sua ideologia, mas era aprofundado nos movimentos políticos da Igreja

---

<sup>28</sup> O Partido Comunista, na sua origem denominado do Brasil e posteriormente denominado Brasileiro, para embarcar na onda do nacionalismo, teve origem em 1922, mas já em junho do mesmo ano foi posto na ilegalidade até 1927. Em agosto do mesmo ano, o PCB entra novamente na ilegalidade, onde tentará se articular, mesmo proibido durante a ditadura do Estado Novo. Em outubro de 1945, o PCB retorna à legalidade, porém, em abril de 1947, o Tribunal Superior Eleitoral cassa seu registro e o mandato dos comunistas, por considerar que o estatuto do partido ia contra a Constituição. Mais uma vez o PCB fica na ilegalidade. O registro do Partido Comunista retornará apenas com o fim da ditadura civil-militar.

Católica; o Partido da Representação Popular (PRP), inimigo ideológico do PCB, tinha características ideológicas que abarcavam o fascismo e o corporativismo; a Esquerda Democrática (E.D.), que possuía ideologia socialista.

c) o Bloco dos Conservadores, partidos nacionalistas que buscavam vínculos com os Estados Unidos e defendiam a moral: o Partido Social Democrático (PSD), originalmente conservador, mas com as ligações partidárias ao getulismo foram se tornando mais pragmáticos, tinham um caráter nacional-desenvolvimentista forte; a União Democrática Nacional (UDN), conservadora, nacionalista e principal defensora do país contra a “ameaça comunista”; o Partido Republicano (PR), partido mais antigo e que havia dominado a política durante a Primeira República, tinha fortes laços com o coronelismo; o Partido Libertador (PL), também com origens anteriores a Primeira República, era o defensor do nacionalismo;

Apesar de possuírem diferenças entre as táticas de campanha e, também, de aspectos ideológicos para a condução do país, estes partidos irão, no decorrer dos anos do período democrático, se coligar para as eleições no país. Para a eleição de Getúlio Vargas, em 1950, por exemplo, os comunistas declaram apoio ao ex-presidente e, na região Nordeste, conservadores também resolvem apoiá-lo. Estas coligações irão ganhar força principalmente durante o governo de Juscelino Kubistchek, para dar cabo ao projeto nacional-desenvolvimentista que ele propunha.

A composição política do Brasil, como aponta Conceição (2000), era nova e complexa, por não estar mais diretamente ligada ao bipartidarismo, modelo político-partidário da Primeira República. Segundo Santos (1986 apud CONCEIÇÃO, 2000), à esquerda encontravam-se o PSB, o PTB e o PDC<sup>29</sup>, à direita encontrava a UDN e o PL, enquanto ao centro se encontrava o PSD, o PR e o PSP.

Até o governo de João Goulart e no pré-golpe de 1964 havia um equilíbrio entre as forças e os partidos políticos, porém, a fragmentação partidária se tornava

---

<sup>29</sup> Santos não considera o PCB por este se encontrar na ilegalidade, assim, estando fora do jogo político-partidário para a disputa eleitoral.

recorrente, como em 1963, quando uma fração da UDN, partido do bloco conservador, decidiu apoiar as Reformas de Base de Jango, pôr as considerarem nacionalistas (FAUSTO, 2013, p. 383-384). Os setores mais radicais de cada partido contribuíram, assim, para a desestabilização do governo, que levaria ao golpe militar de 1964.

Ao mesmo tempo em que os partidos políticos se alteravam a nível nacional, o Estado do Paraná também sofria suas alterações no campo político e econômico. A política governamental do Estado, ligada principalmente ao setor ervateiro, começava a perder sua influência a partir da década de 1940. Perderia o espaço para os herdeiros políticos do Estado Novo, dos donos de terras, companhias de colonização e do setor madeireiro, que crescia no oeste e sudoeste do Estado, e para o setor cafeeiro, que crescia na região norte. As décadas seguintes ao Estado Novo iniciam o declínio da influência da indústria ervateira, tanto na política quanto na economia do Estado.

Durante o Estado Novo, Getúlio Vargas mantinha um modelo autoritário de governo, que ficou conhecido no período de 1937 a 1945 como Estado Novo. Em relação às políticas trabalhistas houve inspiração em ações da Itália fascista, por exemplo, promovendo a fragmentação da ação sindical por suas categorias profissionais e por pequenas unidades territoriais. Já no pós-Varguismo,

[...] em 1945, ano do fim da II Guerra Mundial, o Brasil passa por um breve período democrático no qual eclodiram dezenas de movimentos reivindicatórios represados há décadas, mas ainda assim limitados pela engessada estrutura sindical. Neste período, a Europa Ocidental se redemocratiza e promove uma profunda mudança na relação entre as instituições estatais e a sociedade civil.

Os regimes autoritários foram derrotados e uma nova visão de Estado se afirmou. Um Estado orientado para o desenvolvimento para todos e com a participação de todos. Nesse novo contexto, as centrais sindicais não só tiveram vida legal reconhecida, como passaram a exercer um importante papel na elaboração das políticas de Estado, incluindo a concertação sobre a política econômica. (LAMBERTUCCI, 2007, p. 47)

Isto é, os representantes sindicais, em alguns aspectos, alteraram as suas linhas de ação, transformando os sindicatos em instituições cada vez mais politizadas. Além do planejamento de greves, fomentou-se outras linhas de ação, como a conscientização política dos sindicalizados, que tinha como finalidade, fazer

com que os sindicalizados se reconhecessem enquanto seres sociais e políticos. Há um esforço em reafirmar sua importância para a economia, a política e a sociedade, voltada a uma mudança da realidade dos trabalhadores brasileiros.

Fervilham no período democrático as agitações trabalhistas. Antes organizados livremente e baseados em teorias anarco-sindicalistas, vindas principalmente dos trabalhadores italianos, que haviam imigrado sobretudo para o estado de São Paulo, os sindicatos, durante o Estado Novo, estiveram sob o comando do Estado e começaram a funcionar como órgãos de colaboração do mesmo. Como afirma Queiroz (2007, p. 22-23), Getúlio Vargas defendia estas ideias afim de manter a “paz social”. No entanto, durante o governo do General Eurico Gaspar Dutra (1946-1950), esta vinculação dos sindicatos ao Ministério do Trabalho e colaborador do Estado, continua.

Durante o período varguista, percebe-se uma agitação entre os sindicatos e na organização dos trabalhadores. Vargas tinha como base de apoio o operariado urbano, mas as complicações econômicas do seu governo, tumultuam a sua principal base, devido ao aumento constante da inflação. As greves se tornariam rotina em seu governo, tendo os comunistas como seus organizadores, promovendo a uma suposta “desordem social” (QUEIROZ, 2007, p. 25).

Essa fase de alvoroço dos trabalhadores durante o período varguista também viria a acontecer durante o governo de Juscelino Kubistchek (1956-60), que, com o slogan “50 anos em 5”, divulga o seu Plano de Metas. Este, por sua vez, tinha como propósito reativar a industrialização nacional, instituir parcerias com indústrias do setor automobilístico, investir em áreas mais precárias, como o Nordeste, através da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), e do Centro-Oeste, e com a construção de Brasília, através do programa NovaCap. Este crescimento econômico e industrial, nos primeiros anos, se materializou e possibilitou o aumento do poder de compra e consumo da população (QUEIROZ, 2007, p. 25).

Nos anos seguintes, durante os governos de Jânio Quadros (1961) e João Goulart (1961-64), num período que seria marcado por instabilidades políticas, o movimento sindical conseguiu se organizar e romper com os modelos anteriores, quando estavam sob tutela do Estado. Instituem-se então comandos unificados nos sindicatos. No meio rural, as Ligas Camponesas tiveram forte influência na política

nacional e foram essenciais para os projetos de Reformas de Base de Jango. No meio urbano, além do já existente Pacto de Unidade e Ação (PUA), nasce o Comando Geral de Greve (CGG) e o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), com a finalidade de construir centrais sindicais unificadas. Contudo, esta trajetória de unificação dos sindicatos é interrompida com o golpe militar de 1964 (QUEIROZ, 2007, p. 25).

No Estado do Paraná, uma das primeiras tentativas de criação de uma unidade sindical, não sendo explícito se acabaria se tornando uma central, é a criação de fóruns sindicais regionais e pactos sindicais regionais. Um dos primeiros fóruns a toma forma é o Fórum Sindical de Paranaguá e, um dos primeiros pactos intersindicais é entre os de gráficos e jornalistas. Em 1963, entidades sindicais de Curitiba se reconhecem a necessidade de fóruns e pactos, já que:

Inspirados no pacto de unidade intersindical entre gráficos e jornalistas e na força do Fórum Sindical de Paranaguá, objetivando ainda um refortalecimento dos meios sindicais do Estado, líderes de diversas categorias de trabalhadores vão se reunir no próximo dia 9 de dezembro na sede do Sindicato dos Professores, para formularem ação conjunta. (TRABALHADORES..., 1963, Correio do Paraná, p. 4)

Portanto, entende-se que a união entre os sindicatos era extremamente necessária. Fosse através dos pactos intersindicais ou dos fóruns devido a baixa popularidade e aderência as centrais sindicais, tais organizações quando agremiadas faziam atividades de impacto para o meio trabalhista. Isso é notável pelo conhecido “Dia do Protesto” de 16 de setembro de 1960, quando vários sindicatos se unem contra o aumento abusivo dos preços (COMÉRCIO..., 1960, Correio do Paraná, p. 8).

Eventualmente, considerando esse modo de organização, Pochmann (2007) afirma que o Brasil passou por 3 fases de atuação sindical. A primeira seria no período da abolição da escravatura até 1930, quando Getúlio Vargas toma a presidência do país e começa o processo de industrialização. A segunda fase,

[...] predominou entre as décadas de 1930 e 1960, quando o país deixou de ser uma grande produtora de bens primários para se converter numa economia urbana e industrial com importante regulação do seu mercado de trabalho. Com o desenvolvimento do capitalismo industrial, ganhou dimensão a classe operária nacionalizada (restrições legais à imigração de mão de obra) e

circunscrita a pequenas empresas e organizada por sindicatos oficiais (reconhecidos pelo Estado), cuja base política de maior expressão era corporativa na defesa dos direitos sociais e trabalhistas do conjunto dos empregados formais distribuídos em âmbito cada vez mais regionalizado. (POCHMANN, 2007, p. 133)

Destaca-se que essa estrutura sindicalista refletirá nas organizações sindicais até os dias atuais, com sindicatos separados por categorias profissionais, que, após a ditadura civil-militar, terão a liberdade de sindicalização e organização e, finalmente, conseguiriam construir as centrais sindicais, tendo nestas a intencionalidade de unificação das lutas de variadas categorias. Realça-se também que o funcionamento de sindicatos será reconhecido pelo Estado, sendo que, até a atualidade, apenas sindicatos com reconhecimento no Ministério do Trabalho, podem exercer atividades legais.

[...] a terceira fase da atuação sindical fundamentou-se a partir do Plano de Metas do presidente JK (1956-1960), quando se instalaram as grandes empresas privadas (nacionais e estrangeiras) e o Brasil apresentou um forte assalariamento formal. Ao mesmo tempo em que o mercado de trabalho alcançava a dimensão nacional, avançou a estruturação do trabalho, com novas demandas, cada vez mais evidenciadas pelo chamado *novo sindicalismo* urbano, com aumento significativo no seu poder de barganha no interior das grandes empresas estatais e privadas que se difundiam pelo país, especialmente nas regiões sul e sudeste. (POCHMANN, 2007, p. 134, grifo do autor)

Esta terceira fase do sindicalismo, como ressalta Pochmann, é a que se mantém até os dias atuais. O fortalecimento da economia e o incentivo ao consumo foram essenciais para, além de fortalecer a economia, dar poder de compra a classe trabalhadora e, conseqüentemente, aumentar os postos de trabalho devido à procura de serviços.

Para dar início as discussões da Imprensa, durante o período pesquisado, destaca-se que:

No início do século XX, o movimento reformista desencadeado nas últimas décadas da centúria anterior, passa por uma fase de pausa, mas os seus efeitos, e a continuação do processo histórico, acrescentado outros efeitos, traduzem-se em alterações significativas. Entre elas, as que dizem respeito a formas novas de organização, correspondentes a exigências sociais que só agora surgem ou se definem com clareza. (SODRÉ, 1977, p. 350)

As agitações, com o advento dos ventos europeus, que sopravam no pós-guerra e de uma revolução proletária que ocorrera na Rússia, em outubro de 1917, fazem-se multiplicar os tipos de Imprensa. No Brasil, em 1901, aparece o Manifesto da Federação dos Estudantes<sup>30</sup>, sediada no Rio de Janeiro. Ocorre também a publicação do periódico *A Lanterna*, organizado por estudantes de diversas faculdades do Rio de Janeiro, onde denunciavam, por vezes, as mazelas sociais que assolavam o estado e o país.

Ainda em 1901, surge *O Problema Operário*, publicação de Gustavo Lacerda. Socialista, e ainda não tendo contato na época da criação do jornal com os estudos de Gramsci, acreditava que o jornal e o jornalista possuíam uma função social enquanto militante. Sobre Lacerda, Sodré transcreve um trecho de origem de Manuel Lourenço Magalhães: “Não cessava de pregar sua generosa ideia de conagração de todos que trabalhavam na Imprensa, sem distinção de categorias, para que a classe jornalística se tornasse uma força orientadora da sociedade” (1977, p. 353)

Sodré (1977) enfatiza a alteração do papel da grande Imprensa no país a partir da virada do milênio. Antes organizada principalmente pelas atividades culturais e literárias, modifica-se a tônica das matérias e reportagens para a seara política. As relações do governo nas esferas da política econômica se tornam conversas do cotidiano da população, o que torna esse tema essencial para o aumento da circulação e das vendas dos jornais. Com avanço e a industrialização dos meios de comunicação, os jornais alcançam a população com uma rapidez antes desconhecida, e cada vez mais com informações mais precisas, que se alteravam no dia-a-dia.

Apesar de sua industrialização e comercialização no início dos anos 1900 estar fortemente ligada ao estado de São Paulo, por este ser o “maior parque industrial da América Latina” (SODRÉ, 1977, p. 271), Sodré frisa que nas demais federações, que ainda estavam em processo de industrialização e capitalização dos jornais, que:

[...] a imprensa estava ainda na transição da fase artesanal para a fase industrial, no início do século XX, são raros os jornais de

---

<sup>30</sup> A Federação Nacional dos Estudantes, criada em 1901, foi antecessora da União Nacional dos Estudantes, criada em 1937 durante o Iº Congresso da União Nacional dos Estudantes.

província com estrutura de empresa. Mas a matéria principal deles é também a política, e a luta política assume, neles, aspectos pessoais terríveis, que desemboca, quase sempre, na injúria mais vulgar. (SODRÉ, 1977, p. 372)

Nota-se que, com o avançar das décadas, a industrialização e a comercialização da Imprensa se tornarão mais efetivas. No estado do Paraná, jornais regionais começam a ganhar força e jornais de partidos políticos entram em circulação (PILOTTO, 1976). Este desenvolvimento “conduz à transformação dialética, finalmente: de instrumento de esclarecimento, a imprensa capitalista se transformou em instrumento de alienação, fugindo inteiramente aos seus fins originários” (SODRÉ, 1977, p. 468).

Durante o governo de Juscelino Kubistchek, o processo de industrialização elaborado em seu Plano de Metas também abarcava a Imprensa. Uma crise em modelo capitalista de produção no Brasil se instala.

As máquinas necessárias à produção do jornal ou da revista tornaram-se complexas, pela exigência das grandes tiragens em tempo muito curto, para atender à instantaneidade das comunicações, a unidade do mundo, o crescimento do número de leitores e, conseqüentemente, o aperfeiçoamento das técnicas de impressão e multiplicação. (SODRÉ, 1977, p. 451)

Para além das máquinas, os trabalhadores desta área tendem a se organizar, isto é, o modelo capitalista de produção começa a demonstrar as divisões de classe dentro do ambiente de trabalho.

A divisão do trabalho em um jornal ou uma revista, pela variedade das atividades, exige um exército sempre maior e mais qualificado de trabalhadores intelectuais e físicos, capazes em quase todos os campos do conhecimento aqueles, operários especializados estes, todos trabalhando para um público cuja sede de saber e se informar se amplia cada vez mais, e esse exército de trabalhadores deve ser remunerado de forma compatível. (SODRÉ, 1977, p. 451)

Estas demandas são originárias da crise mundial da Imprensa capitalista, pelo rápido processo de industrialização e capitalização ao qual se passava o país, atingiram o Brasil. Não obstante, no Brasil, esta crise encontra problemas mais complexos. Do ponto de vista estrutural de uma Imprensa no modelo capitalista, estava o maquinário. Todas as máquinas precisavam ser importadas para suprir a demanda crescente de tiragens. Do ponto de vista de trabalhadores especializados

para estas atividades, estava a falta da mão-de-obra para o trabalho nestas empresas. O funcionamento dela demandava expressivos capitais, então escassos no Brasil (SODRÉ, 1977, p. 450-451).

Ainda que no governo Juscelino Kubistchek não tivesse havido greves mais massivas, seja pelo descontentamento salarial ou pelas condições de trabalho, a organização dos sindicatos crescerá paralela as estruturas oficiais, como uma forma de facilitar a articulação dos trabalhadores.

Entende-se, baseado em Fausto (2013), que duas estruturas construídas neste período foram de importância para a organização dos trabalhadores: o Pacto de Unidade Intersindical (PUI) e o Pacto de Unidade de Ação (PUA). Sobre estas duas, destacar-se-á algumas características:

Em São Paulo, foi fundado em 1955 o Pacto de Unidade Intersindical (PUI), que congregava sindicatos na sua maioria representantes de categorias profissionais vinculadas à economia de mercado, como metalúrgicos, têxteis, gráficos etc. O PUI teve papel significativo na dinamização das atividades sindicais, até chegar a uma crise por ocasião de uma greve desfechada por seis categorias profissionais, em outubro de 1957. As divergências entre as correntes internas e a pressão patronal levaram à dissolução do PUI. [...] O PUA tinha sede no Rio de Janeiro e, ao contrário do PUI, atuava no setor público da economia ou em setores de utilidade pública, controlados por empresas do Estado e concessionárias de serviço público. O organismo preparou o caminho para a formação do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), que iria desempenhar um papel relevante nas greves do período Goulart. A criação do PUA acentuou uma tendência já existente em anos anteriores, dizendo respeito à área de atuação dos sindicatos. Ela foi se concentrando cada vez mais no setor público ou de utilidade pública. (FAUSTO, 2013, p. 367)

O PUI, que possuía relação direta com o mercado, encontrava dificuldades para se organizar devido a dinâmica de trabalho das multinacionais, enquanto o PUA, dirigida tradicionalmente pelos comunistas, e com um perfil de empresas estatais ou de economia mista, conseguia se manter enquanto organização, cujo caminho continuava a ser a politização dos sindicalizados, apoiando a corrente nacional-desenvolvimentista e, nos anos seguintes, as propostas das Reformas de Base.

No Paraná, como afirmado, a formação da classe política sempre esteve ligada a elite ervateira, principalmente durante a Primeira República. Com o golpe

de 1930, que levou Getúlio Vargas ao poder executivo nacional, o Estado teve forte influência para a chegada do gaúcho ao poder.

Durante revoltas anteriores, como a Revolução Farroupilha, a posição do Paraná como pró-governo federal não permitia o avanço das tropas sulistas em direção à capital do país. Deste modo, ao apoiarem Getúlio Vargas, o Exército toma o poder do executivo estadual, depondo do poder pela primeira vez governantes ligados a elite ervateira.

O Estado do Paraná durante a era Vargas ficou sob o governo do interventor Manoel Ribas. Este seguia fielmente as orientações dadas por Vargas. Assim, durante o Estado Novo, o Paraná dava continuidade aos modelos nacionais das políticas de governo, focando na racionalização e modernização burocrática, como aponta Oliveira (2004). Investindo em infraestrutura, construção de escolas, ações governamentais nos âmbitos da ciência e tecnologia, como o Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas, em 1942, fomento à industrialização, que ficou caracterizada principalmente pela consolidação da Indústria Klabin do Paraná de Celulose S/A. Somam-se a estas iniciativas estatais, ainda, as novas políticas de colonização no interior do estado, principalmente nas regiões Oeste e Sudoeste, e a repressão aos “inimigos do regime”, principalmente aos trabalhadores sindicalizados e pessoas identificadas com a esquerda.

Com a redemocratização em 1946, nas eleições paranaenses, o candidato que representava a continuação de políticas estadonovistas e apoiado por Manoel Ribas, Moysés Lupion, vence as eleições, demonstrando o enfraquecimento político da elite ervateira e a ascensão da elite cafeeira e madeireira e dos militares no Governo do Estado. Apesar de ser herdeiro político de Manoel Ribas, Lupion não pertencia as classes políticas tradicionais do Estado, ao contrário de seu sucessor.

Em 1950, as eleições consagram Bento Munhoz da Rocha Neto como governador do Estado, levando novamente um representante da elite ervateira ao poder máximo do executivo estadual. Para sua eleição, ele se amparou num discurso anti-Lupion, atacando-o principalmente nos casos de corrupção ao qual este estava envolvido. Sobre a gestão de Bento Munhoz, vê-se que

É considerada pela maioria dos intelectuais da época como produtora de idéias. Confere ao Paraná sua primeira identidade e

insere-o no contexto nacional, onde conquista ainda para o Estado dois cargos federais: a Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil (CREAI) e o Instituto Brasileiro do Café (IBC).

Suas iniciativas não chegam a investi-lo de popularidade, particularmente no interior do Estado. Em face de uma rede de funcionários herdada de Ribas e Lupion e do crescimento do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), sua gestão será considerada pela opinião pública como excessivamente elitista, porque fortemente dedicada à cidade de Curitiba, em prejuízo dos investimentos ao “homem do campo”. (MAGALHÃES, 2002, p. 56)

Essa imagem de Bento Munhoz, somado ao suicídio de Getúlio Vargas em 1954, farão com que Lupion retorne ao Executivo do Estado nas eleições de 1955. Neste governo, as denúncias de corrupção e de abuso de autoridade, principalmente em relação à colonização, e contra os posseiros e os comunistas, se tornarão uma marca de Moysés Lupion (MAGALHÃES, 2002, p. 57).

É no período da redemocratização que os partidos políticos se fortalecem na construção de seus quadros, principalmente através das políticas desenvolvimentistas e de técnicas eleitorais, quando surgirá o candidato vitorioso das eleições de 1960.

O desenvolvimentismo, a organização partidária, o advento do *marketing* político e o envolvimento das esquerdas com a questão agrária configuram o cenário que marcará o surgimento de um dos líderes mais populares que o Estado conheceu: Ney Braga. (MAGALHÃES, 2002, p. 66)

Durante o período do nacional-desenvolvimentismo, foram criados instituições e conselhos importantes para a educação, a ciência e a tecnologia do país, como a:

Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPQ e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, Campanha de Educação de Adultos, Movimentos de Educação de Bases – MEBs entre 1961 e 1965 e o Programa Nacional de Alfabetização (1963 e 1964), com a alfabetização de adultos já utilizando o Sistema Paulo Freire. (ANJOS, 2017, p. 204-205)

Denominada originalmente Associação dos Professores do Paraná – A.P.P., era fundada em 1947 a entidade que se tornaria o órgão máximo de representação dos profissionais da educação básica no estado do Paraná, a APP-Sindicato.

Ainda durante o período democrático, principalmente durante os anos do governo de Dutra no país e de Lupion no estado do Paraná, havia como característica a perseguição aos comunistas, numa clara tentativa de aproximação diplomática com fins econômicos, aos Estados Unidos da América, esses eram os primeiros anos da Guerra Fria. Com o receio de repressão política, devido a caçada aos comunistas, e de aparelhamento do Estado, a organização não toma para si a nomenclatura de sindicato (ANJOS, 2017, p. 15-16).

Anjos remonta que, para a desmoralização da organização no Estado, vários órgãos tentaram ser criados, como o Conselho de Representantes de Professores do Paraná (CRPP), a Associação dos Professores do Oeste do Paraná (APOPA), entre outros. O Estado então divide a atuação organizacional da educação em quatorze regiões administrativas, cabendo então à A.P.P., a representação apenas da capital e dos trinta municípios que a circundam. Com o passar do tempo, a organização retoma a hegemonia por todo o Estado e começa a abranger outras classes profissionais que estão ligadas diretamente à educação (2017, p. 16-17).

## **2.1 Os governos paranaenses e as práticas econômicas no Estado (1947 – 1964)<sup>31</sup>**

Em 1945, com o fim do Estado Novo e com a redemocratização, Getúlio Vargas ainda era um líder que possuía prestígio político, principalmente com o operariado urbano e com a pequena burguesia nacional. O general Eurico Gaspar Dutra, candidato à presidência pelo Partido Social Democrata (PSD), no cenário da redemocratização, não recebia grandes sentimentos de confiança por parte da população, mas, ao ser apoiado publicamente por Vargas, sua candidatura ganhou projeção (FAUSTO, 2013, p. 339).

O sistema partidário, neste período, levava em conta toda a função a qual estava atrelada ao Estado e a seu caráter ideológico, visto que

---

<sup>31</sup> Pelas bases teóricas que permeiam essa dissertação, esta seção do segundo capítulo trata, em suma, as relações político-econômicas e o Estado. Alguns problemas sociais, como analfabetismo, há de aparecer, porém, sobre escolas, profissão docente e educação, tais tópicos aparecem de forma mais aprofundada na segunda seção deste capítulo ou pelas análises das fontes.

[...] o partido materializa interesses e aspirações, mas também disciplina o protesto e produz lideranças. Os partidos são, pois, produtos do desenvolvimento econômico-social e da sua complexidade crescente, porém, simultaneamente, são produtos das instituições ideológicas e do Estado. (CONCEIÇÃO, 2000, p. 104)

Para tanto, “não é o sistema partidário que modela o Estado, mas este que modela aquele” (CONCEIÇÃO, 2000, p. 104). Esse sistema partidário e político permitia as mais variadas formas de coligações, como era o caso de Getúlio Vargas, que coligou em alguns estados com a UDN e em outros com o PCB.

Como referencia Konder (2003, p. 61-63), Vargas fez pequenas concessões aos trabalhadores urbanos, era uma maneira de os manter ao seu lado durante o Estado Novo. A legalização e o aparelhamento dos sindicatos, como órgãos de apoio ao Estado, aproximaram as suas relações com os trabalhadores, por consequência a isto, o discurso antigetulista enfraquecia a oposição, pois era considerado apenas “a favor dos ricos”. Logo, o General Dutra ganhou o apoio da população ao ter sua imagem vinculada a Vargas e por ser apoiado publicamente pelo mesmo.

Nas primeiras eleições após o fim do Estado Novo no Paraná, a indústria ervateira perdera as eleições para um projeto que demonstrava a continuidade de um governo alinhado às práticas estadonovistas, representadas pelo então governador eleito Moysés Lupion, e via sua decadência econômica com a ascensão da elite cafeeira e das pequenas indústrias, como a Klabin, que ocupavam cada vez mais espaço na disputa econômica do Estado.

Para as eleições de 1946, o PSD havia montado diretórios em todos os municípios do país, se tornando o partido com a maior abrangência territorial em nível nacional. Em Curitiba, a sede do PSD se encontrava em um prédio da família Lupion. Logo começaram os debates para o sucessor de Manoel Ribas, onde Moysés Lupion apontava como o principal nome. O PSD inicia sua articulação da campanha eleitoral no Estado, em diversas formas, sendo uma delas a compra de jornais e emissoras de rádio (SALLES, 2004, p. 98-99).

Lupion, como aponta Magalhães, era

Portador de um discurso popular, habilidoso com outras facções à esquerda, líder de seu próprio partido, Lupion representava a

renovação, uma vez que não pertencia às famílias tradicionais e buscava, continuamente, apoiar as cidades e interesses do interior. (2002, p. 56)

Durante a redemocratização do país as figuras populistas estavam em seu auge e Lupion era visto como um governador que traria as mudanças para a modernização do Estado. Mas nem tudo indicava um caminho de paz durante o governo Lupion, logo no início do mandato, uma ruptura ocorre:

Havendo cessado, desde o momento da altiva renúncia dos srs. Paulo Soares Neto e Milton Munhoz, a cooperação da União Democrática Nacional na administração pública do Estado, encontram-se rompidas as amarras que ligavam essa agremiação partidária ao perielitente governo do sr. Moysés Lupion, reestabelecendo-se conseqüentemente nossa antiga e preciosa independência (RETARDANDO..., 1948, Diário da Tarde, p. 1)

A política econômica, por sua vez, rumava em direção ao modelo liberal nos discursos do governo, ela era apontada como a chave para o desenvolvimento brasileiro, principalmente pela liberdade total de mercados e a livre importação de bens. Mas este modelo se mostrava, na prática, um fracasso.

A partir de 1947, o governo nacional passou a estabelecer sistemas de licença para a importação, com a finalidade de estímulo à produção e ao consumo do mercado interno. A inflação subia, o custo de vida se elevava e como forma de punir o movimento sindical, o governo estabeleceu a compressão dos salários (FAUSTO, 2013, p. 344-345).

Os problemas em relação a Constituição do país e as empresas norte-americanas cresce, principalmente no tocante ao petróleo, que necessitava ativamente da imprensa para as campanhas de exploração do petróleo pelo capital estrangeiro.

Nos últimos anos da primeira metade do século, surgiu no palco grave problema nacional: o da exploração petrolífera. A propaganda imperialista se fizera, até bem pouco, em torno da tecla: o Brasil não tem petróleo. Após a exploração dos poços de Lobato, esse refrão teve de ser rapidamente substituído; a tecla, agora, girava em torno de recursos: o Brasil não tem capitais. Assim, enquanto a polícia do governo Dutra, nos velhos moldes estadonovistas, espancava os que defendiam a tese da exploração estatal dos nossos recursos petrolíferos, a imprensa se unia para sustentar as teses antinacionais de entrega desses recursos à exploração estrangeira. Esse clima de maciça mistificação, em que

concorreram enormes recursos publicitários, permitiria novas arbitrariedades: parlamentares tiveram seus mandatos cassados, o Brasil rompeu relações diplomáticas com a União Soviética, o Partido Comunista foi colocado fora da lei. Foi esta a segunda campanha de mobilização da imprensa: viria pôr a nu não apenas a inocuidade do dispositivo constitucional que proibia os estrangeiros na imprensa, mas o absoluto controle que as agências estrangeiras de publicidade exerciam sobre a imprensa. (SODRÉ, 1977, p. 456-457)

Observa-se, nas palavras de Sodré, que por mais que houvesse sido institucionalizada uma Constituição liberal, ainda que estivesse atrelada aos interesses nacionais, isso não ocorria. Os editoriais pedindo a exploração privada dos recursos petrolíferos ia de desencontro às pautas nacionalistas de desenvolvimento.

Diante dessa realidade, o Estado do Paraná, não tendo o petróleo como um dos seus produtos essenciais em sua economia, enfrentava seus próprios problemas. Os casos de corrupção contra Moysés Lupion, então governador do Estado, eram alarmantes, estavam ligadas às práticas estadonovistas, como o nepotismo, e, para além disso, relacionadas principalmente ao favorecimento de concessões a determinados grupos empresariais de madeireiras e de companhias de colonização. A primeira, com fortes investimentos públicos via Banco do Brasil à M. Lupion & Cia, empresa ligada à família do governador (SALLES, 2004).

Remetendo ainda à Constituição de 1946, ela não se diferenciava tanto da Constituição estadonovista de 1937 na questão da educação. A Carta Magna de 1946 “reflete o processo de redemocratização do país, (re)garantindo os direitos individuais de expressão, reunião e pensamento, eleições diretas em todos os níveis” (ANJOS, 2017, p. 203). Fica evidente que, após a sua Promulgação, a cassação do registro e dos mandatos do Partido Comunista e a perseguição a líderes sindicais que tivessem tendências comunistas, não expressavam estes direitos.

Posto isso, retomemos a história da família Lupion. Os investimentos do Grupo Lupion eram vastos, iniciaram-se com a indústria madeireira, passava por produções de metais, concessionárias autorizadas de veículos estrangeiros e até a produção de papel, sendo que este último levaria à diversificação a um patamar ainda maior. A partir deste momento eles passaram a controlar os jornais paranaenses *O Dia e Gazeta do Povo* (SALLES, 2004).

Durante o governo Lupion, dois grupos político-econômicos instalaram-se no Oeste e Sudoeste do Paraná, a Clevelândia Industrial e Territorial Limitada (CITLA), ligada ao PSP e a Pinho e Terra, ligada a UDN e ao PTB (WACHOWICZ, 2010).

O Grupo Lupion seguia colecionando denúncias de corrupção, principalmente no setor das companhias de colonizações (WACHOWICZ, 2010), quando chegou a ocorrer uma intervenção federal devido as brigas entre as oligarquias e as companhias. Em seguida, denúncias chegavam ao governo federal sobre as irregularidades da família/grupo Lupion, com as empresas de papel, o que levou ao confisco da IBRAPEL.

Em meio a este contexto político e de reorganização da ocupação do poder estatal, durante as décadas de 1930 a 1950, o crescimento demográfico do Estado era grande e rápido, e isso repercutia nos mais variados aspectos junto à população, como na educação, na saúde ou na economia.

Na educação, por exemplo, o número de analfabetos era alto, acima de 50% da população, sendo que a maioria vivia no meio rural<sup>32</sup>, o que fazia com que pessoas das classes mais ricas do Estado ocupassem os cargos ligados ao governo e à sua burocracia, numa herança do modelo estadonovista de governo<sup>33</sup>. Caso essa pessoa possuísse ligações com um partido ou com grupos políticos, com um deputado estadual ou um vereador de uma cidade, eram concedidas boas posições dentro do aparato estatal. Como afirma Salles:

É importante destacar que os membros desse grupo social possuíam saberes bastante relevantes tanto da esfera pública quanto privada, mas é no exercício do serviço público que tais saberes serão construídos. O que estamos tentando dizer é que, nesse período em que o Estado do Paraná estava sendo *reinventado*, e, portanto não existiam tecnocratas experimentados, os conhecimentos sobre determinada área eram por demais necessários. Entrava-se em um período de “modernização” e racionalização do Estado. (2004, p. 91, grifos do autor)

---

<sup>32</sup> Segundo os dados censitários de 1952 do IBGE, no estado do Paraná no início da década de 1950 haviam 945.237 analfabetos para uma população de 1.751.726 habitantes, uma média de 54% da população. Para consultar os dados, veja a página 37: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb\\_1952.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1952.pdf)>. Acesso em 03 de jul. de 2020.

<sup>33</sup> Como o foco dessa pesquisa não é o analfabetismo durante o período recortado, indico a leitura de: BELTRÃO, Kaizô Iwakami. *Alfabetização por raça e sexo no Brasil: evolução no período 1940-2000*. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2002. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv1425.pdf>>. Acesso em 13 de jul. de 2020.

Ele ainda salienta que:

[...] se defende que os elementos supracitados são *intercambiáveis* e mutuamente *interconstituídos* no decorrer do processo de formação do Grupo, isto é, o momento de acesso a capitais ou a matérias primas – via casamentos, acesso a capitais e qualificação técnica – é o próprio momento em que se estabelecem relações sociais e políticas; o conhecimento de várias atividades no setor de serviços, indústria e comércio é também elemento constituidor de relações políticas e econômicas – como, por exemplo, o contato com setores da economia e do Estado que facilitariam empréstimos. Em nossa interpretação, a constituição do Grupo Lupion só foi possível com a conjunção de todos esses elementos. (SALLES, 2004, p. 91, grifos do autor)

Ora, se dentro do meio da burocratização estatal se encontravam, em sua maioria, pessoas da elite alfabetizada e técnicos com ligações políticas, o favorecimento da ordem estatal para com os interesses econômicos iria especificamente para determinados grupos. Lindblom (apud Salles, 2004, p. 90), aponta que a democracia, por sua natureza, poderia extinguir toda a propriedade privada dos meios de produção e colocá-las nas mãos do Estado. Porém, nenhuma democracia havia se consolidado através destas formas, onde a economia de livre mercado parece ser um requisito para as ordens democráticas.

No âmbito nacional, sem conseguir eleger um sucessor e com Getúlio fazendo campanha em todo o território nacional, Vargas vence as eleições em 1950, ao passo que, em 1951, Bento Munhoz da Rocha Neto assume o governo do Estado do Paraná. O novo governador eleito vinha de uma família católica burguesa, cujos empreendimentos da família eram ligados ao setor erivateiro. Mesmo com formação em engenharia, Bento Munhoz dedicaria a maior parte de seus estudos e escritos à área das humanas, tendo apreço maior pelas Letras e pela formação social dos paranaenses (KUNHAVALIK, 2004a, p. 145-147).

Sobre os anos seguintes, é necessário ressaltar e explicar a ideologia dominante dos governos. Estes, seriam compostos por uma ideologia nacional-desenvolvimentista que propunha, em linhas gerais, uma industrialização forte a nível nacional. Um aspecto que deve ser apontado é sobre a ideologia do desenvolvimentismo, esta, como demonstra Kunhavalik, apoiado pelo pensamento de Miriam Limoeiro Cardoso, aponta que a ideologia desenvolvimentista

[...] compreende dois níveis distintos: o nível abstrato, formado por sistemas articulados de idéias, concepções de mundo, tendo diferentes graus de coerência, unidade e teorização; e o nível concreto, composto pelas atualizações dos sistemas de idéias na organização e na institucionalização social ou na prática social. Ambos os níveis – abstrato e concreto – estão presentes nos diferentes campos pelos quais a ideologia se divide, como o político, o moral e o econômico, dentre outros. Aponta o campo político como dominante nas sociedades capitalistas, sendo em nível concreto por meio do Estado e, em nível abstrato, pela ideologia que informa. (2004a, p. 284-285)

E também, sobre o desenvolvimento da ideologia do desenvolvimentismo, que ela

Acompanha o processo de expansão de um sistema global específico – o sistema capitalista, num tipo particular de região – as regiões subdesenvolvidas em fase de crescimento, num momento particular desse crescimento – quando o desenvolvimento espontâneo já não parece mais possível... (CARDOSO, 1978, p. 78 apud KUNHAVALIK, 2004a, p. 285)

Para tanto, a ideologia do desenvolvimentismo não procura superar as barreiras capitalistas e de classes na sociedade, mas, sim, dinamizar a produção e a indústria, mantendo os trabalhadores em sua esfera no âmbito das relações de trabalho e permitindo a continuidade do controle econômico pela elite e pela burguesia – seja ela pequena, média ou grande.

A principal característica do período Vargas, no âmago desta ideologia do desenvolvimentismo, é ser definida como nacional desenvolvimentista. Essa definição abrange a era Vargas e também seus sucessores até o golpe militar de 1964. Essa característica nacionalista do desenvolvimentismo se dará pelo favorecimento da burguesia nacional e não como havia sido durante o período de Dutra, nas mãos do capital estrangeiro. Tais medidas não iriam diferenciar ou mudar as classes sociais e sua ordem, ao contrário, os aspectos econômicos e sociais entre as diferentes classes permaneceram no decorrer do seu mandato, por maiores que sejam as acusações da tentativa de formar uma “República Sindicalista”.

Durante o governo de Vargas (1951-1954), as lideranças sindicais, comunistas ou não, eram filiadas ao PTB e ao PSB, em parte pela cassação do registro do PCB. Estes partidos utilizavam os sindicatos enquanto instrumentos de campanha eleitoral, deste modo, conquistas da época pelos sindicatos e

trabalhadores, como o 13º salário (antigo abono de natal), o salário-família e a Lei Orgânica da Previdência Social, eram utilizados como cabos de campanha (QUEIROZ, 2007, p. 24-25). Vargas não era da elite econômica nacional, mas estava vinculado aos interesses da mesma, como menciona Saes:

[...] não é necessário que a classe dominante ocupe *diretamente* – isto é, sem intermediários e através dos seus próprios membros – o topo do aparelho do Estado. Por isso, é possível a emergência, em certas conjunturas ou períodos, de uma *classe detentora do aparelho de Estado*, distinta da classe dominante (por exemplo, a pequena burguesia ou a classe média). (1994, p. 17 apud KUNHAVALIK, 2004b, p. 234)

Para tanto, Vargas não representava os interesses da elite financeira no âmbito internacional, buscando construir um desenvolvimento industrial com o apoio da burguesia nacional, contando com o apoio do operariado urbano que, quando não dominados por sindicatos ou setores dominados pelos comunistas pós-Estado Novo, enxergavam em Vargas a figura não apenas de um político, mas de um homem a favor dos trabalhadores.

A perseguição aos sindicalistas foi quase que um marco de Bento Munhoz da Rocha Neto. Ele foi um intelectual paranaense, com grande apreço pela história, sociologia e psicologia. Centrava seus estudos sobre os problemas da democracia e da formação social e cultural do país e do Paraná (KUNHAVALIK, 2004a, p. 148). Foi, como já apontado por Gramsci (2001), um intelectual orgânico, não das classes subalternas, mas da classe dominante. Era um ideólogo da sociedade capitalista.

A criação católica de Bento Munhoz e a sua vida enquanto herdeiro de uma família pertencente a uma oligarquia clássica paranaense, o influencia em seu pensamento e no modo de gestão, sendo guiado pelo tomismo<sup>34</sup>, positivismo<sup>35</sup> e por pensadores brasileiros que buscavam construir uma identidade nacional, como

<sup>34</sup> É o conjunto das doutrinas teológicas e filosóficas do pensador italiano São Tomás de Aquino (1225-1274), considerado o ponto culminante do pensamento escolástico, nas quais se destaca a busca de uma harmonia entre o racionalismo aristotélico e a tradição revelada do cristianismo. Para mais informações sobre o tomismo ver: PORFÍRIO, Francisco. *Tomas de Aquino*. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/filosofia/tomas-aquino.htm>>. Acesso em 11 de jul. de 2020.

<sup>35</sup> O positivismo é uma corrente filosófica que surgiu na França no começo do século XIX. Os principais idealizadores foram os pensadores Auguste Comte e John Stuart Mill. Se propõe a ordenar as ciências experimentais, considerando-as o modelo por excelência do conhecimento humano, em detrimento das especulações metafísicas ou teológicas. Para mais informações ver: PORFÍRIO, Francisco. *Positivismo*. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/positivismo.htm>>. Acesso em 11 de jul. de 2020.

Alceu Amoroso Lima, Alberto Torres, Oliveira Vianna e Gilberto Freyre (KUNHAVALIK, 2004a, p. 214-215).

Durante a década de 1950, como afirma Kunhavalik (2004a, p. 190), se encerra o processo de colonização do Paraná. O Norte, colonizado por paulistas e estrangeiros, em certo momento, assume a liderança do setor cafeeiro a nível nacional. No Oeste e Sudoeste, avançavam gaúchos e catarinenses no setor da indústria madeireira.

Nitidamente se percebia as diferenças sociais e culturais das três principais regiões do Estado: o Norte, o Oeste/Sudoeste e a Capital. Preocupado com a formação da identidade paranaense, um de seus focos de estudo, Bento Munhoz procura, em sua gestão, implementar políticas públicas de “integração do Estado em nível físico, econômico, social e político” (KUNHAVALIK, 2004a, p. 191).

Durante sua gestão, em aspectos territoriais, Bento Munhoz cria mais de 60 municípios<sup>36</sup> com a intenção de diminuir o poder político de determinados grupos, em certas regiões do Estado, para que não ocorressem manifestações emancipatórias. Como base argumentativa, discursava sobre a necessidade da criação destes territórios devido ao crescimento demográfico e econômico, o que carecia uma nova reestruturação territorial (KUNHAVALIK, 2004a, p. 194). Enquanto estas divisões enfraqueciam grupos políticos no interior do Estado, fortaleciam os grupos políticos da capital.

Para o ramo da agricultura, Bento Munhoz discursava em favor dos posseiros e dos agricultores que produziam em suas terras. Fechou órgãos, como o Departamento de Geografia, Terras e Colonização, com a justificativa de que estes órgãos tinham desvios de conduta e que haviam se tornado um banco de venda das terras a grupos de empresas ligadas aos governos anteriores (ROCHA NETO, 1951, p. 61 apud KUNHAVALIK, 2004a, p. 195). Era clara a menção aos governos de Manoel Ribas e Moysés Lupion.

Apesar do discurso e de decretos como o nº 491, de 15 de março de 1951<sup>37</sup>, que beneficiava os posseiros, também reprimiu este movimento, principalmente no

---

<sup>36</sup> Os decretos são: Lei Estadual nº 790, de 14 de novembro de 1951; Lei Estadual nº 613, de 27 de novembro de 1951; Lei Estadual nº 253, de 26 de novembro de 1954; Lei Estadual nº 32, de 7 de fevereiro de 1955.

<sup>37</sup> Este decreto dava a titularidade das terras aos posseiros na região de Porecatu, Jaguapitã e Arapongas.

norte do Estado, por estes estarem “vinculados” ao PCB. Buscou em São Paulo o Delegado Eduardo Lousada Rocha para perseguir e oprimir posseiros próximos a cidade de Londrina, onde ficava a sede do PCB (KUNHAVALIK, 2004a, p. 196-200).

O governo de Bento Munhoz complicava a questão do território da Gleba das Missões, no sudoeste do Estado, território comprado pela CITLA, pertencente ao grupo político do ex-governador Moysés Lupion. Com a intenção de proibir que a CITLA repassasse as escrituras de suas terras aos colonos, com a intenção de prejudicar Lupion.

Nas políticas de imigração, Bento Munhoz instalou três importantes colônias de imigrantes: a Colônia Entre Rios, na região de Guarapuava com famílias oriundas da Iugoslávia, com predominância no cultivo de cereais; a Colônia de Witmarsum, na região de Palmeira, com famílias menonitas de origem holandesa, com predominância da pecuária leiteira; e a Colônia de Castrolanda, em Castro, com famílias holandesas que se dedicavam a pecuária leiteira e à produção agrícola (KUNHAVALIK, 2004a, p. 201-202).

Governando na mesma época que Vargas, as políticas para a energia elétrica eram nacionais e tiveram forte impacto no Paraná. A forte concentração das companhias elétricas nas mãos das empresas estrangeiras se mostrou uma preocupação ainda no governo de Lupion, que em 1947 criou o Departamento de Águas e Energia Elétrica, vinculada à Secretaria de Viação e Obras Públicas.

Bento Munhoz se desencontrava das ideias do Departamento de Águas e Energia Elétrica, tanto do governo anterior quanto das políticas nacionais, pois considerava a energia elétrica apenas uma mercadoria, cuja função do Estado seria “produzir energia para que esta sobre, e vendê-la a companhias particulares” (A DIVULGAÇÃO, set/out. 1952, p. 25 apud KUNHAVALIK, 2004a, p. 204). Sendo assim, o Estado não deveria fornecer energia elétrica para a população, mas estruturá-la para que a iniciativa privada a explorasse.

Em 26 de outubro de 1954, mediante o Decreto nº 14.497, o governo cria a Companhia Paranaense de Energia Elétrica (COPEL), de economia mista, para planejar e desenvolver a exploração da energia elétrica no Estado (KUNHAVALIK, 2004a, p. 204-206).

No setor de transportes e rodovias, o Departamento de Estradas e Rodovias (DER), que teve a frente o General Luiz Carlos Pereira Tourinho, apresentou o Plano Rodoviário do Paraná, que tinha como objetivo o asfaltamento das principais vias do Estado, como as que ligavam o Paraná com São Paulo, as estradas que ligavam aos Portos de Paranaguá e Antonina e a reestruturação do Porto de Paranaguá, para viabilizar o transporte da exportação de café deste porto ao invés do Porto de Santos (KUNHAVALIK, 2004a, p. 206-208).

As políticas educacionais e culturais têm um papel de destaque durante o governo de Bento Munhoz. A Biblioteca Pública do Paraná e o Teatro Guaíra retornam ao controle do Estado, e o governador destaca a importância destas instituições culturais, onde “o desenvolvimento econômico que se está processando no Paraná não deve fechar os olhos da administração pública para as necessidades culturais” (BOLETIM DO SERVIÇO DE IMPRENSA DO PARANÁ, 1954, p. 43 apud KUNHAVALIK, 2004a, p. 210).

Durante o segundo governo de Vargas, houve significativa aumento de turmas de ensino médio, quando cursos profissionalizantes integrados ao ensino médio começaram a ganhar destaque, principalmente por qualificar a mão-de-obra, o que gerou também a necessidade da criação de novas faculdades e institutos e a federalização da Universidade do Paraná, que se tornaria Universidade Federal do Paraná (ANJOS, 2017, p. 204)

Os esforços para a federalização da Universidade do Paraná, durante a gestão de Bento Munhoz, os investimentos na mesma, a criação de Faculdades em Ponta Grossa e Curitiba, o auxílio a União Paranaense dos Estudantes (UPE), entre outras políticas, tinham o objetivo de transformar Curitiba em um Polo Universitário. Enquanto isso, são feitas campanhas contra o analfabetismo e construção de escolas, principalmente com o ensino técnico voltado a agricultura, mas com pouco destaque dentro da gestão (KUNHAVALIK, 2004a, p. 209-2013).

Durante sua gestão, as lutas que a A.P.P. travava, visavam uma integração e um olhar, principalmente ao interior do Estado, que possuía poucos investimentos do governo, já que este se preocupava principalmente com os problemas culturais e educacionais da capital. Assim, centralizava o ensino superior na capital e em pouco conferia alguma solução para a situação do interior, mesmo nas campanhas contra o analfabetismo (ANJOS, 2017, p. 38).

As relações político-partidárias estabelecidas para a eleição de Bento Munhoz foram, aos poucos, se desestabilizando. O PTB se afasta definitivamente do governo na convenção de 1954, embora alguns cargos do Estado permaneçam com o partido. Após renunciar o governo para compor o quadro federal como Ministro da Agricultura, entregou a reeleição para Moysés Lupion (KUNHAVALIK, 2004a, p. 214).

Tanto em sua prática discursiva como em sua prática política, observa-se em Bento Munhoz, o combate ao comunismo e ao marxismo, mas também fortes críticas ao modelo liberal. Como intelectual da classe dominante, acreditava que o poder deveria continuar nas mãos da burguesia, e a sociedade, por ela ser conduzida, mas sempre calcado nos princípios da fé cristão (KUNHAVALIK, 2004a, p.216-218).

Em seu governo, sua maior preocupação encontrava-se em dar uma resposta ao acelerado processo de desenvolvimento industrial do Paraná. Suas políticas no setor rodoviário e de produção de energia elétrica foram fundamentais no período desenvolvimentista (KUNHAVALIK, 2004a, p. 215).

Como um marco no processo de modernização do Estado do Paraná, seu governo procurou estabelecer o controle da economia às classes dominantes, visto as transformações econômicas, políticas, sociais e culturais a quais passava o Estado. Assim, sempre tentou, em um certo modo, criar uma identidade do paranaense, visto as variações culturais que existiam entre o Norte, o Oeste/Sudoeste e a Capital (KUNHAVALIK, 2004a, p. 217).

Em 1954, Getúlio Vargas se suicida. A notícia de seu ato, amplamente divulgado pelos jornais, movimentou os trabalhadores urbanos por todo o país. Vargas era querido por significativa parcela da população brasileira, principalmente pelos trabalhadores urbanos, que o viam como um grande aliado para a conquista e ampliação de seus direitos. Isso mudou muito o jogo político durante os anos seguintes. As campanhas jornalísticas, apoiadas pelo governo norte-americano que estava interessado na exploração do petróleo, contra o nacional-desenvolvimentismo, decaem, jornais são depredados e o apoio a candidatos populistas cresce expressivamente (FAUSTO, 2013).

Para Antunes, que retoma o debate sobre a formação social do país e o capitalismo de Estado, o governo de JK, que sucederia a Vargas, em sua política

de nacional-desenvolvimentismo, acataria aos investimentos estrangeiros para a retomada do crescimento da economia e controle da inflação. Ele ressalta que:

A formação social brasileira, e mais particularmente seu padrão de acumulação industrial, estruturou-se a partir dos anos 1930, com o advento do Getulismo e sua política de industrialização, tinha uma política voltada para a cooptação das forças sociais do trabalho e sua subordinação aos interesses do capital e do estado. Após a queda de Vargas, em 1954, o Brasil teve seu primeiro forte momento de penetração do capital externo no país, durante o governo de Juscelino Kubitschek, entre 1956/60. (2007, p. 288)

Posto isto, entende-se que o capitalismo de Estado foi fator determinante para a formação social-econômica do país, sendo também determinante para a formação e estruturação do movimento sindical.

A expressão nacional-desenvolvimentismo, em vez de nacionalismo, sintetiza pois uma política econômica que tratava de combinar o Estado, a empresa privada nacional e o capital estrangeiro para promover o desenvolvimento, com ênfase na industrialização. Sob esse aspecto, o governo JK renunciou os rumos da política econômica realizada, em outro contexto, pelos governos militares após 1964. (FAUSTO, 2013, p. 364)

O mercado e a indústria brasileira crescem e se diversificam durante os anos de governo de Juscelino Kubitschek. A sociedade brasileira, antes preeminentemente rural, passa por novas configurações e se torna uma sociedade prevalentemente urbana. Ainda com grandes cicatrizes sociais, que tinham ascendência na abolição da escravatura até os grandes latifúndios do sertão, a industrialização, com ênfase no governo de Juscelino Kubitschek, quebra a história dos ciclos econômicos brasileiros, sempre ligados a agricultura e a mineração, e alteram o fluxo migratório. A migração rural-rural havia impulsionado os ciclos do ouro, do café, do açúcar, mas, agora havia uma intensificação da migração rural-urbana.

A incipiente industrialização, a partir do final do império [...] é suprida em termos de mão-de-obra pelos migrantes europeus e japoneses. As bases da industrialização, porém, foram lançadas na década de 1930, durante o governo de Getúlio Vargas, e a intensificação ocorreu nas décadas de 1950 e 1960. Foi na década de 1960 que o Brasil passou de um país agrário para um país urbano, embora esta urbanização recente ainda mantivesse fortes vínculos com o rural. (ARRUDA, 2007, p. 83)

O avanço dos latifúndios e da modernização agrária, gerou desemprego e miséria nas zonas rurais, isso fez com que as capitais, principalmente as do sudeste, crescessem em tamanho demográfico e espacial, e devido à falta de investimentos dos setores públicos, gerou ainda mais problemas sociais urbanos, cujas cidades não estavam preparadas para receber toda esta nova população. Este efeito foi fundamental para produzir o êxodo rural, que tanto problemas trouxe ao país e à população mais pobre e marginalizada.

A cultura brasileira, diversificada nas diferentes regiões, começa a se mesclar à produção de bens culturais importados, em mormente provindos dos Estados Unidos da América, de maneira acelerada, dando início à indústria cultural brasileira, que fortalecia as raízes da cultura nacional mas, também, importava produtos da cultura internacional, como discos, livros, filmes, entre outros (KONDER, 2003, p. 69).

Observa-se que a ideologia predominante do governo de Juscelino Kubistchek, a do desenvolvimentismo, como já apontado em suas características por Kunhavalik (2004) e Cardoso (1978), se difere da política de nacional-desenvolvimento de Vargas, isso se dá pela clara aproximação ao capital estrangeiro no país. Buscando acelerar e diversificar o crescimento industrial, Juscelino busca crédito perante alguns órgãos internacionais de financiamento, além de autorizar a entrada de capital estrangeiro no país para o investimento nas indústrias. Mais tarde, o Presidente recusaria as ofertas de financiamento internacional e, também aboliria qualquer acordo com os órgãos externos, visando sua sobrevivência política e para que, assim, não saísse com uma imagem manchada ou de entreguista ou de vende-pátrias perante o povo.

Na área da Educação, o destaque iria para o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), criado em 1955, como órgão diretamente subordinado ao Ministério da Educação, sendo que ele passaria no governo de Juscelino a funcionar como órgão de assessoria e apoio ao Programa de Metas.

Em 1955, realizava-se em Belo Horizonte, o VI Congresso Nacional de Jornalistas, que discutiria a liberdade de Imprensa. Orlando Bonfim Júnior, representante da Guanabara, apresentou um estudo intitulado “A liberdade de Imprensa e a política econômica do Governo”, onde demonstrava que as práticas

econômicas tomadas pelo governo, principalmente a taxa cambial, afetavam diretamente o funcionamento da Imprensa nacional, visto que até o papel era importado pelas empresas. Isso limitava muito a expansão dos jornais, tanto em questões geográficas quanto em questões propriamente jornalísticas e editoriais, visto que a concentração dos materiais ficava, em sua maioria, aos já estabilizados monopólios de informação e opinião (SODRÉ, 1977, p. 470-472).

Com a volta de Lupion ao Executivo do Estado em 1955, a política e a economia estadual encontravam-se conflituosas em alguns aspectos, principalmente sobre as vendas das terras pelas companhias de colonização e imobiliárias (WASCHOWICZ, 2010, p. 264). Ressalta-se aqui, como afirmado anteriormente por Salles (2004), que o primeiro mandato de Moysés Lupion ficara marcado por escândalos de corrupção, alguns incluindo estas mesmas companhias de colonização.

A oposição, alvoroçada, falava aos colonos para não assinarem os documentos que as companhias entregavam, que supostamente iria regularizar a situação, e nem as promissórias. Ao se negarem em assinar os papéis, os colonos passaram a ser ameaçados por jagunços e pistoleiros contratados pelas companhias imobiliárias. Vinculadas às companhias, as autoridades estaduais não concediam segurança aos colonos. Em abril de 1957, os colonos passam a contratar seus próprios pistoleiros para defenderem suas terras, denominados farrapos, e os primeiros conflitos armados começaram a acontecer (WASCHOWICZ, 2010, p. 264-265).

As companhias dominavam a política local e nomeavam nas delegacias pessoas submissas às suas vontades. Contra a população e a favor das companhias, estavam a lei e o Estado (WASCHOWICZ, 2010, p. 266). Porém, o levante da população ganhara notoriedade nacional, jornais do país inteiro chegavam a região, principalmente às cidades de Capanema (dominada pelos colonos) e de Santo Antônio (dominada pelas companhias), isso fez com que o governo necessitasse tomar uma posição: ou empregava força contra os colonos rebeldes e arcava com as consequências, ou, empregava métodos persuasivos retirando as companhias. Visando o saldo político, Lupion escolhe a segunda opção (WASCHOWICZ, 2010, p.267).

Em Francisco Beltrão e Pato Branco, sudoeste do Estado, a oposição ao governo de Moysés Lupion estava fazendo com que os conflitos da região se tornassem um caso internacional nos noticiários, principalmente pelos seus contatos com a Argentina. Com um ultimato vindo do presidente Juscelino Kubistchek, todas as companhias foram retiradas da região e os colonos voltaram às suas casas (WASCHOWICZ, 2010, p. 268).

Em meio a estes conflitos agrários, próprios dos rearranjos da economia e das oligarquias paranaenses, os empregos e salários vão se estabelecendo e se complexificando. Entre 1956 e 1960, o salário dos servidores públicos variavam quando concursados, em Classe A, de Cr\$4.800,00 até a Classe Y, de Cr\$17.850,00. Enquanto isso, para os contratados os valores variavam de Cr\$4.680,00 até Cr\$7.4000,00<sup>38</sup>. Os cargos eram definidos por classe, mas não se encontrou qual a especificação que cada cargo ocupava para tais recebimentos, nem se eles eram apenas para professores ou trabalhadores da educação, conforme contextualizados por Fluminhan e Gregório (1960)<sup>39</sup>.

Mesmo com as ameaças do capital estrangeiro, a burguesia nacional ainda se sentia confiante perante a estrutura que existia no país, não considerava que fosse fácil perder seus privilégios enquanto burguesia industrial.

Uma hegemonia vivida é sempre um processo. Não é, exceto analiticamente, um sistema ou estrutura. É um complexo realizado de experiências, relações e atividades com pressões e limites específicos e mutáveis. Isto é, na prática a hegemonia não pode nunca ser singular. Suas estruturas internas são altamente complexas, e podem ser vistas em qualquer análise concreta. Além do mais (e isto é crucial, lembramos o vigor necessário do conceito), não existe apenas passivamente como forma de dominação. Tem de ser renovada continuamente, recuada, defendida e modificada. Também sofre uma resistência continuada, limitada, alterada, desafiada por pressões que são as suas próprias pressões. (WILLIAMS, 1984, p. 115 apud KUNHAVALIK, 2004b, p. 218)

<sup>38</sup> Em valores corrigidos de 01/1956 para 01/2020 ficam: R\$2.758,63, R\$10.258,66, R\$2.689,67 e R\$4.252,89, respectivamente. Dados calculados a partir do Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna da Fundação Getúlio Vargas (IGP – DI FGV) em <<https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADA0/publico/exibirFormCorrecaoValores.do?method=exibirFormCorrecaoValores&aba=1>>. Acesso em 13 de jul. de 2020. Todos os valores atualizados serão calculados a partir desse índice.

<sup>39</sup> FLUMINHAN, Izidoro; GREGÓRIO, Domingos. **Estatutos do Magistério Público do Paraná**. Edição Pinheiros: Curitiba, 1960. Disponível em: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/RelatoriosGoverno/Ano1960MFN1513EstatutosdoMagisterioPublicodoParana.pdf>>. Acesso em 21 de fev. de 2020.

O desenvolvimentismo do governo de Juscelino Kubistchek não transformou a ordem social, muito menos pendulou em algum momento para os trabalhadores. Sua política desenvolvimentista de 50 anos em 5 visava transformar o setor industrial do país, garantindo ainda a hegemonia da classe burguesa nacional, que investia desde o Estado Novo em desenvolvimento industrial contra o capital estrangeiro (FAUSTO, 2013).

Tais políticas de desenvolvimento industrial e urbano foram debatidas e repensadas durante os anos de campanha contra o parlamentarismo e pela volta do presidencialismo, na figura de João Goulart, marcado principalmente pelas propostas de Reformas de Base. Estas políticas deram sustentação ao mito da “República Sindicalista”, citada anteriormente, que espantava tanto a classe média quanto a burguesia nacional.

Como na época era possível votar diferentemente para os cargos de presidente e vice-presidente, se elege para o executivo nacional a dupla Jan-Jan. Jânio Quadros se elege presidente pelo Partido Trabalhista Nacional (PTN), com o apoio da UDN, tendo como discurso que iria “varrer a corrupção”, onde inclusive, tomou como símbolo e utilização de vassouras durante comícios e discursos para demonstrar como agiria. João Goulart é novamente eleito vice-presidente pelo PTB, assim como fora nas eleições de 1955 com Juscelino Kubistchek (FAUSTO, 2013, p. 371-372).

Jânio Quadros renuncia ao cargo de presidente ainda em 1961, gerando uma grande crise política no país. João Goulart não era aceito pelos militares e por boa parte do Legislativo, principalmente pelas Reformas de Base que defendia. Entre a renúncia de Jânio Quadros e a posse de João Goulart, o Brasil viveria um período de parlamentarismo (FAUSTO, 2013).

Em 1963, o plebiscito que decidiria sobre o regime de governo do país, se seria parlamentarista ou presidencialista, é realizado. O presidencialismo vence e os poderes do Executivo são restaurados.

O Centro Popular de Cultura da UNE (CPC da UNE), constantemente, apresentava sátiras exigindo as reformas propostas por Jango. Crescia cada vez mais a influência dos socialistas e comunistas na cultura, como aponta Konder:

Era expressiva, em geral, a presença da esquerda no teatro e no cinema, na poesia e no movimento editorial. Novos artistas – todos

socialistas convictos – eram revelados ao público: Nelson Pereira dos Santos, Glauber Rocha, Leon Hirszman, Joaquim Pedro de Andrade, Cacá Diegues, Arnaldo Jabor, no cinema: Oduvaldo Viana Filho, Armando Costa, Paulo Pontes, João das Neves, Gianfrancesco Guarnieri, no teatro: Ferreira Gullar, Moacir Félix, José Carlos Capinam, na poesia. E até na arquitetura: intensificava-se a celebridade que o arquiteto comunista Oscar Niemeyer havia conquistado com a construção de Brasília, inaugurada em 1960; e Vilanova Artigas articulava explicitamente suas concepções arquitetônicas com ideias marxistas. (KONDER, 2003, p. 73-74)

E não apenas no campo cultural crescia a influência dos socialistas e comunistas, mas também na educação. Paulo Freire<sup>40</sup>, socialista declarado<sup>41</sup>, provocava uma reforma na educação, principalmente a de jovens e adultos. Estas influências, ligadas as demonstrações das massas em apoio a políticos como Leonel Brizola e Miguel de Arraes, preocupavam os conservadores, militares e a grande burguesia.

Importantes nos trabalhos de apresentação sobre as Reformas de Base na área da educação, o método de Paulo Freire foi ganhando espaço, ao mesmo tempo em que a UNE e a CNBB faziam campanhas contra o analfabetismo e por universidades qualificadas (ANJOS, 2017, p. 204).

No campo econômico, Jango estabelece o Plano Trienal, que preconizava a conciliação entre o crescimento econômico, o combate à inflação e as reformas de base. Santos (2009, p. 102-103) enfatiza que esse plano econômico de Jango visava agradar tanto os setores da economia internacional, como as medidas exigidas pelo FMI, ou à burguesia nacional. O Plano não se encontrava em uma política “revolucionária” para os trabalhadores, mas sim reformista e de acordo com o mercado financeiro internacional.

Apesar das tentativas, setores da economia nacional boicotavam o Plano. Os beneficiários da inflação não desejavam que esta fosse centralizada. Os opositores de Jango desejavam a ruína de seu governo e planejavam o golpe. O

---

<sup>40</sup> Paulo Freire (1921-1997), foi um professor brasileiro que, desenvolveu um método de alfabetização conhecido internacionalmente, que leva o seu nome. Possui mais de 1.500 trabalhos públicos, 28 títulos de doutor *honoris causa* e é o patrono da educação brasileira pela Lei nº 12.612 de 15 de abril de 2012.

<sup>41</sup> Apesar de socialista, Paulo Freire não era marxista ou um revolucionário. Paulo Freire provinha da linha de pensamento do humanismo radical, que tinha como objetivo a transformação da sociedade, mas não através de uma revolução em si. Para mais informações acesse: <<https://novaescola.org.br/conteudo/4942/mitos-e-verdades-sobre-a-obra-de-paulo-freire>> ou <<https://www.marxismo.org.br/paulo-freire-um-comunista/>>. Acesso em 19 de fev. de 2020.

movimento operário se recusava a aceitar as restrições salariais. Os proprietários rurais atacavam fortemente a proposta para a reforma agrária. Para os comunistas, em todas as propostas estavam os dedos do imperialismo norte-americano.

Como resultado de todos estes fatores, o crescimento do PIB caiu de 5,3% em 1962 para 1,5% em 1963. Nos 5 primeiros meses do ano, a inflação havia atingido o patamar de 25%. A política econômica do Plano Trienal foi sabotada e falhou, e assim a gestação do golpe militar em 1964 ganhava seus contornos (FAUSTO, 2013, p. 387-389).

No Paraná, a população, durante as eleições seguintes, tomaram partido pela oposição ao grupo de Lupion, escolhendo como governador Ney Braga e, preferido na corrida presidencial, Jânio Quadros. Nas questões das companhias de colonização, dos posseiros e dos agricultores, uma das formas para diminuir os impactos foi a concessão das terras da União e do Estado aos colonos (KUNHAVALIK, 2004b, p. 269).

Ney Braga, que teve uma passagem pelo Exército, encontrou no militarismo sua principal formação intelectual e política. Próximo a Bento Munhoz, devido seu primeiro casamento, teve neste seu padrinho o caminho para o ingresso na política. Enquanto chefe da polícia do Estado nos primeiros anos do governo Bento Munhoz, dirigiu-se à cidade de Cascavel no oeste do Estado, com a intenção de evitar novos conflitos entre posseiros e proprietários de terras (KUNHAVALIK, 2004b, p. 235-239).

Disputou as eleições da prefeitura municipal de Curitiba, saindo vitorioso em 1954, pelo PSP, arregimentando apoio da UDN e de Bento Munhoz, cujo partido, o PR, desejava lançar a candidatura de Guerra Rêgo (KUNHAVALIK, 2004b, p. 250). O PR, próximo as eleições, desiste de encabeçar candidatura de Guerra Rêgo, e declara apoio a Ney Braga. Este, por sua vez, venceria os sete candidatos que concorriam com ele nas eleições<sup>42</sup> (KUNHAVALIK, 2004b, p. 251-252).

---

<sup>42</sup> O resultado foi Ney Braga (PSP/PR), com 28,7% dos votos; Wallace Thadeu de Mello e Silva (PST), com 18% dos votos; Alfredo Pinheiro Júnior (PSD), com 17,2% dos votos; Estevan Ribeiro de Souza Neto (PTB), com 12,5% dos votos; Amâncio Moro (PL), com 8,1% dos votos; João Cid de Macedo Portugal (PDC), com 7,1% dos votos; Roberto Barroso (PTN), com 2% dos votos; e Manoel de Freitas Valle Aranha (UDN), com 1,7% dos votos (KUNHAVALIK, 2004b, p. 251-252).

Ney Braga se encontrava em conflito com o PR devido as campanhas para deputados federais e estaduais, rompendo com Bento Munhoz, onde, segundo ele, se dava pela questão eleitoral, visto que ambos concentravam a sua maior base eleitoral no município da Lapa. Kunhavalik alude que, ao romper politicamente com Bento Munhoz, Ney Braga buscou a sua independência política, onde, no Partido Democrata Cristão (PDC), encontrou o melhor local para trilhar sua nova trajetória. Levou consigo para o partido nomes como Affonso Camargo, Oscar Alves, Jacundino Furtado, entre outros. Em 1958, Ney Braga confirmara a sua disposição em concorrer ao governo do Estado, e assim, buscava coligações e apoios (2004b).

O maior concorrente de Ney Braga seria Souza Naves, pelo PTB, que, nas palavras de Ney Braga “era popular em todo o Estado, emocionava o povo, demonstrava sentimento humano quando falava de pobreza” (1996, p. 115, apud KUNHAVALIK, 2004b, p. 267). Souza Naves era uma das principais lideranças petebistas do Estado e o PTB vinha sendo o maior vitorioso nas eleições municipais no interior, na Câmara Municipal de Curitiba e na prefeitura da capital do Estado (KUNHAVALIK, 2004b, p. 265-266).

Magalhães Filho, ao apontar o crescimento do PTB no Paraná, refere que seu principal aspecto era a composição social do eleitorado e dos filiados, segmentos socialmente diferenciados e geograficamente afastados, sendo: 1 – operários e assalariados urbanos localizados na Capital, na região Litorânea e dos Campos Gerais; 2 – produtores de café, no norte do Estado, influenciados pelos postos de comando e políticas públicas relacionadas ao café; e 3 – na região Oeste e Sudoeste que traziam consigo na colonização, a tradição política gaúcha do trabalhismo (1999, p. 108-109 apud KUNHAVALIK, 2004b, p. 267).

Porém, pelas decorrências da vida, Souza Naves que seria o principal concorrente de Ney Braga, falece no dia 12 de dezembro de 1959. O PTB define em sua convenção, em fevereiro de 1960, o nome de Nelson Maculan ao governo do Estado.

Ney Braga abrange em sua campanha figuras descontentes com as decisões de seus próprios partidos, como o PTB e o PSD, principalmente na região norte, onde o apoio a Jânio Quadros foi decisivo (KUNHAVALIK, 2004b, p. 273-275).

Ao se manifestar publicamente contra os comunistas e, também, contra os candidatos que recebessem o apoio dos comunistas, Ney Braga recebe o apoio de correntes da UDN e principalmente, da Igreja Católica. Para isso, utilizou elementos simbólicos durante a campanha, como a vassoura de Jânio Quadros, para varrer a corrupção do governo de Moysés Lupion. Ney Braga venceu as eleições para o Executivo estadual com 35,3% dos votos, contra 30,9% dos votos de Maculan e 26,8% dos votos de Plínio Costa (KUNHAVALIK, 2004b, p. 276-278).

Ao assumir o governo do Estado, a situação financeira deste era crítica. O Banco do Estado do Paraná (BANESTADO) estava em condição pré-falimentar, a COPEL, em situação de abandono, a ocupação do Estado estava avançada e a economia estadual era predominantemente agrícola, com destaque para a grande produção cafeeira (KUNHAVALIK, 2004b, p. 281-282).

Em sua gestão, o Plano de Desenvolvimento do Paraná (PLAPLED), possuía sustentação burguesa, com origens nas elites paranaenses originárias do comércio e da indústria ervateira (MAGALHÃES FILHO, 1999, p.79-80 apud KUNHAVALICK, 2004b, p. 282-283).

Mesmo sendo um político tradicional, vinculado tanto às elites políticas quanto as militares, Ney Braga constitui em seu governo várias agências de desenvolvimento, com uma privilegiada formação de técnicos, para planejar e gerenciar a administração pública. Augusto registra que essa formação para a administração do Estado seria para atualizar o Paraná na ideologia nacional-desenvolvimentista, característica dos governos de Vargas e Juscelino (1978, n.p. apud KUNHAVALIK, 2004b, p. 284).

Para Bielchowsky (1996, apud KUNHAVALIK, 2004b, p. 286-287), o Estado, mediante sua política capitalista e de superação do subdesenvolvimento pela industrialização, deve possuir um projeto de desenvolvimento econômico que não se mova pela força do mercado, dado que este pode encontrar deficiências em alguns setores. Neste nível, cabe ao Estado promover a industrialização com os recursos financeiros necessários para o desenvolvimento da iniciativa privada.

Baseados nesta concepção, se apresenta a criação, em janeiro de 1962, da Companhia de Desenvolvimento do Paraná (CODEPAR), de economia mista, com o objetivo de

a) Implantação de novas formas, mais dinâmicas e mais flexíveis de ação governamental, racionalizando o setor público; b) hierarquização de prioridades para investimentos, estudando e selecionando, para estímulo, os projetos mais necessários e úteis, ou de efeitos multiplicadores mais ponderáveis, para a economia do Estado; c) contribuição para a mudança da mentalidade social, ensinando a comunidade a mobilizar suas poupanças a fim de permitir a mais rápida expansão de serviços públicos básicos a que o Estado sozinho não pode dar atendimento satisfatório (...). (AUGUSTO, 1978, p. 31 apud KUNHAVALIK, 2004b, p. 288)

Posto isso, destaca-se a importância da CODEPAR como instrumento de desenvolvimento econômico, junto a iniciativa privada, ligados diretamente a lógica do nacional-desenvolvimentismo, que era fortemente aplicada desde a redemocratização, com mais influência no segundo governo de Vargas e em seus sucessores. Entre as políticas de criação de órgãos, neste caso de empresa de economia mista, pode-se destacar, em julho de 1962, a criação do Fundação Educacional do Paraná (FUNDEPAR)<sup>43</sup> (KUNHAVALIK, 2004b, p. 289-291).

Sobre as Reformas de Base, que alvoroçavam a política nacional e mobilizavam as massas, pode-se ler o que Caldas assevera:

A efervescência ideológica, política e cultural dos anos 1960 levou os intelectuais de esquerda a se colocarem como responsáveis pela defesa da *nação* e a educação política do *povo*, elegendo este como protagonista das mudanças sociais. Artistas, estudantes e militantes políticos estiveram à frente como organizadores e dirigentes de diferentes projetos político-culturais, que caracterizavam um rico e amplo movimento em âmbito nacional, voltado para a afirmação da cultura popular, como alternativa de mobilização do povo e valorização da identidade nacional. (2007, p. 146-147)

Para tanto, o movimento nacional em defesa das reformas de base, que iam de questões eleitorais como o direito ao voto pelos analfabetos, questões trabalhistas, como benefícios aos trabalhadores urbanos, questões rurais, como a reforma agrária e questões educacionais, como a erradicação do analfabetismo, ganharam também espaço dentro do Paraná.

Guiado, principalmente, por estudantes envolvidos com o CPC da UNE, alguns filiados ao PCB, intercalavam uma articulação entre arte, educação e política, em busca de um estado nacionalista e de participação popular. Uma

---

<sup>43</sup> Hoje, mantém-se a sigla FUNDEPAR, mas seu nome foi alterado para Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional.

parcela expressiva destes movimentos esteve formada por professores, inclusive por estudantes universitários que se engajaram em atividades docentes, principalmente a partir de projetos de dinamização cultural e de alfabetização de adultos capitaneados pela UNE e pelo CPC, ou por projetos de educação popular que estiveram na órbita do método Paulo Freire.

Enquanto isso, no âmbito nacional, o Congresso barra em outubro de 1963 a Emenda Constitucional que autorizava a desapropriação de terras sem a prévia indenização, o que gerou conflitos do governo com as Ligas Camponesas, os sindicatos rurais e a esquerda brasileira (FAUSTO, 2013, p. 389).

No meio militar, as brigas e disputas políticas cresciam, inclusive uma revolta de sargentos e cabos da Aeronáutica e da Marinha é deflagrada para que houvesse eleições para os altos cargos das Forças Armadas. A direita ganhava campo com a tese de que só uma “revolução” purificaria o país da luta de classes e do comunismo (FAUTSO, 2013).

A Imprensa brasileira se fortalecia no país, quando o então deputado federal João Dória, em 1963, requer uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para que se investigue a atuação da Imprensa e das agências de publicidade no país, onde afirmava que estas agências eram mecanismos de alienação do mercado financeiro internacional, com o intuito de fazer uma nova colonização nos países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos, tudo isso através de uma intervenção nacional do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) (SODRÉ, 1977, p. 496-497). Sodré comenta que, para o deputado João Dória, o IBAD possuía um plano de três passos:

*Primeiro:* alienação da consciência nacional pela propaganda dirigida. Abrangia uma série de operações: corrupção da imprensa, do rádio e da televisão; discriminação publicitária contra publicações independentes ou não alinhadas; invasão de publicações estrangeiras editadas em português no Brasil. *Segundo:* intervenção na política interna do País, pela corrupção e o controle do processo eleitoral e da ação parlamentar. *Terceiro:* golpe militar para a conquista do poder. (1977, p. 497)

O país estava em uma situação de crise democrática, afinal, como certificado anteriormente por Fausto (2013), Jânio Quadros havia renunciado, João Goulart havia assumido a presidência do país, mas os poderes se concentravam no Legislativo, e um plebiscito havia sido realizado para voltar ao regime político do

presidencialismo, depois de imposto à Jango o parlamentarismo. O primeiro passo acontecia desde o governo de Getúlio Vargas, passando pelo governo de Juscelino Kubistchek e chegando em João Goulart, em todos com o intuito de desgastar a imagem presidencial. O segundo passo ocorreu, mas não deu certo, a população preferia o regime presidencialista ao parlamentarista. Após isso, o terceiro passo entra em curso.

Sobre a CPI, João Dória continua:

Das trezentas agências de publicidade em funcionamento no Brasil, oito apenas – e todas estrangeiras ou representantes de grupos estrangeiros – faturam nada menos que 35 bilhões de cruzeiros (isso em 1963), anuais, de um total de 120 bilhões gastos em publicidade, dos quais 80 bilhões por intermédio de agências. Ora, menos de 3 por cento das agências de publicidade controla quase 45 por cento do total. Cabe, portanto, apurar até que ponto a concentração, em escala compacta, de imensos recursos publicitários em poucas mãos influi e controla a opinião da imprensa falada e escrita e, conseqüentemente, a opinião pública; discrimina contra as publicações que defendem pontos de vista ou posições contrárias aos interesses ocultos dos seus clientes; responde pelo suporte financeiro de organizações clandestinas para fins políticos; ou, ainda, sustenta publicações estrangeiras editadas no Brasil em português, sem tiragem nem circulação justificantes de sua sobrevivência e do sucesso de sua receita publicitária, a não ser como órgãos auxiliares de penetração política de países estrangeiros. (apud SODRÉ, 1977, p. 497-498)

Tal estado de coisas já era de conhecimento de uma parcela dos deputados, que vinha trabalhando a questão da liberdade e controle da Imprensa, principalmente por uma parte da burguesia nacional ser contra a interferência do capital estrangeiro no país. Caberia a este setor da burguesia nacional explorar as riquezas e os investimentos que o Estado fizera para a exploração do petróleo, e não o mercado financeiro internacional.

Sodré (1977) registra as investidas do capital estrangeiro na Imprensa através dos discursos de deputados nacionalistas, como Euzébio Rocha, que, ao se referir à comercialização dos principais produtos brasileiros, afirmava que estes estavam na mão do capital estrangeiro, e que os jornais não conseguiriam atacar as gigantes multinacionais, como a *Light* e a *Standard Oil*, empresas que os financiavam através de suas propagandas.

A Greve dos 700 mil abala a relação entre a Confederação Nacional de Trabalhadores da Indústria (CNTI) e a FIESP, apesar da correção salarial, o

crescimento da inflação desfaz este aumento em poucos dias. Em 13 de março de 1964, Jango se reúne com sindicalistas e militares no intuito de dar início as Reformas de Base por decreto após perder o apoio do Congresso (FAUSTO, 2013).

Ao se referir à Reforma Urbana, que estava em preparo e poderia garantir moradia aos inquilinos urbanos de imóveis da classe média, os pressupostos para a mudança tributária, o direito ao voto para analfabetos e aos quadros inferiores das Forças Armadas, começou a gerar preocupação por parte da classe média e da burguesia nacional, que se viam temerosos que acontecesse uma “guerra de classes” (FAUSTO, 2013, p. 390).

Receosos, tanto com as políticas, quanto pelo apoio que Jango recebia e o avanço da esquerda, com o pretexto ou tementes que a Revolução Cubana desse as caras no país, conservadores e militares, recebendo estímulos do governo norte-americano, arquitetam o golpe militar (KONDER, 2003, p. 76). A Marcha da Família com Deus pela Liberdade, em 19 de março de 1964, demonstra aos golpistas que estes possuíam uma base social de apoio (FAUSTO, 2013, p. 391). No dia 31 de março de 1964, o golpe militar é consumado e se tem o fim a experiência democrática no país.

O controle estrangeiro sobre a Imprensa, com o aval do Estado, toma uma forma maior com o golpe militar. Jornais nacionalistas como *A Última Hora*, a imprensa estudantil e operária, foram invadidos, depredados e, por fim, fechados. Para se manter abertos, jornais como o *Correio da Manhã*, começou a ficar na defensiva em relação aos interesses norte-americanos.

## 2.2 Uma breve história da legislação educacional do Estado

Na Constituição de 1937, o Movimento dos Pioneiros da Educação Nova<sup>44</sup>, apresentou um novo projeto de Lei de Diretrizes e Bases para a Educação (LDB), mas essa fora engavetada por Gustavo Capanema Filho<sup>45</sup> (ANJOS, 2017).

---

<sup>44</sup> O Movimento dos Pioneiros da Educação Nova, movimento de intelectuais que, após a “Revolução de 1930”, publicou o Manifesto dos Pioneiros pela Educação Nova, tinha como objetivo uma escola descentralizada e igualitária, onde fosse direito de todos o acesso à educação em uma escola única, pública, obrigatória, laica e gratuita. Para mais informações acesse <[http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select\\_action=&co\\_obra=205210](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=205210)>. Acesso em 18 de dez. de 2019.

<sup>45</sup> Gustavo Capanema Filho (1900-1985) foi o Ministro da Educação que mais ficou tempo no cargo, de 1934 a 1945, quando deputado, liderava a oposição e ia contra o projeto por acreditar que a União devia controlar a educação.

Com orientação liberal e descentralizada, o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932) trazia reformas educacionais que acompanhavam a tendência dos países capitalistas, tratando a administração escolar como fundamental para o desenvolvimento da sociedade brasileira e defendia que as propostas educacionais deveriam ser pensadas a longo prazo, não apenas como políticas para curto prazo (AZEVEDO et. al; 2010).

O Manifesto, como apontado anteriormente, havia sido ignorado e com a redemocratização pós-Estado Novo, começa a se propagar novamente as ideais educacionais dos Pioneiros que, baseados nos ideais de uma educação democrática, liberal e científica, acreditavam que esse era o melhor caminho para o desenvolvimento do país.

Em 1959, com a publicação do *Manifesto dos Educadores: Mais uma vez convocados*, uma nova leva de educadores e intelectuais se unem ao Movimento para a discussão de uma escola pública gratuita, científica, laica e de qualidade. Alguns dos pioneiros haviam sido chamados para as discussões de uma Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional na redemocratização, porém, tais reivindicações que esses intelectuais e educadores traziam não foram consideradas. A Constituição de 1946 em quase nada se diferenciava na área da educação da Constituição de 1937 que, até aquele momento, ainda carregava características das primeiras legislações sobre a educação no país, ainda do período imperial.

Na gestão de Lupion, como aponta Trindade e Andrezza (2001, p.105), o governador investiu na “verdadeira mística da escola”, onde fechou parcerias com várias prefeituras para a construção de aproximadamente 500 unidades de ensino escolares. A ênfase era na instrução do homem do campo, mas havia também uma preocupação com a preparação de professores, a criação de cursos normais em cada região e projetos para a prevenção da evasão escolar.

Erasmio Piloto<sup>46</sup>, o secretário de Educação e Cultura do governo Lupion, trouxe orientações mais inovadoras às escolas. Segundo dados do Ministério da

---

<sup>46</sup> Erasmio Piloto (1910-1992) foi professor primário por formação e Professor *Honoris Causa* da Universidade Federal do Paraná, trabalhou em escolas primárias e nas escolas normais secundárias de Ponta Grossa, Paranaguá e Curitiba. Na Escola Normal secundária da capital foi professor de Psicologia e Metodologia e, a seguir, atuou como chefe de seção (Coordenação Pedagógica) do 2º e 4º semestres do Curso de Magistério, alicerçando sua ação pedagógica em ideias que buscou em várias fontes. Procurando formar os futuros professores segundo as mais modernas concepções

Educação e Cultura, houve expansão do ensino, principalmente no interior e sobre no âmbito da educação nas escolas rurais, que atuavam como escolas normais ou também como profissionalizantes, principalmente na formação dos técnicos em agricultura (1994, p. 68-71 apud TRINDADE; ANDREZZA, 2001, p. 104).

Em uma pesquisa pelos arquivos documentais do Arquivo Público do Paraná, encontrou-se um documento intitulado “A Concretização do Plano de Obras do Governador Moysés Lupion: 1947-1950”<sup>47</sup>, tal informe teve a finalidade de divulgar as obras concluídas e em processo de conclusão que se iniciaram no mandato do governador. Pelo documento, nota-se a criação e reforma de muitas escolas, urbanas e rurais, com estruturas que variavam de uma sala até quatorze salas, além de ginásios poliesportivos, auditórios, aí incluído o Colégio Estadual do Paraná, a Escola Superior de Química da Universidade do Paraná, a Casa do Estudante, o Museu Paranaense, entre outros. Estas instituições não escolares foram abrangidas, pois acreditava-se que esses outros ambientes também colaborariam para avanço da educação do Estado.

Em 1947, os professores paranaenses passam a reivindicar a reposição de vencimentos salariais, pois estes se encontravam defasados pela inflação, assim como reivindicavam a regulamentação de um Plano de Carreira do Magistério, e se colocaram contra a exoneração ou transferência de professores por motivos políticos. É neste contexto que em 26 de abril do mesmo ano cria-se a Associação dos Professores do Paraná - A.P.P., tendo como primeiro presidente o professor e advogado Faustino Fávaro<sup>48</sup> e José Scheikmann como Secretário de Organização (ANJOS, 2017, p. 35-37).

Como afirmado, muitos dos documentos que regulamentaram o ensino e a educação a nível nacional não eram alterados ou atualizados desde o governo imperial (ANJOS, 2017, p. 36), quando, com a vinda da família real portuguesa em

---

teórico-pedagógicas da época, organizou a vida da escola de Professores de Curitiba (1938-1946), hoje Instituto de Educação, estendendo posteriormente tal ação na disseminação de escolas normais regionais por todo o Estado, enquanto Secretário da Pasta (1946-1949). (MIGUEL, 1994, s/p.)

<sup>47</sup> Tal arquivo pode ser acessado pelo link: <[http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/RelatoriosGoverno/Ano1947\\_1950MFN1146.pdf](http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/RelatoriosGoverno/Ano1947_1950MFN1146.pdf)>. Acesso em 21 de fev. de 2020.

<sup>48</sup> Faustino Fávaro (1915-2003) foi um advogado e professor paranaense, foi diretor do Instituto de Educação do Paraná e professor emérito da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Presidiu a APP da sua fundação, em 1947 até 1954, e novamente de 1961 a 1963.

1808, a criação e regulamentação das escolas e faculdades do país começaram a ocorrer. Antes disso, era comum que as famílias que quisessem que seus filhos estudassem os enviassem à Europa.

Como implícito em seu nome e aparecendo no preâmbulo de seu Estatuto, a APP deveria abranger todos os municípios do Estado, como se pode observar: “Esforçam-se todos, quanto possam, para que não fique, no Paraná, nenhum professor fora (sic) do nosso corpo social; a Associação numerosa e forte será a Classe prestigiosa e acatada” (O PROFESSOR, s/ v., n. 1, 1947, s/ p. apud ANJOS, 2017, p. 38).

O caminho para a conquista da carreira do Magistério, como aponta Anjos, se deu através dos seguintes passos:

Um dos primeiros atos da APP foi o de realizar uma Assembleia Geral da categoria, que contou com a participação de bom número de mestres e do governador do Estado, o qual se mostrou sensível ao conhecer às dificuldades do ensino sendo-lhe entregue um memorial. Em 1949, sem a regulamentação da profissão de professor, a APP-Estadual entregou ao Governo do Paraná, um abaixo-assinado contendo três mil assinaturas, reivindicando um Plano de Carreira para o Magistério Primário, o qual deveria regulamentar a profissão de Professor Primário, pois que, a profissão do professor do Ensino Médio já fora regulamentada no ano anterior. Em 1950, é criada a Carreira do Magistério Primário, mas houve resistência do novo governador e de sua equipe para implantação da Carreira de Professor. (2017, p. 38)

Observa-se então que, mesmo o Estado provendo campanhas educacionais, a carreira e a regulamentação dos professores não eram a prioridade das pautas do governo. Contudo, se tornaram realidade graças à mobilização da classe, e, por isso, como salienta Fluminhan e Gregório (1960), em 15 de outubro de 1948, era instituído o Plano de Carreira do Magistério.

O Plano fora instituído pela Lei nº 119 de 15 de outubro de 1948, em que decretava os três cargos essenciais do Magistério: 1 – os professores catedráticos, que assumiriam a titularidade das disciplinas; 2 – os professores auxiliares, que eram em sua maioria substitutos dos professores catedráticos; e 3 – os professores contratados ou os professores de livre docência, também atuando como substitutos dos professores catedráticos, porém, apenas para os dois primeiros cargos haveria o ingresso via concurso.

No relatório do Tribunal de Contas do mesmo ano, eles citam um crédito de Cr\$18.588.107,20 ao Governo do Estado para suas despesas, dos quais Cr\$1.419.396,00 foram destinados à Secretaria de Educação e Cultura (SEC), ficando a pasta à frente apenas dos gastos com o Palácio do Governo (PARANÁ, 1949b) <sup>4950</sup>.

Do Plano do Governo para a Secretaria de Educação e Cultura de 1949<sup>51</sup>, que regeria o Plano de Carreira do Magistério, entre outros assuntos da Pasta, pode-se ver sobre a estrutura do sistema escolar. A estrutura do sistema se dava com o grau pré-primário, para crianças de 3 a 7 anos, grau primário para crianças de 7 a 11 anos e 1º ciclo de grau médio dos 11 aos 14 anos. O grau primário e o 1º ciclo do médio tinham, como finalidade, proporcionar informações, domínios das técnicas de leitura, escrita e cálculo e cultura geral, visava uma sondagem vocacional e a orientação para o trabalho. O 2º grau, após os 15 anos de idade, era característico das formações profissionais, marcadas pelas escolas técnicas, rurais e de formação de professores, além do preparo para a entrada nas universidades. (PARANÁ, 1949a).

O documento também dispõe que o Ensino Superior no Estado tinha como função estabelecer os parâmetros de cada especialidade. Previa também campanhas de Educação de Jovens e Adultos para a erradicação do analfabetismo e também da Educação Física, da Educação Especial e da Saúde Escolar (PARANÁ, 1949a). O documento regente também estabelecia que é dever do Estado a educação das crianças, sendo ela gratuita e obrigatória para todos em idade escolar (PARANÁ, 1949a).

O Estado crescia demograficamente em todas as regiões. As companhias de colonizações do Oeste e Sudoeste do Paraná traziam imigrantes gaúchos e catarinenses em busca de uma nova vida e, na região Norte do Estado, a produção do café aumentava, ambos, ameaçavam o poderio que a elite ervateira possuía

---

<sup>49</sup> O arquivo pode ser acessado pelo link: <[http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/RelatoriosGoverno/Ano\\_1948\\_MFN\\_828\\_Tribunal\\_de\\_Contas\\_do\\_Estado.pdf](http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/RelatoriosGoverno/Ano_1948_MFN_828_Tribunal_de_Contas_do_Estado.pdf)>. Acesso em 21 de fev. de 2020.

<sup>50</sup> Em valores corrigidos para junho de 2020, respectivamente: R\$27.024.95766 e R\$2.063.637,59.

<sup>51</sup> O arquivo pode ser acessado pelo link: <[http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/RelatoriosSecretarios/Ano\\_1949\\_MFN\\_1498.pdf](http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/RelatoriosSecretarios/Ano_1949_MFN_1498.pdf)>. Acesso em 21 de fev. de 2020.

historicamente. Enquanto isso, a Capital e a região dos Campos Gerais aumentavam sua industrialização e também a diversidade agrícola.

Porém, esse crescimento populacional refletia um déficit enorme sobre a população alfabetizada no Estado. O número de analfabetos, como apontado anteriormente, ultrapassava 50% da população durante o período, e isso refletia também na administração do Estado. As pessoas letradas facilmente conseguiam cargos nas administrações municipais, regionais ou estaduais pois, durante o governo de Moysés Lupion, as práticas estadonovistas de burocratização estatal ainda se encontravam em voga.

O analfabetismo da população só é considerado um problema pelos governadores devido ao número baixo de eleitores no Estado, e não resultava de uma real preocupação com a situação educacional do povo paranaense. Enquanto políticas contra o analfabetismo eram criadas durante a gestão de Bento Munhoz, no ensino médio seu foco se concentrava mais em um ensino tecnicista e profissional, assim como ocorria a expansão de escolas com essa finalidade a nível nacional.

O ensino tecnicista e profissionalizante se tornará característico tanto do período, quanto de períodos posteriores, como durante a ditadura civil-militar (1964-1985) e nos primeiros anos da redemocratização. A finalidade desse ensino, como já apontado, é a de criar uma educação que entre em acordo com as necessidades do mercado e da indústria.

A expansão desse modo de ensino no Estado ganhou investimentos a nível federal e a partir do apoio de prefeituras, enquanto isso, Bento Munhoz, um gestor ligado a burguesia católica, concentrava as atividades de ensino superior e também as instituições culturais na capital do Estado, em Curitiba. Também direcionava seu foco à Faculdade de Direito de Ponta Grossa, que mais tarde, com a criação de novas faculdades, se transformaria na Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG (KUNHAVALIK, 2004a).

Esses investimentos em educação básica, não refletiam diretamente em qualidade no trabalho para os professores. A construção de um plano de carreira para o Magistério ainda era uma luta constante. É com o Decreto 17.977 de 28 de junho de 1955, que foi fruto da luta dos professores estaduais e sancionado por Bento Munhoz, que foi regulamentado o provimento de cargos para professores no

Estado, sendo estabelecido o concurso público para o ingresso na carreira docente (FLUMINHAN; IZIDORO, 1960)

Para o interior, como apontado anteriormente sobre os investimentos na área da educação através do ensino profissionalizante, Bento Munhoz se preocupou em fornecer orientação técnica ao trabalhador rural, onde, segundo ele, eram apenas movidos pelos métodos rotineiros e não técnico-científicos do trabalho na agricultura. Com estes pensamentos, idealiza e formaliza as Escolas de Pesca e de Trabalhadores Rurais (TRINDADE; ANDREZZA, 2001, p. 105).

No dia 20 de dezembro de 1961 era promulgada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), pela Lei 4.024 de 1961<sup>52</sup>, que nortearia a educação básica do país pelos próximos anos (PARANÁ, 1962a). Sobre a primeira LDB, pode-se versar que:

Estabeleceu, pela primeira vez, a articulação dos níveis de ensino: do pré-primário ao superior. Ensino Médio com três ramos técnicos: industrial, comercial e agrícola, além da Escola Normal. Qualquer ramo do 1º ciclo ao ser concluído daria direito a matrícula do 2º ciclo. E, qualquer 2º concluído, daria acesso ao Ensino Superior. Foi instituído o Exame de Admissão ao Ginásio, uma espécie de teste para o ingresso ao 2º ciclo e o Concurso Vestibular para o Ensino Superior. O curso primário e o ginásio passam a ter a duração de quatro anos e o colegial, três e/ou quatro anos; e superior não tem especificação de tempo, variando conforme o curso. (MOREIRA, 2003, p. 32 apud ANJOS, 2017, p. 205)

Assim se teve início o modelo legislativo educacional brasileiro como o conhecemos até hoje. A LDB/94<sup>53</sup> trouxe mudanças claras e significativas, porém, o ensino seriado continuou a ser o modo como se organizaria a educação brasileira até os dias de hoje. Antes, o ensino também se encontrava seriado, alguns regulamentados pelos Estados, mas não havia uma regulamentação nacional para isso, nem sobre qual a idade escolar para cada série.

Ney Braga manifestava uma preocupação com a rede estadual de ensino, que, para ele, havia sido deixada de lado nos governos anteriores. Acusava, nas

<sup>52</sup> O arquivo pode ser acessado em <<http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/RelatoriosGoverno/Ano1962MFN1116DiretrizeseBasesdaEducacaoNacional.pdf>>. Acesso em 21 de fev. de 2020.

<sup>53</sup> A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/94), é a legislação sobre a educação vigente em nível nacional. Ela pode ser acessada em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf>>. Acesso em: 21 de fev. de 2020.

entrelinhas de seus discursos, a monopolização do ensino superior na capital do Estado, principalmente pelas políticas de Bento Munhoz, além de acusar que poucos haviam sido os reais investimentos estaduais na educação básica.

Magalhães, utilizando palavras de Braga, alega que:

Tal discurso visa reproduzir a idéia de eficiência. Em 1961, por exemplo, quando Braga afirma que a educação é entre todas a mais importante função do governo, faz também uma avaliação negativa de como foi encontrado esse setor no início de sua gestão. Assim, visando superar os problemas não resolvidos pela gestão anterior, Ney Braga cria a *Lei Estadual de Diretrizes e Bases da Educação* e o *Plano Estadual de Educação* (1962), ambos com o objetivo de organizar um sistema de ensino ajustado às “necessidades quantitativas e qualitativas do nosso desenvolvimento”. (MAGALHÃES, 2002, p. 73-74)

Ney Braga afirma que, ao assumir o governo, a rede de ensino paranaense não atendia a maior parte das crianças em idade escolar, o que o faz procurar alternativas para a educação do Estado (1962, p. 55 apud MAGALHÃES, 2002, 73-74n34). Assim, em 1962, movido pelo planejamento humanista da linha do pensamento francês e ao institucionalizar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e o Plano Estadual de Educação, o governador firma um compromisso com a educação básica do Paraná. Fortes e variadas são as campanhas destinadas ao setor da educação, principalmente no combate ao analfabetismo, à evasão escolar e as repetências. Nisso, o ensino médio

recebeu atenção especial em função da política de desenvolvimento que privilegiava a mobilização de recursos humanos, contemplando as habilitações profissionais, tanto quanto a formação que visava ao ingresso no ensino superior. A crescente demanda, proveniente dos núcleos urbanos também encaminha a tomada de decisões na direção da preparação de mão-de-obra capacitada a atender o setor secundário da economia. (TRINDADE; ANDREZZA, 2001, p. 116)

Para tanto, a qualificação da mão-de-obra do Estado não parava nos cursos com habilitações profissionais, pois investimentos do governo do Estado em ensino superior deram origem a Universidade Estadual de Londrina (UEL), a Universidade Estadual de Maringá (UEM) e a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), assim, descentralizando o ensino superior da capital (*idem*).

No dia 1º de Março de 1962, no dia da posse do secretário de Educação e Cultura do Estado, Jacundino da Silva Furtado<sup>54</sup>, Ney Braga fez um discurso na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná (ALEP), onde, versando sobre a área da educação e da cultura<sup>55</sup>, destacou sobre os seus projetos para a área realizados e, também, projetos que norteariam os próximos anos do governo para a pasta. Por sua vez, Jacundino Furtado, dotado de um discurso pró-educação, afirmou que:

Para nós também Educação é Investimento ou aplicação produtiva de capital, pelo que dever ser ministrada mediante execução de um planejamento em que se fixem objetivos e metas e para qual haja utilização plena dos recursos técnicos e financeiros disponíveis. (PARANÁ, 1962c, p. 4)

Observa-se pelo que diz o secretário, que a finalidade da educação não é, simplesmente, a de educar a população. Notou-se durante a leitura deste capítulo que uma das finalidades para os investimentos em educação era a de aumentar significativamente o número de trabalhadores exigidos pelo capital, mas, também, o número de eleitores durante o governo de Ney Braga. No referido documento é relatado ainda que

Tivemos oportunidades de relatar a situação anterior, em que encontramos a educação em nosso Estado. Podemos sintetizar essa situação pela ausência, nos órgãos estaduais, de um planejamento educacional e dos meios e recursos indispensáveis para a sua execução. Ainda agora permanecem, se bem que atenuadas, essas deficiências, sempre agravadas pelo crescimento vertiginoso da população escolar em nosso Estado, pela ausência de uma organização administrativa escolar eficiente e pela insuficiência de recursos técnicos e, especialmente, financeiros. (PARANÁ, 1962c, p. 6-7)

Nesse trecho, entende-se algumas das especificidades que havia na época, como a ausência documentada das organizações escolares, que recursos técnicos e financeiros específicos para a área da educação não foram empregados, o que prejudicou a criação de políticas públicas pela Pasta e suas implementações no sistema paranaense de ensino.

---

<sup>54</sup> Jacundino da Silva Furtado foi um político paranaense que esteve à frente da Secretária de Educação e Cultura de 01 de março de 1963 a 20 de abril de 1964.

<sup>55</sup> Esse capítulo especial da mensagem do Governador a ALEP pode ser acessado em: <<http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/RelatoriosGoverno/Ano1962MFN1110EducacaoeCultura.pdf>>. Acesso em 21 de fev. de 2020.

Braga ainda remete a necessidade de alguns elementos para o desenvolvimento de seu trabalho, como

- a) Planejamento Educacional, consubstanciado em um Plano Estadual de Educação;
- b) Estrutura Administrativa eficiente da Secretaria de Educação e Cultura e de outros órgãos governamentais;
- c) Recursos financeiros apreciáveis. (PARANÁ, 1962c, p. 7)

É a partir de 1962 que o Paraná passaria a ter 6 anos letivos para a conclusão do ensino primário, ao invés de 4. Isso fora nominado no documento em questão como “hiato nocivo”, onde designava que os adolescentes não ficassem parados do fim do primário até a idade mínima para o trabalho formal (PARANÁ, 1962b). Novamente percebe-se que não há um projeto de escola que vá além da preparação para o mercado de trabalho.

O aumento dos anos seriados nas escolas estavam previstos nas Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961 (LDB/61)<sup>56</sup>, e também pelo Conselho Interamericano Econômico e Social, conselho da Organização dos Estados Americanos (OEA)<sup>57</sup>, pois, como reflete o texto, o aumento dos anos escolares era indispensável para o atendimento das necessidades educacionais nas áreas urbanas em industrialização (PARANÁ, 1962b).

Nesse documento é lançada a Mobilização Estadual Contra o Analfabetismo que almejava a alfabetização dos jovens e adultos. Como já citado anteriormente, tais medidas visavam, além da formação da mão-de-obra para o trabalho, aumentar o número de eleitores no Estado. A nação brasileira era considerada laica desde a sua independência, porém, a intuição de tal projeto estava centrada em um “espírito democrata e cristão” para os cidadãos. (PARANÁ, 1962b).

Quando o secretário foi se referir ao ensino médio, ele argumentou que

A preparação adequada e diversificada dos jovens no ensino médio, para uma redistribuição da população de trabalho, deverá ser feita não só nas escolas de tipo acadêmico, quase sempre

---

<sup>56</sup> A Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1961, Lei nº 4024/61, estava prevista desde a constituição de 1934, durante o período do Estado Novo, porém, só foi promulgada em 1961.

<sup>57</sup> A Organização dos Estados Americanos é um órgão composto por países do referido continente que tem como objetivo o desenvolvimento da paz, da economia e da democracia entre as nações americanas. Para mais informações, acessar: <<http://www.oas.org/pt/>>. Acesso em 22 de fev. de 2020.

orientadas na preparação para ingresso em cursos superiores, mas em escolas que lhe deem habilitação para o exercício da profissão em nível médio. (PARANÁ, 1962b, p. 11)

Mais uma vez a demonstração de uma escola voltada apenas para a formação da mão-de-obra para o mercado. Dentre as políticas mencionadas, está a criação de uma escola técnica em parceria com o MEC e a ampliação do Instituto Politécnico do Estado para as regiões interioranas, com foco nos cursos técnicos em nível médio nas áreas de química, pontes, estradas, agrimensura e meteorologia (PARANÁ, 1962b).

Ele ainda ressaltou a importância dos professores de Ensino Médio serem nomeados através de concursos, pois “somente a normal investidura em cargos públicos dará obrigações e direitos para ambas as partes”, onde ele se refere com “essas partes” sendo o Estado/Escola com os professores, e vice e versa.

Em 1962, respeitando a LDB/61, são fixados pela SEC os Currículos do Ensino Médio<sup>58</sup> e também os Programas de Ensino Médio<sup>59</sup> para os estabelecimentos de ensino. Tais medidas demonstravam uma necessidade de divisão pelos anos seriados, com idades compatíveis pela idade escolar, e das disciplinas e suas cargas horárias. Estabelecia disciplinas obrigatórias a todos os estabelecimentos estaduais de ensino, sendo elas: português, matemática, história, geografia, ciências e educação física, para os dois anos iniciais do ensino médio. Após os dois primeiros anos, as disciplinas iriam de acordo com os cursos profissionalizantes disponibilizados por cada escola. Porém, a educação física continuaria sendo obrigatória e os alunos poderiam escolher optativas para complementar a carga horária, como desenho, francês, inglês, latim, estudos sociais, filosofia e organização social e política brasileira, sendo estas disponíveis conforme a grade de cada escola.

Durante este capítulo, observou-se como estavam relacionadas a economia e a política no período democrático na história do Brasil e do Paraná,

---

<sup>58</sup> Os Currículos do Ensino Médio para o Estado do Paraná, para o ano letivo de 1962, podem ser acessados pelo link: <<http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/RelatoriosGoverno/Ano1962MFN1111CurriculosdoEnsinoMedio.pdf>>. Acesso em 21 de fev. de 2020.

<sup>59</sup> Os Programas de Ensino Médio tinham uma finalidade de estabelecer prioridades para cada ano, o arquivo pode ser acessado pelo link: <<http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/RelatoriosGoverno/Ano1962MFN1113ProgramasdeEnsinoMedio.pdf>>. Acesso em 21 de fev. de 2020.

momento este marcado por uma série de investimentos em infraestrutura e setores estratégicos que ficaram conhecidos como nacional-desenvolvimentismo.

No decorrer do governo do General Eurico Gaspar Dutra e de Moysés Lupion, pode-se perceber a entrada do capital estrangeiro no país para o desenvolvimento nacional, através de cláusulas da Constituição de 1946 e no Estado do Paraná com a alteração, após o governo de Manoel Ribas, pela continuidade de um governo voltado ao antigo regime, o Estado Novo, em conflito com as oligarquias políticas e econômicas que predominavam no cenário do executivo estadual.

No decurso do segundo mandato de Getúlio Vargas no país e de Bento Munhoz da Rocha Neto no governo do Estado, notou-se que o desenvolvimento industrial ganhou espaço, principalmente aquele ligado à burguesia nacional. As conspirações contra Getúlio Vargas, incentivadas pelo capital estrangeiro que visava a exploração do petróleo, levaram à trágica consequência de seu suicídio, alçando-o a uma imagem de um dos maiores estadistas da história brasileira. Na governança de Bento Munhoz, verificou-se uma clara tendência à industrialização e às políticas universitárias e culturais, centradas na capital Curitiba, alçando novamente a oligarquia clássica ervateira ao cargo máximo da política estadual.

Ao longo do governo de Juscelino Kubistchek e da segunda administração de Moysés Lupion no Executivo do Paraná, constatou-se um rápido crescimento industrial e econômico no país e no Estado, que traria consequências para as políticas econômicas do país e locais no fim de seus mandatos. Reparou-se também que no governo de Lupion as denúncias de corrupção se agravaram sobremaneira.

No rápido mandato de Jânio Quadros, do período parlamentarista e da presidência de João Goulart no país e, ao mesmo tempo, no gerenciamento do Estado nas mãos de Ney Braga, percebeu-se a nível nacional uma gravidade enorme em relação à política e, principalmente, com a democracia, que levaria ao golpe militar de 1964. Na gestão de Ney Braga, que vinha trilhando um modo de construir seu nome no amago da política paranaense, e sem ser constantemente conectado com Bento Munhoz, possuía relações com Jânio Quadros e não mostrou resistência ao golpe militar de 1964, estabelecendo um discurso “anti-esquerdista” a fim de arregimentar o prestígio de boa parte da população paranaense.

Analisou-se também a Imprensa, onde de um lado se encontravam os grandes jornais nacionais, que recebiam pomposas contribuições de empresas norte-americanas, e do outro lado, encontravam-se os jornais operários e estudantis, que procuravam denunciar as mazelas da sociedade brasileira e demonstrava apoio às políticas populistas, principalmente durante o curto mandato de João Goulart e nas suas defesas pelas Reformas de Base.

Observou-se ainda que, durante esse período, foram significativos os avanços na educação. A promulgação da primeira LDB, que reflete até os dias de hoje modelos tradicionais de ensino, e, a nível estadual, uma promoção da cultura, principalmente à capital Curitiba. Destaca-se ainda o governo de Bento Munhoz e seu projeto de expansão das escolas, com sua expansão para o interior, em sua maioria, voltadas ao ensino profissionalizante.

Da mesma forma, explorou-se, teoricamente, as ações e a organização do movimento sindical no país e no Estado durante tal período, sem deixar de lado as origens da organização dos professores estaduais, enquanto associação, que remetia a um caráter classista, embora não nominada na época como sindicato, que resultaria no maior sindicato do estado do Paraná e um dos maiores em defesa da educação pública do país<sup>60</sup> no período pós-ditadura militar.

---

<sup>60</sup> Informações retiradas da própria página da APP, que pode ser consultada em: <<https://appsindicato.org.br/app-comeca-o-envio-o-cartao-doa-sindicalizadoa/>> Acesso em 01 de dez. de 2019.

### 3 POR UMA ANÁLISE DAS FONTES: A LUTA DOS PROFESSORES NA IMPRENSA PARANAENSE

*Os fenômenos semânticos podem existir em forma latente, em forma potencial, e revelar-se apenas nos contextos dos sentidos culturais das épocas posteriores favoráveis a tal revelação. (BAKHTIN, 2017, p. 15)*

As principais fontes utilizadas para essa pesquisa foram os jornais obtidos através da Hemeroteca Digital, sendo que estes se encontram periodizados entre os anos de 1945 a 1964. Entretanto, em alguns periódicos, infelizmente, não se encontrou notícias que informem sobre a organização e as atividades classistas dos professores e/ou outros profissionais da educação. Isso denota que há alguns hiatos históricos que podem trazer algumas lacunas na historicização deste processo. Afinal, no cruzamento das informações obtidas na bibliografia e nos jornais, apresentam-se atividades sindicais dos professores que se alternam entre estas duas fontes e nem sempre coincidindo.

A intenção deste capítulo é expor as notícias e, assim, criar uma narrativa histórica sobre a organização dos professores no Estado. Segundo a própria APP, a data que remonta a criação da entidade é 26 de Abril de 1947<sup>61</sup>, um período de redemocratização após os 15 anos do governo de Getúlio Vargas, marcados principalmente pelo Estado Novo e por suas medidas de repressão.

O primeiro nome, Associação dos Professores do Paraná – A.P.P., foi dado após uma assembleia geral da classe em 1947. Na época, apesar de estar nas reivindicações por melhores condições de trabalho não possuía o título de sindicato, nem suas ações eram nomeadas como tal. As fontes analisadas remontam também que havia um medo da palavra sindicato, principalmente em uma reportagem, onde parte da população classificava que os professores estavam ensinando “a desobediência civil”. No início, por não ter caráter sindical, dividiu o campo das batalhas das representações trabalhistas na área da educação com o Sindicato dos Professores do Ensino Primário, Secundário e Comercial do Paraná.

Durante seus primeiros anos, várias tentativas de desmonte da *Associação* ocorreram, como a divisão regional das setoriais sendo transformadas em

---

<sup>61</sup> O histórico completo da APP está disponível em: < <https://appsindicato.org.br/historico/>>. Acesso em 17 de mar. de 2020.

entidades próprias. Em seus primeiros anos, houve tentativas de aproximação com os sindicatos dos professores municipais no Estado, porém não chegou a ser oficializado. Nos anos iniciais da *Associação*, não havia a declaração de que apenas profissionais da rede pública de ensino poderiam participar, o que acarretou na participação, também, dos professores de estabelecimentos particulares de ensino do Estado, porém, com o passar do tempo estes foram se distanciando e se mantendo organizados apenas no *Sindicato*. Após a ditadura militar, a APP se consolida enquanto sindicato classista dos professores da rede pública estadual e, a partir dos anos de 1990, além de representar os professores das escolas públicas do Paraná, passa a representar todos os servidores da educação do Estado (ANJOS, 2017).

Durante o Estado Novo, como já citado, os sindicatos encontravam-se aparelhados pelo Estado e nos primeiros anos dessa redemocratização, governados pelo General Eurico Gaspar Dutra a nível nacional e Moysés Lupion no cenário estadual, continuaria o aparelhamento do movimento sindical aos moldes do Estado Novo, alinhados através do Ministério do Trabalho.

Em 1947, o jornal *O Dia* publica em suas páginas o primeiro *Diário da Associação dos Professores do Paraná*. Essa seção tinha como objetivo informar a população em geral, mas, principalmente, os professores paranaenses sobre as medidas tomadas pela *Associação* perante o Estado e, também, os donos dos estabelecimentos de ensino particular, e informar sobre atividades, ações, entre outros assuntos que poderiam ser de interesse da classe.

O primeiro trecho de tal seção reporta sobre o que era a *Associação* e também convida a todos os professores paranaenses a filiação a mesma.

DIÁRIO 'DA ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DO PARANÁ  
Esta entidade de classe tem sido incansável no desempenho de sua finalidade. Rodos quantos vão procura-la para pleitear suas aspirações e seus direitos, vêm nela o amparo seguro de suas regalias. Só por intermédio desta *Associação*, o professorado paranaense, no afã de sempre progredir moral e intelectualmente, poderá através a orientação de seus mentores, conseguir os meios necessários para consolidar sua cultura e obter o lugar que merece ao conceito da sociedade.  
Paranaense! Procure ombrear conosco, filiando-se a esca casa, que é a nossa casa, e estarás contribuindo para a construção de um Paraná intelectualmente maior. Se nosso sócio e estarás

realizando uma grande obra para os porvindouros! (DIÁRIO..., 1947, O Dia, p. 5)

Em sequência, aparece a seção “Atividades” no jornal, que conta quais foram as últimas movimentações da associação com o professorado paranaense.

Em tal seção, lê-se:

A Associação dos Professores do Paraná remeteu aos diretores dos colégios de ensino secundário e superior, propostas para aqueles desejarem colaborar com uma pequena parceria, filiando-se a esta Associação. Solicitamos obsequiosamente, aos diretores de estabelecimentos de ensino, empenharem-se afim de que possamos constar com o maior número de sócios possível, intercedendo-se junto aos professores de seu colégio, pedindo-lhes que se inscrevam como socio de nossa Associação, para que, em futuro bem próximo, possuamos forças suficientes para reerguer o conceito de nossa classe, e dar bem estar social a todos os que mourejam na árdua tarefa de educar a infância e a juventude paranaense. (DIÁRIO..., 1947, O Dia, p. 5)

O convite para a participação dos professores na *Associação* era constante, a intenção era a de demonstrar força da categoria para os debates que proviriam acerca da educação e das políticas educacionais no Estado.

Ao mesmo tempo, era discutido a nível nacional uma reforma do ensino secundário. Tal reforma vinha de encontro com as políticas do general Eurico Gaspar Dutra, então presidente do Brasil, em suas tentativas de capitalização externa e de formar uma classe de trabalhadores industriais alfabetizados e com competências de trabalhar com maquinários, dando nova força a industrialização que começara durante o período do Estado Novo.

Deverá chegar a esta capital, a 30 do corrente, o ilustre prof. Mario de Brito, que a convite desta Associação vem auscultar a opinião do professorado paranaense, concernente, à nova reforma do ensino secundário.

Urge portanto, que cada amigo da instrução, coadjuvando o trabalho dos orientadores da causa educacional do Brasil, não erca esta grande oportunidade, para contribuir com uma parte de sua experiência, enviando-nos o mais breve possível, sugestões referentes à reforma em apreço, que, por intermédio do dr. Mario de Brito, serão encaminhadas ao ilustre sr. Lourenço Filhos, presidente geral da Comissão da reforma.

Não poderemos permanecer-nos indiferentes ante este ensejo que nos apresenta, para mostrarmos aos que nos olham de longe, que no Paraná também há idealistas que, esperançosos nos dentinhos da Pátria, jamais descuraram do complexo problema do ensino lançando, assim, com todo o ardor dalma, as bases firmes para um

Brasil do amanhã íntegro, material e intelectualmente. (DIÁRIO..., 1947, O Dia, p. 5)

O extrato procura demonstrar também que há um sinônimo entre educação e intelectualidade, uma ligação que demonstra que a educação é a chave para o desenvolvimento intelectual do Estado.

Como relatado anteriormente, os anos iniciais do processo de redemocratização do país foram marcados pelos moldes e práticas estadonovistas, pela vigilância e repressão aos sindicatos e aos movimentos organizados dos trabalhadores urbanos. Este pode ter sido um dos fatores imediatos para o nome da entidade, visando fugir da perseguição e do aparelhamento via Ministério do Trabalho.

Em outubro de 1948, entre os dias 13 e 17, viera a ocorrer na capital do Estado, o 1º Congresso de Professores do Paraná. As fontes bibliográficas consultadas sobre a APP, não referenciam tal evento, e conseqüentemente dificultam a descrição de quais foram as deliberações desse Congresso. Porém, a seção Diário da APP, que informava seus leitores sobre as atividades da Associação, contribuem para reconstruirmos esse acontecimento histórico. Nesse conseguimos informações sobre as inscrições e os objetivos gerais do Congresso, mas, conseqüentemente não há descrição de quais foram as deliberações deste Congresso. Sobre o congresso, é relatado que “O conclave que se propões a estudar os problemas da classe” (O 1º CONGRESSO..., 1948, O Dia, p. 3).

Dos jornais analisados, apenas dois relatam sobre o evento que iria ocorrer, os periódicos *O Dia* e o *Diário da Tarde*, mas apenas o *Diário da Tarde* vem a relatar os acontecimentos do primeiro dia. Infelizmente, as resoluções, teses e moções aprovadas no Congresso não foram publicadas por nenhum dos respectivos jornais ou foram encontradas na bibliografia utilizada. Sobre os objetivos do congresso, é versado:

- 1) Revitalização da Associação dos Professores do Paraná. 2) Aproximação com o magistério primário. 3) União dos Professores em torno dos problemas fundamentais da classe. 4) Estudo de questões de ordens técnicas com o objetivo de sugerir aos poderes competentes medidas adequadas. 5) Constituição de Comissões Permanentes de investigação científico-pedagógica e da difusão da cultura profissional. 6) Estudo de um plano de assistência social, inclusive a

constituição de férias coletivas para os professores. 7) Estudos para a criação do Conselho Estadual de Educação e representativa eficiência de funcionamento. 8) Reestruturação do magistério primário. Temário – Em acordo com os objetivos do congresso. (O 1º CONGRESSO..., 1948, O Dia, p. 3)

Os objetivos do Congresso descritos nesta notícia, informam que os professores do ensino secundário visavam uma unificação de lutas com o magistério primário, descrito no objetivo 2, onde se lê “Aproximação com o magistério primário”. Não se sabe se essa aproximação chegou a ser efetivada, pois não há publicação nos periódicos ou na bibliografia consultada.

Retoma-se aqui os escritos de Tragtenberg (2004), em que o autor relaciona a importância das reivindicações pela educação e pelas bandeiras do professorado como uma luta comum, e não em vias distintas entre a educação e o sindicalismo docente, assim como do ativismo dos estudantes. Isso porque o autor frisava que são lutas unificadas, pois a prática sindical também é um modo de educação, enquadrada dentro dos aspectos da educação não formal (MARQUES; FREITAS, 2017).

Os objetivos do Congresso reafirmam que a luta pela educação possui, em seu caráter, princípios pedagógicos, científicos, políticos e econômicos, como pode se observar nos itens 3, 4, 6 e 8 dos objetivos, onde demonstra a necessidade de se debater as medidas que o Estado e os Municípios devem tomar para a melhoria da educação e do ensino (O 1º CONGRESSO..., 1948, O Dia, p. 3).

O Jornal *Diário da Tarde* traz informações em sua edição do dia 16 de outubro de 1948 sobre o primeiro dia do Congresso, onde relata o nome dos professores que constituíram a Mesa Congressual, e aqui cabe uma ressalva, pois, ainda que sejam duas lideranças masculinas nos dois primeiros cargos em importância, a segunda presidência foi ocupada pela professora Emília Dantas

Ribas<sup>62</sup>, assim como a 2ª secretária competiu à Adelaide Vila<sup>63</sup>, estando assim composta a mesa:

Após a discussão e aprovação do Regimento Interno, realizou-se a eleição da Mesa Congressual, que ficou assim constituída:  
 Presidente – Dr. Faustino Favaro  
 1º vice-presidente – Adriano Robine  
 2º vice-presidente – Emília Dantas Ribas  
 Secretário Geral – Rubens Alves Miranda  
 1º secretário – Guido Arzua  
 2º secretário – Adelaide Vila (1º CONGRESSO..., 1948b, Diário da Tarde, p. 2)

Se levarmos em consideração que haviam seis pessoas na Mesa, a presença de duas mulheres, num período de pouca inserção feminina nas atividades sindicais, deve ser levada em consideração. Além de comporem as mesas, as mulheres ocuparam diversas cadeiras nas comissões, que ficaram assim constituídas:

Comissão de Teses:  
 Pinto Rosas, Enói Navarro, Helena Kolody e Lauro Esmanhoto.  
 Comissões de Moções:  
 Ester Tourinho, Pompília Lopes dos Santos, José Figueiredo, José Nicolau dos Santos.  
 Comissão de publicidade e relatórios parciais:  
 Dario Nogueira dos Santos, Francisco Stobbia, Cecília Westphalen e Francisco Cardoso.  
 Comissão de protocolo e credenciais:  
 Benedito Nicolau dos Santos, Abino Woiski, Silvia Camara e Vitoria Mattei. (1º CONGRESSO, 1948b, Diário da Tarde, p. 2)<sup>64</sup>

<sup>62</sup> Ainda que não tenhamos encontrado esta sua participação em outra fonte, entendemos que se trata da mesma Emilia Dantas Ribas, professora, escritora, que, como assevera Caroline Guebert (2018): “[...] fez parte do grupo de mulheres paranaenses recrutadas a participar da política governamental do interventor do Paraná Manoel Ribas (1932-1945). Ela foi a primeira a assumir o posto de Direção de ensino, entre 1935 e 1937, da primeira escola construída no seu governo: o Colégio Júlio Teodorico, erguido no centro de Ponta Grossa. p.16. Para mais informações, ver: <<https://cchla.ufrn.br/espacialidades/v13/2018-dossie02.pdf>> . Acesso em: 14 de jul. de 2020

<sup>63</sup> Como no exemplo anterior, ainda que não tenha sido identificada outra fonte, entende-se que se trata da professora Adelaide Mattana Villa, importante professora do Paraná que atuou em todos níveis de ensino, do infantil ao superior, como destaca Miguelina Soifer (1986). Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/letras/article/view/19288/12576>

<sup>64</sup> Das professoras aqui citadas, destaque as personalidades de Helena Kolody, uma das maiores poetisas da história do Estado e a primeira poetisa a publicar haicai no Brasil (CRUZ, 2009), Pompília Lopes dos Santos, primeira mulher a entrar na Academia Paranaense de Letras e fundadora da Academia Feminina de Letras do Paraná (UEM, 2020) e Cecília Westphalen, professora e historiadora que trouxe à Universidade Federal do Paraná a teoria da *Escola dos Annales*, onde criou o curso de mestrado em História que tornou-se referência na América Latina (COSTA, 2018).

A presença feminina em todas as comissões garante uma representatividade do gênero que pouco era vista. Mesmo as mulheres estando na maioria dos cargos de professores, a representatividade ainda era pouca em lugares de poder.

É válido que também seja ressaltado o ponto 5 dos objetivos, que visava a construção, dentro da própria *Associação*, de Comissões Permanentes de Investigações Científico-pedagógicas. Essas comissões científicas possuíam a finalidade de aperfeiçoar os professores, tanto nas teorias, quanto nas práticas pedagógicas e, conseqüentemente, propondo uma melhora em toda a estrutura de ensino e da educação escolar (1º CONGRESSO..., 1948a, Diário da Tarde, p. 5).

Os objetivos do Congresso, como já afirmado anteriormente, concentrado no item 7, buscava a criação de vagas e, quando houvesse ocasião, a representação dos profissionais da classe nos conselhos estaduais e municipais deliberativos. A participação em tais conselhos visava dar caminho a concretização de outros objetivos de interesse da classe, como as medidas de assistência aos professores, os debates sobre suas formações pedagógicas, etc.

Durante a primeira metade da década de 1950 não se encontrou notícias de movimentação grevista, nem de congressos como o que ocorrera em 1948, porém, nas páginas dos jornais, é possível encontrar algumas movimentações sobre a APP.

Em uma área que remete aos classificados, o jornal categorizava as eleições da APP como um dos dias mais significativos para a classe do professorado, apresentando o relato de três chapas que concorrem à direção da *Associação*, porém, com indicativo apenas da chapa de Fávaro.

É válido notar que, como foi apontado por Salles (2004), durante a narrativa do primeiro capítulo, o periódico *O Dia* se encontrava dentro das empresas e dos investimentos da família Lupion. Moysés havia investido na Imprensa como uma forma de aumentar a sua popularidade, porém, não foi analisado a fundo se haveria uma ligação entre essa chapa com o então governador, que ainda não havia terminado o mandato. A chapa de Fávaro era composta por:

Presidente – Faustino Fávaro. 1º Assistente – Helena Kolody; 2º Assistente – Rubens A. Miranda; Secretário – Mariana A. Vilela; Tesoureiro – Dario Nogueira dos Santos. Conselho Fiscal: Maria

Luiza Merkle, Flávio Moletts Maurer e Francisco G. Carodoso.  
(ELEIÇÃO..., 1950, O Dia, p. 3)

Há que se observar que nessa nova composição há uma maior presença feminina na diretoria, chapa que fora eleita para compor o quadro diretivo da *Associação*. Dos nove integrantes, encontram-se três mulheres: Helena Kolody, Marina A. Vilela e Maria Luiza Merkle. De todas, apenas Kolody se encontrava presente dentro de algum cargo durante o 1º Congresso de Professores do Paraná, onde estava na Comissão de Teses. As outras duas mulheres que compunham a mesa diretiva durante o Congresso, Emília Dantas Ribas e Adelaide Vila, não estavam na gestão eleita.

Em 1951, após a entrega de um abaixo-assinado pelo Plano de Carreira do Magistério, cerca de um mil e quinhentos professores organizaram uma manifestação pública, saindo em passeata do Instituto de Educação do Paraná ao Palácio do Governo e, em seguida, à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. Ao tomar consciência de tamanho de tal mobilização, observar a grande aderência da classe e uma certa aprovação da população em respeito aos professores, o Governo passa a cumprir parte das reivindicações, claro que de acordo com suas conveniências (ANJOS, 2017, p. 40).

Pelas palavras-chaves utilizadas, os jornais não remetem a essa manifestação dos professores para o Plano de Carreira do Magistério, mas têm-se certeza, porém, que essa manifestação, que é relatada por Anjos (2017), foi fundamental para a construção das políticas de valorização dos profissionais da educação do Estado.

Nota-se no transcorrer do segundo capítulo, quando se remete ao governo de Bento Munhoz, que o mesmo tinha grande apreço pela educação e pela cultura e, assim, concentrava boa parcela de recursos para essas áreas, mesmo que elas ficassem retidas majoritariamente na capital do Estado.

Um desses investimentos foi o manejo de recursos para a APP, para a construção de sua própria sede, na capital do Estado, mas isso, por si só, não refletia em melhores condições financeiras para o magistério (SEDE..., 1954, O Dia, p. 4). Ainda em 1954, próximo ao período das campanhas eleitorais e, considerando que o debate sobre a valorização dos profissionais já ocorria há

alguns anos, o então presidente da APP, José Scheinkman, faz um apelo aos eleitores do Estado (AOS..., 1954, O Dia, p. 2).

Aos Professores do Paraná

Apelo da Associação dos Professores do Paraná

Realiza-se no próximo dia 3 um pleito de vital importância para os destinos de nossa Pátria.

Muito se tem dito sobre eleições, mas, embora mesmo que já tenha sentido que pôde e deve escolher seus representantes de acordo com os interesses nacionais, ainda se deixa empolgar pelo sentimentalismo e pelas amizades.

Os professores brasileiros, considerados a estaca da nossa cultura apenas em frases pré-eleitorais, já tiveram oportunidade de sentir em sua própria carne a necessidade de ter nas Assembleias Legislativas e no Congresso Nacional de verdadeiros representantes da classe.

Nossa classe tem sofrido e sofrerá cada vez mais enquanto não tiver seus delegados, representando-a perante os poderes constituídos.

Apelamos, por isso, ao magistério, que dê sua preferência aos candidatos professores, aqueles que podem lutar por nossa causa. Aos que compreenderes esse apelo o nosso muito obrigado em nome da classe.

a) José Scheinkman

Presidente da Associação dos Professores do Paraná. (AOS..., 1954, O Dia, p. 2)

Scheinkman, na circular difundida pelo jornal *O Dia*, denunciava aos eleitores do Estado os mandos e desmandos dentro da Assembleia Legislativa. Segundo ele, os representantes que nelas se encontravam vinham a público defender os interesses da classe do professorado perante a opinião pública, porém, ao serem eleitos, desconsideravam todas as promessas das campanhas e deixavam de lado as questões de defesa da classe.

O presidente da entidade ainda ressalta que os professores, sendo os principais responsáveis pela educação e cultura do país, deveriam possuir entre seus pares os seus representantes de classe nas Assembleias. Ele ainda destaca que, apesar dos interesses nacionais, muitos representantes ainda eram eleitos através do sentimentalismo e pelas amizades, o que, segundo o professor, desfalcava as instâncias políticas representativas de políticos realmente interessados no desenvolvimento do Estado e do país.

É ainda no ano de 1954 que se percebe uma movimentação com cunho classista retratada pelos jornais, que por sua vez, não relatavam desde o 1º Congresso de Professores em 1948. Não que as ações tomadas pela Associação,

recontadas até esse ponto, não possuíssem seu caráter de reivindicação de classe, mas que nesse momento vai além dos discursos e das falas, e aposta na mobilização dos afiliados para a reivindicação de seus direitos.

Algumas ações virão a ser tomadas pela *Associação* durante as atividades do 15 de outubro, dia do professor. O presidente, José Scheinkman, pede que os afiliados enviem telegramas apoiando a iniciativa. Percebe-se que as reivindicações de 1954 remetem em muito aos objetivos descritos durante o Congresso de 1948 (ATENÇÃO..., 1954, O Dia, p. 2; 1º CONGRESSO..., 1948a, Diário da Tarde, p. 5). Na chamada, estão descritos os problemas que Scheinkman tanto apontava:

ATENÇÃO PROFESSORES DO PARANÁ  
A ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DO PARANÁ, comemorando o “DIA DO PROFESSOR”, no próximo dia 15 de outubro, entregará, em sessão solene, ao Governo do Estado um Memorial contendo as reivindicações mínimas da classe: reestruturação do magistério primário, secundário e normal; pagamento das aulas suplementares; nomeação de professoras normalistas; rápido andamento dos pedidos formulados pro professores nas repartições públicas; “Estatuto do Professor”, etc. (ATENÇÃO..., 1954, O Dia, p. 2)

Tais observações dão a entender que, como apontado na notícia anteriormente, os candidatos á cargos legislativos e executivo, faziam coro às reivindicações educacionais em seu próprio benefício, porém, ao serem eleitos não acompanhavam ou lutavam por tais demandas.

O descaso continuaria nos anos seguintes, não apenas no estado do Paraná, mas no Brasil inteiro, que resultaria num movimento nacional do professorado em 1956.

Após a morte de Getúlio Vargas, naquele ano de 1954, o sentimento dos trabalhadores pelo “pai dos pobres” explodiu. Movimentos de trabalhadores urbanos e rurais eram organizados, as propostas de centrais sindicais começavam a ganhar força pelo país. Greves, paralisações e manifestações eram planejadas por todo o Brasil, afim de garantir os direitos trabalhistas (FAUSTO, 2013). Esses movimentos organizados, como já demonstrado anteriormente, também são marcas do nacional-desenvolvimentismo, política econômica adotada durante o período estudado (KUNHAVALIK, 2004a).

Apesar destas características, inerentes ao período e também à ideologia político-econômica da época, alguns setores da sociedade desaprovavam tais medidas, as consideravam de desagrado e de incentivo à desordem pública. Quando isso era tomado pelos professores, então causava arrepios perante a sociedade, pois estes estavam demonstrando “exemplos de indisciplina” para os alunos (A GREVE..., 1956, O Dia, p. 3). Em resposta a tais ataques, Scheinkman lança uma nota à população, aos professores, diretores de escola e autoridades governamentais, onde em trecho se lê:

O apoio dado pelos professores do Paraná ao magistério nacional é de simples solidariedade com os companheiros mal pagos em todo o país. Esta é a verdade que todos deviam conhecer, para que à defesa ao direito a vida e ao conforto dos familiares não seja propositalmente mal interpretada. Não está o professorado dando exemplos que deseducam. Trata-se de um recurso contra mal pagamento e é mais nocivo para a sociedade a pobreza dos mestres do que o movimento pacífico de advertência ao processo em defesa da valorização do trabalho, pois a má remuneração faz o professor pobre de cultura, desmerece o trabalho intelectual. (A GREVE..., 1956, O Dia, p. 3)

São poucas as referências sobre tal movimento, embora tenha-se conhecimento de que se tratou de um movimento divulgado nacionalmente, tendo início no Sindicato dos Professores do Distrito Federal.

A primeira greve do magistério secundário localizada no âmbito do levantamento realizado na grande imprensa foi organizada em outubro de 1956 pelo Sindicato dos Professores do Distrito Federal em razão do conflito entre o Ministério da Educação e o Ministério do Trabalho concernente à portaria que determinava a fórmula para o cálculo do salário dos professores do ensino particular. Esta greve provocou um grande debate na grande imprensa sobre o direito à greve dos professores e os lucros exorbitantes da chamada “indústria de ensino”. (VICENTINI, 2002, p. 4)

Tal organização da classe foi vitoriosa, dirimindo o conflito entre os dois ministérios, que se encontrava na Portaria 204 do Ministério da Educação e Cultura (MOVIMENTO..., 1956, O Dia, p. 5). Assim, buscando se perfilar às fileiras do movimento docente nacional, a APP decreta greve de um dia junto a todas as escolas do Estado, do ensino público ao particular (A GREVE..., 1956, O Dia, p. 3).

Não há de se espantar, também, que tais elogios venham justamente de uma carta que não critica o governador do Estado, Moysés Lupion. Recorda-se,

como afirmado por Kunhavalik (2004), que a família de Lupion era dona de alguns periódicos, incluindo *O Dia*, que publicou estas duas notícias (A GREVE..., 1956, O Dia, p. 3; MOVIMENTO..., 1956, O Dia, p. 5). Encontra-se aqui presente o conceito de enunciação proposto pelo Círculo de Bakhtin. Tais autores propõe que a enunciação é o ato do enunciado, vários enunciados que se complementam, que trazem uma trajetória e contam uma história, as críticas que todos os jornais fazem em relação aos proprietários de escola refletem o conceito de uma história que continua, mas de um ambiente restrito, no caso de opiniões, onde não se aponta os problemas expostos pelos professores da rede estadual.

Os anos de 1959 e 1960 são de extrema agitação, principalmente relacionada aos estabelecimentos de ensino privado do Estado, devido a não reposição salarial aos professores destes estabelecimentos e ainda assim, quando houve, estava abaixo da inflação do período, enquanto as taxas e anuidades destas escolas continuavam subindo seus valores.

A notícia do fechamento da Escola Santos Dumont provoca euforia na população e nas autoridades. Para a defesa da escola, o governador Moysés Lupion faz apelos ao então presidente Juscelino Kubistchek (ESCOLA..., 1959, Correio do Paraná, p. 3). Esse enunciado, o apelo do governador, é marcadamente formado através do discurso alheio.

Volóchinov (2017) afirma que a presença do discurso alheio, isso quer dizer, o discurso de outrem presente no meu discurso, é importante para caracterizar a veracidade de determinada alocação, ainda mais em se tratando de jornalismo. Grillo e Américo (2017, p. 354) versam que o discurso alheio é a

[...] presença do discurso ou enunciado alheio no discurso ou enunciado do autor. Ao ser transferido para o contexto autoral, o discurso alheio mantém o seu conteúdo e objetivo e rudimentos de sua integridade linguística. O contexto autoral, por sua vez, elabora as normas estilísticas, sintáticas e composicionais da assimilação parcial do discurso alheio, estabelecendo, dessa forma, uma reação ativa a ele. Discurso alheio e contexto autoral encontram-se em uma inter-relação dinâmica constante.

Logo, a presença de tais discursos são fundamentais para compreender o que o autor quer dizer e seu momento histórico, pois, tal citação nas páginas dos jornais, coloca tanto o autor quanto os acontecimentos em suas posições sócio-

históricas. Nesta notícia, ao se analisar o seu conteúdo, percebe-se um discurso favorável a escola, inclusive sobre a organização, tanto dos funcionários quanto da comunidade, para a manutenção da escola.

O apelo ao então presidente Juscelino Kubistchek, demonstra um claro descaso do governo estadual com as severas dificuldades enfrentadas pela escola, esta, por sua vez, criada por uma iniciativa da Associação dos Mecânicos e Motoristas do Paraná durante a primeira gestão de Moysés Lupion, e que à altura desta publicação era novamente o governador do Estado.

Contamos com oito professores que até com sacrifício das próprias economias ajudam a Escola a funcionar. Isso, todavia, não pode prosseguir assim. Por isso escrevi ao presidente Juscelino Kubistchek contando-lhe a história da Escola Santos Dumont, dizendo-lhe da situação em que ora se encontra e lhe endereçando um veemente apelo para que a escola não venha a cessar suas atividades por falta de recursos. (ESCOLA..., 1959, Correio do Paraná, p. 3)

E ainda:

Tenho fundadas esperanças de que receberemos ajuda do Governo. O Paraná precisa de bons profissionais, todo o Brasil enfim. Não é de crer que o Governo da República, caracterizado por seu entusiasmo em prol do desenvolvimento nacional, principalmente no que tange à indústria automobilística, assista impassível fornecer uma escola de profissionais como a Santos Dumont. (ESCOLA..., 1959, Correio do Paraná, p. 3)

As palavras de Pedro Horokoski, reproduzidas pela matéria jornalística, são os reflexos da política econômica do país, que também foi adotada no Estado, baseada em uma ideia de desenvolvimento que priorizasse os interesses nacionais (FAUSTO, 2013; KUNHAVALIK, 2004, 2004b; SALLES, 2004). Percebe-se, nas duas citações expostas, que, para ele, a escola servia apenas para a formação de mão-de-obra em prol da economia.

Em 1956, o MEC promulga um decreto que disponibilizaria verba federal para as Escolas Particulares, através do Fundo Nacional do Ensino Médio<sup>65</sup>. Tal medida, considerando os investimentos em educação, prejudicava ainda mais as

---

<sup>65</sup> Esse decreto é parecido com a Portaria 204 do MEC, que destinava dinheiro público para o pagamento dos salários dos professores dos estabelecimentos de ensino particular, que resultou em uma greve nacional em 1956. Ver figuras 8 e 9.

escolas e o ensino público, visto que, o Estado estaria tirando dinheiro do setor público para financiar as atividades do ensino privado<sup>66</sup>.

No início da década de 1960 ocorriam alguns debates que tratavam desse assunto, se era ou não dever do Estado subsidiar o ensino privado. Coutinho (2006) remete que o então senador Carlos Lacerda envia um projeto de lei para garantir o direito dos pais na escolha da educação dos filhos, fosse à escola pública ou privada e que seria dever do Estado, através de financiamentos públicos, mesmo na educação privada, garantir tal direito dos pais.

As entidades estudantis se movimentavam em nível nacional em defesa da educação. A União Nacional dos Estudantes (UNE) e a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) faziam campanhas em favor da educação pública. No Estado, as entidades que representariam os interesses estudantis em prol da educação nas lutas, debates e mesas redondas seriam a União Paranaense dos Estudantes (UPE) e a União Paranaense dos Estudantes Secundaristas (UPE)<sup>67</sup>.

A UPES e a UBES dão início as campanhas contra o aumento abusivo das taxas escolares na rede privada de ensino. A UBES lança uma carta em jornais de todo o país sobre o aumento das mensalidades e o projeto de reestruturação da educação nacional. A introdução do jornal diz que:

A União Brasileira dos Estudantes Secundários enviou ofício circular a tôdas as entidades sindicais do Paraná, solicitando apoio à luta nacional dos estudantes e professores contra o aumento das anuidades escolares, e projeto em trânsito no Senado de autoria do sr. Carlos Lacerda, a respeito da nova estruturação do ensino nacional. (PROCLAMAÇÃO..., 1960, Correio do Paraná, p. 3)

Relatando a carta, destaca-se uma parte do trecho em que eles tratam sobre o aumento das mensalidades:

Diz a Lei Orgânica do Ensino Secundário e Legislação Complementar: Artigo 151 – A contribuição exigida dos alunos pelos estabelecimentos particulares de ensino secundário será

---

<sup>66</sup> Neste capítulo, irá se trabalhar uma série de notícias envolvendo os professores e os proprietários dos estabelecimentos de ensino privado, onde também há reflexos de tais medidas. Portanto, não se alongará a discussão nesse momento.

<sup>67</sup> Nesse período, as siglas, ao invés de se utilizarem do termo secundaristas, usavam secundários, por ser o segundo ciclo da educação básica. Enquanto isso, a palavra secundarista diz respeito ao estudante do ensino médio. Não há notificação oficial nas páginas das entidades sobre quando ocorreu a mudança do nome.

módica e cobrar-se-á segundo tabelas que cada colégio remeterá ao Ministério da Educação e Cultura antes do início do ano letivo. Pois bem: Nenhum estabelecimento particular de ensino enviou tabelas para estudo daquele Ministério; não teve início ainda o ano letivo e os proprietários de Colégios já estão cobrando as taxas com aumento. Aumento completamente ilegal e anticonstitucional, além de desumano e contrário aos interesses nacionais. Urge que se levistem todas as vozes de representantes de todas as classes. Brasil, não se transforme, social, para que o ensino no ainda mais, em privilégio dos ricos. (PROCLAMAÇÃO..., 1960, Correio do Paraná, p. 3)

A chamada da UBES se coaduna com a situação paranaense que, de um lado, vê a insistência e a perseverança dos professores reivindicando melhores condições de salário, incluindo a possibilidade de um movimento grevista. De outro lado, as pressões dos donos de estabelecimentos particulares de ensino conclamando que a concessão do aumento salarial apenas viria com o aumento das taxas e das anuidades escolares. Duas eram as demandas propostas na assembleia do *Sindicato*: “1) Discussão em tórno da reivindicação de 100% do aumento salarial; 2) Apreciação do Projeto de Lei de Bases e Diretrizes do Ensino.” (PROFESSORES..., 1960b, Correio do Paraná, p. 3)

Reuniões entre professores, donos dos estabelecimentos de ensino particular e representantes dos alunos secundaristas, no caso do estado do Paraná, a diretoria da UPES, aconteciam com certa frequência no início do ano de 1960, mas não se chegava a acordo algum.

Os professores, merecidamente, reivindicavam uma melhoria salarial, relembra-se aqui que, este período fora marcado por uma inflação que subia constantemente<sup>68</sup> e, conseqüentemente, o custo de vida aumentava exponencialmente.

Os alunos, em um consenso dentro da diretoria da UPES, apoiavam veementemente o aumento salarial para os professores, não foram poucas as manifestações a favor deles. Porém, se colocavam contra o aumento das taxas e anuidades escolares além do previsto, que era defendida pelos donos dos

---

<sup>68</sup> Média da inflação de 1956-1960, o ano da reportagem, em ordem anual crescente: 27,68%, 6,64%, 28,20%, 20,72% e 40,89%. Dados obtidos em: <<http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>>. Acesso em 14 de jul. de 2020. Segundo a Fundação Getúlio Vargas (FGV), a média da inflação brasileira de 1956-1960 foi de 31%. Dados obtidos em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/inflacao>>. Acesso em 14 de jul. de 2020.

estabelecimentos de ensino. Em contrapartida, estavam os donos dos estabelecimentos de ensino privado, justificando que o aumento salarial dos professores apenas poderia ser concedido caso houvesse o aumento nas taxas e anuidades dos alunos. Nesta justificativa, a classe patronal se valia da estratégia de tentar colocar os professores em choque com os pais e com os estudantes, que certamente não apoiariam o aumento das mensalidades.

Antecipa-se, neste ponto, outra discussão com termos bakhtinianos, pois, percebe-se que o discurso alheio é fundamental para tal análise.. O jornalista se utiliza do discurso de Francisco Cardoso, presidente do Sindicato dos Professores do Paraná<sup>69</sup>, para dar veracidade à notícia. Vamos a alguns pontos expressados.

A reportagem tem início mostrando qual a proposta que o *Sindicato Patronal* dos estabelecimentos privados de ensino oferecem aos professores. Os representantes patronais ressaltam que deveria haver uma harmonia entre eles e os mestres, para que prevalecesse uma harmonia que sempre existira dentro do ambiente escolar. Posto isso, a reportagem passa direto para os protestos do professor Cardoso, onde se lê:

Sempre existiu harmonia, afirmou o sr. Francisco Cardoso, Presidente da entidade, desde que a classe aceitasse as proposições dos proprietários sem objeções ou discussões. Em caso contrário sempre soubemos e disso temos provas, que houve toda a sorte de coações e ameaças como agora mesmo estão querendo nos ameaçar. Ameaçar a nós que sempre procuramos conduzir os entendimentos em termos elevados e conciliatórios, buscando soluções harmoniosas e viáveis. [...] (PROFESSORES..., 1960, Correio do Paraná, p.3)

Francisco Cardoso expõe uma problemática maior sobre esse assunto, denunciando que essa tal “harmonia”, exposta pelos donos de estabelecimentos de ensino particular, só havia devido ao medo que os professores sentiam das ameaças dos patrões.

O discurso do sr. Francisco Cardoso retoma algumas questões expressas por Marx e Engels (2007, 2014) e Bottomore (2001). Para Marx e Engels, a classe trabalhadora sempre esteve em uma situação de oprimido e explorado, vendendo

---

<sup>69</sup> O Sindicato dos Professores do Paraná salienta-se aqui que, não era o mesmo que a Associação dos Professores do Paraná. A APP, mesmo abrangendo os mais variados trabalhadores da área da educação, fosse do ensino público ou privado, não estava à frente de tais movimentações sindicais por parte dos trabalhadores do ensino privado.

a mão-de-obra a preços menores do que o seu real valor. Adapta-se tais palavras à realidade que estamos analisando, onde a mão-de-obra são os professores, que vendem suas habilidades de ensino, para os detentores do meio, que são os donos dos estabelecimentos de ensino, que compram essa “produção” do professor, e assim, à revende aos alunos em seu estabelecimento de ensino.

Para tanto, Bottomore (2001) aponta que, numa prática mais ocidentalizada do sindicalismo, a função sindical se adaptou às estruturas capitalistas e, assim, funciona como um modo de diminuir os casos de explorações da força de trabalho, não tendo em si um caráter de revolução ou abolição das práticas econômicas e trabalhistas.

Em suas palavras, o sr. Cardoso demonstra as duas características acima, onde, em um ponto, denuncia as práticas dos proprietários das escolas, como as perseguições a alguns funcionários, mostrando-se adepto desta prática sindicalista de diminuição da exploração da classe trabalhadora, mas não uma modificação completa desta estrutura. Por outro lado, o exame deste seu depoimento não é o suficiente para tal conclusão, mas é indicativa das relações entre capital e trabalho neste contexto.

Na continuidade da reportagem, percebe-se que o presidente do *Sindicato* diz que:

[...] Pois bem. Devemos aceitar o desafio dos proprietários dos estabelecimentos de ensino. Eles se colocam numa posição de pobres coitados mas nós temos conhecimentos da contabilidade dos colégios e tenho certeza que os professores unidos entre si, com o apoio dos estudantes, conquistarão um salário condigno, porque, vejam bem os srs. associados: queremos um salário condigno, porque esmolas nós não precisamos nem aceitamos e na minha opinião esta proposta é ostensiva e degradante, tanto mais que os representantes dos colégios nem sequer tiveram a elegância de se referirem à gratuidade no ensino para os filhos dos professores. (PROFESSORES..., 1959, Correio do Paraná, p. 3)

As palavras do sr. Francisco Cardoso, utilizadas como modo de dar veracidade a notícia e às reivindicações pelo jornalista, são emitidas enfaticamente. Ele se expressa veementemente sobre os donos dos estabelecimentos de ensino, ironizando-os e chamando-os “pobres coitados”. Essas palavras, porém, não são à toa, pois, como afirma Stella (2018), de acordo com Bakhtin e seu círculo, as palavras são a expressão do arcabouço ideológico, do processo de interiorização,

tanto no consciente, quanto no inconsciente, até finalizar em seu processo de exteriorização, sendo ele o enunciado e/ou discurso. Por conseguinte, a palavra é a materialização do signo ideológico.

Volóchinov (2018, p. 94) expressa que cada signo dentro de sua própria esfera, possui um arcaouço ideológico. Por exemplo, a palavra “deduzir”, no campo jurídico, se apresenta enquanto afirmação, enquanto no campo do cotidiano, a conclusão de um raciocínio e, no campo da matemática, significa subtrair números em uma operação ou equação.

A palavra, ou o signo, carrega uma formação ideológica específica em cada área. Porém, carrega também uma ideologia em comum, uma materialidade histórica que se reflete nas frases do dia-a-dia, assim como uma definição em comum para a palavra deduzir, ou seja, “chegar à conclusão sobre algo”. Sendo assim, a ideologia se encontra em todos os campos das mais diversas áreas do conhecimento e, ainda assim, necessita do signo para então se materializar (VOLÓCHINOV, 2018).

Retomando a expressão utilizada anteriormente pelo sr. Francisco Cardoso, a junção das palavras “pobres coitados” é geralmente ligada a pessoas que são desvalorizadas, não possuem grandes rendimentos, entre outros aspectos. Para tanto, é como se os donos dos estabelecimentos de ensino privado expressassem que não possuíssem condições de conceder o aumento salarial ou de atender à reivindicação dos professores.

O jornal *Correio do Paraná* publicava, com frequência, notícias sobre as reivindicações salariais, o aumento das taxas e anuidades escolares e as opiniões, tanto de entidades estudantis quanto da população.

Em 9 de março de 1960 o jornal *Correio do Paraná* traz a notícia emblemática sobre a demissão de professores, sendo o primeiro jornal a denunciar tais atitudes, devido a perseguição aos sindicalizados, citando até o nome de duas escolas que adotaram esta prática, o Colégio Novo Ateneu e o Colégio do Iguaçu (COLÉGIOS..., 1960, *Correio do Paraná*, p.3).

Pode-se perceber também que o jornal reporta que a opinião da população em geral se encontra favorável aos professores e se posta contrária aos donos de estabelecimentos de ensino, nomeando como vergonhosas tais atitudes, além de trazer novas denúncias que não haviam sido expostas anteriormente, como no

trecho intitulado como “Indústria do Livro”, onde se relata o aumento e as cobranças abusivas em relação aos livros didáticos.

O jornalista, ao se considerar os aspectos ideológicos, expõe uma opinião favorável para com os professores, enquanto classe. Relata-se neste ponto um breve resumo sobre o conceito de ideologia no pensamento bakhtiniano.

A ideologia, representada através dos signos, tem seu sentido físico-material, onde a materialidade do signo apresentado é importante para a compreensão ideológica, a partir de suas razões sócio-históricas (MIOTELLO, 2018). Ao se refletir sobre os escritos dos jornais e seus aspectos ideológicos, assim como na análise de qualquer fonte histórica, se analisa os escritos partindo do pressuposto espaço-tempo em que se encontra a reportagem.

Não se exhibe que o jornalista em questão esteja a favor de uma revolução social ou de outros conceitos que seriam apontados pela teoria marxista, mas elas vão ao encontro, aos esboços de Marx e Engels (2007, 2012, 2011), onde denota-se que a única preocupação dos proprietários dos meios de produção (aqui está se fazendo referência aos proprietários dos estabelecimentos de ensino privado), é o lucro e como ele afeta o seu crescimento, através da exploração da mão-de-obra.

Ao utilizar as palavras do presidente do *Sindicato*, Francisco Cardoso, o jornalista procura, nas definições do discurso alheio indireto, apontar traços de esperança, principalmente entre a união entre os mais diversos segmentos que se unem à luta, compreende-se isso no seguinte trecho:

O presidente Francisco Cardoso que declarou recentemente que os professores unidos entre si com o apoio dos estudantes serão vitoriosos, viajou para o Rio de Janeiro afim de participar da reunião nacional da Federação dos Professores. E o seu regresso, amparado moral e materialmente pelas demais entidades de classe, contando ainda com a solidariedade da opinião pública em geral, poderá conduzir o professorado paranaense a atitudes mais enérgicas. (COLÉGIOS..., 1960, Correio do Paraná, p.3)

O trecho transcrito se refere, em vários aspectos, que a população se encontra ao lado dos professores e contra as cobranças abusivas feitas pelas escolas particulares. Não se descarta ainda, não necessariamente neste caso em apreço, que os jornais também fazem o jogo ideológico das circunstâncias políticas, quando se valem do discurso autorizado da verdade da informação para prejudicar seus adversários, tanto do campo político, como do econômico.

No que se refere aos aspectos financeiros e de financiamento, principalmente no que tange as denúncias sobre a indústria do livro, o jornalista procura ainda demonstrar formas de movimentações financeiras para as entidades estudantis, aqui remontando principalmente à UPES, com a finalidade de que tais entidades tenham seu próprio suporte financeiro, sem haver cobranças ainda maiores dos estudantes.

Para isso, a notícia indica que o dinheiro ficaria nas mãos dos estudantes e, também, por eles seriam regulados os preços dos livros, como forma de combater o abuso que, como se percebe nessas denúncias, eram característicos das escolas privadas.

A exploração da mão-de-obra e a educação é recorrente nas notícias veiculadas, quando a oferta educativa aparece apenas como mais uma mercadoria a venda. Entre as denúncias, mais uma sobre a perseguição aos professores sindicalizados e o aumento, com taxas extras, movimentam pequenas reportagens dos jornais.

Enquanto ocorria a batalha entre a valorização dos profissionais dos estabelecimentos de ensino particulares, a exploração dos valores pagos pelas famílias em anuidades e taxas escolares continuavam se elevando e se tornando cada vez mais abusivas, como já fora visto em notícias anteriores, um aumento constante é considerado ilegal, tanto pelas entidades estudantis quanto pela opinião pública, ou seja, os colégios particulares não adequavam seus valores conforme estes eram previamente estabelecidos pelo MEC (PROCLAMAÇÃO..., 1960, Correio do Paraná, p. 3; COLÉGIOS..., 1960, Correio do Paraná, p. 3).

Um dos pontos importantes de uma das notícias decorre do fato de que houve aumento das taxas, porém não um aumento salarial dos professores. É aludido ainda que reuniões haviam sido feitas juntamente com a UPES, quando se argumentava que não deveria recair sobre os alunos e suas famílias os ônus das reivindicações. A reportagem ainda diz que, no Colégio São José, para a matrícula, os alunos deveriam assinar termos de compromisso, onde diziam ter conhecimento que novas taxas poderiam ser cobradas durante o ano letivo (COLÉGIOS..., 1960, Correio do Paraná, p. 3).

Estas denúncias, que tinham uma periodicidade frequente, demonstravam fortemente as iniciativas adotadas para transformar a educação em apenas mais

uma mercadoria oferecida no Estado. Um ponto de análise que seria interessante evidenciar aqui é o de que a educação como mercadoria não era assunto apenas do ensino privado, mas também das políticas educacionais do Paraná.

Ao que se refere às escolas particulares, pode-se ler exatamente o que versa tal notícia, que relata principalmente sobre o ensino privado dentro de instituições de caráter religioso:

Isto posto vê-se o caráter comercial escandaloso que vem assumindo o ensino em nosso Estado. A nobre função das religiosas e do magistério foi desvirtuado para um comercialismo puro e vergonhoso. Não mais movem-se as engrenagens do ensino pelo amor ao próximo e por ideais educativos: somente o dinheiro é o móvel em nossos estabelecimentos educacionais. (COLÉGIOS..., 1960, Correio do Paraná, p. 3)

A demonstração contínua de tais aumentos das taxas dentro destes estabelecimentos demonstra que há um descaso com os princípios educativos dentro das escolas. A reportagem vai além, quando coloca a religião enquanto vendedora e que esta teria se perdido de suas características iniciais.

É interessante que, aqui, pode-se fazer uma clara relação da educação, principalmente ao que se refere ao ensino no setor privado, ao que Marx (2011) chama de fetichismo da mercadoria, sendo este produto a educação. A fetichização da mercadoria ocorre, principalmente, através da demanda. Esta, não precisa que seja uma demanda grande, que atinja o maior número de pessoas possíveis, ela pode ser no fim das contas, apenas mais um modo de status para se sobressair perante o restante da população. A educação privada no ensino básico não é uma obrigatoriedade, mas uma escolha que é baseada em interesses pessoais.

A demanda, por si, necessita da força de trabalho e, conseqüentemente, quanto menor o valor pago ao trabalhador, maior o lucro ao proprietário. Não há notícias publicadas que relatem uma queda brusca nas matrículas, que diminuiria o lucro do proprietário do estabelecimento de ensino. Tal lucro poderia então ser ameaçado através das reivindicações dos profissionais, de base salarial ou de benefícios trabalhistas, como a gratuidade do ensino para os filhos dos profissionais da educação (PROFESSORES..., 1959, Correio do Paraná, p. 3).

Enquanto isso, notou-se ainda que, como demonstrando já anteriormente neste capítulo e no capítulo anterior, que o Estado, ao tratar da educação pública,

promovia políticas educacionais que estivessem atreladas à formação da mão-de-obra para o trabalho, tanto na área urbana, quanto na área rural.

Em todos os governos descritos, fosse de Moysés Lupion, Bento Munhoz ou Ney Braga, o principal foco do fomento à educação era o do ensino técnico (KUNHAVALIK 2004a, 2004b; SALLES, 2004). A função do ensino técnico é, justamente, a de formar trabalhadores que estejam aptos a enfrentar as dificuldades que se apresentam na sociedade capitalista industrializada. Por outro lado, uma das essências da escola numa sociedade capitalista é justamente formar a classe trabalhadora para o trabalho, ainda que esta possa vir a intervir nesse processo, entrando na disputa pela natureza da oferta educativa estatal.

As práticas educacionais foram, como já relatadas, estritamente ligadas ao comércio e a indústria de cada área. A expansão do ensino médio técnico, tanto no segundo governo de Moysés Lupion quanto no governo de Ney Braga, estava diretamente ligada ao que se produzia em cada região do Estado. Nesse sentido, entre as décadas de 1960 e 1980, mediante a necessidade de um conhecimento cada vez mais especializado, as universidades foram criadas no interior do Estado com o intuito de continuar a formar mão-de-obra para as indústrias paranaenses.

Considera-se aqui que a educação enquanto mercadoria, não está atrelada simplesmente à oferta privada dos serviços de ensino, mas, igualmente no pressuposto de uma sociedade que está intimamente alicerçada nas leis de oferta e procura do mercado.

Uma notícia posterior traz uma instigante declaração no fim da reportagem: o *Sindicato* abre mão da realização de uma greve. A saber, a greve dos professores de estabelecimentos particulares de ensino era propagada desde o fim do ano de 1959, quando se deu início as reivindicações salariais da categoria. Este relato, no qual o autor identifica a autoria como sendo da direção do Sindicato dos Professores do Ensino, Secundário e Comercial do Paraná, demonstra haver um consenso entre os membros do *Sindicato* para que não houvesse uma greve. São apontados argumentos no sentido de que uma greve da classe traria prejuízos tanto aos estudantes quanto aos professores (PROFESSORES, 1960a, Correio do Paraná, p. 3).

Recorda-se que, como já apontado anteriormente por diversos autores (FAUSTO, 2013; ARRUDA, 2007; POCHMANN, 2007; QUEIROZ, 2007), esses

anos de rápida industrialização, foram marcados por diversas manifestações trabalhistas. Foram greves e paralisações que duraram dias, organizadas por entidades sindicais e até resultado de iniciativas de organizações de centrais sindicais nacionais, mostrando uma efervescência dos trabalhadores, das mais diversas categorias, que se mobilizaram na luta pelos seus direitos.

As grandes mobilizações trabalhistas no país, no período de 1960 a 1964, marcam um período de intensa mobilização trabalhista que, em menos de 5 anos, viria a ser um dos pretextos utilizados para levar às ruas a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, em 1964. Esta marchas, por sua vez, não denunciavam as organizações trabalhistas em si, mas julgavam que tais agitações eram estimuladas pelo Governo de João Goulart, criando uma pseudo República Sindicalista no país, como acontecera com Cuba, e em conluio com países do Cone Sul, como a Argentina e o Chile (FAUSTO, 2013).

É interessante observar que a movimentação desses grupos conservadores ia em completa discordância com as reivindicações de classes que agitavam o país durante esses anos. Retoma-se aqui a expressão que já fora apresentada sobre as reivindicações dos professores, a de “exemplos de indisciplina”.

A greve dos professores de 1956 se transformou em um movimento nacional em defesa da classe, tendo como palavra de ordem o salário digno aos professores abrangidos, principalmente, por editais do MEC que complementavam seus salários. Assim, diante destas mobilizações, parte da opinião pública voltou seus ataques aos professores com a justificativa de que eles estavam ensinando a “desordem pública” (A GREVE..., 1956, O Dia, p. 3).

Essa expressão pode, em certos aspectos, ter influenciado as iniciativas que o *Sindicato* teria implementado para colocar em prática seus movimentos enquanto organização sindical. A repressão vinha a todo vapor, como já foi demonstrado, com a demissão de professores e o aumento das taxas e anuidades escolares e, ainda assim, não foi acompanhado por uma recomposição salarial condigna para a classe.

É em setembro de 1960 que eclode uma greve com a participação dos professores, não era uma greve da categoria, mas uma greve geral, que ocorreria durante um dia inteiro de paralisações.

Essa primeira paralisação, que contava com a ação direta do Sindicato dos Professores do Paraná, nominada como “Dia do Protesto” (COMÉRCIO..., 1960, Correio do Paraná, p. 8), era uma mobilização contra a alta do custo de vida que contaria com a participação das mais diversas categorias.

No decorrer do ano de 1960, a inflação encontrava-se em sucessivo aumento. Como apontado anteriormente, a média da inflação para o ano de 1960 foi de 40,62%. Mesquita (2010, p. 4) aponta que no preço de atacado entre março-abril, principalmente itens ligados a alimentação, combustíveis e metalúrgicos, se elevou em torno de 42%. A redução dos subsídios governamentais para produtos essenciais, como o trigo e o petróleo, fez os preços elevarem significativamente (FAUSTO, 2013). A política financeira de Jânio Quadros se mostrava catastrófica, os preços eram elevados constantemente e vários produtos se encontravam com preços elevados muito acima do normal (COMÉRCIO..., 1960, Correio do Paraná, p. 8).

Segundo a reportagem, a Associação Comercial do Paraná (ACP) não recomendava que o comércio fechasse suas portas, pois dizia que, em conversas com os proprietários dos estabelecimentos comerciais, estes faziam coro às reivindicações e não atenderiam a população.

Percorrendo casas comerciais da cidade, a reportagem do CORREIO observa que existe um certo receio de parte dos proprietários em permanecer com portas de seus estabelecimentos abertas, na data marcada para a efetivação do “Dia do Protesto” ou seja, amanhã. Aqueles que prestaram esclarecimentos com respeito ao assunto não esconderam a possibilidade que encaram do movimento transformar-se em “quebra-quebra”, o que redundaria em elevados prejuízos. (COMÉRCIO..., 1960, Correio do Paraná, p. 8)

Esse medo constante não partia apenas pelo dia do protesto, mas, como referencia Konder (2003), das ameaças do avanço da “República Sindicalista” que se avolumavam, principalmente após a vitória da Revolução Cubana.

Sobre os acontecimentos que antecederam o Dia do Protesto, percebe-se intensa movimentação, como é relatado pelo mesmo jornal na edição seguinte (Figura 21). Está assim registrado que:

O movimento do comércio de Curitiba durante o dia de ontem, foi intenso, como consequência do anunciado “Dia do Protesto”,

programado para hoje. Notadamente às últimas horas da tarde se verificou invulgar correria aos armazéns, mercearias, açougues e panificadoras, onde as donas de casa procuram abastecimento para o dia de hoje. Com isto, o chamado Dia do Protesto se afigurou como uma data praticamente traída, visto a venda astronômica verificada. Nas padarias, por exemplo, não houve pão a partir das 18 horas, em face da procura, que se iniciou logo depois das 14 horas. Também aos açougues idêntico fato se registrou, havendo mesmo retenção do produto por parte dos retalhistas, como acintoso repúdio à medida protestante que vitimou o povo. (CURITIBA..., 1960, Correio do Paraná, p. 1)

O movimento, que ocorrera em Curitiba, não era de consequências apenas locais. A inflação atingia o país inteiro e, como alude Konder (2003) e Vasconcellos (2007), muitas foram as agitações trabalhistas durante o início da década de 1960. As ações da população, no dia anterior ao Dia do Protesto, fogem das práticas que influenciam diretamente as reivindicações grevistas, como a paralisação temporária da economia. Afinal, há um efeito contrário, pois as vendas aumentam e, conseqüentemente, os efeitos desejados com as paralisações e greves não surtem prejuízos aos comerciantes, o que não gera incômodo perante as práticas político-econômicas (POCHMANN, 2007). Por conseguinte, tal efeito rebote se dá pelo receio das donas de casa e suas famílias em verem seus lares desabastecidos.

Ora, mas embora as donas de casa tenham “furado” a paralisação, o Dia do Protesto foi intenso e, como receavam os comerciantes na notícia do dia 15 de setembro, o dia anterior foi marcado por um quebra-quebra.

Esta foi uma das primeiras paralisações de diversas categorias de trabalhadores e que contaram com a participação dos professores paranaenses, ao menos as que foram encontradas dentro dos parâmetros estabelecidos para essa pesquisa. Cidades ao redor de Curitiba, como São José dos Pinhais, também tiveram o Dia do Protesto (DIA..., 1960, Correio do Paraná, p. 8).

A reportagem traz consigo que, durante todo o dia, o movimento havia sido ordeiro e não houve graves acusações. Decorre apenas do período noturno, após uma concentração no Teatro Guaíra, que manifestantes mais “emocionados”, começaram a depredar patrimônios privados na cidade (DIA..., 1960, Correio do Paraná, p. 8).

A população em geral, incluindo donos de indústrias, como Roberto Kosop, referido na reportagem, apoiavam as manifestações que ocorriam no decorrer do

dia. O industrial em questão, dizia se solidarizar com os sofrimentos que os seus empregados sofriam devido à elevação do custo de vida (DIA..., 1960, Correio do Paraná, p. 8).

Segundo a reportagem, ainda, um fotógrafo fora agredido e uma mulher despida, ambos ocorridos após o início das agitações, que só cessou após a chegada do Exército para ajudar no controle dos manifestantes (DIA..., 1960, Correio do Paraná, p. 8).

O ano de 1960, como se pode constatar, foi de intensa agitação para as reivindicações dos professores dos estabelecimentos particulares de ensino. No fim do ano de 1960, os dirigentes da *Sindicato Patronal* entregaram a proposta patronal de aumento, quando finalmente as reivindicações dos professores foram atendidas (AUMENTO..., 1960, Correio do Paraná, p. 7).

Em 1961, viria um grave ataque aos servidores públicos no Estado. O “plano de classificação” proposto pelo governador Ney Braga deixava muito a desejar sobre a política de carreira dos professores. Uma das denúncias dos docentes se concentrava nos vencimentos para a classe, onde os proventos seriam de Cr\$13.000,00<sup>70</sup>, igualando a serventes e inspetores de alunos, o que desconsiderava toda a formação que os educadores obtiveram para a investidura no cargo (PROFESSORES..., 1961, Diário da Tarde, p. 1). Assim encontra-se registrado no jornal sobre a insatisfação do professorado:

#### PROFESSORAS REVOLTADAS

A classe, mais duramente, atingida pelo plano de classificação, é a a do magistério, tanto do primário como do ensino médio. As professoras normalistas serão enquadradas no nível-7, o que significa vencimento de 13 mil cruzeiros, ficando nas mesmas condições de serventes e inspetores de alunos, que não possuem nenhum curso e passarão a receber também nível-7.

A Associação dos Professores do Paraná, diante da grave injustiça realizada contra a classe, reuniu-se ontem extraordinariamente, ocasião em que, com a presença de numerosos professores decidiu constituir, comissão especial, que encontrou em entendimento com o Secretário de Educação e com os líderes das principais bancadas no Legislativo Estadual, para sanar as lacunas existentes no Plano, com a inclusão de emendas que alterem o sistema de enquadramento previsto na lei. (PROFESSORES..., 1961, Diário da Tarde, p. 1)

---

<sup>70</sup> Em valores corrigidos para junho de 2020, R\$2.540,00.

A APP contesta as ações e junto com outros trabalhadores que estão expostos no Plano de Classificação dos Funcionários Civis, repercutem as ameaças de revoltas por parte dos professores, contra o projeto, acusando-o de promover a desvalorização profissional. Em torno de três mil professores seriam afetados pelo novo Plano (PROFESSORES..., 1961, Diário da Tarde, p. 1). A bibliografia citada e consultada e a análise das fontes não citam, infelizmente, se houve organização para essa pressão, ou se ela fora simplesmente arquivada.

O artigo assinado por Sadi Correa, um dos poucos em que se encontra a assinatura de um autor nos jornais, demonstra um claro apelo dos professores para que o então presidente da APP, o professor Faustino Fávoro, tome partido perante as atitudes do governo estadual (O CASO..., 1962, Diário da Tarde, p. 5).

O autor noticia uma série de eventos que ocorreram desde a última eleição para a gestão da entidade. Um dos pontos relatados é que há vários conflitos internos dentro da diretoria da *Associação* que, ao que indica a reportagem, atribuiriam ao Presidente a culpa pela desmobilização das lutas da classe, o que estaria acarretando o desligamento de vários associados.

Segundo a reportagem, Fávoro tomava medidas de apoio ao governador Ney Braga, e que iam de encontro com as necessidades da classe, como o não-pagamento das aulas suplementares de janeiro daquele ano. Pode-se ler, sobre as medidas que assolavam a classe, o seguinte trecho em específico.

[...] anulou a oportunidade de reação quando da renovação das leis que concediam licença para tratamento de saúde e licença prêmio com aulas suplementares incorporadas aos vencimentos do padrão; direito de licença com vencimento ao professor exclusivamente complementarista; incorporação da média das aulas suplementares na aposentadoria, causando um prejuízo de vinte e cinco mil cruzeiros; aposentadoria aos vinte e cinco anos de serviços; critério desigual de incorporação de quarta parte aos funcionários civis e magistério, que é de fato, o todo dividido em quatro partes iguais ou seja, 25%, enquanto outras carreiras a quarta parte corresponde a 39%. (O CASO..., 1962, Diário da Tarde, p. 5)

A alegada demora das manifestações do presidente da *Associação*, fizeram com que aumentasse as descrenças perante a gestão de Fávoro. A reportagem menciona que com essas ocorrências, professores estavam fazendo um abaixo assinado para, então, fazer uma convocação de uma Assembleia Geral

Extraordinária, para chamar novas eleições, visto o descontentamento dos associados com a gestão.

Enquanto isso, na reportagem do dia 2 de julho de 1962, o mesmo autor continua a demonstrar o descontentamento da classe profissional com o presidente da *Associação*. Agora, uma das reivindicações anteriores, que era a aposentadoria aos 25 anos de serviço, não é garantida pelo Estado, passando a ser de pelo menos 30 anos de serviço e, com o silêncio de Fávares sobre essas questões, a categoria se encontra descontente em sua base (APOSENTADORIA..., 1962, Diário da Tarde, p. 5).

Com esta onda de acontecimentos, a exposição clara dos enunciados como discursos que se alimentam do passado, do presente e do futuro, sendo definida pela continuação do discurso anterior e dando base para um discurso de resposta (VOLÓCHINOV, 2018), se percebe que o descontentamento com o sr. Fávares aumentava, ao mesmo tempo em que ele parecia se silenciar.

A redação, nestas últimas duas notícias trabalhadas (O CASO..., 1962, Diário da Tarde, p. 5; APOSENTADORIA, 1962, Diário da Tarde, p. 5), demonstra um posicionamento claro em favor da classe profissional. Em todo o decorrer das reportagens percebe-se a defesa do interesse de classe, ao mesmo tempo em que ataca o Governo e a gestão da entidade. Como afirmado no início deste trabalho, a *Associação*, se denominando entidade classista e que estava em defesa do professorado, a base filiada denuncia a centralização dos rumos da entidade em favor dos interesses pessoais do presidente, e não da categoria. Porém, mesmo com essas denúncias, o professor Faustino Fávares continuaria a ocupar a presidência da entidade. No final do ano de 1962, sofrendo pressão pela base associada, o presidente entrega um abaixo-assinado ao governador do Estado, Ney Braga.

O governador, apesar de ser dotado de um discurso pró-educação, visando inicialmente a integração dos setores educacionais e culturais com o interior do Estado, como já referenciado anteriormente, não se mostrava disposto a atender as demandas dos professores, como o Estatuto do Magistério, o reajuste salarial e a reestruturação das carreiras (ANJOS, 2017, p. 40).

Como no âmbito nacional, os trabalhadores se encontravam mobilizados por melhores condições de trabalho e de vida e pelas Reformas de Base propostas

por João Goulart. As agitações e mobilizações para uma greve do Magistério se tornavam cada vez mais fortes. Ao final de 1962, a APP-Estadual entregou uma carta ao governo, exigindo as providências até o início de 1963 (ANJOS, 2017, p. 41).

Ao dia 4 de janeiro de 1963, a possibilidade de eclosão de uma greve do Magistério era cada vez mais real. Uma semana depois, a primeira greve dos professores do Estado é deflagrada, durando de 11 de janeiro de 1963 a 28 de fevereiro de 1963 (ANJOS, 2017, p. 42). Esta greve recebeu o nome de Operação Tartaruga (O.T.).

Conforme consta nos arquivos do Departamento de Ordem Política e Social do Paraná (DOPS/PR), acessados através do acervo do Arquivo Nacional<sup>71</sup>, sobre a O.T.:

Em 1º Fev 63, eclodiu uma greve branca de professôres primários do Paraná denominada "Operação Tartaruga". Que foi liderado pelo prontuariado, então presidente / da Associação dos Professôres do Estado do Paraná, tendo o mesmo permitindo a infiltração no movimento, de elementos comunistas [...] essa greve durou mais de uma semana e teve como ponto culminante uma passeata monstro, realizada no dia 9, pelas principais ruas da capital, durante a qual falaram aquêles líderes vermelhos, sob a complacencia do prontuariado (OCYRON CUNHA, 1966, DOPS, p. 3)

O arquivo faz menção ao próximo presidente da *Associação Ocyron Cunha*. Anjos (2017) remonta que, ao fim do mês de janeiro daquele ano, os estudantes estavam na linha de frente das reivindicações dos professores, o que demonstra uma linha clara de aproximação entre o movimento estudantil e o movimento sindical docente. Porém, não apenas no dia 9 ocorreu a passeata.

06/02 Duzentas (sic) professoras fazem passeata contra a demora na aprovação dos vencimentos. Sob chuva, vão da APP ao Centro Cívico entregar as reivindicações as deputados e governador.

[...]

09/02 – Sábado. Professoras realizam passeata, com o emblema no peito "Operação Tartaruga". O trajeto vai da rua XV à Santos

<sup>71</sup> DOPS, Delegacia da Ordem Política e Social. Dossiê. Arquivo Nacional. **Ocyron Cunha**. Disponível em:

<[http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br\\_dfanbsb\\_v8/mic/gnc/nnn/82002012/br\\_dfanbsb\\_v8\\_mic\\_gnc\\_nnn\\_82002012\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/nnn/82002012/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_nnn_82002012_d0001de0001.pdf)>. Acesso em 18 de jul. de 2020. Sobre a repressão aos professores e professoras paranaenses durante a ditadura civil-militar no Brasil, ver: Peron, Andréia. "Resistir é preciso": a memória de professores sobre a militância e a repressão política no Paraná (1964-1984), Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual do Oeste do Paraná: Cascavel, 2014.

Andrade, às 10 horas. Cerca de 400 pessoas. *Destaque à delegação do interior, que chega com mais de dez ônibus.* (ANJOS, 2017, p. 42, grifo do autor)

Sendo assim, duas grandes passeatas na capital do Estado são registradas durante o período grevista, onde a primeira, aparentemente apenas com professoras da capital, foi responsável pela entrega das reivindicações da classe. Ao dia 08 do mesmo mês, sem resposta oficial do governador, a SEC pede o retorno da categoria para as escolas, o que eclodiria na marcha do dia 9 de fevereiro de 1963.

Ressalta-se aqui que o presidente da *Associação* durante o período era Faustino Fávaro, mas a bibliografia consultada promove ênfase na palavra *professoras*. Isso demonstra um engajamento maior das mulheres na atividade sindical<sup>72</sup>.

Não bastasse as lutas em prol da educação, no Estado, foi dentro da classe docente que as mulheres tiveram maior influência nas discussões que permeavam sobre a classe trabalhadora. Como afirmado anteriormente por Reina (2014), a historiografia ainda possui uma pendência no que tange a história das mulheres trabalhadoras.

Ocupando a maioria dos cargos de docência no Brasil, em todos os seus níveis (VIANNA, 2001, p. 85 apud RUCINSKI, 2017, p. 116), foi nesse âmbito que as mulheres tiveram destaque, liderando movimentos e sindicatos docentes, ocupando postos de liderança, frequentemente proibidos a elas e, mesmo assim, a primeira mulher a ocupar o cargo de presidente da APP seria Isolde Benilda Andreatta somente em 1988, ano do fatídico 30 de agosto (COELHO, 2015, p. 85).

Sem dar o braço a torcer para a classe, no dia 13 de fevereiro de 1963, em meio a greve, Ney Braga faz um discurso na TV acusando os professores de não terem comparecido à reunião marcada, justificando a situação dizendo que a folha de pagamento estava “alta” e a economia do país estava instável. Apela para que os professores voltem as aulas. Apesar do apelo aos professores,

---

<sup>72</sup> Documentos com os dados sobre a diferença numérica ou percentual entre o gênero dos professores não foi encontrado. Em 2020, 76% dos professores da rede estadual se identificam enquanto sexo feminino. Disponível em: <http://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=105996&tit=Mulheres-sao-maioriana-Educacao-do-Parana>>. Acesso em 18 de jul. de 2020.

14/02 – Após discussões com o comando de greve, o deputado Rubens Requião (sic) apresenta novo reenquadramento. A gratificação para o magistério (sic) de 25% e para os normalistas, 20%. Às 2:30 da madrugada do dia 15/02, os professores decidem aceitar a proposta do governo, mas deliberou que a O.T. duraria até a aprovação pela Assembleia. (DOCUMENTO ARQUIVADO NA APP-REGIONAL, s/d., s/p., apud ANJOS, 2017, p. 43)

Sendo assim, após o acordo e a votação que garantiu a gratificação para o Magistério, em 28 de fevereiro se encerra o primeiro movimento grevista da APP-Estadual, que viria a se tornar a APP-Sindicato.

Anteriormente, foi exposto em algumas reportagens que, alguns professores estavam sofrendo perseguições dentro dos estabelecimentos de ensino privados, delatando inclusive os nomes de alguns colégios que estavam adotando tais práticas (COLÉGIOS..., 1960, Correio do Paraná, p.3).

Fundamentando-se em discussões já realizadas aqui anteriormente sobre as movimentações sindicais e grevistas durante o Período Democrático (FAUSTO, 2013; KONDER, 2003; SODRÉ, 1977; entre outros), constatou-se um período de intensa agitação trabalhista, por fatores diversos, desde os econômicos, como o aumento da inflação, até fatores políticos, como o suicídio de Getúlio Vargas e a ascensão do Partido Comunista dentro dos sindicatos.

Notou-se, ainda, que as práticas estadonovistas, que ainda permaneceram durante o governo de Dutra, de submissão sindical ao Ministério do Trabalho haviam se encerrado. A partir do mandato eletivo de Vargas (1950-1954), como fora uma de suas promessas de campanha, os sindicatos passaram a gozar de liberdade de organização e pensamento e, assim, iam reestruturando as suas bases.

Em 1963, o Tribunal Superior do Trabalho (TST), deu causa ganha ao professor Oscar Alex Rebello Schaliza, onde em 1961, durante as reivindicações salariais dos professores dos estabelecimentos privados de ensino, era vice-presidente do Sindicato dos Professores do Paraná e professor da Associação de Ensino Novo Ateneu, do qual havia sido demitido injustamente (PROFESSOR..., 1963, Correio do Paraná, p. 4).

A decisão do Tribunal era, durante esse período, um reflexo da valorização da luta dos trabalhadores e, também, dos efeitos da opinião pública, visto que durante o período das reivindicações salariais a população se postava ao lado dos

professores e contra os aumentos abusivos dos estabelecimentos de ensino privado.

Durante as comemorações do Dia do Professor, no ano de 1963, a Associação dos Professores do Paraná e o Sindicato dos Professores do Ensino Secundário, Primário e Comercial, apresentam denúncias contra o governador do Estado, Ney Braga, e contra empresários do ensino privado, que reprimiram as reivindicações dos professores nos últimos anos (ASSOCIAÇÃO..., 1963, Correio do Paraná, p. 5). O aumento das taxas escolares nos estabelecimentos privados sem o aumento salarial dos professores e o Plano de Carreiras do governo que vinha atacando o funcionalismo público eram motivos de revolta por parte dos educadores.

Ao mesmo tempo em que lançam saudação ao magistério paranaense, pelo transcurso do “Dia do Professor”, hoje, a Associação dos Professores do Paraná e Sindicato dos Professores do Ensino Secundário, Primário e Comercial, fazem verdadeiro libelo ao govêrno do Estado, alertando “os legítimos professores a respeito da sinceridade de certas homenagens ‘oficiais’ ao magistério paranaense, promovidas por autoridades que se colocaram contra a classe por ocasião da greve universitária, em 1963, e provocaram pelo modo pouco digno com que trataram os professores, a eclosão do já citado movimento de revolta, conhecido como a ‘Operação Tartaruga’. O boletim é assinado pelos professores Faustino Fávoro (APP) e Francisco Cardoso (Sindicato). (ASSOCIAÇÃO..., 1963, Correio do Paraná, p. 5)

A “Operação Tartaruga”, ocorrida no início do ano de 1963, não havia sido apenas uma reação da classe dos professores, mas de todo o funcionalismo público estadual. A operação consistia na paralisação parcial das atividades do serviço público<sup>73</sup>. Apesar da sensação de revolta que muitos professores possuíam, os festejos ocorreram no decorrer do dia, terminando no dia 19 com uma festa para os professores e familiares na sede da Associação (ASSOCIAÇÃO..., 1963, Correio do Paraná, p. 5).

A dicotomia entre representações de esquerda e de direita, tanto no governo quanto em entidades da sociedade civil, não é exclusividade do cenário

---

<sup>73</sup> Destaca-se aqui que, apesar de referenciada a Operação Tartaruga no ano de 1963, ela se deu apenas através da bibliografia citada e, infelizmente, não através dos jornais. Dos jornais analisados, o *Correio do Paraná*, por exemplo, não possui edições na Hemeroteca durante os meses que ocorreram o movimento.

atual em que se disserta essa pesquisa, muito menos os jargões utilizados para ofender ou elogiar as ideias do outro, como as palavras: comunistas, esquerdistas, direitistas, fascistas, entre outros.

Analisar-se-á este pequeno trecho: “Pelo jeito então, a sra. Olga de Mello Régis é a *democrata* e o Sr. Ocíron Cunha o *comunista*” (NÃO..., 1963, Correio do Paraná, p. 4, grifo nosso). Este trecho remonta a uma nota do jornal *Correio do Paraná* e corresponde as eleições para a APP que ocorreriam em 1963. O trecho é claro ao demonstrar a intencionalidade da divisão de opiniões e não necessita sequer de uma análise profunda para notar a posição do autor.

Na mesma edição e, em outras, também é possível observar a clara opinião “democrática” do autor de tal seção, intitulada Janela Indiscreta, ainda que não apresente seu nome.

A década de 1960, um período marcado pela instabilidade política no cenário nacional (renúncia de Jânio Quadros, regime parlamentarista, o retorno ao presidencialismo com João Goulart, o golpe militar de 1964) e internacional (Guerra Fria, Revolução Cubana, golpes militares em toda a América Latina), são elucidativos dos conflitos que ganharam contorno naqueles anos e que produziram situações de agudização da violência e das soluções de cunho autoritário.

As palavras utilizadas pelo autor, “democrata” e “comunista” são claras em um sentido de manipulação da opinião pública. Stella (2018, p. 178) analisa que, para Bakhtin, a palavra ganha seu significado entre a posição do autor<sup>74</sup> e do locutor, sendo caracterizada pela materialidade histórica a qual carrega. Já, para Vossler,

só pode aspirar a um caráter científico uma história da língua que analise toda a sequência pragmático-casual com o objetivo de encontrar nela uma série estética específica, de modo que o pensamento linguístico, a verdade linguística, o gosto linguístico, o senso linguístico, ou, como diz Humboldt, a forma interna da língua se torne clara e compreensível em suas transformações condicionadas de forma física, psíquica, política, econômica e, em geral, cultural. (1910, p. 170 apud VOLÓCHINOV, 2018, p. 152)

---

<sup>74</sup> A posição do autor pode ser tanto da forma verbalizada quanto da forma escrita.

Sendo assim, a análise das palavras prescinde do entendimento do modo como elas são escritas e/ou faladas, sendo também fundamental para se compreender ou criar uma cultura local. Disso decorre,

o fato de que em cada ato discursivo, do ponto de vista da formação da língua, o que importa não são as formas gramaticais gerais, estáveis e presentes em todos os outros enunciados da língua, mas a modificação e a concretização estilístico-individual dessas formas abstratas em um enunciado. (VOLÓCHINOV, 2018, p. 153)

A palavra está sempre repleta de conteúdo e de significação cotidiana. Numa perspectiva dialética e dialógica, a palavra nunca é imutável, mas variável. Portanto, a palavra varia de acordo com o contexto ao qual o enunciado está inserido e, verificado o seu conteúdo ideológico, ao que ela quer representar. Afinal, ela é política ou vulgar? Verdadeira ou falsa? Condicionante ou não? (VOLÓCHINOV, 2018, p. 181).

Retomando sobre a ideologia do cotidiano, esta é adquirida no meio em que a pessoa vive e a partir das relações sociais em que ela está inserida. São determinantes para a formação dos sistemas ideológicos, que também a influenciam, como se pode ver:

Os sistemas ideológicos formados – a moral social, a ciência, a arte e a religião – cristalizam-se a partir da ideologia do cotidiano e, por sua vez, exercem sobre ela uma forte influência inversa e costumam dar-lhe o tom. Todavia, ao mesmo tempo, esses produtos ideológicos formados preservam constantemente a mais viva ligação orgânica com a ideologia do cotidiano, nutrem-se da sua seiva e fora dela estão mortos, [...], uma obra ideológica existe apenas para essa percepção que se realiza na linguagem da ideologia do cotidiano. (VOLÓCHINOV, 2018, p. 213)

Ora, as obras ideológicas são, por assim dizer, uma parte das estruturas psicológicas das pessoas, pois as obras ideológicas, frutos da ideologia do cotidiano, são parte do debate interior e exterior dos indivíduos. A primeira deve estar intimamente ligada à segunda, pois ela

insere a obra em uma dada situação social. A obra passa a ser ligada a todo o conteúdo da consciência e é percebida apenas no contexto dessa consciência atual. A obra é interpretada no espírito desse conteúdo da consciência (da consciência daquele que percebe) e é elucidada por ele de modo novo. É essa a vida de uma obra ideológica. Em cada época de sua existência histórica, a obra deve interagir estreitamente com a ideologia do cotidiano em

transformação, preencher-se por ela e nutrir-se de sua seiva nova. Apenas à medida que a obra é capaz de interligar-se ininterrupta e organicamente com a ideologia do cotidiano de uma época, ela é capaz de ser viva dentro dela (é claro, em um dado grupo social). Fora dessa ligação, ela deixa de existir, por não ser vivida como algo ideologicamente significativo. (VOLÓCHINOV, 2018, p. 213-214)

A palavra é um dos elos entre a ideologia do cotidiano e os sistemas ideológicos formados, mas também como a percebemos. A palavra é inoculada ao gênero do discurso, referindo-se ao esgotamento das ideias, ou seja, o que eu quero dizer deve ser dito, sendo perpassado pelas palavras (BAKHTIN, 2011).

Bezerra (2011) assevera que dentro do pensamento bakhtiniano a palavra deve estar inserida numa interação discursiva, e não isolada. Essa interação discursiva dará a palavra um sentido, que vai além do significado, em razão de que ela passará a fazer parte de uma troca de enunciados, ela não será única.

O sentido da palavra, para Bakhtin, segundo Bezerra (2011), só ocorre em uma interação entre os discursos, pois esta traz todas as suas considerações materiais e ideológicas, visto que apenas através do diálogo há uma troca entre ideias e conceitos e, relembra-se, é através das trocas que se manifestam a dialética e a dialogia. É através da troca de pensamentos que o homem se significa e se ressignifica.

Com isso, tendo compreendido o conceito de palavra, segundo o círculo de Bakhtin, pode-se analisar as duas palavras por nós grifadas na reportagem (Figura 30), *democrata* e *comunista*, e ponderando sobre todas as suas considerações, o que elas poderiam significar. Sobre democracia, alude-se que:

A democracia das sociedades burguesas modernas e contemporâneas, desde seu início, foi apenas formal, um espaço administrativo e burocrático situado *fora do corpo de cidadãos*. Nesse modelo, ainda hoje vigente, a participação de todos os cidadãos foi substituída pela eleição de representantes da maioria, políticos profissionais que tomam decisões sobre a vida de todos os representados. Nesse contexto, o ato de votar termina sendo um mero ritual, um espaço limitado do exercício democrático. (SILVA e SILVA, 2005, p. 89)

O conceito de comunismo traduz também uma ideia de sistema político-econômico, com raízes em experiências primitivas na história e tendências que, ao surgirem, incorporavam conceitos do sistema-político denominado “socialismo

utópico” por Marx e Engels<sup>75</sup>. A partir deles, o comunismo não opera somente como teoria ou sociedade, mas como prática política revolucionária (SILVA; SILVA, 2005, p. 70-76).

As palavras democracia e comunismo em si, não são antônimos, porém, o contexto histórico em que se situa esta pesquisa remete perfeitamente a este maniqueísmo, e se cria no imaginário político e social essa dicotomia, onde um representaria a liberdade e o outro o autoritarismo. Como observação, ao pensar na Geopolítica, vale ressaltar as repressões causadas por ambos os blocos da Guerra Fria, que marca esse período a nível internacional, já que os dois sistemas políticos por eles defendidos, ao redor do mundo, foram responsáveis por ditaduras e pela repressão aos direitos individuais.

Os “democratas” identificados com a ideologia política de direita foram auxiliares e pilares para o golpe civil-militar de 1964, gestado no meio militar e civil, que desembocaria na ditadura militar no país, período de grande repressão política e ideológica, que levou pensadores e militantes identificados com a esquerda e com o comunismo, ao exílio, a tortura e a morte.

É válido lembrar que durante o início do ano de 1963 a APP organizou o seu primeiro grande movimento de greve, paralisando atividades por meio da chamada Operação Tartaruga. Tais movimentações ajudaram a mobilizar a base nas eleições da direção, produzindo uma participação mais ativa dos associados. Assim registrava o jornal:

Tiveram lugar, ontem, as eleições na Associação Paranaense dos Professores, concorrendo duas chapas uma encabeçada pelo Sr. Ocyron Cunha e outra pela Sra. Olga M. Regis. Cerca de 1600 votos foram apurados registrando uma das maiores influências na renovação da diretoria da APP. Até as últimas horas da noite se estenderam as apurações no salão nobre da entidade, com centenas de professores presentes acompanhando com grande interesse o resultado do escrutínio que esse ano contou com elementos do magistério paranaense do interior em número superior nos até aqui registrado. (ELEIÇÕES..., 1963, Correio do Paraná, p. 1)

Enquanto na rede pública de educação as eleições da APP agitavam o cenário, rememorando inclusive questões de disputas internas da direção da

---

<sup>75</sup> Para a definição completa do termo socialismo utópico, ver: Bottomore, Tom. *Dicionário do Pensamento Marxista*, 2001, p. 340-341.

instituição, na rede privada as coisas se agitavam, novamente. Durante o ano de 1963, com a instabilidade política e os conflitos econômicos, resultado das propostas das Reformas de Base, a inflação havia aumentado novamente.

O *Sindicato Patronal* dos estabelecimentos privados de ensino não apresentaram uma contraposta para a base, os professores, e, representados pelo professor Francisco Cardoso, presidente do *Sindicato*, optam por retirar a proposta do aumento salarial, mais especificamente durante o período do recesso escolar, para retomar as reivindicações a partir de março de 1964. Francisco Cardoso defendia a necessidade e a liberdade de organização dos professores no *Sindicato*, para as reivindicações da classe (PROFESSORES..., 1963, Correio do Paraná, p. 4).

A medida que o presidente toma é interessante por um dos motivos, que já fora ressaltado por Alves (2007), no que tange sobre a organização sindical. Os sindicatos aumentam a sua atuação e mobilização conforme a inserção em espaços ao qual representam, para tanto, ao se planejar as atividades classistas de mobilização durante o fim do ano letivo e as férias escolares, a desmobilização da classe e o baixo número de professores que adeririam à greve e as atividades grevistas durante esse período, o presidente considerava que seria viável a paralisação destas.

O início do ano de 1964 é marcado por pressões de ambos os setores da educação, a pública e a privada. Na rede privada, como já foi apresentado anteriormente, o *Sindicato* havia proposto a volta das atividades grevistas no início do ano letivo, incluindo que colocaria novas demandas na pauta da greve (PROFESSORES..., 1963, Correio do Paraná, p. 4). Sobre a rede privada de ensino, os jornais versavam que:

Os professores dos colégios particulares estiveram reunidos ontem, em Assembléia Feral Extraordinário, a fim de decidirem sobre a decretação de greve em vista do não acolhimento pela classe patronal de sua reivindicação de reajuste salarial. O professor Francisco Genaro Cardoso, presidente do Sindicato, disse que “ a classe resolveu formar uma comissão de Greve, a qual preparará os dispositivos para a deflagração do movimento paralista. Se até sábado não recebermos contra-proposta dos proprietários de estabelecimentos de ensino particulares, novamente estaremos reunidos, para então aprovarem a decretação de greve geral, que poderá ser a partir de segunda feira. (GREVE..., 1964, Correio do Paraná, p. 1)

Enquanto isso, no setor público, vê-se:

Com a divulgação pelo “Correio” da situação real do aumento do funcionalismo, desmascarando a demagogia do Sr. Ney Braga que deseja conceder apenas mil e poucos cruzeiros a mais aos servidores do Estado, pretendendo em troca mais 1% sobre o imposto de vendas e consignações para a CODEPAR, esquentaram os ânimos dos “barnabés”.

Ontem na rua XV e nos cafés era a matéria dominante, ameaçando os mais exaltados uma nova operação tartaruga a exemplo do que fizeram as professoras, que não lituberam em vir às ruas e lutar pelas suas reivindicações num dos mais belos movimentos classistas ocorridos no Paraná. (FUNCIONALISMO..., 1964, Correio do Paraná, p. 4)

É interessante a legenda que o jornalista utiliza na foto da referida notícia “NEY: Se o funcionalismo não pode comprar pão que coma bolo!” (FUNCIONALISMO..., 1964, Correio do Paraná, p. 4), ela remete a frase atribuída a Maria Antonieta durante a Revolução Francesa. O jornal atribui que uma nova Operação Tartaruga poderia estar em andamento, como a ocorrida no início do ano de 1963, sendo levada a cabo pela APP.

A operação visava que fossem respeitadas as reivindicações atendidas ainda em 1963. Apesar das notícias que relatam a possível greve dos professores de estabelecimentos particulares de ensino e, também, de uma nova edição da Operação Tartaruga, até o momento do golpe militar em 31 de março de 1964, período datado para essa pesquisa, tais movimentações não foram adiante.

Rememora-se aqui que, como em alguns pontos trabalhados por Anjos (2017), o primeiro grande movimento grevista de 1963 não foi amplamente divulgado pelos jornais analisados. Assim como muitos dos movimentos considerados de extrema importância, como o 1º Congresso dos Professores, também não figuram na historiografia.

Todas as notícias analisadas, que remontam da fundação da Associação dos Professores do Paraná até as ameaças de greves por reivindicações trabalhistas, da educação pública ou privada, contam uma parte da história da educação e do trabalho no Estado do Paraná.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Os tijolos também têm uma determinada forma espacial e, por conseguinte, expressam alguma coisa nas mãos de um construtor. (BAKHTIN, 2017, p. 15)*

No decorrer deste trabalho foram arrolados fatos significativos sobre a história regional da educação do Paraná, durante os anos de 1947-1964, que trilham, nas páginas dos jornais, mais especificamente, tratou-se da atuação da Associação dos Professores do Paraná e do Sindicato dos Professores do Paraná.

O primeiro, que teve início no dia 26 de abril de 1947, veio a se tornar a maior entidade de classe do Estado e uma das maiores do país<sup>76</sup>, protagonizando batalhas, tanta da sua classe como na defesa da educação pública, em ações que transformaram a história do nosso Estado.

A repressão estatal contra a APP-Sindicato foi grande, destacando-se até o presente momento, o dia 30 de agosto de 1988 que, sob o governo de Álvaro Dias, na época filiado ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), determinou que a polícia e a cavalaria do Estado reprimissem o movimento grevista que estava lutando por reivindicações salariais e melhores condições de serviço.

Ressalta-se também o dia 29 de abril de 2015, onde o então governador Beto Richa do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), utilizou todo o aparato estatal da segurança pública e protagonizou um dos maiores massacres da história recente, contra professores, servidores e estudantes que foram agredidos violentamente ao tentarem barrar o desmonte e retirada de recursos do caixa da Previdência Social dos servidores estaduais. Como questão de fundo, estava colocada também a luta pelos direitos dos professores e dos demais servidores públicos, além da defesa da educação pública. Foram centenas de feridos e nenhum agente público foi responsabilizado pelo massacre.

Não sendo a protagonista, também vale destacar o papel que a APP teve em 2016, um marco na história do movimento estudantil do país, em que o estado do Paraná se tornou o protagonista entre as ocupações escolares contra a reforma

---

<sup>76</sup> Em 2017, a APP-Sindicato contava com ao menos, 72 mil filiados. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/politica/parana/app-sindicato-divulga-parcial-da-eleicao-resultado-final-saira-na-quinta-feira-2es66fh1jekboi8g8m5ih0jwo/>>. Acesso em 18 de jul. de 2020.

do ensino médio e, também, escancararam-se denúncias que foram expostas através da Operação Quadro Negro<sup>77</sup>.

O Sindicato dos Professores do Paraná que ficou vinculado aos trabalhadores dos estabelecimentos de ensino privado, também reivindicou suas pautas na história recente do Estado. Porém, o Sindicato não é centralizado em comparação a seu congênere dos servidores públicos, o que desfalca uma mobilização mais expressiva em relação aos acontecimentos.

Destacados esses pontos sobre a história recente, relembra-se aqui o papel da Hemeroteca como um importante mecanismo de buscas para as pesquisas em história da educação. Ressalta-se que este acervo se evidenciou como um profícuo manancial de documentos, para levantar e filtrar as notícias e jornais eleitos como fontes de análise, assim como para possibilitar uma maior diversificação do material consultado.

É sabido que nem todos os periódicos encontram-se disponível na Hemeroteca, e tal desfalque pode ter diminuído o número de notícias analisadas durante essa pesquisa, mas mesmo assim a plataforma foi essencial para que essa pesquisa tivesse andamento.

Nesta dissertação, se buscou evidenciar os conceitos básicos da teoria do materialismo histórico e dialético e da teoria bakhtiniana sobre a dialogia. Marx e Engels (2007, 2014) e Marx (2011) apresentaram as teorias que evidenciam que as modificações das estruturas acontecem através das práticas políticas e econômicas. Dentro do capitalismo, encontra-se a burguesia como detentora do poder e, também, da ideologia que circula no cotidiano. O objetivo das classes burguesas sempre será o aumento e manutenção do seu poder.

Para tanto, a história mostra que a luta de classes é seu motor, como apontado por Bottomore (2001). Em toda a história, a luta de classes foi o palco das mudanças estruturais do sistema político-econômico. Realça-se aqui que, como referenciado anteriormente, a burguesia é detentora dos meios de produção e, também, reprodução, das formas simbólicas que nos permeiam (THOMPSON,

---

<sup>77</sup> A Operação Quadro Negro é uma investigação policial em curso sobre os desvios de verbas da educação básica do Estado. O ex-governador Beto Richa é considerado o mandante e principal beneficiário das fraudes. Para mais informações, acesse: <<https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2019/03/19/entenda-operacao-quadro-negro-investiga-desvio-de-dinheiro-de-obras-de-escolas-no-parana.ghtml>>. Acesso em 18 de jul. de 2020.

1995), mas nem por isso, deixa-se de encontrar resistência dentro desse meio, como ainda ocorrem através dos jornais estudantis e operários, com destaque, para o meio virtual de difusão de informações e conhecimento. Como admitiu Volóchinov, os signos também são o palco da luta de classes (2018, p. 114).

Partindo destes pressupostos, entende-se que, no capitalismo, a luta de classes se dá entre a classe trabalhadora e a burguesia, que com a exploração da mão-de-obra, retira a maior parte dos seus lucros. Para responder às suas necessidades materiais, os trabalhadores, urbanos e rurais, deram um novo rumo as organizações sindicais.

Como enfatiza Bottomore (2001), alguns dos sindicatos deixam de lado a luta revolucionária e se encontram em um ponto mais condizente com uma reforma das estruturas conhecidas, ao invés da modificação do sistema vigente.

Como salientou Arruda (2007) e Queiroz (2007), as organizações dos trabalhadores foram importantes instrumentos de luta para a reivindicação de direitos, não necessariamente da modificação das estruturas. Mas, como realça Konder (2003), os sindicatos foram importantes inclusive para as discussões sobre políticas públicas para o país.

A divulgação dos jornais operários, estudantis, sindicais e de partidos políticos, foram ferramentas para ressignificar alguns conceitos latentes da população brasileira durante a primeira metade do século XX. Em um contraponto aos jornais de grande circulação do país, como frisa Sodré (1977), esta pequena Imprensa foi essencial para as mobilizações no país que reivindicavam seus direitos. Isto foi expressivo durante o período estudado, marcado pela ideologia nacional-desenvolvimentista que preconizava os investimentos públicos no mercado, mas que atendessem aos interesses nacionais e à pequena burguesia local, deixando de lado as pressões do mercado financeiro.

É certo que o mercado financeiro internacional continuou sua pressão sobre o país. Seu principal interesse se encontrava na privatização do setor petrolífero e com a expansão da URSS durante a Guerra Fria, o bloco comandado pelos Estados Unidos tentava se expandir cada vez mais na América Latina, ainda mais depois da Revolução Cubana. Esse período foi marcado por políticas de incentivo para a população, tanto para investimento no setor privado quanto no

setor público. Ao tratar dos investimentos na educação, é importante destacar a expansão do ensino profissionalizante.

Em 1961, é promulgada a primeira LDB do país, ficando caracterizada a divisão seriada das séries escolares, expandindo-se o ensino técnico pelo país e pelo Estado. No Paraná, por sinal, a expansão do ensino médio profissionalizante teve importantes incentivos durante o segundo governo de Moysés Lupion e Ney Braga (SALLES, 2004; KUNHAVALIK, 2004b). No governo de Bento Munhoz, por sua vez, as políticas educacionais e culturais ficaram concentradas na capital (KUNHAVALIK, 2004a).

É nesse período que nasce tanto a APP-Sindicato como o Sindicato dos Professores do Paraná. Um período de efervescência política e trabalhista, que movimentou diversos trabalhadores país afora, as altas contínuas da inflação, principalmente durante os governos de Juscelino Kubistchek e de seus sucessores, quando protestos, passeatas e greves fizeram parte do cotidiano dos trabalhadores.

Considerando os trabalhadores da educação durante esse período, enfatiza-se as lutas pelas reivindicações salariais e condições de trabalho. O 1º Congresso dos Professores serviu como um norte para as primeiras ações da APP, quando buscavam uma unificação com servidores do ensino primário, pleiteavam cadeiras em conselhos deliberativos da educação estadual e, também, assentos em comissões de incentivo à pesquisa científica e sobre a área pedagógica no Estado (1º CONGRESSO..., 1948, *Correio do Paraná*, p. 5; 1º CONGRESSO..., 1948, *Correio do Paraná*, p. 2; O 1º CONGRESSO..., 1948, *O Dia*, p. 3).

Outro aspecto importante a se destacar é o movimento grevista de 1963, descrito por Anjos (2017), como a primeira movimentação desse gênero no Estado. É triste frisar que, dos periódicos analisados, nenhum fez menção ao andamento e ao cotidiano da greve. Como apontado no decorrer do texto, o jornal *Correio do Paraná* não apresenta notícias nos dois primeiros meses do ano 1963, período em que ocorreu a Operação Tartaruga.

Quanto ao Sindicato dos Professores do Paraná, que remetia aos professores de estabelecimentos particulares de ensino, nota-se que um discurso sobre um possível movimento grevista por parte dos sindicalizados é destacado, mas as ações de paralisação não são expressivas.

A maior parte das ações concentram-se nas discussões entre o *Sindicato* e o *Sindicato Patronal*, sobre o aumento no salário e outras reivindicações da classe, além do aumento das taxas e anuidades escolares para os estudantes. Apesar disso, esse sindicato encontra um amplo espaço para se mobilizar e se organizar, principalmente nas ações sindicais em conjunto com outras categorias. Participaram do Pacto da Unidade Sindical em Curitiba (TRABALHADORES..., 1963, Correio do Paraná, p. 4) e envolveram-se ativamente na construção do Dia do Protesto de 1960 (CURITIBA..., 1960, Correio do Paraná, p. 1; DIA..., 1960, Correio do Paraná, p. 8).

As duas instituições, a *Associação* e o *Sindicato*, envolveram-se em conjunto em algumas ações. Ambas se apoiaram perante as reivindicações da outra e agiam unidas em algumas atividades, como as do dia do professor (ASSOCIAÇÃO..., 1963, Correio do Paraná, p. 5). Visto isso, é possível distinguir como os jornais trataram as ações do movimento sindical tanto dos professores da escola pública como da privada.

É válido acentuar o modo como isso foi desenvolvido, os jornais anunciavam com frequência qualquer atividade do Sindicato dos Professores do Paraná, enquanto da *Associação* que representava os professores do setor público, até seções comuns que rondavam os jornais, como o Diário da APP, pararam de ser publicadas após o ano de 1950, quando se tem o último registro desta. Uma das possibilidades, é devido as ações que a *Associação* vinha tomando que iam de encontro ao governo Lupion que, na época, era dono dos jornais *O Dia* e era o principal acionista do *Correio do Paraná – Órgão do Partido Liberal Paranaense*.

As greves, sendo um meio de reivindicações trabalhistas, mais próxima ao operariado urbano, vai ganhando espaço na área da educação, principalmente durante os anos da ditadura militar e posterior a isso. Apesar do comprometimento com as causas, as Associações ainda desempenhavam pouco o seu papel como entidade classista se comparado as atuações sindicais de outras classes trabalhistas, como o operariado urbano de São de Paulo e Rio de Janeiro, por exemplo, mas foram essenciais para a construção da mobilização sindical docente durante o regime militar e no pós ditadura.

O arrocho salarial a que foram submetidos os professores durante o regime militar, aliado à expansão quantitativa das antigas escolas

públicas de 1º e 2º graus, levou a categoria a transformar as suas associações profissionais, até então de marcante caráter recreativo, em verdadeiros sindicatos que passaram a formular e organizar a luta por melhores condições de vida e de trabalho. A maior expressão desse fenômeno foram as greves de milhares e milhares de professores, a partir da década de 1970, em quase todos os estados da Federação. Esse tipo de movimento, pelo seu ineditismo à época, chamou a atenção da sociedade, que, a despeito de guardar da profissão uma imagem associada à abnegação e sacerdócio, apoiou as mobilizações. (FERREIRA JR.; BITTAR, 2006, 1175)

Logo, entende-se que, as associações, como era o caso da APP, se transformariam em sindicatos ainda durante a ditadura e se consolidando no período democrático.

Apesar de se identificarem enquanto entidade classista desde a sua fundação (DIÁRIO..., 1947, O Dia, p. 5), ainda que não fossem nomeados sindicatos, exerceram atividades sindicais. Inclusive, Anjos (2007) remete que a sindicalização da associação ocorreu após a ditadura militar, mas é inegável o papel que tal instituição teve na defesa da classe dos trabalhadores da educação.

Outro fator que pode ter auxiliado na organização dos professores e em suas reivindicações na área da educação, é o papel inegável que o movimento estudantil teve no pré-golpe, durante a ditadura e no pós-ditadura, ainda mobilizando grandes massas a favor de suas reivindicações.

Também rememora-se o fato de que, ainda que algumas notícias tenham relatado a classe em alguns pontos apenas como “professoras” e tenha sido observado que a maior parte da classe do professorado é mulher, é apenas em 1988 que a vaga de presidente é ocupada por uma mulher, Isolde Benilda de Andrade. Posteriormente, só no ano de 2005 que uma mulher é reconduzida ao cargo de presidente, ela era Marlei Fernandes de Carvalho, que ficou na presidência até 2013. Atualmente, Hermes Silva Leão é o dirigente que ocupa o maior cargo da entidade, desde 2014. Das 24 cadeiras da Diretoria Estadual da APP-Sindicato, 14 são ocupadas por mulheres<sup>78</sup>.

O desenvolvimento desse trabalho pautou-se na história e também na história da educação, como uma área e uma disciplina de caráter científico, pois

---

<sup>78</sup> Você pode conferir os nomes que compõe a diretoria em: <<https://appsindicato.org.br/diretoria/>>. Acesso em 17 de nov. de 2020

Esquecemos que o passado e a história são coisas diferentes. O conceito de dialogismo, com suas implicações na forma de conceber a categoria de texto, empurra-nos para a consideração de que quando estamos história estamos sempre tratando de sua grafia. Ela é maleável, estabelece pontes com sentidos diversos e inúmeros, e não pode se desvincular da ambiguidade da linguagem, pois são ambas, história e linguagem, indissociáveis. (SOUZA, 2017, p. 161)

Portanto, cientificar os mais diversos conteúdos que envolvem a disciplina de história e da história da educação, como a luta das profissionais da educação e, analisar as fontes que a envolvem, são relevantes, ainda mais em tempos que o discurso anticientífico tenta ganhar os holofotes da população e da opinião pública e, inclusive, tentando se institucionalizar.

Por conseguinte, apontadas todas as especificidades da linguagem e como ela atua, principalmente pelas suas particularidades ideológicas, é demonstrado o quanto é necessário se apropriar das formas simbólicas, para que assim, elas possam ser ressignificadas. Temos como horizonte que as lutas concretas também passam pelo desvelamento das contradições sociais, não unicamente nos registros concretos do passado, mas mobilizando ferramentas teóricas que descortinem também os aspectos simbólicos.

Há uma máxima no movimento docente brasileiro de que as greves e as mobilizações dos professores, por si só, também educam. Ainda que estas ações tragam algum prejuízo aos estudantes, elas também repercutem a favor destes, pois a defesa de melhores salários e de condições de trabalho foram importantes para a educação brasileira, promovendo a construção da cidadania e exigindo do Estado a oferta de uma educação pública de qualidade. As lutas dos professores são igualmente simbólicas porque mobilizam também os estudantes na defesa dos direitos dos seus mestres, mas também porque reconhecem que o patrimônio da escola a ser defendido, engloba também a defesa de seus protagonistas.

A luta destes professores, combatida pela força repressiva e simbólica do Estado e do seus representantes, inclusive da Imprensa, foi fundamental também na defesa da escola pública e da dignidade da profissão, frequentemente aviltada e destrutada por aqueles que veem na ignorância e no ódio à ciência e ao conhecimento, um importante mecanismo de conservação do *status quo*.



## FONTES JORNALÍSTICAS

1º CONGRESSO dos Professores. **Diário da Tarde**. Curitiba, p. 5, 13 de outubro de 1948a. Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=800074&PagFis=87583&Pesq=%22associa%c3%a7%c3%a3o%20dos%20professores%22>>. Acesso em: 21 fev. 2020.

\_\_\_\_\_. **Diário da Tarde**. Curitiba, p. 2, 16 de outubro de 1948b. Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=800074&PagFis=87583&Pesq=%22associa%c3%a7%c3%a3o%20dos%20professores%22>>. Acesso em 21 de fev. de 2020.

A GREVE dos professores. **O Dia**. Curitiba, p. 3, 26 de outubro de 1956.

Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=092932&PagFis=64694&Pesq=%22associa%c3%a7%c3%a3o%20dos%20professores%22>>. Acesso em 21 de fev. de 2020.

AOS professores do Paraná. **O Dia**. Curitiba, p. 2, 1 de outubro de 1954.

Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=092932&PagFis=64694&Pesq=%22associa%c3%a7%c3%a3o%20dos%20professores%22>>. Acesso em 21 de fev. de 2020.

APOSENTADORIA para os professores: 30 anos. **Diário da Tarde**. Curitiba, p. 5, 2 de julho de 1962. Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=800074&PagFis=99922&Pesq=%22associa%c3%a7%c3%a3o%20dos%20professores%22>>. Acesso em 21 de fev. de 2020.

ASSOCIAÇÃO comemora <<Dia do Professor>> e adverte contra homenagens oficiais. **Correio do Paraná**. Curitiba, p. 5, 15 de outubro de 1963. Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=171395&PagFis=19454&Pesq=professores>>. Acesso em: 21 de fev. de 2020.

ATENÇÃO professores do Paraná. **O Dia**. Curitiba, p. 2, 9 de outubro de 1954.

Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=092932&PagFis=64694&Pesq=%22associa%c3%a7%c3%a3o%20dos%20professores%22>>. Acesso em 21 de fev. de 2020.

AUMENTO Salarial dos Professores (30%): Colégios Anunciam Majoração das Anuidades e Taxas Escolares. **Correio do Paraná**. Curitiba, p. 7, 7 de dezembro de 1960. Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=171395&pasta=ano%20194&pesq=professores>>. Acesso em 21 de fevereiro de 2020.

COLÉGIOS Particulares Demitem Professores: Medida de Represália ao Movimento Salarial. **Correio do Paraná**. Curitiba, p. 3, 9 de março de 1960.

Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=171395&pasta=ano%20194&pesq=professores>>. Acesso em 21 de fev. de 2020.

COLÉGIOS Particulares Prosseguem Sua Vergonhosa Exploração: Novo Aumento. **Correio do Paraná**. Curitiba, p. 3, 1 de abril de 1960. Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=171395&pasta=ano%20194&pesq=professores>>. Acesso em 21 de fev. de 2020.

COMÉRCIO Receioso de <<Quebra-Quebra>> no dia de Amanhã: Protesto.

**Correio do Paraná**. Curitiba, p. 8, 15 de setembro de 1960. Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=171395&PagFis=20266&Pesq=professores>>. Acesso em 21 de fev. de 2020.

CURITIBA pára até meia noite: Dia do Protesto. **Correio do Paraná**. Curitiba, p. 1, 16 de setembro de 1960. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=171395&PagFis=20266&Pesq=professores>>. Acesso em 21 de fev. de 2020.

DIA do Protesto Encerrou com Tiróteio: Depredações Abafadas com Fuzilaria.

**Correio do Paraná**. Curitiba, p. 8, 17 de setembro de 1960. Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=171395&PagFis=20266&Pesq=professores>>. Acesso em 21 de fev. de 2020.

DIÁRIO 'da Associação dos Professores do Paraná. **O Dia**. Curitiba, p. 5, 27 de agosto de 1947. Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=092932&PagFis=84681&Pesq=%22associa%c3%a7%c3%a3o%20dos%20professores%22>>. Acesso em 21 de fev. de 2020.

ELEIÇÃO da diretoria da "Associação dos Professores do Paraná. **O Dia**. Curitiba, p. 3, 18 de agosto de 1950. Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=092932&PagFis=84681&Pesq=%22associa%c3%a7%c3%a3o%20dos%20professores%22>>. Acesso em 21 de fev. de 2020.

ELEIÇÕES na APP Movimentadas. **Correio do Paraná**. Curitiba, p. 1, 21 de novembro de 1963. Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=171395&PagFis=19454&Pesq=professores>>. Acesso em 21 de fev. de 2020.

ESCOLA "Santos Dumont" fechará porque não tem dinheiro para continuar formando profissionais. **Correio do Paraná**. Curitiba, p. 3, 9 de julho de 1959.

Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=171395&pasta=ano%20194&pesq=professores>>. Acesso em 21 de fev. de 2020.

FUNCIONALISMO Esquentado. **Correio do Paraná**. Curitiba, p. 4, 25 de janeiro de 1964. Disponível em:  
<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=171395&PagFis=24936&Pesq=%22opera%c3%a7%c3%a3o%20tartaruga%22>>. Acesso em 21 de fev. de 2020.

GREVE dos Professores. **Correio do Paraná**. Curitiba, p. 1, 27 de fevereiro de 1964. Disponível em:  
<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=171395&PagFis=19454&Pesq=professores>>. Acesso em 21 de fev. de 2020.

MOVIMENTO nacional dos professores. **O Dia**. Curitiba, p. 5, 23 de outubro de 1956. Disponível em:  
<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=092932&PagFis=64694&Pesq=%22associa%c3%a7%c3%a3o%20dos%20professores%22>>. Acesso em 21 de fev. de 2020.

NÃO é comunista. **Correio do Paraná**. Curitiba, p. 4, 19 de novembro de 1963. Disponível em:  
<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=171395&PagFis=19454&Pesq=professores>>. Acesso em 21 de fev. de 2020.

O 1º CONGRESSO dos professores. **O Dia**. Curitiba, p. 3, 12 de outubro de 1948. Disponível em:  
<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=092932&PagFis=84681&Pesq=%22associa%c3%a7%c3%a3o%20dos%20professores%22>>. Acesso em 21 de fev. de 2020.

O CASO dos Professôres. **Diário da Tarde**. Curitiba, p. 5, 31 de maio de 1962. Disponível em:  
<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=800074&PagFis=99922&Pesq=%22associa%c3%a7%c3%a3o%20dos%20professores%22>>. Acesso em 21 de fev. de 2020.

ORIT promoverá em Curitiba Congresso de operárias da AL. **Correio do Paraná**. Curitiba, p. 4, 25 de janeiro de 1964. Disponível em:  
<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=171395&PagFis=24936&Pesq=%22opera%c3%a7%c3%a3o%20tartaruga%22>>. Acesso em 21 de fev. de 2020.

PROCLAMAÇÃO dos Estudantes Contra Aumento das Taxas: Ensino no Brasil não Pode ser Privilégio dos Ricos. **Correio do Paraná**, Curitiba, p. 3, 13 de fev. de 1960. Disponível em:  
<<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=171395&pasta=ano%20194&pesq=professores>>. Acesso em 21 de fev. de 2020.

PROFESSOR GANHOU. **Correio do Paraná**. Curitiba, p. 4, 31 de agosto de 1963. Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=171395&PagFis=19454&Pesq=professores>>. Acesso em 21 de fev. de 2020.

PROFESSORES Ameaçam Recorrer a Justiça do Trabalho. **Correio do Paraná**. Curitiba, p. 3, 28 de maio de 1960a. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=171395&PagFis=19698&Pesq=professores>>. Acesso em 21 de fev. de 2020.

PROFESSORES em Assembléia Geral: Querem 100% de Aumento Salarial. **Correio do Paraná**, Curitiba, p. 3, 10 de fevereiro de 1960b. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=171395&PagFis=19238&Pesq=professores>>. Acesso em 21 de fev. de 2020.

PROFESSORES Injustiçados Rebelam-se Contra o <<Plano de Classificação>>. **Diário da Tarde**. Curitiba, p. 1, 6 de dezembro de 1961. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=800074&PagFis=87583&Pesq=%22associa%C3%A7%C3%A3o%20dos%20professores%22>>. Acesso em 21 de fev. de 2020.

PROFESSORES rejeitaram proposta dos proprietários de estabelecimentos de ensino: dissídio coletivo. **Correio do Paraná**, Curitiba, p. 3, 6 de março de 1960. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=171395&PagFis=19238&Pesq=professores>>. Acesso em 21 de fev. de 2020.

PROFESSORES vão retirar proposta de aumento: Colégios se Omitiram. **Correio do Paraná**. Curitiba, p. 4, 21 de dezembro de 1963. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=171395&PagFis=24936&Pesq=%22opera%C3%A7%C3%A3o%20tartaruga%22>>. Acesso em 21 de fev. de 2020.

RETARDANDO o dilúvio... **Correio do Paraná**. Curitiba, p. 1, 20 de fevereiro de 1948. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=800074&Pesq=%22associa%C3%A7%C3%A3o%20dos%20professores%22&pagfis=74171>>. Acesso em 12 de nov. de 2020.

SEDE para a A.P.P. **O Dia**. Curitiba, p. 4, 7 de agosto de 1954. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=092932&PagFis=84681&Pesq=%22associa%C3%A7%C3%A3o%20dos%20professores%22>>. Acesso em 21 de fev. de 2020.

TRABALHADORES vão estabelecer Pacto da Unidade Intersindical no próximo mês. **Correio do Paraná**. Curitiba, p. 4, 23 de novembro de 1963. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=171395&PagFis=19238&Pesq=professores>>. Acesso em 21 de fev. de 2020.

## FONTES BIBLIOGRÁFICAS

ANJOS, Amancio Luiz Saldanha dos. **APP Sindicato 70 anos**: história e memória: revisada e ampliada. Cascavel: ASSOESTE, 2017.

FLUMINHAN, Izidoro; GREGÓRIO, Domingos (org.). **Estatutos do Magistério Público do Paraná**. Curitiba: Edição Pinheiros, 1960. Disponível em: <<http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/RelatoriosGoverno/Ano1960MFN1513EstatutosdoMagisterioPublicodoParana.pdf>>. Acesso em 21 de fev. de 2020.

PARANÁ. Governador Moysés Lupion (1947-1950), Divulgação de obras realizadas e em andamento pelo Estado. **A Concretização do Plano de Obras do Governador Moysés Lupion**: 1947-1950. s.n.t.. Disponível em: <[http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/RelatoriosGoverno/Ano1947\\_1950MFN1146.pdf](http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/RelatoriosGoverno/Ano1947_1950MFN1146.pdf)>. Acesso em 21 de fev. de 2020.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação e Cultura. **Ante-projeto de Lei Orgânica da Educação**. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado, 1949a. Disponível em: <[http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/RelatoriosSecretarios/Ano\\_1949\\_MFN\\_1498.pdf](http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/RelatoriosSecretarios/Ano_1949_MFN_1498.pdf)>. Acesso em 21 de fev. de 2020.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação e Cultura. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Curitiba: Secretaria de Educação e Cultura, 1962a. Disponível em: <<http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/RelatoriosGoverno/Ano1962MFN1116DiretrizeseBasesdaEducacaoNacional.pdf>>. Acesso em 21 de fev. de 2020.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação e Cultura. **Currículos do Ensino Médio**. Curitiba: Secretaria de Educação e Cultura, 1962b. Disponível em: <<http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/RelatoriosGoverno/Ano1962MFN1111CurriculosdoEnsinoMedio.pdf>>. Acesso em 21 de fev. de 2020.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação e Cultura. **Educação e Cultura**. Curitiba: Secretaria de Educação e Cultura, 1962c. Disponível em: <<http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/RelatoriosGoverno/Ano1962MFN1110EducacaoeCultura.pdf>>. Acesso em 21 de fev. de 2020.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Contas do Estado do Paraná. **Relatório de 1948**. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado, 1949b. Disponível em: <[http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/RelatoriosGoverno/Ano\\_1948\\_MFN\\_828\\_Tribunal\\_de\\_Contas\\_do\\_Estado.pdf](http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/RelatoriosGoverno/Ano_1948_MFN_828_Tribunal_de_Contas_do_Estado.pdf)>. Acesso em 21 de fev. de 2020.

## SITES

APP-SINDICATO – SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO PÚBLICA DO PARANÁ. Curitiba, 2020. Disponível em: <<https://appsindicato.org.br/>>. Acesso em 15 de nov. de 2020.

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Curitiba, 2010-2020. Disponível em: <<http://www.arquivopublico.pr.gov.br/>>. Acesso em 2 de mar. de 2020.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Calculadora do Cidadão. Brasília, 2020. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAO/publico/exibirFormCorrecaoValores.do?method=exibirFormCorrecaoValores&aba=1>>. Acesso em 13 de jul. de 2020.

BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL. Brasília, 2006-2020. Disponível em: <<https://bndigital.bn.gov.br/>>. Acesso em 2 de mar. de 2020.

IPEADATA. **Inflação**: Periodicidade anual – Fontes – Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI FGV). Brasília, 2020. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>>. Acesso em 13 de jul. de 2020.

SINEPE/PR – SINDICATO DAS ESCOLAS PARTICULARES. Curitiba, 2009-2020. Disponível em: <<http://www.sinepepr.org.br/>>. Disponível em 17 de jul. de 2020.

SINPROPAR – SINDICATO DOS PROFESSORES DO PARANÁ. Curitiba, 2020. Disponível em: <<http://sinpropar.org.br/>>. Acesso em 17 de jul. de 2020.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA de Notícias do Paraná. **Mulheres são maioria na Educação do Paraná**. Curitiba, 2020. Disponível em: <<http://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=105996&tit=Mulheres-sao-maioriana-Educacao-do-Parana>>. Acesso em 18 de jul. de 2020.

AMORIM, Marília. Cronotopo e exotopia. In: BRAIT, Beth. **Bakhtin: outros conceitos-chave**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2018.

ANDREOLA, Paula Maia Wunder. **A transmissão de escândalos políticos pelo telejornalismo paranaense: um estudo de caso sobre a série “Diários Secretos”**. 2014. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – SCH. Universidade Federal do Paraná: UFPR: Curitiba. Disponível em: <<http://www.sacod.ufpr.br/portal/comunicacaomestrado/wp-content/uploads/sites/10/2016/11/PAULA-MAIA-WUNDER-ANDREOLA.pdf>>. Acesso em 16 de jul. de 2020.

ANTUNES, Ricardo. Uma breve radiografia das lutas sindicais no Brasil recente e alguns de seus principais desafios. In: INÁCIO, José Reginaldo (org.). **Sindicalismo no Brasil: Os primeiros 100 anos**. Belo Horizonte: Crisálida, 2007.

ARRUDA, Fausto. Movimentos sociais e sindicalismo no Brasil. In: INÁCIO, José Reginaldo (org.). **Sindicalismo no Brasil: Os primeiros 100 anos**. Belo Horizonte: Crisálida, 2007.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ. **Assembleia Homenageia App-Sindicato**. Curitiba: Assembleia Legislativa do Paraná, 2007. Disponível em: <<http://www.assembleia.pr.leg.br/comunicacao/noticias/assembleia-homenageia-app-sindicato>>. Acesso em 4 de abr. de 2020.

AZEVEDO, Fernando de; et. al. **Manifesto dos pioneiros da Educação Nova (1932) e dos educadores 1959**. Recife: Editora Massagna, 2010. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4707.pdf>>. Acesso em 23 de fev. de 2020.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da Criação Verbal**. 6 ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

BAKHTIN, Mikhail. **Notas sobre literatura, cultura e ciências humanas**. São Paulo: Editora 34, 2017.

BAKHTIN, Mikhail. **Os gêneros do discurso**. São Paulo: Editora 34, 2016.

BATISTELLA, Alessandro. A campanha oposicionista ao governador paranaense Bento Munhoz da Rocha Neto (1951-1955) por meio da caricatura política.

**Revista de História Regional**. Ponta Grossa, v. 23, n. 1, p. 37-69, 2018.  
Disponível em: <<https://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/view/10902>>.  
Acesso em 16 de jul. de 2020.

BELTRÃO, Kaizô Iwakami. **Alfabetização por raça e sexo no Brasil**: evolução no período 1940-2000. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2002. Disponível em:  
<<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv1425.pdf>>. Acesso em 13 de jul. de 2020.

BEZERRA, Paulo. Introdução. In: BAKHTIN, Mikhail. **Estética da Criação Verbal**. 6 ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

\_\_\_\_\_. Polifonia. In: BRAIT, Beth (org.). **Bakhtin**: conceitos-chaves. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2018.

BOHOSLAVSKY, Ernesto; CARAMÉS, Mariana Inés Iglesias. As guerras frias do Cone Sul: Argentina, Brasil, Chile e Uruguai (1945-1952). **OP SIS**. Catalão, v. 14, n. Especial, p. 113-133, 2015. Disponível em:  
<<https://www.revistas.ufg.br/Opsis/article/view/30060>>. Acesso em 15 de jul. de 2020.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BRAGGIO, Ana Karine, FIUZA, Alexandre Felipe. Acervo da DOPS/PR: uma possibilidade de fonte diferenciada para a história da educação. **Revista Tempo e Argumento**. Florianópolis, v. 5, n.10, jul./dez. 2013. p. 430 - 452. Disponível em:  
<<file:///C:/Users/User/Downloads/3676-10888-1-PB.pdf>>. Acesso em 21 de novembro de 2019.

BRAIT, Beth. Estilo. In: BRAIT, Beth (org.). **Bakhtin**: conceitos-chaves. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2018a.

BRAIT, Beth; MELO, Rosineide de. Enunciado/enunciado concreto/enunicação. In: BRAIT, Beth (org.). **Bakhtin**: conceitos-chaves. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2018.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Senado Federal, 2005. Disponível em:  
<<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf>>. Acesso em 21 de fev. de 2020.

CALDAS, Ana Carolina. Centro Popular de Cultura do Paraná (1959-1964): encontros e desencontros entre arte, educação e política. In: VIEIRA, Carlos Eduardo de (org.). **Intelectuais, educação e modernidade no Paraná (1886-1964)**. Curitiba: Ed. UFPR, 2007.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Multidões em cena: Propaganda política no Varguismo e no Peronismo**. 2 ed. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

COELHO, Daniela. **A APP-Sindicato e a formação política das/os educadoras/es na abrangência do núcleo sindical de Francisco Beltrão (2007-2014)**. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual do Oeste do Paraná: Unioeste, Francisco Beltrão.

CONCEIÇÃO, Gilmar Henrique da. **Partidos Políticos e Educação: A extrema-esquerda brasileira e a concepção de partido como agente educativo**. Cascavel, PR: Edunioeste, 2000.

COSTA, Osmani Ferreira da. As relações políticas para a implantação das primeiras emissoras de tv no Paraná na década de 1960. **Patrimônio e Memória**. Assis, v. 7, n. 2, dez. 2011, p. 276-291. Disponível em: <<file:///C:/Users/darlon.dezan/Downloads/Dialnet-AsRelacoesPoliticasParaAImplantacaoDasPrimeirasEmi-5703189.pdf>>. Acesso em: 15 de set. de 2020.

COSTA, Rénia Maria Germano Pinto da. Cecília Westphalen e sua contribuição para a história. In: Ministério Público do Paraná. **Memorial**. Curitiba: 2008. Disponível em: <<https://memorial.mppr.mp.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=183>>. Acesso em 16 de set. de 2020.

COUTINHO, Maria Angélica da Gama Cabral. Carlos Lacerda e o projeto de educação nacional. In: Congresso Brasileiro de História da Educação (CBHE), IV, 2006, Goiânia. **Anais...** Goiânia: SBHE, 2006. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/individuais-coautorais/eixo01/Maria%20Angelica%20da%20Gama%20Cabral%20Coutinho%20-%20Texto.pdf>>. Acesso em 18 de mar. de 2020.

CRUZ, Antonio Donizeti da. A influência da arte oriental na poesia de Helena Kolody e o ensino-aprendizagem do haikai. **Revista de Literatura, História e Memória**. Cascavel, v. 5, n. 5, 2009, p. 147-161. Disponível em: <<file:///C:/Users/darlon.dezan/Downloads/2108-7652-1-PB.pdf>>. Acesso em: 15 de set. de 2020.

DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DECLARAÇÃO Universal dos Direitos Humanos. Paris, 1948. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>>. Acesso em 10 de jul. de 2020.

DOPS, Delegacia da Ordem Política e Social. Relatório. Arquivo Nacional. **Ocyron Cunha**. Disponível em: <[http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br\\_dfanbsb\\_v8/mic/gnc/nnn/8200](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/nnn/8200)>

[2012/br\\_dfanbsb\\_v8\\_mic\\_gnc\\_nnn\\_82002012\\_d0001de0001.pdf](#)>. Acesso em 18 de jul. de 2020.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. 3 ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2018.

WOLF, Carolina. **Entenda**: Operação Quadro Negro investiga desvio de dinheiro de obras de escola no Paraná. Reportagem. Curitiba: RPC, 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2019/03/19/entenda-operacao-quadro-negro-investiga-desvio-de-dinheiro-de-obras-de-escolas-no-parana.ghtml>>. Acesso em 18 de jul. de 2020.

FARACO, Carlos Alberto. Autor e autoria. In: BRAIT, Beth (org.). **Bakhtin**: conceitos-chaves. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2018.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 14 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

FERREIRA JR, Amarildo; BITTAR, Marisa. A Ditadura Militar e a proletarização dos professores. **Educação e Sociedade**. Campinas, SP: vol. 27, n. 97, p. 1159-1179, set./dez. 2006.

FIUZA, Alexandre Felipe. Música popular brasileira: memória histórica e indústria cultural. **Varia Scientia**. Cascavel: v. 2, n. 2, p. 39-48, 2002.

FIUZA, Alexandre Felipe; BRAGGIO, Ana Karine; SCHMITT, Silvana Lazzarotto. O histórico do movimento estudantil secundarista paranaense por meio da memória. **RIDPHE\_R** - Revista Iberoamericana Do Patrimônio Histórico-Educativo, v. 5, p. 1-21, 2019.

GELBCKE, Vanessa Raianna. A educação, imprensa e intelectuais: um estudo dos periódicos Gazeta do Povo e Diário da Tarde (1910-1930). In: Congresso Nacional de Educação (EDUCERE), X, 2011, Curitiba. **Anais...** Curitiba, PUCPR, 2011. Disponível em: <[https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2011/4691\\_2639.pdf](https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2011/4691_2639.pdf)>. Acesso em 15 de jul. de 2020.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Vol. 2. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GRANATO, Natália Cristina. O poder legislativo paranaense no contexto da revolução de 1930: um estudo sobre os capitais familiares e políticos dos deputados federais e estaduais (1930-1937). **Revista NEP** – Núcleo de Estudos Paranaenses. Curitiba: v. 5, n. 1, p. 1-39, jun./2019. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/nep/article/view/67657>>. Acesso em 16 de jul. de 2020.

GRESPLAN, Jorge. Considerações sobre o método. In: Pinsky, Carla Bassanezi org. **Fontes Históricas**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2011.

GRILLO, Sheila; AMÉRICO, Ekaterina Vólkova. Glossário. In: VOLÓCHINOV, Valentin. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 2 ed. São Paulo: Editora 34, 2018.

HIDALGO, Angela Maria. Da “educação para a responsabilização individual” para a “educação e consciência de classe”. In: ORSO, Paulino José; GONÇALVES, Sebastião Rodrigues; MATTOS, Valci Maria (orgs.). **Educação e lutas de classes**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística. **Anuário Estatístico do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1953. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb\\_1952.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1952.pdf)>. Acesso em 11 de jul. de 2020.

IVASHITA, Simone Burioli; FONTES PARA A HISÓRIA DA EDUCAÇÃO: a importância dos arquivos. **Revista HISTEDBR On-line**. Campinas: v. 14, n. 58, p. 68-77, set 2014. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640379>> Acesso em 13 de set. de 2019.

KONDER, Leandro. **História das ideias socialistas no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

KUNHAVALIK, José Pedro. Bento Munhoz da Rocha Neto: trajetória política e gestão no governo do Paraná. In: OLIVEIRA, Ricardo Costa de (org.). **A construção do Paraná Moderno: políticos e política no Governo do Paraná de 1930 a 1980**. Curitiba: SETI, 2004a.

\_\_\_\_\_. Ney Braga: trajetória política e bases do poder. In: OLIVEIRA, Ricardo Costa de (org.). **A construção do Paraná Moderno: políticos e política no Governo do Paraná de 1930 a 1980**. Curitiba: SETI, 2004b.

LAMBERTUCCI, Antonio Roberto. A ação do Estado frente ao Movimento Sindical no Brasil. In: INÁCIO, José Reginaldo (org.). **Sindicalismo no Brasil: Os primeiros 100 anos**. Belo Horizonte: Crisálida, 2007.

LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (orgs.). **Dicionário Gramsciano (1926-1937)**. São Paulo: Boitempo, 2017.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: Pinsky, Carla Bassanezi, Org. **Fontes Históricas**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2011.

LUHMANN, Niklas. **A Realidade dos meios de comunicação**. 2 ed. São Paulo: Paulus, 2005.

MACHADO, Irene. Gêneros discursivos. In: BRAIT, Beth (org.). **Bakhtin: conceitos-chaves**. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2018.

MAGALHÃES, Marion Brepohl de. **Paraná: política e governo**. Curitiba: SEED, 2001.

MARQUES, Joana Brás Varanda; FREITAS, Denise de. Fatores de caracterização da educação não formal: uma revisão de literatura. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 43, n. 4, p. 1087-1110, out/dez 2017. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-97022017005002101&script=sci\\_abstract&lng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-97022017005002101&script=sci_abstract&lng=pt)>. Acesso em 18 de jan. de 2019.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2006.

\_\_\_\_\_. **O capital**: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

\_\_\_\_\_. **O Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Penguin Classics/ Companhia das Letras, 2012.

MESQUITA, Mário Magalhães Carvalho. "**Brasil 1961-1964: Inflação, estagnação e ruptura**". Textos para discussão Nº 569. Rio de Janeiro: Departamento de Economia da PUC-Rio, 2010. Disponível em: <<http://www.econ.puc-rio.br/uploads/adm/trabalhos/files/td569.pdf>>. Acesso em 15 de jul. de 2020.

MIGUEL, Maria Elizabeth Blanck. O significado do trabalho de Erasmo Pilotto no cenário educacional paranaense. **Educar em Revista**. Curitiba, s/ v., n. 10, s/ p., jan/dez 1994. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-40601994000100011](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40601994000100011)>. Acesso em: 30 de nov. de 2019.

MINISTÉRIO Público do Paraná. **Memorial**: Estácio Correia. Disponível em: <<http://www.memorial.mppr.mp.br/pagina-92.html>>. Acesso em 15 de jul. de 2020.

MIOTELLO, Valdemir. Ideologia. In: BRAIT, Beth (org.). **Bakhtin**: conceitos-chaves. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2018.

NOBRE, Elsa Cléia Pinheiro Rodrigues; LEITE, Leandro Henrique de Araújo. A natureza do trabalho docente e a educação a distância. In: Congresso Internacional de Educação a Distância, XVII, 2011, Manaus. **Anais...** ABED, Manaus, 2011. Disponível em: <<http://www.abed.org.br/congresso2011/cd/131.pdf>>. Acesso em 10 de jul. de 2020.

NOSELLA, Paolo. **A Escola de Gramsci**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. Notas sobre a política paranaense no período de 1930 a 1945. In: OLIVEIRA, Ricardo Costa de (org.). **A construção do Paraná Moderno**: políticos e política no Governo do Paraná de 1930 a 1980. Curitiba: SETI, 2004.

PERON, Andréia. "**Resistir é preciso**": a memória de professores sobre a **militância e a repressão política no Paraná (1964-1984)**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual do Oeste do Paraná: Cascavel, 2014.

PILOTTO, Osvaldo. **Cem anos de imprensa no Paraná (1854-1954)**. Curitiba: Estante Paranista, 1976. Disponível em: <<http://www.museuparanaense.pr.gov.br/arquivos/File/Livros/100anosdeimprensa.pdf>>. Acesso em 15 de jul. de 2020.

POCHMANN, Marcio. Capitalismo tardio e sindicalismo brasileiro. In: INÁCIO, José Reginaldo (org.). **Sindicalismo no Brasil**: Os primeiros 100 anos. Belo Horizonte: Crisálida, 2007.

PORFÍRIO, Francisco. Positivismo. **Brasil Escola**. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/positivismo.htm>>. Acesso em 1 de jul. de 2020.

PORFÍRIO, Francisco. Tomás de Aquino. **Brasil Escola**. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/filosofia/tomas-aquino.htm>>. Acesso em 1 de jul. de 2020.

QUEIROZ, Antônio Augusto. Movimento Sindical: passado, presente e futuro. In: INÁCIO, José Reginaldo (org.). **Sindicalismo no Brasil**: Os primeiros 100 anos. Belo Horizonte: Crisálida, 2007.

RAGAZZINI, Dario. Para quem e o que testemunham as fontes da história da educação?. **Educar em Revista**. Curitiba: s/ vol. n. 18, p. 13-27, 2001. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40602001000200003&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40602001000200003&script=sci_abstract&tlng=pt)> Acesso em 13 de set. de 2019.

REINA, Vanderlay Santana. Mulheres no movimento sindical: o "avesso" da história". In: Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher e Relações de Gênero (REDOR), XVIII, 2014, Recife. **Anais...** Recife: UFRP, 2014. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/evento/index.php/18redor/18redor/paper/viewFile/1918/666>>. Acesso em 18 de jul. de 2020.

RUCINSKI, Vilson Rodrigo Diesel. **Os discursos sobre a identidade docente em espaços de escritas online**: valoração e reenuniação discursiva. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Tecnológica Federal do Paraná: Curitiba, 2017. Disponível em: <[http://repositorio.utfpr.edu.br:8080/jspui/bitstream/1/2748/1/CT\\_PPGEL\\_M\\_Rucinski%2c%20Vilson%20Rodrigo%20Diesel\\_2017.pdf](http://repositorio.utfpr.edu.br:8080/jspui/bitstream/1/2748/1/CT_PPGEL_M_Rucinski%2c%20Vilson%20Rodrigo%20Diesel_2017.pdf)>. Acesso em 18 de julho de 2020.

SALLES, Jefferson de Oliveira. A relação entre o poder estatal e as estratégias de formação de um grupo empresarial paranaense nas décadas de 1940-1950: o

caso do grupo Lupion. In: OLIVEIRA, Ricardo Costa de (org.). **A construção do Paraná Moderno: políticos e política no Governo do Paraná de 1930 a 1980**. Curitiba: SETI, 2004.

SANTOS, André Cordeiro dos; RODRIGUES, Siane Gois Cavalcante. Discurso Jornalístico e a suposta imparcialidade: os modos de apropriação do discurso de outrem como indicativos de posicionamentos ideológicos. **Alfa**. São Paulo: v. 61, n. 3, p. 525-543, 2017. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1981-57942017000300525&script=sci\\_abstract&lng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1981-57942017000300525&script=sci_abstract&lng=pt)> Acesso em 13 de set. de 2019.

SANTOS, Jordana de Souza. A repressão ao movimento estudantil na ditadura militar. **Aurora**. Marília, SP: v. 3, n. 1, p. 101-108, 2009. Disponível em: <<https://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/Aurora/SANTOS.pdf>>. Acesso em 27 de fev. de 2020.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 10 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de Conceitos Históricos**. 3 ed. São Paulo: Editora Contextos, 2005.

SILVA, Marlon André da. O ofício de ensinar: refletindo os caminhos da profissionalização. **Lecturas: Educación Física y Deportes**. Buenos Aires: v. 13, n. 129, s/p., 2009. Disponível em: <<https://www.efdeportes.com/efd129/o-oficio-de-ensinar-os-caminhos-da-profissionalizacao.htm>>. Acesso em 10 de jul. de 2020.

SINEPE/PR – SINDICATO DAS ESCOLAS PARTICULARES. História. **Institucional**. Curitiba, 2009-2020. Disponível em: <[http://www.sinepepr.org.br/institucional/institucional\\_historia.html](http://www.sinepepr.org.br/institucional/institucional_historia.html)>. Acesso em 17 de jul. de 2020.

SINPROPAR – SINDICATO DOS PROFESSORES DO PARANÁ. **Sobre Nós**. Curitiba, 2020. Disponível em: <<http://sinpropar.org.br/sobre-nos/>>. Acesso em 17 de jul. de 2020.

SOBRAL, Adail. Ato/atividade e evento. In: BRAIT, Beth (org.). **Bakhtin: conceitos-chaves**. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2018a.

\_\_\_\_\_. Filosofias (e filosofia) em Bakhtin. In: BRAIT, Beth (org.). **Bakhtin: conceitos-chaves**. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2018b.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: Edições do Graal, 1977.

SOUZA, Eliezer Felix de. Trajetória e discursos educativos do jornalista e professor Raul Rodrigues Gomes na imprensa paranaense (1907-1975). In:

Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul (ANPED SUL), IX, 2012, Caxias do Sul. **Anais...** Caxias do Sul: ANPED, 2012. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/220/3>>. Acesso em 16 de jul. de 2020.

SOUZA, Eliezer Félix de; CAMPOS, Névio de. Imprensa no Paraná e o combate ao analfabetismo: trajetória e pensamento de Raul Gomes. **Revista HISTEDBR On-line**. Campinas: v. 13, n. 53, p. 133-152, 2013. Disponível em: <<file:///C:/Users/User/Downloads/8640197-Texto%20do%20artigo-10755-1-10-20150902.pdf>>. Acesso em 16 de jul. de 2020.

SOUZA, Marco Aurélio de. Carlos Ginzburg e o dialogismo: a historiografia no encontro com Bakhtin. **DLCV - Língua, Linguística & Literatura**. João Pessoa: v. 11, n. 2, p. 153-163, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/dclv/article/view/19923>>. Acesso em 16 de dez. de 2018.

STELLA, Paulo Rogério. Palavra. In: BRAIT, Beth (org.). **Bakhtin: conceitos-chaves**. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2018.

TRINDADE, Etelvina Maria de Castro; ANDREAZZA, Maria Luiza. **Cultura e Educação no Paraná**. Curitiba: SEED, 2001.

TRAGTENBERG, Maurício. **Sobre educação, política e sindicalismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social e crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

TURAZZI, Maria Inez; GABRIEL, Carmem Teresa. **Tempo e História**. São Paulo: Moderna, 2000.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ – UEM. **Pompília Lopes dos Santos**. In: Centro de documentação de literatura de autoria feminina paranaense. Maringá: 2020. Disponível em: <<http://sites.uem.br/cedoc-lafep/indice-de-escritoras/letra-p/pompilia-lobes-dos-santos>>. Acesso em: 16 de set. de 2020.

VICENTINI, Paula Perin. Os professores secundários no Brasil entre o ensino público e o particular: uma análise do movimento de organização da categoria em São Paulo e no Rio de Janeiro (1945-1964). In: Congresso Brasileiro de História da Educação (CBHE), II, 2002, Natal. **Anais...** Natal: SBHE, 2002. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema3/0346.pdf>>. Acesso em 22 de abr. de 2020.

VIEIRA, Carlos Eduardo de. História Intelectual e História dos Intelectuais: Diálogos Acerca da Escrita da História da Educação. In: VIEIRA, Carlos Eduardo de; STRANG, Bernadete de Lourdes Streisky; OSINSKI, Dulce Regina Baggio

(orgs.). **História Intelectual e Educação: Trajetórias, Impressos e Eventos.** Jundiá: Pacto Editorial, 2015.

\_\_\_\_\_. Jornal diário como fonte e como tema para a pesquisa em História da Educação: um estudo da relação entre imprensa, intelectuais e modernidade nos anos de 1920. In: OLIVEIRA, Marcos Aurélio Taborda de, Org. **Cinco estudos em História e Historiografia da Educação.** Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

VIEIRA, Carlos Eduardo; OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de. Thompson e Gramsci: História, política e processos de formação. **Educação e Sociedade.** Campinas: v. 31, n. 11, p. 519-537, abr/jun 2010. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S0101-73302010000200012&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0101-73302010000200012&lng=en&nrm=iso&tlng=pt)>. Acesso em 18 de jan. de 2019.

VOLÓCHINOV, Valentin. **Marxismo e filosofia da linguagem.** 2 ed. São Paulo: Editora 34, 2018.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná.** 10 ed. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2010.

YAGUELLO, Marina. Introdução. In: BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem.** 12 ed. E-book, 2006. Disponível em: <[https://hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/Bakhtin-Marxismo\\_filosofia\\_linguagem.pdf](https://hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/Bakhtin-Marxismo_filosofia_linguagem.pdf)>. Acesso em 12 de mar. de 2020.

## ANEXO I – NOTÍCIAS

Figura 1: Congresso da Organização Regional Interamericana de Trabalhadores (ORIT)

**ORIT PROMOVERÁ EM CURITIBA CONGRESSO DE OPERÁRIAS DA AL**

Em promoção inédita na América Latina, a ORIT — Organização Regional Interamericana de Trabalhadores — deverá promover em nossa capital, através seu escritório na Guanabara, o I.º Congresso Sindical Feminino, a ter lugar entre os dias 17 e 22 de fevereiro próximo, reunindo diversas categorias de trabalhadores em nosso Estado.

**VEZ DAS MULHERES**

A ORIT tem seus escritórios centrais na cidade do México e selecionou Curitiba para essa inédita promoção em virtude da fama que goza nossa cidade como capital universitária do País devendo a seguir realizar seminários idênticos nas demais Capitais brasileiras. A iniciativa prende-se ao fato do alto grau de politização que alcançou no momento o trabalhador brasileiro e a participação ativa do sexo frágil junto aos movimentos reivindicatórios já levados a efeito, como também pela necessidade da mulher se integrar mais intensamente na vida sindical das entidades que representam suas atividades profissionais. Outro objetivo será a discussão da melhor das condições de trabalho e outros problemas que no momento estão afetos a participação mais ativa da mulher no cenário sindical brasileiro.

**Falecimentos**

A FUNERARIA SÃO PEDRO. PARTICIPA COM PESAR OS SEGUINTE FALECIMENTOS:

**DIA 24 1-64**

— Iara Meira, com 10 anos de idade,  
— Sr. Antonio Pereira, com 75 anos de idade, casado com a sra. Antonia Pereira, que deixa os seguintes filhos: Izalde, Tida, Izaurá, Efigenio, Antonio e Aline.

FUNERARIA SÃO PEDRO RUA CANDIDO LOPES, 36

A ÚNICA QUE FACILITA SERVIÇOS FUNERÁRIOS

Fonte: Correio do Paraná, ed. 1399, 25 de jan. de 1964, p. 4.

Figura 2: Pacto Intersindical

**TRABALHADORES VÃO ESTABELECEER PACTO DE UNIDADE INTERSINDICAL NO PRÓXIMO MÊS**

Inspirados no pacto de unidade intersindical entre gráficos e jornalistas e na festa do Fórum Sindical de Paranaíba, obtendo ainda um reforço de apoio dos meios sindicais do Estado, líderes de diversas categorias de trabalhadores vão se reunir no próximo dia 9 de dezembro na sede do Sindicato dos Professores, para formularem ação conjunta.

A matéria será submetida, a seguir, às respectivas assembleias de classe e uma vez aprovada passará a vigorar ainda este ano com a defesa mútua de reivindicações.

**— QUEM ADERIU —**

O pacto de unidade intersindical vai contar, inicialmente, com a adesão dos radialistas, jornalistas, gráficos, ferroviários e aéreos. Professores, ferroviários e condutores de veículos rodoviários. Em contato com diversos líderes classistas o "CORREIO" apurou que as negociações estão em pleno desenvolvimento e que os detalhes finais serão estudados na reunião do dia 9, quando a matéria será regulamentada. É quase certa a aprovação posterior por parte dos trabalhadores, em virtude da união de grande importância para todas as categorias envolvidas.

Fonte: Correio do Paraná, ed. 1353, 23 de nov. 1963, p. 4.

Figura 3: Diário da Associação dos Professores do Paraná

## DIÁRIO DA ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DO PARANÁ

Esta entidade de classe tem sido incansável no desempenho de sua finalidade. Todos quantos vão procurá-la para pleitear suas aspirações e seus direitos, vêm nela o amparo seguro de suas regalias. Só por intermédio desta Associação, o professorado paranaense, no afã de sempre progredir moral e intelectualmente, poderá através a orientação de seus mentores, conseguir os meios necessários para consolidar sua cultura e obter o lugar que merece no conceito da sociedade.

Paranaense! Procura ombrear conosco, filiando-te a esta casa, que é a nossa casa, e estará contribuindo para a construção de um Paraná intelectualmente maior. Se nosso sôcio e estará realizando uma grande obra para os porvindouros!

### ATIVIDADES

A Associação dos Professores do Paraná remeteu aos diretores dos collegios de ensino secundario e superior, propostas para aqueles que desejarem colaborar com uma pequena parcela, filiando-se a esta Associação. Solicitamos obsequiosamente, aos diretores de estabelecimentos de ensino, empenharem-se, afim de que possamos contar com o maior numero de socios possível, intercedendo-se junto aos professores de seu collegio, pedindo-lhes que se inscrevam como socio de nossa Associação, para que, em futuro bem proximo, possuamos forças suficientes para reerguer o conceito de nossa classe, e dar o bem estar social a todos os que mourejam na árdua tarefa de educar a infancia e a juventude paranaense.

---

Deverá chegar a esta capital, a 30 do corrente, o illustre prof. Mario de Brito, que a convit edesta Associação, vem auscultar a opinião do professorado paranaense, concernente, à nova reforma do ensino secundario.

Urge portanto, que cada amigo da instrução, conjuvando o trabalho dos orientadores da causa educacional no Brasil, não erca esta grande oportunidade, para contribuir com uma parte de sua experiencia, enviando-nos, o mais breve possível, sugestões referentes à reforma em apreço, que, por intermédio do dr. Mario de Brito, serão encaminhadas ao illustre sr. Lourenço Filho, presidente geral da Comissão da reforma.

Não poderemos permanecer, nos indiferentes ante este ensejo que se nos apresenta, para mostrarmos aos que nos olham de longe, que no Paraná também ha idealistas que, esperançosos nos destinos da Pátria, jamais descuraram do complexo problema do ensino, lançando, assim, com todo o ardor da alma, as bases firmes para um Brasil do amanhã, integro, material e intelectualmente.

**NÃO ESPERE  
SOFRER DE PIORRÊIA  
PARA USAR FORHAN'S  
USE PASTA FORHAN'S  
E EVITE A PIORRÊIA**

*Não existe mais do que*

Fonte: O Dia, ed. 7625, 27 de ago. de 1947, p. 5.

Figura 4: O Primeiro Congresso dos Professores

## O 1º Congresso de Professores do Paraná

### Objetivos - Inscrições - Circular aos professores

Amanhã, dia 13 será instalado nesta Capital o I Congresso de Professores do Paraná, tendo por local o salão nobre do Instituto de Educação, à rua Emiliano Pernetta n. 92.

O conclave, que se propõe a estudar os problemas da classe, será encerrado no dia 17 do corrente.

#### OBJETIVOS DO CONGRESSO

São os seguintes os objetivos do I Congresso dos Professores do Paraná:

- 1) Revitalização da Associação dos Professores do Paraná.
- 2) Aproximação com o magistério primário.
- 3) União dos Professores em torno de problemas fundamentais da classe.
- 4) Estudo de questões de ordem técnica com o objetivo de sugerir aos poderes competentes, medidas adequadas.
- 5) Constituição de Comissões Permanentes de investigação científico-pedagógica e de difusão da cultura profissional.
- 6) Estudo de um plano de assistência social, inclusive a constituição de colonias de férias, para os professores.
- 7) Estudos para criação do Conselho Estadual de Educação, e respectiva eficiência de funcionamento.
- 8) Reestruturação do magistério primário. Temário — Em acordo com os objetivos do congresso.

#### PARTICIPANTES

Participará do I Congresso dos Professores do Paraná: 1) Diretoria e Associação dos Professores do Paraná, 2) Associação de Professores de Londrina, Paranaguá e Jacarézinho, 3) Outras Associações de Professores, 4) Magistérios secundario oficial e particular do Estado, 5) Magistérios primário oficial e particular do Estado, 6) Representantes das Associações de Estudantes, 7) Autoridades e representantes extra-estaduais, 8) Pessoas interessadas.

#### INSCRIÇÕES

As inscrições ao Congresso serão feitas por escrito, ou verbalmente, solicitadas ao Presidente da Associação dos Professores do Paraná, Dr. Faustino Fávoro, Rua Emiliano Pernetta, 92, Curitiba, independente de qualquer pagamento.

#### CIRCULAR AOS PROFESSORES

A propósito do Congresso, foi dirigida a seguinte circular aos professores paranaenses:

1. A ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DO PARANÁ, entidade dos elementos actuantes no magistério paranaense, oficial ou particular, deliberou promover no mês de outubro uma reunião de todos os professores, nesta cidade de Curitiba.
2. A reunião tomará o nome de I Congresso de Professores do Paraná, e será realizada no Salão Nobre do Instituto de Educação do Paraná, em três sessões ordinárias e tantas sessões especiais, para trabalhos de Comissão, quantas se fizerem necessárias.
3. O Excelentíssimo Senhor Governador do Estado e Excelentíssimo Senhor Secretário da Educação e Cultura apoiam a realização do referido Congresso, dignando-se de participar das sessões, bem assim de receber as conclusões aprovadas como valiosa contribuição para administração pública educativa.
4. Os objetivos do Congresso, sem dúvida representando a síntese das aspirações mais intensas do magistério de todos os graus, estão discriminados na separata anexa à presente circular.
5. Pelo exposto, não tem a ASSOCIAÇÃO dúvidas de que V. S., um dos elementos mais sinceros, entusias-

quados às aspirações da classe.

Roga-se, finalmente, se dignar de acusar o recebimento desta circular, e de Associação, no endereço comminica ao Presidente da abaixo, se poderá ou não comparecer, e se outros professores pretendem fazê-lo.

NOTA IMPORTANTE: As reuniões, realizar-se-ão entre os dias 13 e 17 de outubro, e a Associação pretende obter da Secretaria da Educação a justificação automática das faltas ao trabalho regular ocorridas pela presença no I Congresso, de Professores do Paraná.

Cordiais Saudações — Faustino Fávoro — Presidente.

**As verbas federais**

*OSWALDO QUEIROZ*

Fonte: O Dia, ed. 7939, 12 de out. de 1948, p. 3.

Figura 5: O Primeiro Congresso dos Professores/Diário da Tarde

Quinta pagina

# 1.º Congresso De Professores Do Paraná

## O conclave terá início no dia 13 do corrente

Os professores do Paraná se reunirão, a partir de hoje, em congresso, durante o qual importantes assuntos serão debatidos assuntos esses que interessam a toda a classe.

A esse respeito, recebemos da Associação dos Professores do Paraná, a seguinte comunicação: "Exmo. Sr.

1. — A Associação dos Professores do Paraná, entidade dos elementos actuaes no magistério paranaense, oficial ou particular, deliberou promover no corrente mes uma reunião de todos os professores, nesta cidade de Curitiba.

2. — A reunião tomará o nome de I Congresso de Professores do Paraná, e será realizada no Salão Nobre do Instituto de Educação do Paraná, em tres sessões ordinarias e tantas sessões especiais para trabalhos de Comissões, quantas se fizerem necessarias.

3. — O Excelentissimo Senhor Governador do Estado e Excelentissimo Senhor Secretario da Educação e Cultura apoiam a realização do referido Congresso dignando-se de participar das sessões, bem como de receber as conclusões aprovadas como valiosa contribuição para administração publica educativa.

4. — Os objetivos do Congresso, sem duvida representando a síntese das aspirações mais intensas do magistério de todos os graus, estão discriminados na separata anexa á presente circular.

5. — Pelo exposto, não tem a Associação duvidas de que V. S., um dos elementos mais sinceros, entusiastas e empreendedores do Estado, nesta vasta e importante campanha da Educação, virá enriquecer o Congresso com a sua estimada presença e abalstará opinião, esplendida por meio de tese ou textos em torno de um dos temas enunciados no objetivos do Congresso, ou de outros relativos á falha do ensino, os quais lhe parecerem oportunos.

6. — Ao mesmo tempo que se antecipam os agradecimentos pela atenção de V. S., rogamos ainda chegar na mãos de outros Colegas os exemplares da separata anexa, assim como de incentivarlos a comparecer ás reuniões do Congresso e, no menos, elaborar teses adequadas ás aspirações da classe.

Roga-se finalmente, se digno de acusar o recebimento desta circular, e de comunicar ao Presidente da Associação, no endereço abaixo, se poderá ou não comparecer, e se outros professores pretendem fazê-lo.

**NOTA IMPORTANTE:** As reuniões realizar-se-ão entre os dias 13 e 17 de Outubro. E a Associação pretende obter da Secretaria da Educação a justificação automatica das faltas no trabalho regular ocorridas pela presença no I Congresso de Professores do Paraná.

Cordiais Saudações

**Faustino Favaro** — Presidente.  
Endereço: Instituto de Educação — Congresso  
Rua Emiliano Pernetta, 92 — Curitiba

**OBJETIVOS DO CONGRESSO**

- 1) Revitalização da Associação dos Professores do Paraná.
- 2) Aproximação com o magistério primario.
- 3) União dos Professores em torno de problemas fundamentais da classe.
- 4) Estudo de questões de ordem técnica com o objetivo de sugerir aos poderes competentes medidas adequadas.
- 5) Constituição de Comissões Permanentes de Investigação Científico-pedagógica e de difusão da cultura profissional.
- 6) Estudo de um plano de assistência social, inclusive a constituição de colonias de férias, para os professores.
- 7) Estudos para criação do Conselho Estadual de Educação e respectiva eficiencia de funcionamento.
- 8) Reestruturação do magistério primario.

**TEMARIO** — Em accordo com os objetivos do Congresso.

**PARTICIPANTES:** 1) Diretoria e Associados da Associação dos Professores do Paraná. 2) Associação dos Professores de Londrina, Paranaguá e Jacarézinho. 3) Outras Associações de Professores. 4) Magistérios secundario oficial e particular do Estado. 5) Magistério primario oficial e particular do Estado. 6) Representantes das Associações de Estudantes. 7) Autoridades e representantes extra-estataes. 8) Pescas interessadas.

Inscrições: Por escrito, ou verbalmente, solicitadas ao Presidente da Associação dos Professores do Paraná, dr. Faustino Favaro, Rua Emiliano Pernetta, 92 Curitiba, independentemente de qualquer pagamento.

O local do conclave será o Instituto de Educação do Paraná, salão nobre, devendo o Congresso ter início hoje dia 13 para culminar no dia 17.

**S NERVOS FRACOS**  
do fortificante  
**ADIODI**

que ocasionam:  
nervosa, insonnia, fraqueza, cansaço, desânimo, etc.

**ADIODI** contém o elemento de ação pronta e eficaz nos casos de fraqueza e neurastenia. Sua formula licenciada pela publica e conhecida dos meios mais ilustres.

**ADIODI**, o fortificante que fortifica.



**TENHA JUÍZO!**

**NÃO FAÇA ASSOL!**

**TEM SIFILIS OU REUMATISMO DA MESMA**

Fonte: Diário da Tarde, ed. 16504, 13 de out. de 1948.

Figura 6: 1º dia do Congresso dos Professores

# 1º CONGRESSO DE PROFESSORES DO PARANÁ

**INSTALAÇÃO OFICIAL** — Conforme já amplamente divulgado, realizou-se, no dia 13 do corrente, sob a presidência do nosso ilustre conterraneo dr. Faustino Favaro, a sessão preparatoria do 1.º Congresso de Professores do Paraná, durante a qual foi discutido o Regimento Interno do grande conclave, tendo sido aprovado.

**A MESA** — Após a discussão e aprovação do Regimento Interno, realizou-se a eleição da Mesa Congregacional, que ficou assim constituída:

Presidente — Dr. Faustino Favaro.  
1.º vice-presidente — Adriano Robine.  
2.º presidente — Emilia Dantas Ribas.  
Secretario geral — Rubens A. Miranda.  
1.º secretario — Guido Arzua.  
2.º secretario — Adelaide Vila.

**AS COMISSÕES** — Foram depois, da Mesa formada e expostada, criadas as comissões de Têxas, Moções, Publicidade e Relatorios, parciais e Protocolo e credenciais, que ficaram assim criadas e constituídas:

Comissão de Têxas: Associação dos Professores do Paraná e Presidente do Congresso; havendo antes, o prof. Rubens Miranda exposto as finalidades do 1.º Congresso de Professores do Paraná.

**PROSEGUIRAM, ONTEM, OS TRABALHOS DO 1.º CONGRESSO DOS PROFESSORES DO PARANÁ**

Proseguindo os trabalhos do 1.º Congresso dos Professores do Paraná, ontem, ás 14 horas, no Instituto de Educação, á rua Emiliano Pernetta, teve lugar a 1.ª Sessão Plenaria do referido Congresso, quando foram discutidas na ordem estabelecida pela Comissão especializada, as teses apresentadas sobre assuntos dos mais palpatantes no que diz respeito á educação e ensino.

Resaltou valor desse Congresso, que reúne educadores de todo o Paraná, o fato do mesmo obedecer relativa independencia, favorecendo assim aos congressistas inteira liberdade de apreciação dos assuntos que se relacionam com o magistério em todos os graus, e o ensino em todos os seus aspectos.

Comprou ainda esclarecer aos interessados, mesmo alheios no magistério, que as sessões plenarias são publicas.

**DIA DO PROFESSOR**

Em virtude do dia de hoje ser consagrado ao "Mestre", não haverá sessão plenaria. Os congressistas, entretanto, desejando comemorar condisignamente a data simbólica, realizaram uma romaria ao Cemiterio Municipal em homenagem aos professores falecidos, quando foi depositada linda coroa na Cruz Central.

Ao meio dia, houve um ágape de cordialidade, na Sociedade de Agua Verde, donde rumaram para o Congresso Legislativo, incorporados, afim de agradecer as atenções que a classe tem recebido daquela importante Casa.

**A SESSÃO PREPARATORIA DO DIA 13 — I**

O EXPEDIENTE DA 1.ª SESSÃO PLENARIA

As teses devidamente processadas e que foram discutidas em plenário de ontem foram as seguintes:

- 1.ª — Circulação dos elementos de escol, Autoria da professora d. Pompilla Lopes dos Santos.
- 2.ª — "Critério do merecimento para nomeações e remoções de professores primarios" Autoria da prof. d. Emilia Dantas Ribas.
- 3.ª — "Sugestões sobre a criação de sub-almoxarifados nas inspetorias municipais de ensino. Do prof. Durval Pinto.
- 4.ª — "Aulas praticas para o 1.º ciclo", pelo professor Darlo Nogueira dos Santos.

**Instituto Comercial "BELA VISTA"**

Mantém cursos práticos e rápidos de guarda-livros, auxiliar de escritório e dactilografia.

Não é necessário curso ginasial.

Matricula em qualquer Rua do Riachuelo n.º 248

Fone 1590

época do ano. X 10-9)

**Procure a sua carteira de identidade**

Encontra-se nesta redacção, a disposição do interessado, uma Carteira de Identidade, expedida em favor de Darcy Casemiro Pizaki, e achado numa das ruas desta cidade.

**OS CEGOS** Estão Sem Luz Sem Protecção

UMA ENFERMA TERIA SALECIDO SEM ASS

Fonte: Diário da Tarde, ed. 16507, 16 de out. de 1948, p. 2.

Figura 7: Eleição da Associação dos Professores, nota sobre a chapa de Faustino Fávoro/O Dia

**ELEIÇÃO DA DIRETORIA DA "ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DO PARANÁ"**

Realizar-se-á amanhã, dia 19, com início às 16 horas, no Instituto de Educação, a rua Emiliano Perneta, a eleição da nova Diretoria da Associação dos Professores do

Paraná, devendo concorrer ao pleito três chapas, uma delas encabeçada pela figura simpática de Faustino Fávoro e assim constituída: Presidente - Faustino Fávoro. 1.º Assistente - Helena Kolody; 2.º Assistente - Rubens A. Miranda; Secretário - Marina A. Vilela; Tesoureiro - Dario Nogueira dos Santos. Conselho Fiscal: Maria Luiza Merkle Flávio Moletta Maurer e Francisco G. Cardoso.

U - - - - -

sirosa e condigna, o primeiro

Fonte: O Dia, ed. 8486. 18 de ago. de 1950, p. 3.

Figura 8: Sede da APP

**SÉDE PARA A.P.P.**

Aprovado ontem em 3.ª discussão, e dispensado de Redação Final, foi encaminhado à sanção do sr. governador, o projeto, de autoria de Mário Faraco, que autoriza à Secretaria de Educação e Cultura um crédito especial de 200 mil cruzeiros, para atender, no atual exercício financeiro, o auxílio concedido à Associação dos Professores do Paraná, para a construção da sede própria da entidade.

Fonte: O Dia, ed. 9633, 7 de ago. de 1954, p. 4.

Figura 9: Apelo aos eleitores

**Aos Professores do Paraná**  
**APELO DA ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DO PARANÁ**

Realiza-se no próximo dia 3 um pleito de vital importância para os destinos de nossa Pátria.

Muito se tem dito sobre eleições, mas, embora todos já tenham sentido que pôde e deve escolher seus representantes de acordo com os interesses nacionais, ainda se deixa polgar pelo sentimentalismo e pelas amizades.

Os professores brasileiros, considerados a espinha da cultura apenas em fases pré-eleitorais, já tiveram oportunidade de sentir em sua própria carne a necessidade de nas Assembléias Legislativas e no Congresso Nacional darem representantes da classe.

Nossa classe tem sofrido, e sofrerá cada vez mais, quanto não tiver seus delegados, representando-a perante os Poderes Constituídos.

Apelamos, por isso, ao magistério que dá sua presença aos candidatos-professores, aqueles que nos ajudam em nossa causa.

Aos que compreenderem este apelo o nosso obrigado em nome da classe.

a) JOSE SCHEINKMAN  
 Presidente da Associação dos Professores do Paraná

Fonte: O Dia, ed. 9679, 1 de out. de 1954, p. 2.

Figura 10: Reivindicações salariais no 15 de outubro

**ATENÇÃO PROFESSORES DO PARANÁ**

A ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DO PARANÁ, comemorando o "DIA DO PROFESSOR", no próximo dia 15 de outubro, entregará, em sessão solene, ao Governo do Estado um Memorial contendo as reivindicações mínimas da classe: reestruturação do magistério primário, secundário e normal; pagamento das aulas suplementares; nomeações de professoras normalistas; rápido andamento dos pedidos formulados por professores nas repartições públicas; "Estatuto do Professor", etc.

Para tal a Associação dos Professores do Paraná pede a todos os componentes do magistério, tanto da Capital como do Interior, que remetam, até o dia 12, telegramas individuais e coletivos apoiando o movimento que ora se inicia em benefício da classe.

Professores do Paraná! Ajudem e apoiem o movimento de nossa Associação.

Prof. JOSÉ SCHEINKMAN — Presidente da Associação dos Professores do Paraná. Praça Zacarias, 80 — Conjunto 801. — CURITIBA.

(T-23403)

Fonte: O Dia, ed. 9686, 9 de out. de 1954, p. 2.

Figura 11: A greve dos professores/1956

# A greve dos professores

A Associação dos Professores do Paraná se dirige às autoridades, ao povo, aos diretores de colégios e à gloriosa classe de professores do Paraná

Os mestres de todos os grupos escolares, ginásios e colégios particulares e oficiais do Paraná começaram ontem sua greve de apoio e solidariedade aos professores que reivindicam, em todo o Brasil, salários condignos.

Inadvertidamente consideram alguns ser vedado ao professor entrar em greve para não ser dado à mocidade o exemplo de indisciplina.

A base do movimento dos professores está na pressão econômica, criada pela inflação a todas as classes. Não se colocaram os mestres contra a ordem porque essa ordem deixou de existir no momento em que os poderes competentes se despreocuparam por condições mínimas de vida para as classes laboriosas.

O apoio dado pelos professores do Paraná ao magistério nacional é de simples solidariedade com os companheiros mal pagos em todo o país. Esta é a verdade que todos devem conhecer, para que defenda o direito à vida e ao conforto dos familiares não seja

propositadamente mal interpretada. Não está o professor dando exemplos que deseducam. Trata-se de um recurso contra mal pagamento, e é mais nocivo para a sociedade a pobreza dos mestres do que o movimento pacífico de advertência o protesto em defesa da valorização do trabalho, pois, a má remuneração faz o professor pobre de cultura, desmerece o trabalho intelectual.

O país necessita, sem dúvida, de educação, de cultura, de preparo e de exemplos.

Para isso são necessários mestres que vivam bem, morem decentemente, possam comprar livros e vistam-se bem.

Esta é a realidade. Os professores estão ensinando com esse movimento, pois, atitudes de alvitres e demonstrações de dignidade são as melhores lições, os maiores exemplos.

O professor não instrua apenas. Forma! E a união demonstrada pela classe a esse movimento é exemplo digno.

ATITUDE DIGNA DAS AUTORIDADES ESTADUAIS, ECLESIÁSTICAS, MILITARES E DE DIRETORES DE COLÉGIOS PARANAENSES.

Deve ser louvada e tornada pública a atitude serena e compreensiva do Governo do Estado que, por intermédio do Excm. sr. Prof. Vidal Vanhoni, Secretário da Educação, recebeu o movimento do magistério oficial como gesto de altívus e dignidade.

Precisa o povo conhecer a solidariedade manifestada pela Egrégia Assembléia Legislativa do Estado que por iniciativa do Deputado Libânio Cardoso, reconheceu justo o movimento nacional.

E' necessário contar-se que o Excelentíssimo Senhor Arcebispo Metropolitano — D. Manoel D'Elboux, ao tomar conhecimento da decisão do magistério paranaense, manifestou uma simpatia pelas causas daqueles que têm a missão de formar as gerações.

E' indispensável que a nação saiba que, no Paraná, onde não existe atualmente desconfortamento, a greve de solidariedade teve pleno êxito e contou com o apoio dos diretores de estabelecimentos.

Nos colégios Novo Ateneu e Nossa Senhora de Lourdes (Cajuru) para exemplificar somente um colégio laico e outro religioso, os professores entraram em greve com o conhecimento das respectivas direções.

No Colégio Estadual do Paraná, no Instituto de Educação e nos Grupos Escolares nenhuma aula foi dada no horário estabelecido para a greve.

Em Curitiba, de 1.600 professores e mais de 50 estabelecimentos somente um Diretor se colocou contra a greve e 6 professores desampararam seus colegas.

TELEGRAMA ENVIADO AO GOVERNADOR MOYSES LUPION

"Professores estabelecimentos oficiais Paraná v.g. que deram sua adesão greve nacional professores v.g. trazem Vossência v.g. intermédio desta Associação v.g. manifesta respeito Governo Estado v.g. consideram do Vossência colega número UM professores v.g. declarando movimento não atingir modo algum Governo Estado Paraná p.t.

JOSE' SCHEINKMAN — Presidente Associação Professores Paraná.

## SEMENTES DE CAPINS

Dispono de sementes novas de COLONIAL — SEMPRE VERDE — COLONINHO — GUINÉ — CAPIM MIMOSO — TANGANICA — RODES — SANDUVA — GUATEMALA — MILHA — AZEVEM — CATINGUEIRO — CABELO DE NEGRO — JARAGUA — ALFAPA RIO GRANDE — GRAMA MISSIONEIRA — ARGENTINA — FUEQUILHA E SEDA — GRAMA p/ CAMPO DE FUTEBOL, JARDIM E AVIAÇÃO — ALFAPA FRANCESA — HORTALIÇAS — FLORES — ARTIGOS AGRÍCOLAS E VETERINÁRIOS — RAÇÃO PARA PASSAROS, GADO, PINTOS, etc. etc.

### PLANTAS FRUITIFERAS EM TORREÃO

Também dispono de Mudanças Frutíferas vegetais em Torreão, sistema Americano que se replanta e ano todo com absoluto êxito, temos todas qualidades, de lindas mudas.

### MUDAS FLORIFERAS

Beliíssimas Rosas — Camélias — Jasmim — Trepadeiras — Azaléas — Ipê — Magnólias — Palmeiras — Chéris — Acácias — Framboant — Cedro Piramidal e outras Flores.

Pedidos com a Organização Agro Pastoral de J. ROSAS & CIA.

LOJA e ESCRITÓRIO: Praça Barão de Guaratã, 34 — Fone 702 — DEPOSITO e VIVEIRO: Rua Emílio de Menezes 100 (junto a Vulcanização Tyreascóia) — Fone: 858 — End. Telefático: "SEMENTES" — Cx. postal 883. PONTA GROSSA — PARANÁ

Fonte: O Dia, ed. 10365, 26 de out. de 1956, p. 3.

Figura 12: Movimento Nacional dos Professores

**O DIA**

# MOVIMENTO NACIONAL DOS PROFESSORES

## Atitude da Associação dos Professores do Paraná em defesa da Portaria 204 do Ministério da Educação e Cultura e da aplicação do fundo nacional de ensino em benefício dos professores

A Associação dos Professores do Paraná vem de receber um apoio da entidade, de classe do Distrito Federal, no sentido de que o magisterio paranaense apoie o movimento que se desenvolve em todo o território nacional em defesa da portaria 204 e da aplicação do fundo nacional do ensino.

Para esse fim, convocou uma assembleia geral que se realizou ontem às 17 horas no Salão Nobre do Instituto de Educação e que foi declarada de caráter permanente, deixando prosseguir hoje, dia 21, a mesma hora e no mesmo local, para decidir sobre o apoio àquele movimento. Nesse sentido compareceram a essa redação os professores José Scheinman e Dinil Ruben Carneiro Bonda, da Diretoria da Associação dos Professores do Paraná, a fim de solicitar o comprometimento integral da classe, não só dos professores dos estabelecimentos particulares, como também dos professores dos estabelecimentos oficiais, bem como dos diretores de Grupos Escolares, para que se decida sobre esse movimento de defesa da remuneração condigna dos professores.

Solicitaram ainda os diretores da Associação dos Professores do Paraná que, de todos os estabelecimentos oficiais e particulares do Paraná fossem endereçados telegramas ao Sindicato de Professores — rua Ari Parreiras 153 Apto. 202 Estação do fundo nacional de ensino como suplementação dos vencimentos dos professores.

Fonte: O Dia, ed. 10362, 23 de out. de 1956, p. 5.

Figura 13: Escola Santos Dumont Fechará

CORTIBA, quinta-feira, 9 de julho de 1959

# ESCOLA "SANTOS DUMONT" FECHARÁ POR QUE NÃO TEM DINHEIRO PARA CONTINUAR FORMANDO PROFISSIONAIS

Diário ainda focalizávamos o caso de um prédio da Companhia Nacional de Educação, que funcionava a cargo de um idealismo, mas que não receber qualquer remuneração desde o seu fechamento. Deleita a má situação por assim dizer, mas não nos dá a oportunidade de voltar, mas

foi tratada no conhecimento da presença em nossa redação do sr. Pedro Horokski, diretor da Escola Santos Dumont. Trata-se neste caso de uma entidade que visa ao ensino técnico e profissional de mecânicos, eletricitas e outros, e que não obstante o alto alcance de suas finalidades, encontra-se na iminência de cessar suas tra-

bolhos, face à falta de recursos com que conta. As palavras do sr. Pedro Horokski, diretor da Escola Santos Dumont, tratam-se neste caso de uma entidade que visa ao ensino técnico e profissional de mecânicos, eletricitas e outros, e que não obstante o alto alcance de suas finalidades, encontra-se na iminência de cessar suas tra-

SEM AUXÍLIO DO GOVERNO

"Cultura técnica — prosseguiu o entrevistado —, incluindo o preparo de mecânicos, motoristas, eletricitas e comerciantes, constitui o curso de alfabetização". E a dizer:

"Alfabetização é um imperativo quando encontramos verdadeiras revelações vocacionais, impedidos, entretanto, por falta de maior conhecimento, de obterem maior progresso nos estudos".

"Contamos com oito professores que até com sacrifício das próprias economias, ajudam a Escola a funcionar". Isto, todavia, não pode prosseguir assim. Paralisa o sr. presidente Juscelino Kubitschek, contando-me a história da Escola Santos Dumont, dizendo-me da situação em que se encontra e me encorajando a fazer um levantamento para que a Escola não venha a cessar suas atividades por falta de recursos".

CONDICÕES DE INSUFICIÊNCIA

"Fomos pedimos aos que deveriam estudar conosco — esclarece-me o sr. Horokski — nessa ensino é gratuito. Não temos exame de admissão, foi-lhe cortado da Polícia, Carteira de Saúde e boa vontade; e o que exigimos de nossos alunos".

ALUNOS EM GREVE

O diretor da Escola Santos Dumont, dando fim a sua pa-

cidam a amarrar o ensino em "essa terra".

E concluiu, ainda, é o sr. Horokski que me falou:

"Tenho fundações esperando de que receberiam ajuda do Governo, O Paraná precisa de bons profissionais, e do Brasil inteiro. Mas é de se crer que o Governo da República, caracterizado por seu entusiasmo em pra do desenvolvimento nacional, principalmente no que tange a indústria automobilística, assista em nível fornecer uma escola de profissionais como a Santos Dumont".

**POLÍCIA CUMPRE ORDENS DE FIDEL**



HAVANA, 8 (UPI) — A direção da Ordem Pública, atendida a determinação de Fidel Castro em apertar em Cuba, informou, informou que se cumpriu a ordem de expulsão contra A. Miró, acusado de organizar a expedição que partiu de Cuba na frustrada tentativa para invadir o Panamá em abril passado. A comunicação diz que Miró partiu ontem a noite para Miami.

**GOVERNO FEDERAL SUBSIDIARÁ ESTABELECIMENTOS DE ENSINO**

Publicou o Diário Oficial da União, de Lo do corrente, importante portaria assinada pelo sr. Heil Menegale, Diretor Geral Departamento Nacional de Educação do M. E. C., fixando as normas a serem observadas pelos estabelecimentos particulares de ensino médio, que, no corrente ano letivo, pretendem obter do Fundo Nacional do Ensino Médio, subsídios para manutenção. Instruções e modelos diversos acompanham a referida portaria, tendo sido estabelecida entrega dos documentos necessários por parte dos educandários, até 30 do corrente. Prevê a portaria do diretor geral do M. E. C. as seguintes modalidades de subsídios, a suplementação de salários dos professores e o auxílio direto propriamente dito.

**COMPROMISSOS DOS EDUCANDÁRIOS**

Ainda de acordo com a portaria expedida pelo diretor geral do D. N. E., a forma da legislação vigente, deverão os estabelecimentos particulares, de ensino médio, pretendentes a subsídios, assumirem entre outros compromissos, os seguintes: reservar ao professorado 40% (no mínimo) da Receita Teórica do curso; não desviar mais de 25% da R. T., nos diretores e pessoal técnico-administrativo, no registro do movimento financeiro do estabelecimento as normas recomendadas e receber do Fundo Nacional do Ensino Médio a renda líquida que exceder a 8% do valor dos bens móveis a serviço do ensino.

\*\*\*\*\*

VISTAS AOS "CORREIOIS"

Vitório-mas, ontem o sr. Carlos da Silva Mafra, o qual, além de ocupar as funções de Secretário da Prefeitura Municipal de Guaratuba, é elemento destacado

Fonte: Correio do Paraná, ed. 34, 9 de jul. de 1959, p. 3.

Figura 14: Proclamação da UBES sobre o aumento das taxas escolares

# Proclamação dos Estudantes Contra Aumento das Taxas: Ensino no Brasil não Pode ser Privilégio dos Ricos!

A União Brasileira dos Estudantes Secundários enviou oficialmente circular a todas as entidades sindicais do Paraná, solicitando apoio à luta nacional dos estudantes e professores contra o aumento das anuidades escolares, e projeto em trânsito no Senado de autoria do sr. Carlos Lacerda, a respeito da nova estruturação do ensino nacional.

Do documento, ressaltamos o seguinte trecho: "Temos a satisfação de nos dirigir aos dirigentes sindicais do país no sentido de abordar o mais grave problema da coletividade brasileira no momento. Trata-se do escandaloso aumento das anuidades escolares, o qual já se verificou em quase 100% para todo o território nacional. O aumento do ensino, vem transformando-se nos últimos tempos um verdadeiro abuso e constitui uma forma prática e objetiva de afastar os jovens filhos de trabalhadores das escolas, mais do que já aumentaram nos anos anteriores em razão dos constantes aumentos das taxas escolares. Não está importando aos donos dos colégios se o pai do aluno tem ou não, a importância exigida por eles para poder o seu filho frequentar as escolas, caracterizando assim sua condição de verdadeiros "industriais do ensino", dentro da estúpida ganância de se tornarem mais ricos do que já estão, à custa do pagamento de vencimentos modestos aos professores e da cobrança escorchante das anuidades".

**AUMENTO É ILEGAL.**  
Mais adiante, os dirigentes daquela entidade estudantil, revelam que os protestos contra o aumento das anuidades escolares, encontram amparo na legislação vigente: "Diz a Lei Orgânica do Ensino Secundário e Legislação Complementar: Artigo 131 — A contribuição exigida dos alunos pelos estabelecimentos particulares do ensino secundário será módica e cobrar-se-á segundo tabelas que cada Colégio remetará ao Ministério da Educação e Cultura antes do início do ano letivo. Pois bem: Nenhum estabelecimento particular de ensino enviou tabelas para estudo daquele Ministério; não teve início ainda o ano letivo e os proprietários de Colégios já estão cobrando as taxas com aumento. Aumento completamente ilegal e anti-constitucional, além de desumano e contrário aos interesses nacionais. Urge que se levantem todas as vozes de representantes de todas as classes do Brasil, não se transforme, social, para que o ensino no Brasil, não seja privilégio dos ricos!"

**FIORI COM LOTT**  
RIO, 12 (Correio, da Sucursal) — Como fundador do FTB, que já representei na Câmara Federal, membro de sua Executiva Nacional e sobretudo como brasileiro, estou ao lado da candidatura do marechal Teixeira Lott — declaro ontem o sr. Romeu Fiori, ex-deputado trabalhista e líder sindical em São Paulo.

O sr. Romeu Fiori na ocasião retificou o noticiário que mencionava o seu nome, como tendo aliciado elementos para um comício janista em Volta Redonda.

**EQUIVOCO**  
... Deve ter sido de equívoco na informação transmitida ao repórter ou então foi algum homônimo meu, que teve a má fortuna de acompanhar o sr. Jânio Quadros — disse, nos o ex-deputado e ex-presidente da Equitativa, sr. Romeu Fiori.

Acrescentou que não ia desprezar seu "assado de lutas e sacrifícios a que se expôs conscientemente por convicções ideológicas profundas, para se bandear com partidos adversários e inimigos do progresso do Brasil.

— Estou com Lott — disse — e com o meu partido, e participarei da luta sucessória com todo entusiasmo que a causa do povo me merece.

**Para encontrar uma so**  
**Proprietários**  
**Mês Redonda**  
Reuniões no Colégio Iguazu na manhã de ontem, os dirigentes do Sindicato dos Proprietários de Colégios Particulares — preclaram proposta de aumento salarial de 100% para os professores do ensino médio, primário e comercial do Paraná. Esperava-se a apresentação de uma contra proposta. Todavia isto não ocorreu pois, foi deliberada a promoção de uma Mesa Redonda entre os dirigentes das duas entidades, com a assistência de dirigentes da União Paranaense dos Estudantes Secundários, objetivando o econ-

**ERA DE MIL TALHERES O BANQUETE REPERECIDO A IKE EM SAO PAULO**  
SAO PAULO, 12 (CORREIO, da Sucursal) — O banquete que as classes produtoras paulistas promoveram ao presidente Eisenhower será de mil talheres. Segundo informações colhidas no Cerimonial dos Campos Elisios o chefe da Nação norteamericana presidirá a cerimônia oferecida aos srs. Juscelino Kubitschek e Carvalho Pinto. Tendo em vista que "Mamie" Eisenhower não acompanhará seu esposo na visita à São Paulo, também não comparecerá ao banquete as esposas dos convidados.

Os oradores oficiais serão os srs. Antônio Devisate, presidente da Federação das Indústrias e os presidentes Juscelino Kubitschek e Eisenhower.

Ainda de acordo com informações colhidas pela reportagem, o Serviço de Cerimonial dos Campos Elisios mandou confeccionar um retrato de "Mamie" para colocá-lo no quarto onde Ike repousará durante sua estada nesta capital.

Caso o Aeroporto de Congonhas venha a ser interditado pelo mau tempo, o presidente dos Estados Unidos permanecerá em São Paulo até o dia seguinte, devendo passar a noite em aposentos especiais do Palácio. Para essa eventualidade, a Polícia se prepara convenientemente a fim de guardar todo o quarteirão onde se localiza os Campos Elisios.

**Assembléia Legislativa**  
A sessão ontem realizada pela Assembléia Estadual foi presidida pelo dep. Haroldo Leonides e secretariada pelos srs. ...

... se, estabeleceram a ordem do dia com dois pontos:  
1) Discussão em torno da reivindicação de 100% de aumento salarial;  
2) Apreciação do Projeto de Lei de Bases e Diretrizes do Ensino.

**GREVE A VISTA**  
Segundo declarações do sr. Francisco Cardoso se, os proprietários de colégios particulares, insistem na tese de condicionarem o aumento salarial pleiteado pelos mestres do ensino, à prévia majoração das taxas e anuidades escolares, haverá sem dúvida a eclosão de um movimento grevista.

"Nós mais do que ninguém sabemos que os lucros dos proprietários são mais do que satisfatórios e não estamos dispostos a permanecer na expectativa enquanto se perpetua mais um assalto à economia da população", afirmou.

**Lions Clube Realiza mais uma Obra em Favor da Infância sem Amparo**

**Instalado o**  
**Coordenar**

Fonte: Correio do Paraná, ed. 219, 13 de fev. de 1960, p. 3.

Figura 15: Aumento de 100% para professores

# Professores em Assembléia Geral: Querem 100% de Aumento Salarial

Sábado próximo, às 14 horas, haverá uma Assembléia Conjunta do Sindicato dos Professores do Paraná, presididos respectivamente Cardoso e Dyonil Carneiro Bond. Os dirigentes da classe, estabeleceram a ordem do dia com dois pontos:  
1) Discussão em torno da reivindicação de 100% de aumento salarial;  
2) Apreciação do Projeto de Lei de Bases e Diretrizes do Ensino.

**GREVE A VISTA**  
Segundo declarações do sr. Francisco Cardoso se, os proprietários de colégios particulares, insistem na tese de condicionarem o aumento salarial pleiteado pelos mestres do ensino, à prévia majoração das taxas e anuidades escolares, haverá sem dúvida a eclosão de um movimento grevista.

"Nós mais do que ninguém sabemos que os lucros dos proprietários são mais do que satisfatórios e não estamos dispostos a permanecer na expectativa enquanto se perpetua mais um assalto à economia da população", afirmou.

Quanto ao novo projeto do ensino, a classe ainda não tem ponto de vista firmado a respeito. Entretanto, sabe-se que o novo Lei não cogita de nenhuma melhoria para a classe e, por outro lado,

**Lions Clube Realiza mais uma Obra em Favor da Infância sem Amparo**

**Instalado o**  
**Coordenar**

Fonte: Correio do Paraná, ed. 216, 10 de fev. de 1960, p. 3.

Figura 16: Professores rejeitam proposta dos proprietários de escolas

# PROFESSORES REJEITARAM PROPOSTA DOS PROPRIETÁRIOS DE ESTABELECIMENTOS DE ENSINO: DISSÍDIO COLETIVO

Realizou-se ontem a partir das 15 horas a Assembleia do Sindicato dos Professores do Paraná para apreciação da contraproposta do Sindicato dos Proprietários de Estabelecimentos de Ensino,

apresentada em forma de carta datada de 2 do corrente e que apresenta as seguintes características: a) Aumento salarial para todos os professores do ensino particular, nos cursos

primário e médio, proporcional ao aumento das anuidades, de 1959 para 1960; b) o aumento será variável de colégio para colégio; c) considerará com assinatura deste acordo, já

remunerados os domingos e feriados; d) o acordo terá prazos durante o período de 1.º de março de 1960 a 28 de fevereiro de 1961.

Diziam ainda os representantes patronais naquela proposta, que esperavam a concordância dos mestres do ensino para que prevalecesse a harmonia que sempre existiu entre as duas classes.

delegacia de se referirem à gratuidade no ensino para os filhos dos professores.

3) — Os representantes dos proprietários de colégios terão prazo de cinco dias para decidirem se se a proposta mais favorável, será ajustado Dissídio Coletivo Judicial.

Além disso, a Direção do Sindicato dos Professores enviará uma recomendação aos colégios para que não admitam professores sindicalizados.



CAFÉ AUMENTADA PARA "CORREIOS" -- Tendo em vista a próxima inauguração da cantina que a editoria "CORREIO DO PARANÁ" fará instalar para uso de seus funcionários, esteve nas dependências desta em 5 de março o Sr. José da Glória Oliveira (foto) -- Diretor do Departamento de Relações Públicas da empresa -- Exortando o Diretor Secretário do "Correio da Noite" dos primeiros pacotes de "Café Alvorada", que, de ora em diante, será servido com exuberância em nossa cantina.

## PROTESTOS

"Sempre existiu harmonia afirmam os representantes patronais naquela proposta, que esperavam a concordância dos mestres do ensino para que prevalecesse a harmonia que sempre existiu entre as duas classes.

Após os esclarecimentos e as veementes palavras do dirigente máximo da entidade representativa do professorado, vários oradores se fizeram ouvir. A maioria parou para apoiar a posição do professor Francisco Cardoso mas não faltou quem preferisse a aprovação da contraproposta dos empregadores, o que motivou longos e acalorados debates.

Em uma feliz explicação, o Presidente afirmou que "quando se possuem certas necessidades entre o professorado, o primeiro que quer viver razoavelmente, precisa se transformar em verdadeira máquina de guerra, com 10, 12 e até 18 horas diárias (muito dos nossos vencimentos) e de desonra da classe que ainda não tem a necessária confiança em seu Sindicato, ao contrário dos P. professores do Rio de Janeiro, que, por isso mesmo tem um

Aspecto da Assembleia dos professores que estão empenhados em luta por aumento salarial. Vê-se na foto um aspecto da Mesa e os proprietários de estabelecimentos particulares de ensino foram rejeitados como indignos e ofensivos e a instauração de Dissídio Coletivo foi aprovada por impressionante maioria.



Fonte: Correio do Paraná, ed. 237, 6 de mar. 1960, p. 3.

Figura 17: Colégios Particulares demitem professores

## Colégios Particulares Demitem Professores: Medida de Represália ao Movimento Salarial

Quem acompanha o desenvolvimento das reivindicações dos professores dos estabelecimentos particulares de ensino, sabe da dificuldade que lutam os mestres na conquista de aspirações justas e humanas. Justas e humanas por que em tempo algum o professorado pleiteou mais do que lhes é devido por direito e Justiça. Os proprietários de colégios, que gozam de toda sorte de favores e privilégios, recebendo inclusive subvenções das autoridades que pretendem assegurar a educação e a instrução a todos os brasileiros, sempre mantiveram, salvo raríssimas e honrosas exceções, atitudes que se prolongaram a antipatia dos alunos e professores. Procuram fazer do ensino um meio de enriquecimento fácil, um negócio ou como disse um renomado educador, uma "quitanda pedagógica", sem demonstrar a mínima sensibilidade com as dificuldades dos alunos e a situação vexatória dos mestres e educadores que para subsistirem são transformados em máquinas de dar aulas.

**INDUSTRIA DO LIVRO**

Há colégios que não satisfazem com as subvenções que recebem do Fundo Nacional do Ensino Médio (500 milhões de cruzetões em 1960) e com a exploração das anuidades elevadíssimas e até das cântimas escolares, ainda se dedicam a vendas de livro didático, à base de grossas "comissões" e até por preços mais elevados que o comércio do ramo. O Ministério de Educação e Cultura, proibiu através de Portaria a venda de livros nos colégios particulares, salvo onde existe Cooperativa organizada, desde que se assegure no mínimo um abatimento de pelo menos 20%. O comércio do livro, no entanto, apesar de ilegal é ostensivamente praticado. Muito mais justo seria se além do comércio tradicional de livrarias as entidades estudantis tivessem preferência para a venda de livros didáticos. Os próprios alunos fiscalizariam as transações e fiscalizariam os preços de custo e de vendas e os livros que o negócio proporciona seriam aplicados em iniciativas que o interessassem beneficiar os estudantes mais necessitados. Como está, a venda do livro didático nos colégios particulares só serve para engordar os bolsos de seus felizes proprietários.

**REPRESALIAS**

O procedimento dos proprietários de colégios particulares não é mais elevado em relação ao professorado. Muito pelo contrário. Quando os professores se unem e reivindicam aumento salarial, como está ocorrendo neste momento, alguns colégios como é o caso do Novo Ateneu e do Colégio Iguaçu, resolvem tomar represálias e demitir os mais dedicados, "para que não venim de exemplo aos demais". Entretanto esta verdadeira "posição de força" pode ser de consequências imprevisíveis. O Presidente Francisco Cardoso que declarou recentemente que os professores unidos entre si e com o apoio dos estudantes, serão vitoriosos, viajou para o Rio de Janeiro, a fim de participar da reunião nacional da Federação dos Professores. Em seu regresso, amparado moral e materialmente pelas demais entidades da classe, contando ainda com a solidariedade da opinião pública em geral, poderá conduzir o professorado paranaense a atitudes mais energéticas.

## CORREIO VIU E FOTOGRAFOU (EM LAJES): Ele 106 anos, ela 113: Um casal Centenário vivendo na solidão às costas do rio Canôa!



Rio Canoa, Lages -- Correio -- do enviado especial) -- A reportagem do CORREIO DO PARANÁ seguiu até Santa Catarina, a fim de descobrir o paradeiro de um casal centenário, que se dizia viver no vizinho Estado num pedaço de terra que lhes foi cedido por bondosos moradores do lugar. O velho mostrou-se menos temeroso quando das apresentações, porém a velhinha ficou indecisa. Para convencê-la de que deveria ficar para o

Fonte: Correio do Paraná, ed. 239, 9 de mar. De 1960, p. 3.

Figura 18: Novo aumento das taxas escolares

CURITIBA, Sexta-feira, 1 de Abril de 1960 CORREIO DO PARANÁ PAGINA —

## Colégios Particulares Prosseguem Sua Vergonhosa Exploração: Novo Aumento

Há algum tempo atrás, os professores de nossa Capital promoveram um movimento reivindicatório de aumento salarial. Muita polêmica suscitou o fato pois os Colégios alegavam insuficiência de recursos. Porém, aumentou-se as mensalidades, os professores receberam um aumento razoável e tudo terminou. Quem arcou com todas as consequências foram os alunos, pois o necessário nas prestações foi grande, superior ao que seria necessário para atender às pretensões dos professores. Os proprietários dos colégios particulares aproveitaram a ocasião para tirar também o seu aumentozinho.

**FREIRAS EXPLORAM**

Agora, porém, estão alguns colégios, novamente, sob qualquer pretexto e sem nenhuma alegação, majorando, na surdinha, os preços. No Colégio São José, estabelecimento de ensino de propriedade de religiosas, por exemplo, ocorre tal irregularidade. E de estranhar-se o fato, pois, sendo uma instituição gerida por freiras, poucos são os gastos existentes, em virtude dos poucos professores remunerados. Há algum tempo antes do movimento do magistério, era de Cr\$ 5.300,00 o montante da anuidade para a 4ª série ginasial. Após o movimento, houve majoração para Cr\$ 6.300. Agora, há mais ou menos uma semana, houve um aumento sub-reptício para Cr\$ 7.000,00.

**COMPROMISSO**

Isto pôsto, vê-se o caráter comercial escandaloso que vem assumindo o ensino em nosso Estado. A nobre função das religiosas e do magistério foi desvirtuado para um comercialismo puro e vergonhoso. Não mais movem-se as engrenagens do ensino pelo amor ao próximo e por ideais educativos: somente o dinheiro é o móvel em nossos estabelecimentos educacionais. Ao fazer sua matrícula, já está sendo explorado o estudante, pois agora, é compulsório que o mesmo assine um compromisso de concordância com qualquer aumento que venha a surgir durante o ano letivo correspondente.

Fonte: Correio do Paraná, ed. 299, 1 de abr. de 1960, p. 3.

Figura 19: Professores ameaçam recorrer à Justiça do Trabalho

# Professores Açameçam Recorrer a Justiça do Trabalho

Na tarde de ante-onde reuniu-se o Sindicato dos Professores do Ensino Secundário, Primário e Comercial do Paraná, para deliberar sobre assuntos da mais alta importância no ensino paranaense, principalmente ao secundário, pois desde que várias irregularidades se vem verificando em estabelecimentos de nossa capital no que concerne ao pagamento de professores com o aumento salarial.

**ULTIMAS CONVERSACOES**  
Antes que se encaminhe o processo ao Ministério do Trabalho, visando não prejudicar as estudantes secundários, foi nomeada uma comissão, que será composta pelos professores Lisimaco Cid Bastos, Laurito Zack, Altair Cavalhe Francisco de Lima, a qual deverá proceder entendimentos com as diretorias dos colégios e caso não seja possível chegar-se a um acordo será dada entrada do processo na Justiça do Trabalho.

**NECESSIDADE DE ACERTO**  
Nessa mesma reunião ficou clara a necessidade de acerto ainda este ano, pois se assim não for, dar-se-á margem a outros estabelecimentos de ensino venham a incorrer no. Se tal acontecer estará criada como ponto de vista, da uma situação insustentável para a classe de professores.

**GREVE: COGITACAO REMOTA**  
A tão propalada greve dos professores que estaria por se deflagrada iminentemente, é uma cogitação remota e de tal recurso só lançará mão o Sindicato em última instância, de vez que semelhante atitude traria graves prejuizos ao ensino Secundário no Paraná.

**Assista dia 5 no auditório do Colégio Estadual á "Grande Noite Correio do Paraná"**

**De 17 a 23 de Julho em Curitiba: Congresso Brasileiro de Quimica**

Teremos, no periodo de 17 a 23 de julho vindouro, a realização, em nossa Capital, do XIV Congresso Brasileiro de Quimica. Com respeito ao assunto, ouvimos o prof. Olavo Romanus, da Escola de Quimica e Secretário da Associação Brasileira de Quimica Regional do Paraná.

Inicialmente, assim se expressou o professor Olavo Romanus:  
"Temos já o esboço do funcionamento do Congresso. O programa está pronto e será divulgado dentro em breve.

Fonte: Correio do Paraná, ed. 305, 28 de mai. De 1960, p. 3.

Figura 20: Comércio tem receio de quebra-quebra/sobre a manifestação da alta do custo de vida

# Comércio Receioso de «Quebra-Quebra» no dia de Amanhã: Protesto

Percorrendo casas comerciais da cidade, a reportagem do CORREIO observou que existe um certo receio da parte dos proprietários, em permanecer com portas de seus estabelecimentos abertas, na data marcada para a efetivação do "Dia do Protesto" ou seja, amanhã. Aqueles que prestaram esclarecimentos com respeito ao assunto não esconderam a possibilidade que encaram, do movimento transformar-se em "quebra-quebra", o que redundaria em elevados prejuizos.

**PRESIDENTE DO SPP**  
Em contacto com o professor Francisco Cardoso, presidente do Sindicato dos Professores do Estado do Paraná apuramos que o movimento será ordeiro, como aliás tem sido amplamente divulgado. Não haverá passeata nem agitação — esclareceu aquele dirigente — acreditando-se que o povo paranaense proteste sem alardes, contra o elevado custo de vida.

**NA ACP**  
Seguidamente a reportagem encaminhou-se para a Associação Comercial do Paraná, onde constatou que o dia de amanhã não determina feriado para o comércio, devendo o mesmo permanecer com suas portas abertas. Aliás, a própria Associação, no dia previsto para o movimento, distribuirá manifesto contra os preços exorbitantes que se cobra na atualidade, pelos diferentes produtos em contrabando na praça, independente do ramo explorado. A maior possibilidade em função da decisão da ACP de não permitir o fechamento do comércio, reside no fato de alguns comerciantes estarem dispostos a não permitir a entrada do público em seus estabelecimentos.

**ASSISTENCIA SOCIAL INEFICIENTE EM CURITIBA**

RIO, 14 — (CORREIO) — A

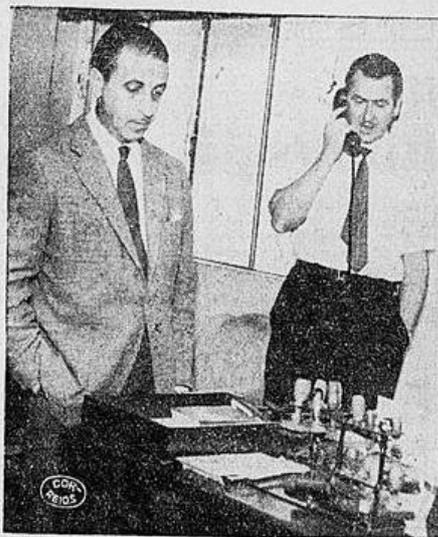
Fonte: Correio do Paraná, ed. 397, 15 de set. de 1960, p. 8.

Figura 21: Curitiba para até meia noite

## CURITIBA PARA ATÉ MEIA NOITE: DIA DO PROTESTO

O movimento no comércio de Curitiba durante o dia de ontem, foi intenso, como consequência do anunciado Dia do Protesto, programado para hoje. Notadamente às últimas horas da tarde se verificou invulgar correria aos armazens, mercearias, açougues, e panificadoras, onde as donas de casa procuraram abastecimento para o dia de hoje. Com isto, o chamado Dia de Protesto se afirmou como uma data praticamente traída, visto a venda astronômica verificada. Nas padarias, por exemplo, não houve pão a partir das 18 horas, em face da procura, que se iniciou logo depois das 14 horas. Também nos açougues idêntico fato se registrou, havendo mesmo retenção do produto por parte dos retalhistas, como acintoso repúdio à medida protestante que vitimou o povo. Enquanto isto, as diversas delegacias policiais, e a força da Polícia Militar, entravam em prontidão, a fim de evitar eventuais acontecimentos desagradáveis, provocados por manifestantes, e que viessem a colocar em perigo a ordem pública. A reportagem do CORREIO DO PARANÁ procurou ouvir a palavra de autoridades e líderes sindicais, que se pronunciaram a respeito do acontecimento. Na composição, os srs. Francisco Cardoso e João Wagner (à esquerda) presidente do Sindicato dos Professores e presidente do Sindicato da Federação dos Trabalhadores na Indústria do Estado do Paraná. Ao centro, uma das filas verificadas de frente à Merceria Centenário, local onde grande número de pessoas permaneceu até à noite procurando conseguir gêneros de primeira necessidade para abastecimento. À direita, o Cel. Pa-

redes, Comandante da Polícia Militar, o Delegado Miguel Zacarias (titular da Delegacia de Costumes) e o Delegado Lício Bley Vieira (titular da D.O.P.S.), que se pronunciaram a respeito do movimento, cujos termos de suas declarações vão publicados na oitava página deste matutino. Sendo já do conhecimento público, o comércio deverá cerrar suas portas, hoje, como medida de precaução, tendo em vista as possíveis quebras quebra por parte de elementos exaltados, sempre presentes nessas manifestações populares. Está previsto o fechamento até de bares e restaurantes.



Fonte: Correio do Paraná, ed. 398, 16 de set. de 1960, p. 1.

Figura 22: Imagens do Dia do Protesto



Fonte: Correio do Paraná, ed. 399, 17 de set. de 1960, p. 8.

Figura 23: Reportagem sobre o dia do Protesto

# Dia do Protesto Encerrou com Tiróteio: Depredações Abatadas com Fuzilaria

Quando se tinha a impressão de que o Dia do Protesto findaria sem maiores anormalidades, registrou-se após as 22.00 horas de ontem, acontecimentos lamentáveis e que findaram em tiroteio, com cerrada fuzilaria em pleno centro da cidade, envolvendo policiais e populares. Após a concentração que teve lugar no Teatro Guairá quando os participantes da mesma dirigiram-se pacatamente às suas residências, o indivíduo

Izaltino Ferreira de Moura em punhando um folheto que se referia ao Dia do Protesto, incitou o povo a reagir. Foi quando alguém gritou: "quebra! Ti-veram início, então, cenas que redundaram, de início, na depredação do Cine Lido, localizada na rua Ermelino de Leão. ANTECEDENTES

O Dia do Protesto está transcorrendo com a calma e tranquilidade esperada. Pensamos que o nosso objetivo de protestar contra o alto custo de vida, de forma pacata e organizada, foi alcançada de maneira expedita. Percorremos toda a cidade, notando que a população acoborou conosco da melhor forma, evitando as casas de comércio" — disse às 18.00 horas de ontem, à reportagem do CORREIO DO PARANÁ, o sr. João Wagner, presidente da Federação dos Trabalhadores na Indústria do Estado do Paraná.

COMANDOS

Os chamados comandos sindicais, percorreram a cidade com cartazes que continham díver-sos de protesto, face ao nível elevado do custo atual dos gêneros de primeira necessidade. Formados a base de três elementos, designados pela Federação dos Trabalhadores na Indústria, proporcionaram um fato curioso, na parte da manhã. Percebendo uma banca de jornais situada na Travessa Oliveira Belo procedendo a venda de periódicos, exigiram o seu fechamento, o que não deixa de ser um ato condenável, pois inúmeras outras funcionaram sem maiores anormalidades durante todo o dia.

FARMACIAS

Nenhum estabelecimento comercial abriu suas portas. Pelo contrário, até mesmo as cortinas de aço protetoras estiveram cerradas. As Farmácias que atenderam o público, foram tão somente as designadas para plantão. Um fato curioso sucedeu na Avenida João Pessoa, quando um homem embriagado resolveu voltar-se e iniciar o "quebra-quebra". Porém logo os ânimos foram serenados indo o manifestante acabar na

Delegacia de Plantão, BANCOS

Em alguns estabelecimentos bancários, constatou-se uma norma diferente de atender os clientes. As portas centrais permaneceram cerradas, enquanto o atendimento dos interessados se fazia pela lateral. Um servente fiscalizava a entrada e saída de populares, zelando para que fosse atendida uma só pessoa de cada vez. Outros menos preocupados, atravessaram expediente normal, sem que qualquer irregularidade se registrasse.

EM SÃO JOSÉ

Na vizinha cidade de São José dos Pinhais, o exemplo de Curitiba foi imitado. Solidário com o movimento principiado na Capital, o povo não procurou casas comerciais, que no período da tarde, pelo menos, estavam com suas portas totalmente cerradas. O titular da Delegacia de Ordem Política e Social, Lício Bley Vieira, designou uma "ronda" para observar o andamento do Dia do Protesto em São José verificando a perfeita calma.

PROFESSOR CARDOSO

Às 18.30 horas, em nova visita à Federação dos Trabalhadores na Indústria do Estado do Paraná estivemos com o professor Francisco Cardoso, presidente do Sindicato dos Professores do Paraná. Confirmou-se aquele líder, a calma com que o novo havia recebido o Dia do Protesto, revelando através um comportamento ordeiro, o seu descontentamento com a carestia que se constata atualmente.

POPULARES

Populares foram ouvidos pela reportagem do CORREIO relativamente aos resultados obtidos com o Dia do Protesto. Roberto Kosop, industrial disse que conhece muito bem o drama de seus empregados e considerou o sacrifício dos meses, face ao elevado custo de vida. Alor Lima, proprietário da banca de jornais situada na Travessa Oliveira Belo (que foi fucinado pelos comandos sindicais), lamentou a que ocorreu consigo, mas mostrou solida-

riedade ao movimento apesar dos pesares. Eram 19.30 horas.

CONCENTRAÇÃO

Finalmente, prosseguindo o Dia do Protesto, concentração enorme teve lugar no auditório do Teatro Guairá. Líderes sindicais, operários, estudantes e o povo em geral se fizeram presentes ao acontecimento, debatendo atentamente os resultados obtidos com a promoção. Destaque-se nesta oportunidade, o importante esclarecimento prestado com respeito à Lei de Previdência Social. Os trabalhadores, que em sua maioria ignoravam as reais finalidades daquela Lei, obtiveram esclarecimentos importantes, ficando a par das vantagens extracurriculares que terão, com a assinatura do referido documento.

QUEBRA-QUEBRA

Finda a concentração verificaram-se depredações em vários estabelecimentos. Consumo a destruição das portas de vidro do Cine Lido os populares encontravam-se extremamente exaltados procurando outras maneiras de seguir na perturbação da ordem solicitada a intervenção da Polícia. Uma vitruva atriuiu-se à Avenida João Pessoa (para onde haviam se dirigido os manifestantes) prendendo um dos responsáveis pela confusão que se fez.

FUZILARIA

An condizir o referido elemento pela rua XV de Novembro, alcançando a Marechal Floriano, os policiais foram a apedrejados e encerrados. Quando perceberam não existir outra possibilidade de reagir, senão a de sacar de seus revólveres, disparando contra o povo, os policiais iniciaram o tiroteio. Reforço havia então chegado, permitindo a retirada do indivíduo que havia sido preso para a Delegacia de Ordem Política e Social.

NOVO TIROTEIO

Dois policiais, que permaneceram resistindo contra os insurretos, percebendo que se encontravam na Praça Carlos Gomes, bateram em retirada, deixando os manifestantes a vontade. Estes, em seguida decidiram virar uma vitruva da Rádio Patrulha que se achava estacionada de frente a DOPS. Novo tiroteio teve lugar, pois os policiais que se encontravam no interior da Delegacia dispararam novamente contra o povo, em nova fuzilaria.

POLÍCIA MILITAR

Percebeu então o pessoal da DOPS, que seriam insuficientes para deter os manifestantes, que se encontravam dispostos a tudo, apesar da resistência a bala, que lhes havia sido imposta. Solicitaram auxílio da Polícia Militar, o que igualmente não chegou para conter os exaltados. Nesse meio tempo novas depredações foram verificadas em outros estabelecimentos comerciais.

EXERCÍCIO EM AÇÃO

Sómente com a intervenção do Exército a calma voltou a reinar. Estabelecendo rapidamente o isolamento dos pontos estratégicos do centro da cidade, ao lado dos cavalarianos da Polícia Militar, os soldados do Exército conseguiram dispersar os manifestantes, voltando a cidade a encontrar a calma.

PREJUÍZOS

Os prejuízos no Cine Lido foram elevados, pois as portas da frente da referida casa de espetáculos ficaram inteiramente danificadas. A

Casa Orlando, também atacada pelos populares, tendo roubado de calças, outras mercadorias, bancas de jornais situadas na Praça Osório foram rubradas e destruídas completamente.

DETIHUS

Durante as ações de vidas, vários agitados foram detidos pela polícia além do responsável pelo início dos incidentes, na Ferreira de Moura ram eles: Raul do Clementino Ribeiro da Aguiñaldo Lourival José Beira, Alberto ni, Sebastião Varela e Gabriel Batista.

FOTOGRAFO AGREDIDO

O fotógrafo do "Gazeta do Povo", Knopki, em meio as festações foi agredido do sua objetiva inteiramente destruída. Devido os mentos recebidos, prestou atendimento no Hospital Pronto Socorro.

MULHER DESPIADA

Outra ocorrência registrada verificou-se em casa Osório, pois na manhã dos acontecimentos revoltosos estavam manifestantes voltando a cidade a encontrar a calma.

PREJUÍZOS

Os prejuízos no Cine Lido foram elevados, pois as portas da frente da referida casa de espetáculos ficaram inteiramente danificadas. A

atirado pelo indivíduo Machado, que sofreu danos mentais. João após praticar o crime se está sendo processado pela Polícia. Pela Delegacia de Ordem Política e Social de Rio Branco foi taurado inquérito a respeito da gravidade do caso, Vicente Lapola está prestando declarações.

Fonte: Correio do Paraná, ed. 399, 17 de set. de 1960, p. 8.

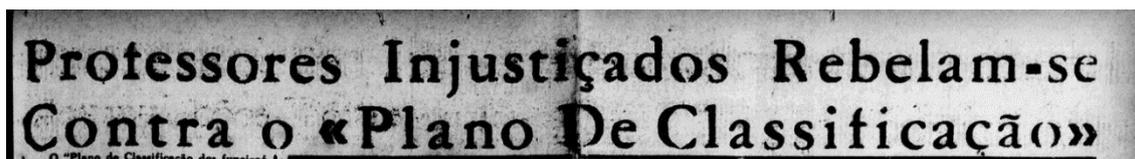
Figura 24: Aumento salarial dos professores é concedido

# Aumento Salarial dos Professores (30%): Colégios Anunciam Majoração das Anuidades e Taxas Escolares

<p>Os dirigentes da Associação dos Proprietários de Estabelecimentos Particulares de Ensino, entregarão hoje ao sr. Francisco Cardoso, Presidente do Sindicato dos Professores, a resposta final a respeito do aumento salarial reivindicado pelos mestres do ensino primário e secundário de todo o Estado. A reportagem do CORREIO DO PARANÁ, pode informar com segurança que as reivindicações definidas pelo Sindicato dos Professores foram vitoriosas. A partir do início do ano letivo de 1961, os níveis salariais serão os seguintes:</p>	<p>Professores dos cursos secundários (aumento de 30%) teto mínimo de 175 cruzeiros por aula;</p> <p>Professores dos cursos primários (aumento de 35%), teto mínimo de 6 mil e 500 cruzeiros.</p> <p><b>ANUIDADES</b></p> <p>Como sucede todos os anos, alegando a melhoria salarial dos professores, os colégios tentarão impor novo aumento de anuidades e taxas escolares. Haverá por certo resistências da classe secundarista, que pretenda protestar contra o sistema largamente empregado em nosso país, que consiste na solução de um problema em favor de uma classe, com a criação de outro, mais grave, em prejuízo de outra classe.</p>
<p>Feira de</p>	

Fonte: Correio do Paraná, ed. 166, 7 de dez. de 1960, p. 7

Figura 25: Professores se revoltam com o “Plano de Classificação”



O "Plano de Classificação dos funcionários civis do Estado, encaminhado ao Poder Legislativo, está eivado de falhas e clamorosas injustiças, no sistema de enquadramento das diversas categorias de funcionários, provocando como consequência reação, por parte dos que serão sensivelmente prejudicados caso seja aprovado sem qualquer alteração.

#### **PROFESSORAS REVOLTADAS**

A classe, mais duramente, atingida pelo plano de classificação, é a a do magistério tanto primário como de ensino médio. As professoras normalistas serão enquadradas no nível-1, o que significa vencimento de 13 mil cruzeiros, ficando nas mesmas condições dos serventes e inspetores de alunos, que não possuem nenhum curso e passarão a perceber também nível-7.

A Associação dos Professores do Paraná, diante da grave injustiça praticada contra a classe, reuniu-se ontem extraordinariamente, ocasião em que, com a presença de numerosas professoras decidiu constituir, comissão especial, que encontrou em entendimento com o Secretário de Educação e com os líderes das principais bancadas no Legislativo Estadual, para sanar as lacunas existentes no Plano, com a inclusão de emendas que alterem o sistema de enquadramento previsto no plano de lei.

#### **3 MIL PREJUDICADOS**

Informaram os membros da Associação, que serão prejudicados, com o "Plano de Classificação" nas bases em que se encontra, nada menos do que 3 mil professores, incluindo o primário e ensino médio. Esclareceram que os professores de ensino médio (ginásio e científico), foram sensivelmente prejudicados em seus vencimentos, sofrendo um corte de perto de 18 mil cruzeiros, com a eliminação das aulas suplementares, passando em consequência, de acordo com os níveis fixados a perceber menos que um Agente de Polícia.

#### **COMPARECIMENTO EM MASSA**

Adiantaram que caso o Secretário de Educação se mantenha em posição de neutralidade para não desgostar o Governador, os professores irão em massa ao Legislativo Estadual, pleitear dos deputados a alteração do sistema adotado no "Plano de Classificação".

Fonte: Diário da Tarde, ed. 20503, 6 de dez. de 1961, p. 1.

Figura 26: O caso dos Professores, problemas na APP

# O caso dos Professores

SADI CORREA

A Associação dos Professores do Paraná órgão que congrega maior numero de professores no Estado, num movimento que visa defender e assegurar legítimos interesses da classe, vem promovendo intensa campanha, manifestada através assinaturas em um abaixo assinado, firmando solidariedade e apoio à que se realiza naquela entidade, uma Assembléa Geral Extraordinária, como solução única, para o restabelecimento da situação que se criou, com a renúncia dos membros de sua Diretoria, há oito meses no cargo e impedidos de exercerem suas funções por imposição do presidente daquêle órgão. O movimento da classe se estende hoje, por soluções mais graves, tendo em vista, a atitude do presidente da entidade, tentando isentar-se de responsabilidades que lhe foram atribuídas e reportadas por estas colunas em edição anterior e rebatidas pelo referido prof. Fávoro em edição posterior.

Dizem os professores filiados a Associação dos Professores do Paraná, que após um longo período de seis anos, sem eleições, realizara-se em outubro de 1961, o pleito que renovára os cargos diretores da entidade cabendo a presidência ao prof. Faustino Fávoro. Decorridos oito meses de gestão, a nova Diretoria, vinha se firmando em posição suspeita, colocando-se à margem de quaisquer atitudes que reclamavam urgentes pronunciamentos da classe. O mutismo do presidente Fávoro, fôra suportado até o momento em que o descontentamento da classe, não mais se subjugasse ao respeito pela ordem e pela tolerância. Seus colegas de Diretoria renunciaram, abrindo fileiras, ao lado do quadro de associados, levando como justificativa de seu gesto, a dignificação do cumprimento do dever, estatuidos no Regimento Interno das normas que conduzem as diretrizes de seu Regulamento.

Consta do abaixo assinado que vem tomando curso normal na angariação de assinaturas, considerações que declaram haver a presidência, permitido e tentando desmentir por meio da imprensa que defende o pensamento do governo, as injustiças contidas contra o magistério paranaense, no Plano de Classificação, ariscando mesmo, desmentir entrevistas de professores, quando quasi sózinhos, se debatiam em favor de melhor classificação naquêle Plano, resultando em situação de descrédito e humilhação, em que se encontram os professores. As aulas suplementares (ameaçadas de serem suprimidas), ainda não foram pagas como ainda não o foram as diferenças dessas mesmas aulas), desde o mês de Janeiro do corrente ano.

O mutismo do prof. Fávoro, à frente daquela entidade, impedindo a que seus assessores mais imediatos, firmassem expediente em defesa da classe, anulou a oportunidade de reação, quando da renovação das leis, que concediam licença para tratamento de saúde e licença prêmio com aulas suplementares incorporadas aos vencimentos do padrão: direito de licença com vencimento ao professor exclusivamente suplementarista: incorporação da média das aulas, suplementares na aposentadoria, causando um prejuizo superior a vinte e cinco mil cruzeiros: aposentadoria aos vinte e cinco anos de serviços; critério desigual de incorporação de quarta parte aos funcionários civis e magistério, que é de fato, o todo dividido em quatro partes iguais ou seja, 25%, enquanto que outras carreiras a quarta parte corresponde à 39%.

Lamentam os professores a perda daquelas vantagens tendo por culpa exclusiva o excesso de confiança depositado na gestão do presidente Fávoro.

Por razões ainda diferentes e que agravam a posição do prof. Faustino Fávoro, frente ao professorado paranaense, é estabelecido no documento firmado por numerosos associados, a convocação, em regime de urgência, de uma Junta Governativa, através Assembléa Geral Extraordinária, composta de três professores que determinarão oportunamente data para novas eleições em caráter extraordinário.

Fonte: Diário da Tarde, ed. 20654, 31 de mai. De 1962, p. 5.

Figura 27: Aposentadoria para os professores sobe para 30 anos

## Aposentadoria para os Professores : 30 anos

Sadi Corrêa

As modificações introduzidas no Plano de Classificação dos Funcionários e que alteram substancialmente o sentido de racionalização proposto no referido Plano, quando ali se iriam fixar legislação própria para a tão almejada aposentadoria do professor, aos 25 anos de efetivo exercício, e de vantagens outras que situaria o magistério estadual à uma condição de vida melhor definida e melhor assegurada, pelos proventos que lhe formariam pecúlio natural à garantir o seu futuro estado de inatividade — volta a agitar a classe — ferida em seus mais legítimos anseios — por haver sido desincorporado daquele projeto, também a contagem de aulas suplementares para efeito de média á prevalecer como subsídios ao processo de aposentadoria.

As modificações introduzidas naquele projeto, denominado de Plano de Classificação dos Funcionários, desprimoram o sentido de racionalização, pelo incentivo ao desestímulo do professor grau médio, que começa a sentir, na carreira que abraçou, o desencorajamento de maior esforço à aplicação de seus conhecimentos, na função tão mal remunerada e á definir-se agora, por um futuro carregado de surpresas ingratas, como a enobrecer ainda mais o abnegado espírito de sacrifício do professor, condenado que está a um exaustivo trabalho de 30 anos, para descansar na velhice com redução de 50% sobre os vencimentos vigentes na época.

Foi neste sentido que quasi totalidade dos professores de Ponta Grossa se dirigiu em carta, ao sr. Governador do Estado, expondo da situação vexatória de todo o magistério paranaense — sem mais licenças para tratamento de saúde e de regalias por licença premio com aulas suplementares desincorporadas aos vencimentos do proprio padrão.

Os professores de Ponta Grossa, firmaram o documento estendendo-se em considerações francas como á espelhar reflexos da turbulenta reação que se prepara, como decorrente do reexame da situação creada.

Ao mesmo tempo, a situação dos professores filiados á Associação dos Professores do Paraná, desencontra-se pela ausencia de atitudes imediatistas, que definam a posição do presidente da entidade. Maneiras vagas, denotam demagogia aplicada, firmando tempo para que da composição de chapas para novos diretores, resulte em conciliação fácil para rápida reabilitação ao prof. Faustino Fávoro.

Embora prevaleça entre os professores dissidentes, a mesma unidade de pensamento optando pela imediata renovação de cargos de diretoria, através de eleições livres, como manifestação da classe votada em sessão de Assembléa Extraordinária, e do que resultou o rompimento dos associados contra o presidente prof. Faustino Fávoro, ali denunciado como responsável pela situação inquietante em que se encontra o magistério estadual, face ao Plano de Classificação dos Funcionários, desde quando assumindo a presidencia da entidade, trancára as portas de sua séde, impedindo por todos os meios o acesso áquelas dependencias, não sómente ao numeroso grupo de associados, como ainda á seus mais imediatos companheiros de diretoria, ditatorianando, assim uma atitude desleal para com seus colegas, que na ocasião procuravam obstar junto ao Palácio Iguaçu, que o Plano de Classificação, tramitasse livremente, sem reação, mas contrariando benefícios reclamados pelos professores, atingidos que foram, pelas modificações introduzidas e inapelavelmente impostas.

O comportamento do prof. Faustino Fávoro, á frente da Associação dos Professores do Paraná, politizando interesses pessoais, serviu apenas para injustiçar a classe, condenando-a á sofrer por longo tempo as consequências de uma lei, á que não puderam interceptar a sua promulgação, em tempo hábil.

Fonte: Correio do Paraná, ed. 20683, 2 de jul. de 1962, p. 5

Figura 28: Professor ganha causa trabalhista

**PROFESSOR  
GANHOU**

O Tribunal Superior do Trabalho (São Paulo) deu ganho de causa ao líder sindical paranaense Oscar Alex Rebello Schaitza, vice-presidente do Sindicato dos Professores, em ação contra a Associação de Ensino Nôro Ateneu.

Despedido quando na presidência do Sindicato e em temporada de revalidação salarial, sem nenhum outro motivo que as atividades classistas, o professor Alex recorreu à Justiça, invocando estabilidade sindical. Voto agora de ser protegido pelo TST, que determinou a reintegração no cargo e o pagamento de todos os atrasados.

Fonte: Correio do Paraná, ed. 1284, 31 de ago. de 1963, p. 4.

Figura 29: Comemorações do Dia do Professor

**ASSOCIAÇÃO COMEMORA «DIA DO PROFESSOR»  
E ADVERTE CONTRA HOMENAGENS OFICIAIS**

Ao mesmo tempo em que lançam saudação ao magistério paranaense, pelo transcurso do "Dia do Professor", hoje, Associação dos Professores do Paraná e Sindicato dos Professores do Ensino Secundário, Primário e Comercial, fazem verdadeiro libelo ao governo do Estado, alertando "os legítimos professores a respeito da sinceridade de certas homenagens "oficiais" ao magistério paranaense, promovidas por autoridades que se colocaram contra a classe por ocasião da greve universitária, em 1962, e provocaram pelo modo pouco digno com que trataram os professores, a colosso do já citado movimento de revolta, conhecido como a "Operação Tartaruga". O boletim é assinado pelos professores Faustino Favaro (APP) e Francisco Cardoso (Sindicato).

**FESTEIOS**

Ao mesmo tempo, é formulado à classe convite para participar das festividades promovidas pela Associação e Sindicato, pelo "Dia do Professor", seguindo o seguinte programa a se desenvolver hoje:

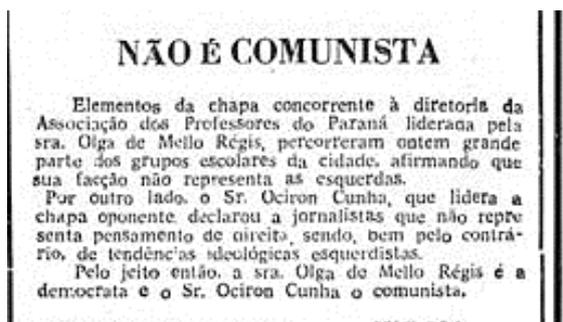
8h 30m: — Missa solene em ação de graças, na Catedral; 10h 30m: — romaria ao Cemitério Municipal para homenagem de saudade aos colegas falecidos; 16h: — inauguração oficial do salão nobre da sede social, com a denominação de "Prof. José Scheikmann"; 17h: — homenagem especial ao deputado Jorge Nassar, defensor e porta-voz da classe durante a "Operação Tartaruga"; 17h 30m: — inauguração da biblioteca "Prof. Raul Gomes", da APP; 18: — recepção às autoridades, à sociedade e à classe; 18h 30m: — coquetel e "show" artístico.

Da 19, às 22 horas, terá lugar na APP uma festa social dedicada aos professores e familiares, com saraus, "show" e brindes.

**ARIGÓ CONTINUA**

Fonte: Correio do Paraná, ed. 1321, 15 de out. de 1963, p. 5.

Figura 30: Não é Comunista



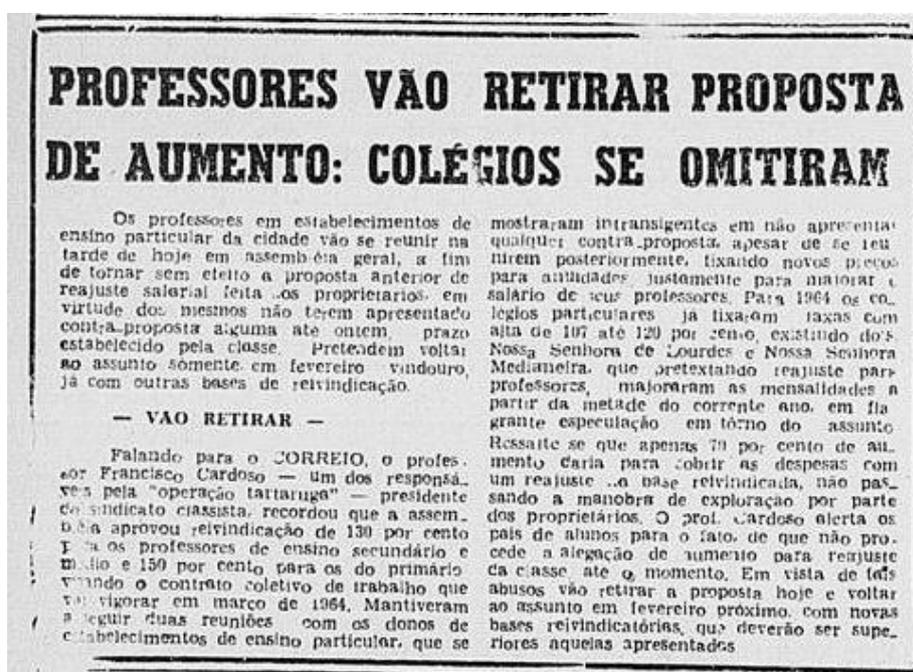
Fonte: Correio do Paraná, ed. 1345, 19 de nov. de 1963, p. 4.

Figura 31: Dia da Eleição na APP



Fonte: Correio do Paraná, ed. 1348, 21 de nov. de 1963, p. 1.

Figura 32: Professores vão retirar proposta de aumento



Fonte: Correio do Paraná, ed. 1372, 21 de dez. de 1963, p. 4.

Figura 33: Greve dos Professores/Sindicato dos Professores do Paraná – ensino particular



Fonte: Correio do Paraná, ed. 1425, 27 de fev. de 1964, p. 1.

Figura 34: Reage o funcionalismo



NEY: Se o funcionalismo não pode comprar pão que coma bôlo!

## FUNCIONALISMO

### ESQUENTADO

Com a divulgação pelo "Correio" da situação real do aumento do funcionalismo, desmascarando a demagogia do sr. Ney Braga, que deseja conceder apenas mil e poucos cruzeiros a mais aos servidores do Estado pretendendo em troca mais 1% sobre o imposto de vendas e consignações para a CODEPAR, esquentaram os ânimos dos "barnabês".

Ontem na rua XV e nos cafés era a matéria dominante, ameaçando os mais exaltados uma nova operação tartaruga a exemplo do que fizeram as professoras que não titubaram em vir às ruas e lutar pelas suas reivindicações num dos mais belos movimentos classistas ocorridos no Paraná.

Fonte: Correio do Paraná, ed. 1399, 25 de jan. de 1964, p. 4.